

latindex

R.E.V.I.

REVISTA DE ESTUDOS VALE DO IGUACU

ISSN: 1678-068X



ugv
Centro Universitário

n.40, ANO 2022, v.02

Revista de Estudos Vale do Iguaçu

URL: <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/REVI/index>

EXPEDIENTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO UGV

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D'Areia

União da Vitória – Paraná

CEP. 84.600-000

Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO

ISSN: 1678-068x

LATINDEX

Folio: 25163

Folio Único: 22168

CAPA

Equipe Marketing (UGV)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor-chefe:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UGV)

Coeditor:

Prof. Me. Tairini Passarini (UGV)

Conselho Editorial:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UGV)

Prof. Dr. Andrey Portela (UGV)

Prof. Dra. Julia Caroline Flissak (UGV)

Prof. Remei Haura Junior (UGV)

Prof. Dra. Patrícia Manente Melhem Rosas (Campo Real)

Prof. Dra. Bruna Rayet Ayub (UCP)

Sumário

A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E SEU USO NA PRÁTICA EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
A FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL SEM METAFÍSICA (?): A LEITURA DE KERVÉGAN SOBRE OS SENTIDOS E A POSSIBILIDADE DO RESGATE DA FILOSOFIA HEGELIANA A PARTIR DA DIALÉTICA	23
A IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL.....	37
A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM PESSOAS COM SÍNDROME DE PRADER WILLI	46
A SOBRECARGA TEM GÊNERO: IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE MÃES SOLO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR.....	62
ANÁLISE DE SUZANE VON RICHTHOFEN SOB A PERSPECTIVA DA TERAPIA DE ESQUEMAS	79
AS CAUSAS DA GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E FATORES DE RISCOS	89
CONHECENDO O TERRITÓRIO E PRODUZINDO CUIDADOS DE ENFERMAGEM	105
CONHECIMENTO SOBRE O SUICÍDIO NA SAÚDE PÚBLICA	120
CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: IMPACTOS PARA A PRÁTICA DOCENTE RUMO AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES. 131	
ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS OFF GRID	146
FINLÂNDIA - MODELO DE EDUCAÇÃO MUNDIAL	157
GEOMETRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA EXTENSÃO PARA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	166
O REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ: PERCURSO E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO	175
OS EFEITOS COGNITIVOS E EMOCIONAIS EM DECORRÊNCIA DO AFASTAMENTO ESCOLAR: ESTUDO REALIZADO COM CRIANÇAS DO 6º ANO NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR	190
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO SUICÍDIO NA REGIÃO DO INTERIOR DO PARANÁ E SANTA CATARINA.....	208
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA PROPRIEDADES RURAIS.....	218
PRÁTICAS INTERVENTIVAS EM GRUPO TERAPÊUTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS.....	234
PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM AS MULHERES A NÃO ADESÃO AO EXAME CITOPATOLÓGICO	247
PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DA CEBOLA SOBRE DIFERENTES DOSES E APLICAÇÕES DE NITROGÊNIO	260

A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E SEU USO NA PRÁTICA EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Claudiana Soares Martins¹

Fernanda Maieski²

Esvaldo Antunes³

RESUMO

Trata-se de revisão de literatura que teve como objetivo analisar a atuação do enfermeiro no processo de execução do acolhimento com classificação de risco, mediante aos protocolos disponíveis nos recortes dos artigos publicados nos anos 2011 a 2021. O propósito da mostra desta pesquisa é apresentar os resultados obtidos por meio dos relatórios de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade e Escola Técnica DAMA, situada no município de Canoinhas/SC. A classificação de risco é uma ferramenta que avalia o estado do acolhido que se encontra ao primeiro contato entre o enfermeiro e o paciente, através do protocolo de avaliação será indicado o tempo de espera que o mesmo deve aguardar o seu atendimento médico. A metodologia utilizada para a análise baseia-se na revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, por meio de bases de dados encontrados nos artigos científicos “SCIELO” e “MEDLINE” da biblioteca virtual da saúde (BVS). Foram utilizados como critérios de inclusão da pesquisa artigos publicados em português, no período de 2011 a 2021, que abordassem assuntos relacionados à enfermagem no processo de classificação de risco. A exclusão dos artigos que deram-se pesquisados, no mesmo período, é anterior ao ano de 2011 e que depende da avaliação concisa do enfermeiro e do comportamento do indivíduo que está em posição de paciente. Os resultados dessa pesquisa estão identificados no processo de elaboração do Trabalho de Término de Curso dos graduandos de Enfermagem.

Palavras-chave: Classificação de Risco. Protocolo Manchester. Enfermagem.

ABSTRACT

This is a literature review that aimed to analyze the role of nurses in the process of performing user embracement with risk classification, through the protocols available in the clippings of articles published in the years 2011 to 2021. The purpose of the sample of this research is to present the results obtained through the reports of Course Completion Works (TCC), of the Nursing Graduation Course of the Faculty and Technical School DAMA, located in the city of Canoinhas/SC. The risk classification is a tool that assesses the state of the host who is at the first contact between the nurse and the patient, through the evaluation protocol, the waiting time that he must wait for his medical care will be indicated. The methodology used for the analysis is based on literature review and bibliographic research, through databases found in scientific articles “SCIELO” and “MEDLINE” from the virtual health library (BVS). Articles published in Portuguese from 2011 to 2021, which addressed issues related to nursing in the risk classification process, were used as inclusion criteria for the research. The exclusion of articles that were researched, in the same period, is prior to the year 2010 and that depends on the concise

¹Acadêmica de Curso de Enfermagem. UGV/DAMA. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: clausoaresmartins26@gmail.com

²Acadêmica de Curso de Enfermagem. UGV/DAMA. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: hey.fernandamaieski@gmail.com

³Graduação em Enfermagem, Mestre em Desenvolvimento Regional Docente do Curso de Enfermagem. UGV/DAMA. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: evlantunes@hotmail.com

assessment of the nurse and the behavior of the individual who is in the position of patient. The results of this research are identified in the process of elaboration of the Final Course Work of Nursing undergraduates.

Keywords: Risk rating. Manchester Protocol. Nursing.

1 INTRODUÇÃO

O protocolo é uma metodologia que confere classificação de risco para pacientes que procuram atendimento na rede de urgência e emergência. É estruturado por fluxogramas que representam os sinais e sintomas relacionados à queixa principal apresentada pelo paciente, que é classificado em diferentes níveis de prioridade com tempo alvo de atendimento médico estabelecido e a reavaliação pelo profissional que realizou a classificação, pois o quadro clínico pode obter melhora ou agravo (DINIZ *et al.*, 2014).

No Brasil, utilizam-se atualmente nos serviços de urgência e emergência, os protocolos de Manchester e o acolhimento com a Classificação de risco adotado em 2004 pelo Ministério da saúde brasileiro, previsto na portaria 2048/2002 MS que institui a Política Nacional de Urgências e Emergências (SANTOS, 2014).

A atenção global às emergências e urgências é dominada por serviços hospitalares e de pronto-socorro 24 horas por dia, 7 dias por semana, que exigem a organização e gestão dos fluxos de trabalho de saúde (DURO; LIMA, 2010).

Os serviços de emergência são de caráter temporário e limitados à estabilização do quadro clínico do paciente (DURO; LIMA, 2010).

As rotinas dessas unidades visam favorecer pacientes com risco iminente de morte, a fim de reduzir a morbimortalidade e sequelas incapacitantes (SOUSA *et al.*, 2019).

Nos últimos 20 anos houve importante crescimento da demanda por atendimento neste serviço, gerando superlotação e filas de espera que foram agravados por problemas de origem organizacional, e a avaliação primária sem critério clínico pode gerar complicações desnecessárias no quadro do paciente e até mesmo mortes evitáveis (CAVALCANTE *et al.*, 2012).

Na busca de uma solução para esta problemática, os serviços de saúde de alguns países, como por exemplo, o Canadá, Austrália, Suécia, Reino Unido, EUA e mais recentemente o Brasil, buscam normalizar sistemas de classificação de risco nos departamentos de emergência, para fins de se obter uma gestão eficaz e equidade dos serviços, garantido o fluxo do paciente no sistema de saúde (DURO; LIMA, 2010).

Dentre os sistemas de classificação de risco mais utilizados e conhecidos mundialmente, destacam-se o *The Canadian Emergency Triage* (CTAS), o *National Triage Scale for Australasian Emergency Departments* (NTS), o *Manchester Triage System* (MTS), o *Emergency Severity Index* (ESI), e o *Model Andorrà de Triage* (MAT) (SANTOS, 2014).

Segundo Duro e Lima (2010) e Sousa *et al.* (2019), os protocolos de classificação objetivam garantir humanização da assistência possibilitando que diferentes avaliadores façam uma investigação clínica, seguindo os mesmos parâmetros para estabelecer a gravidade dos pacientes.

O objetivo do estudo surgiu a partir da vivência profissional em atendimento de emergências onde as autoras atuavam na função de técnico de enfermagem. Nessa experiência vivenciada, notou-se a realidade do processo da classificação de risco na prática de atendimento em emergência. Surgindo assim a inquietação e o interesse em fazer um estudo mais aprofundado sobre a utilização de protocolos em classificação de risco em emergências.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A ATRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO, E SUA NOTORIEDADE AO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO

Segundo Silva *et al.* (2021), na enfermagem existem várias especializações para dar uma assistência de qualidade ao paciente, sendo uma delas a urgência e a emergência. Estas especializações apresentam características totalmente diferentes de outras unidades e especialidades. É um ambiente com uma dinâmica que impõe ações complexas, nas quais a presença

da finitude da vida é uma constante, podendo gerar ansiedade no paciente, no familiar até mesmo aos profissionais que ali desempenham suas atividades.

Segundo o Ministério da Saúde citado por Camargo Neto *et al.* (2018):

O ato de acolher é um modo propulsor para um atendimento com qualidade, respeito, dignidade e compromisso para todos os usuários que procuram um serviço de urgência, direcionando-os de acordo com as suas necessidades e garantindo uma rede assistencial continuada.

Camargo Neto *et al.* (2018) salienta que, o método de acolhimento com a classificação de risco, precisa ser executado por um especialista da saúde, com especialização de nível superior, antecipadamente treinado e envasado em protocolos pré-estabelecidos.

Já para Gatti (2008) tornar-se um profissional enfermeiro em classificação de risco, o mesmo, deve-se demonstrar três aptidões principais: avaliação, conhecimento e intuição. A intuição é desenvolvida através da experiência, sensibilidade e observação hábil.

Segundo Brasil (2011)

O acolhimento com classificação de risco surgiu como uma importante ferramenta na administração da emergência, porque direciona as ações do enfermeiro pelo estabelecimento de critérios de atendimento, efetivando seu trabalho não só na assistência ao paciente, mas também como gestor, garantindo a participação coletiva no processo, e o mais importante de tudo é a indissociabilização entre a atenção e gestão.

Camargo Neto *et al.* (2018) destaca que o acolhimento com classificação de risco, são essenciais para prática ao atendimento, com prestação em serviço de qualidade, que são evidenciados como atuação do profissional enfermeiro, pois se faz jus às suas responsabilidades e assim priorizando a ordem de atendimento.

Segundo Acosta, Duro e Lima (2012):

A avaliação da classificação de risco é geralmente realizada pelos enfermeiros. Autores afirmam que os enfermeiros reúnem as condições necessárias, as quais incluem linguagem clínica orientada para os sinais e sintomas, para a realização das escalas de avaliação e classificação de risco.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), segundo a Portaria nº 2.048, define que a forma de atendimento às ocorrências de urgência e emergência, expõe que o acolhimento seja de qualidade e decisória, enfatizando sobre a importância da qualificação dos profissionais frente à classificação (CAMARGO NETO *et al.*, 2018).

Assim, o acolhimento por meio da avaliação e classificação de risco caracteriza-se como uma intervenção potencialmente decisiva na reorganização e implementação da promoção da saúde na rede, pois decorre da equipe auto integrada de análise, problematização e propostas, sujeito de seu processo de trabalho (BRASIL, 2004a).

Campos *et al.* (2020), de acordo com a Portaria nº 2048, assegura que os trabalhadores de saúde devem passar por treinamento especial para trabalhar com classificação de risco e aplicar um protocolo pré-determinado, uma vez que não exige especialização específica. Acredita-se que a falta de treinamento pode levar a erros no processo de classificação do usuário, o que pode levar a classificações equivocadas e colocar em risco a saúde da população que procura esse tipo de atendimento.

2.2 CONCEITO DE TRIAGEM OU CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O protocolo de classificação de risco é uma ferramenta útil e necessária, porém não suficiente, uma vez que não pretende capturar os aspectos subjetivos, afetivos, sociais, culturais, cuja compreensão é fundamental para uma efetiva avaliação do risco e da vulnerabilidade de cada pessoa. O protocolo de classificação de risco é uma ferramenta que procura o serviço de urgência, pois o protocolo não substitui a interação, o diálogo, a escuta, o respeito ou o acolhimento do cidadão e de sua queixa para a avaliação do seu potencial de agravamento (BRASIL, 2006a)

Os princípios de universalidade, equidade, resolutividade e integralidade e integralidade das ações de saúde embasam a consulta de enfermagem na coleta de dados, através do Histórico de Enfermagem (compreendendo a entrevista), exame físico diagnóstico de Enfermagem, prescrição e implementação da assistência e evolução de enfermagem (COFEN, 2012)

O COFEN através da resolução nº 423/2012 confere privativamente ao enfermeiro a classificação de risco e a priorização do atendimento em Serviços de Urgência como um processo complexo, que demanda competência técnica e científica em sua execução. Ao chegar na unidade de saúde após passar pela recepção, cabe ao enfermeiro acolher, realizar uma escuta qualificada e aplicar o fluxograma conforme o protocolo. (COFEN, 2012)

De acordo com Costa *et al.* (2021), o sistema de triagem tem o objetivo de organizar as demandas, que vão às emergências em busca de atendimentos; os pacientes direcionados por identificação de prioridades em segurança aguardam uma avaliação diagnóstica. Para suceder uma triagem estruturada, faz-se necessário a referência de um protocolo de classificação válido, que traz um algoritmo (árvores decisórias) permitindo priorização da assistência, acrescido dos equipamentos, estrutura física e habilidade profissional quanto ao risco.

2.3 FATORES QUE EVIDENCIAM O DÉFICIT AO ATENDIMENTO SEGUINDO DA DEMANDA DA CLASSIFICAÇÃO.

Devido ao quadro importante de crescimento da demanda por atendimento de urgência e emergência, considera-se que o grande avanço do número de ocorrências e violência, por causas externas, chegou ao nível de hoje a terceira morte no Brasil. (CAVALCANTE *et al.*, 2012)

O Sistema único de saúde (SUS), apresenta serviços importantes de assistência à saúde no Brasil, sendo porta de entrada de pacientes do sistema (CESAR *et al.*, 2021).

Segundo Campos *et al.* (2020):

Os serviços de pronto atendimento são reconhecidos como 'portas de entrada' do Sistema Único de Saúde (SUS) e, por vez, possuem alta demanda e superlotação, o que dificulta a identificação das prioridades de atendimento. Entre os fatores relacionados a essa superlotação, destacam-se: o fato de ser utilizado como primeira escolha para obter atendimento em saúde; o aumento da população demográfica e da expectativa de vida, e a prevalência de doenças crônicas ou a procura de atendimento em fases agudas.

Para esclarecer melhor Roncalli *et al.* (2017) relata que os serviços de urgência caracterizam-se, para os cidadãos brasileiros, como uma das portas de entrada no sistema de saúde público e privado. Representa assim, um rápido e eficaz atendimento no ambiente, podendo relatar qualquer tipo de dificuldades representadas pelos usuários.

Shiroma e Pires (2011), relatam que a alta demanda de pacientes, imprevisibilidade de suas visitas, redução de espaço físico, falta de prioridade de atendimento, por exemplo, tornam o pronto-socorro (EMG) um local onde a organização do trabalho é muito difícil. Além disso, a busca indiscriminada por serviços de EMG mobiliza desnecessariamente recursos humanos e materiais especiais, o que reforça a desvalorização da atenção básica e resolve paliativamente os problemas de saúde pública.

De acordo com Machado *et al.* (2016), é indispensável a visão do usuário do sistema, fornecendo um importante indicador e influenciador a qualidade de serviço pelo profissional e sua equipe, bem como influenciando positivamente na qualidade da assistência do cuidado ao paciente. O importante reconhecimento de profissional-paciente, une o serviço de qualidade nas formas de prestação de serviços de saúde.

Cesar *et al.* (2021) De acordo com a pesquisa dos respectivos autores, as intervenções ao funcionamento do pronto-socorro podem ser percebidas como ajuda imediata, esse conhecimento é importante porque tempo é vida no caso do atendimento de urgência e emergência. Por outro lado, também pode ser cabido como um dever a presteza no atendimento, independente do motivo ou da demanda do paciente. No entanto, sabe-se que apenas os casos urgentes ou emergentes terão essa brevidade no atendimento, independente do fluxo da unidade. Este fator pode levar a insatisfação dos usuários, quando apresentam um caso mais simples ou menos urgente, seu atendimento pode não ser muito breve, dependendo da solicitação do serviço.

O COFEN através da resolução nº 661/2021 se faz jus, que é de garantia e segurança do paciente, bem como o profissional responsável pelo protocolo, que deverá ser observado o tempo médio de 04 (quatro) minutos por classificação de risco, podendo chegar o limite de 15 (quinze) minutos a classificação por hora. Já no Art. 2º ressalta quanto a importância do enfermeiro

frente a classificação ficar de total prioridade a se portar a outras atividades. (COFEN, 2021)

Conforme o autor supracitado, outro motivo de que a atenção primária não conseguiria dar conta das agendas, sendo superlotadas, limitando os atendimentos médico dos pacientes (CESAR *et al.*, 2021)

Segundo Cavalcante *et al.* (2012)

A deficiência da rede básica gera a procura espontânea da população pelos serviços de urgência, que culmina na sobrecarga dos prontos-socorros e baixa qualidade da assistência. A solução para as urgências está na mudança de modelo de atenção primária, um modelo que privilegie a atenção primária, com uma assistência forte e resolutiva.

Em via de regra, um dos contratempos que os serviços de saúde e, basicamente, os de urgência e emergência, defronta-se é com a superlotação, concebendo filas e horas de espera pelo atendimento. Precedentemente, o atendimento era realizado pela ordem de chegada, não levando em consideração a gravidade do paciente (COSTA *et al.*, 2021)

Por fim, não é mais aceitável, que seja sustentado nesses encargos por ordem de chegada, posicionando em risco de morte cidadãos em situação de emergência, durante o tempo que se presta uma assistência a outros que precisam estar na atenção básica (CAVALCANTE *et al.*, 2012)

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão da literatura. A Pesquisa bibliográfica é classificada como o modelo de estudo e análise de documentos de domínio científico utilizando livros, periódicos, dicionários e artigos científicos e uma pesquisa na internet que se forma uma ferramenta indesejável à humanidade para informações veloz sobre os mais diversos assuntos (MEDEIROS, 2015).

A questão de pesquisa foi: Quais as dificuldades encontradas pelo enfermeiro no processo de acolhimento com classificação de risco mediante protocolos disponíveis? Foram realizadas busca nos artigos publicados entre o ano 2011-2021, nas seguintes bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde

(BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific

Electronic Library Online (SciELO) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (Medline), será utilizando as seguintes palavras-chaves: Classificação de risco; Triagem; Urgência e emergência; protocolos de atendimento; acolhimento na classificação de risco; protocolo Manchester.

Serão utilizados como critérios de inclusão: artigos disponíveis em português, publicados entre 2011 e 2021, que abordem assuntos correlatos à Enfermagem no processo de classificação de risco e cujos textos completos partindo de acesso on-line. Assim, excluíram-se os artigos com ano de publicação inferior a 2010 e as duplicidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado agrupamento de núcleos temáticos para se dar início a análise dos artigos em estudo, sendo eles os classificados: CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO, PROTOCOLO MANCHESTER. A importância do enfermeiro na classificação de risco de uma unidade de Urgência e Emergência.

De acordo com os resultados encontrados, foram analisados 10 artigos, mais atuais com intuito de obter clareza nos conhecimentos, bem como atualidades como uso do PM.

A seguir apresenta-se a análise dos artigos separados em três núcleos temáticos: a atuação do enfermeiro frente à classificação de risco; dificuldades vivenciadas pelo enfermeiro; o sentimento dos enfermeiros frente a classificação de risco.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS

A busca às referências nas bases de dados foi feita utilizando-se formulário avançado, disponibilizado no sistema BVS SAÚDE. Primeiro, fez-se à busca somente por descritores de assunto, em cada base de dados entre as referências.

Em seguida, a pesquisa foi refinada, selecionando referências publicadas de 2011 a 2021, em cada base de dados, com cada um dos descritores do

assunto. E, por fim, utilizou-se novamente o método de refinamento, incluindo o idioma português.

A busca resultou em um total de 46 artigos. Destes, 22 artigos foram referências selecionadas que atendiam aos critérios de inclusão, das quais somente doze artigos atenderam o objetivo deste estudo, conforme a tabela 1

Tabela 1 – Distribuição dos artigos conforme nos anos de 2011-2021.

Ano	Artigos Localizado	Artigos Selecionados	Artigos Incluídos
2011	01	01	01
2012	15	01	01
2014	07	02	02
2017	10	03	03
2019	06	01	01
2021	07	04	04
Total	46	12	12

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na tabela 1 conseguimos observar a elevação de artigos publicados e o interesse no assunto que diz respeito a Classificação de Risco na Urgência e Emergência ao longo dos anos.

Segundo os artigos, a classificação de risco foi aprimorada com a entrada do protocolo Manchester, onde constitui em melhorar, bem como classificar por emergenciais a não urgentes os atendimentos em unidades de pronto atendimento. Visto que o enfermeiro tem como frente a classificação com qualidade e experiência em busca de conhecimentos constantes.

4.2 A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A categorização de risco consiste em uma ferramenta que propõe ordem no atendimento, com o objetivo de garantir atenção imediata ao usuário que

apresenta risco iminente de morte, bem como notificar os pacientes sobre a não ocorrência do risco, bem como o tempo de espera. Para cuidados dos pacientes, e também seus familiares (BRASIL, 2009).

Vale ressaltar que esta é uma atividade de total responsabilidade dos enfermeiros pois são necessárias mais informações científicas sobre os riscos que os pacientes são acometidos dessa forma (COSTA *et al.*, 2021).

O enfermeiro para atuar na classificação de risco deve cumprir com alguns requisitos como: possuir conhecimento teórico e habilidades pessoais, ser experiente, ágil, ter tomada de decisões, organizar o serviço e o fluxo, capacitar a equipe de enfermagem, realizar cuidados de enfermagem durante a avaliação, promover ações gerenciais que visem a humanização e principalmente estar sempre se atualizando.

Porém, com relação a experiência do profissional, um artigo aborda que não há evidências significativas entre a experiência profissional e a tomada de decisões na classificação de risco, pois segundo o autor vários fatores além da experiência, podem ser responsáveis pelas decisões dos profissionais.

Em contrapartida, outro autor afirma que os profissionais que atuam na classificação de risco devem possuir um tempo considerável de atuação em emergências ou receber o devido treinamento para atuação no sistema (BELLUCCI JÚNIOR; MATSUDA, 2012).

De acordo com Duro *et al.* (2014) e corroborando Bramatti, Ferreira e Silva *et al.* (2021) descrevem em etapas como deve ser a atuação do enfermeiro frente a classificação de risco. Para a avaliação do paciente, o autor sugere, primeiramente, a coleta de dados baseado na escuta dos antecedentes clínicos do paciente, assim como a queixa principal, após, realiza-se o exame físico visando identificar o reconhecimento de padrões anormais. A partir da realização da coleta de dados e do exame físico o enfermeiro pode então realizar a tomada de decisões em que a escuta qualificada e o julgamento clínico do paciente induz ao raciocínio lógico que determinará a priorização do atendimento.

Cabe ressaltar que a cada dia os hospitais do Brasil vêm implantando protocolos para auxiliar os enfermeiros a classificar o risco, visando segurança do paciente e respaldo aos profissionais (SOUZA *et al.*, 2011).

O Protocolo de Manchester é o mais utilizado no Brasil, caracterizado por conceitos internacionais; o mesmo tem como objetivo padronizar o atendimento

das emergências ao estabelecer a necessidade de preferência do atendimento a partir da condição clínica do paciente. Para desenvolver atividades frente ao protocolo os enfermeiros necessitam de capacitação específica em protocolos informatizados.

Salienta-se que para realizar a implementação do Protocolo de Manchester é necessário capacitações, acompanhamentos e auditorias, além do cumprimento de algumas etapas primordiais para a implantação do sistema (GRUPO BRASILEIRO DE CR, 2013).

Para Roncalli *et al.* (2017) a resistência dos profissionais frente ao protocolo de classificação de risco, pois o mesmo é completo de novos conceitos que resultam em mudanças de paradigma, além do longo tempo de serviço profissional que o protocolo retém.

Assim sendo, observa-se que o Protocolo de Manchester é informatizado, porém direciona a classificação de risco em todos os serviços de urgência e emergência (SOUZA *et al.*, 2011).

Em consequência de ser um protocolo informatizado, os profissionais enfermeiros encontram dificuldades diante a classificação de risco, assim como pontos positivos que auxiliam em seu processo de trabalho.

4.3 DIFICULDADES VIVENCIADAS PELO ENFERMEIRO

A classificação de risco facilita o trabalho do enfermeiro, pois permite estabelecer uma previsão de atendimento aos usuários, assim como institui uma estratégia organizacional do serviço de emergência. (SANTOS, 2014)

A classificação de risco é um processo dinâmico, de identificação de pacientes que necessitam de tratamento imediato, de acordo com o potencial de risco, os agravos à saúde, assim como o grau de sofrimento, devendo o atendimento ser priorizado de acordo com a gravidade clínica do paciente, e não com a ordem de chegada ao serviço (SOUZA *et al.*, 2011).

O Protocolo de Manchester é visto como uma forma de contribuição para o trabalho do enfermeiro, pois o mesmo direciona a prática clínica do profissional gerando maior segurança ao paciente.

Neste contexto, outro autor retrata o mesmo, quando refere que os fluxogramas são importantes ferramentas de trabalho quando usados e inseridos

corretamente no processo de classificação de risco, pois tem o intuito de promover uma ampla reflexão da equipe sobre o processo de trabalho (BRASIL, 2009).

Porém os enfermeiros enfrentam também algumas dificuldades ao atuarem na classificação de risco, que muitas vezes não são geradas dentro das unidades de urgência e emergências e sim nas unidades básicas de saúde, a falta de referência e contra referência é o principal, destacando também os pacientes que buscam as emergências orientadas pelas unidades básicas de saúde por problemas que podiam ser resolvidos no próprio local. Essa conduta resulta no aumento do fluxo dos pacientes que não se remetem às urgências e emergências.

O desconhecimento da população e a baixa resolutividade da rede de atenção primária podem contribuir com o aumento da demanda espontânea nas unidades de emergências, pois nesse contexto a alta demanda desses pacientes sem o encaminhamento adequado para as unidades de saúde de menor complexidade assistencial, muitas vezes leva o profissional de saúde a desenvolver a classificação de risco em meio a um ambiente complexo, cercado de demandas que não são prioridades dos serviços de urgência resultando em um espaço de tensão (COSTA *et al.*, 2015).

O não conhecimento do Protocolo de Manchester pelos outros membros da equipe também é citado como dificultador do trabalho do enfermeiro, pois segundo os Artigos 1,8 alguns médicos não entendem o motivo da classificação de risco, não concordando com a classificação, acabam atendendo o paciente pelo horário em que chegou e não pela cor estipulada no Protocolo de Manchester.

Em relação aos fluxogramas, a discussão e o entendimento dos mesmos são indispensáveis para obter resultados positivos no controle à demanda e a priorização dos agravos para o atendimento (COSTA *et al.*, 2015).

Visto as dificuldades que os profissionais classificadores de risco são submetidos, assim como suas percepções sobre as contribuições que a classificação de risco pode proporcionar, surge a necessidade de abordar os sentimentos desse profissional frente a classificação de risco.

4.4 O SENTIMENTO DOS ENFERMEIROS FRENTE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Dentre os sentimentos relatados pelos profissionais, o prazer é um deles, pois as práticas no acolhimento com avaliação e classificação do risco proporcionam maior aproximação do profissional ao paciente contribuindo então para suprir as necessidades de saúde dos mesmos. Nesse contexto, os enfermeiros também relatam sentir satisfação por realizar o cuidado de enfermagem frente à classificação de risco, pois se sentem autônomos ao agilizar o atendimento dos pacientes mais graves. O profissional que classifica o risco, promove autonomia, administração do local, assim como humanização e um atendimento de qualidade almejado pelo paciente (BELLUCCI JÚNIOR; MATSUDA, 2012).

A frustração, estresse e cansaço são sentimentos citados pelos profissionais, principalmente pelo motivo das superlotações de pacientes que não necessitam ser atendidos pelas unidades de urgência e emergência. As dificuldades para enfrentar situações de violência também são citadas pelos profissionais, já que os profissionais remetem a sofrer algum tipo de violência ao realizar a classificação de risco.

Desta forma cabe salientar, que os profissionais de saúde que exercem sua função no acolhimento e classificação de risco, podem vir a apresentar sofrimento no trabalho muitas vezes por desempenhar suas atividades em um ambiente complexo, cercado de demandas que não se referem à finalidade do trabalho (GUEDES; HENRIQUES; LIMA, 2013).

Segundo Nunes *et al.* (2017) aponta o sofrimento do profissional ao reconhecer seu discurso vazio com os pacientes sobre o funcionamento das redes básicas de saúde, pois, por mais que os mesmos atendam e realizem a orientação sobre o serviço de saúde correto para o paciente, os mesmos sabem da realidade como a falta de: medicações, resolutividade e principalmente de referência e contrarreferência.

Há necessidade da rede primária de dar mais resolubilidade aos casos, melhorar a articulação com os diferentes níveis de assistência, promover treinamento permanente a equipe assim como adequar a estrutura gerencial e funcional desses serviços (COSTA *et al.*, 2015).

Para atuar na classificação de risco rodeado desses sentimentos, cabe aos enfermeiros o revezamento de seis em seis horas, não sobrecarregando os mesmos da cansativa tarefa que é classificar Costa *et al.* (2021).

Porém, outro autor expressa que não há pesquisas que evidenciem o tempo necessário de permanência do enfermeiro em tal atuação (DURO *et al.*, 2014).

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos estudados nesta revisão permitiram identificar e analisar as evidências disponíveis no período de 2011 a 2021, relacionados à atuação do enfermeiro frente à classificação de risco nos serviços de urgência e emergência.

Em relação ao papel do enfermeiro frente à classificação de risco, os artigos destacaram a tomada de decisões como a principal função do enfermeiro classificador. Assim como obter alguns requisitos como: conhecimento teórico, agilidade, ser resolutivo e principalmente garantir a melhoria do serviço.

Constatou-se que a classificação de risco proporciona algumas contribuições na vida do profissional como a estratégia organizacional que o enfermeiro adquire, melhorias no gerenciamento atribuída ao Protocolo de Manchester que estabelece a priorização dos atendimentos. Como dificuldades, o excesso de demanda não relacionado à emergência ganha destaque.

Outro aspecto relevante da pesquisa foram os sentimentos vivenciados pelo enfermeiro classificador, que nos mostra que o profissional sente prazer e satisfação ao classificar o risco, pois prevalece a autonomia dos mesmos durante essa função.

Nesse contexto, os mesmos relatam cansaço, frustrações e estresse devido ao ritmo intenso de trabalho, medo e dificuldades frente a situações de violência dos pacientes. Dessa forma, para atuar na classificação de risco, rodeado de tais sentimentos, cabe aos profissionais enfermeiros realizarem tal função, não se sobrecarregando, e evitando doenças relacionadas ao trabalho.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. M.; DURO, C. L. M.; LIMA, M. A. D. S. Atividades do enfermeiro nos sistemas de triagem/classificação de risco nos serviços de urgência: revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, n. 4, p. 181-190, dez. 2012. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1983-14472012000400023>.

BELLUCCI JÚNIOR, J. A.; MATSUDA, L. M. Implantação do sistema acolhimento com Classificação e Avaliação de Risco e uso do Fluxograma Analisador. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 217-225, mar. 2012. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072012000100025>.

BRAMATTI, R.; FERREIRA, O. T. SILVA, R. K. B. O papel do enfermeiro na classificação de risco na urgência e emergência -baseado no Protocolo de Manchester. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL; 19. 2021. Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/13-10-2021--21-56-37.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde. Brasília: Secretaria-Executiva - Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, 2004a.

BRASIL. Ministério da saúde. **Política Nacional de atenção às urgências**. 3.ed. Brasília. Ministério da saúde. 2006a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização - Humaniza SUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS 2. ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011**, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2048, de 5 de novembro de 2002**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Política nacional de Humanização da atenção e Gestão do SUS. **Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência**. Brasília: Ministério da saúde, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf

CAMARGO NETO, O. *et al.* The Nurse's Acting in the Welfare and Risk Classification System in Health Services. **Journal of Health Sciences**, v. 20, n. 4, p. 295-392, 30 mar. 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.17921/2447-8938.2018v20n4p295-302>.

CAMPOS, T. S. *et al.* Acolhimento e classificação de risco: percepção de profissionais de saúde e usuários. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 33, p. 1-11, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2020.9786>.

CAVALCANTE, R. B. *et al.* Acolhimento com classificação de risco: proposta de humanização nos serviços de urgência. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/288>. Acesso em: 18 out. 2022.

CESAR, M. P. *et al.* Percepção de usuários de um pronto atendimento 24 horas acerca da classificação de risco. **Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online**, v. 13, p. 330-335, 9 mar. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.8604>.

COFEN (Conselho Federal de Enfermagem (Brasil)). **Resolução COFEN n. 423/2012**. Normatiza, no Âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, a Participação do Enfermeiro na Atividade de Classificação de Riscos. Brasília: COFEN, 2012.

COFEN (Conselho Federal de Enfermagem (Brasil)). **Resolução COFEN n. 661/2021**. Atualiza e normatiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, a participação da Equipe de Enfermagem na atividade de Classificação de Risco. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-661-2021_85839.html. Acesso em: 18 out. 2022.

COSTA, F. F. *et al.* A eficácia da aplicação do Protocolo de Manchester na Classificação de Risco em Unidades de Pronto Atendimento: uma revisão sistemática. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/211>. Acesso em: 10 out. 2022.

COSTA, M. A. R. *et al.* Admittance of Risk-Classified Cases: assessment of hospital emergency services. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 491-497, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20150065>.

DINIZ, A. S. *et al.* Demanda clínica de uma unidade de pronto atendimento, segundo o protocolo de Manchester. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 312-320, 30 jun. 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v16i2.21700>.

DURO, C. L. M. *et al.* Percepção dos enfermeiros sobre a classificação de risco em unidades de pronto atendimento. **Revista Rene**, v. 15, n. 3, p. 447-454, 2014.

DURO, C. L. M.; LIMA, M. A. D. S. The nurse's role in emergency triage systems: literature analysis. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 9, n. 3, p. 0, 2010. Doi: <http://dx.doi.org/10.5935/1676-4285.20103132>.

GATTI, M. F. Z. **Triagem de enfermagem em serviço de emergência**. São Paulo: Papyrus, 2008.

GRUPO BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO. **Diretrizes para implementação do sistema Manchester de classificação de risco nos pontos de atenção às urgências e emergências**, 2013. Disponível em: <https://www.gbcr.org.br/wp-content/uploads/2021/03/DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

GUEDES, M. V. C.; HENRIQUES, A. C. P. T.; LIMA, M. M. N. Acolhimento em um serviço de emergência: percepção dos usuários. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 1, p. 31-37, fev. 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672013000100005>.

MACHADO, G. V. C. *et al.* A visão do usuário em relação à qualidade do atendimento em um serviço de urgência. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, e1777, 2016. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2057>. Acesso em: 20 out. 2022.

MEDEIROS, A. L. S. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades**: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

NUNES, B. X. *et al.* Atuação do enfermeiro no acolhimento com classificação de risco: caracterização do atendimento mediante protocolos: uma revisão da literatura. **Revista eletrônica de trabalhos acadêmicos Universo**, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3GOIANIA4&page=article&op=view&path%5B%5D=6462>. Acesso em: 18 out. 2022.

RONCALLI, A. A. *et al.* Protocolo de Manchester e população usuária na classificação de risco: visão do enfermeiro. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 31, n. 2, p. 16949, 27 jun. 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v31i2.16949>.

SANTOS, M. A. Acolhimento com classificação de risco: um fio guia da administração em emergência. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 6, n. 3, p. 56-69, 2014. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/323>. Acesso em: 18 out. 2022.

SHIROMA, L. M. B.; PIRES, D. E. Classificação de risco em emergência: um desafio para as/os enfermeiros/os. **Enfermagem em Foco**, v. 2, n. 1, p. 14-17, 2011. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/67/54>. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, L. R. *et al.* Protocolo de Manchester: implementação e execução. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 10, n. 32, p. 33-44, 2021. Disponível em:

<https://www.faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/70/55>.
Acesso em: 18 out. 2022.

SOUSA, K. H. J. F. *et al.* Humanização nos serviços de urgência e emergência: contribuições para o cuidado de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, e20180263, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180263>.

SOUZA, C. C. *et al.* Risk classification in an emergency room: agreement level between a brazilian institutional and the manchester protocol. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 26-33, fev. 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692011000100005>.

A FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL SEM METAFÍSICA (?): A LEITURA DE KERVÉGAN SOBRE OS SENTIDOS E A POSSIBILIDADE DO RESGATE DA FILOSOFIA HEGELIANA A PARTIR DA DIALÉTICA

DOMINGUES, André Luan¹
SILVA, Everton Luís da²

RESUMO

O presente artigo apresentará uma leitura da Filosofia do Direito de Hegel a partir da proposta de François Kérvegan. Para tanto, as indagações-problema fundamentais passam por se perguntar que papel a Filosofia do Direito desempenha em termos de sistema filosófico hegeliano? Ou antes: há um sistema filosófico? Se houver o que garante a coerência desse sistema? Em que medida a relação real e racional pode ser lida metafisicamente? O objetivo é demonstrar se existe qual a importância da metafísica – anunciada inicialmente – para o sistema filosófico de Hegel: A esse respeito, Kérvegan procura explicar o que venha a significar o termo metafísica no léxico hegeliano – outro ponto de destaque para a discussão. Além disso, será apresentado o impasse entre “velhos hegelianos” (leitura ortodoxa) e “jovens hegelianos” (que tentam salvar Hegel da “escória metafísica”) e, sob o risco de também privá-la de sua potência e coerência, Kérvegan (2018, p. X), colocando a si mesmo na encruzilhada dessas posições para distinguir o “que está vivo” e “o que está morto” em Hegel. Seu resgate será feito como o fez Honneth com a doutrina da *Sittlichkeit*, em Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel.

PALAVRAS-CHAVE: Dialética – Filosofia Hegeliana – Metafísica.

ABSTRACT

This paper will present a reading of Hegel's Philosophy of Law based on François Kérvegan's proposal. To this end, the fundamental problem-questions are: what role does the Philosophy of Law play in terms of a Hegelian philosophical system? Or rather: is there a philosophical system? If there is, what guarantees the coherence of such a system? To what extent can the real and rational relationship be read metaphysically? The aim is to demonstrate if there is what the importance of metaphysics - initially announced - is for Hegel's philosophical system: In this respect, Kérvegan seeks to explain what the term metaphysics comes to mean in the Hegelian lexicon - another point of emphasis for the discussion. Furthermore, the impasse between "old Hegelians" (orthodox reading) and "young Hegelians" (who try to save Hegel from "metaphysical dross") will be presented and, at the risk of also depriving it of its potency and coherence, Kérvegan (2018, p. X), placing himself at the crossroads of these positions to distinguish "what is alive" and "what is dead" in Hegel. His rescue will be done as Honneth did with the doctrine of *Sittlichkeit* in "Suffering from indeterminacy: an attempt at a reactualization of Hegel's Philosophy of Right : two lectures".

KEYWORDS: Dialectic - Hegelian Philosophy - Metaphysics.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de Hermenêutica Jurídica e Direito Civil do curso de Direito no UGV – Centro Universitário – União da Vitória/PR.

² Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de Filosofia do Direito e Direito Constitucional do curso de Direito no UGV – Centro Universitário – União da Vitória/PR.

Emblemática como todas as suas obras, a Filosofia do Direito de Hegel seria capaz de fornecer, ainda hoje, instrumentos para a compreensão e/ou para o delineamento de um pensamento político-filosófico que não padeça de anacronismos? Se sim (essa é uma hipótese), até onde pode o pensamento hegeliano ser útil contemporaneamente? Dito de outra forma: o que ainda há de vivo e o que morreu no pensamento de Hegel – e que poderia servir ao presente?

O presente trabalho procura apontar possíveis respostas a partir da leitura feita por Jean-François Kervégan especialmente na sua análise sobre o (polêmico) Prefácio da Filosofia do Direito de Hegel. Para tanto, o trabalho se dividirá em três capítulos.

Na primeira parte será aberta a discussão desde a célebre passagem hegeliana “o que é racional é real e o que é real é racional”, ocasião em que serão explicitadas análises de Kervégan e outros autores acerca das implicações dessa citação como o caráter tautológico, a sua processualidade, até sinalizar em direção à ontologia e chegar na tarefa (ou dever) da filosofia – por mais que Hegel não pretenda fazer uma filosofia normativa.

Já na segunda parte será abordada a questão da (in)existência de um sistema filosófico hegeliano e os (possíveis) sentidos da sua metafísica à luz da visão de Kervégan. Será destacado o desenho geral da obra de Hegel, para situar a Filosofia do Direito no quadro da obra de Hegel e verificar se ela compõe ou não um sistema maior, conectado com a Lógica, por exemplo.

Finalmente, será analisada a possibilidade ou não de se resgatar o pensamento hegeliano para o presente – mesmo com a atual recusa à metafísica – , especialmente em termos de filosofia política e, sobretudo, se eventual recuperação desse pensamento exigiria, sempre, a sua adoção enquanto sistema filosófico, cujo abandono de uma engrenagem comprometeria toda a sua estrutura ou se, ao contrário, seria possível um resgate fragmentado sem que isso signifique um recorte arbitrário.

1. ENTRE O REAL [EFETIVO] E O RACIONAL: TAUTOLOGIA, PROCESSUALIDADE, ONTOLOGIA E A TAREFA (?) DA FILOSOFIA

“*Was vernünftig ist, das ist wirklich; und was wirklich ist, das ist vernünftig*”³ é certamente o excerto mais citado de Hegel. Fonte de muitas interpretações negativas para a sua obra, o trecho costuma suscitar críticas a partir da ideia de “glorificação” do real, enquanto presente e busca de sua eternização, enquanto racional, ou seja, enquanto a fonte da verdade e certo normatizar, sedimentando-se assim uma inicial crítica liberal ao hegelianismo.

Nesse sentido, indica Kervégan (2018, p. XVIII) que “Von Thaden admite que esta frase do prefácio é, em geral, fiel às linhas gerais da filosofia hegeliana; entretanto, embora ele explique por que isso lhe parece politicamente falso ou inapropriado, ele não diz como isso é filosoficamente verdadeiro.”

Assim, necessário indagar-se: qual o real significado da correspondência entre o real e o racional a partir da própria metodologia e da ideia de sistema de Hegel?

O ponto de partida em tentativa de resposta pode ser demonstrado da seguinte maneira:

De acordo com a tradução comum – que corresponde à interpretação mais frequente e, ao que parece, ao significado óbvio das palavras – a frase do prefácio de 1820 significa “o que é racional é real e o que é real é racional”. É fácil ver onde leva tal interpretação, pois a visão da filosofia hegeliana que permanece mais difundida repousa sobre ela. (KERVÉGAN, 2018, p. XVIII)

Pode-se afirmar que é desta visão compreensiva, que qualifica como inadequada, que surgem as grandes críticas ao conservadorismo e ao que indica como “quietismo” da filosofia hegeliana, ou seja, a ideia que, há um perpetuar que parte da absoluta leitura de afastamento total das contingências somada à uma pura ausência de liberdade, por uma espécie de determinismo, apontado ainda como a prisão ao conceito de conceito, onde seria, então, a filosofia hegeliana totalitariamente fixada e rígida.

Todavia, é preciso dizer que “quando Hegel postula que ‘tudo o que é real é racional’, ele não nega radicalmente a contingência e, desse modo, não sacrifica a liberdade [...]” (KERVÉGAN, 2018, p. XVIII). O autor critica a interpretação determinista:

³ Tradicionalmente traduzido como “O que é racional é real e o que é racional”. Em uma das traduções para o português, traduzida (mais literalmente) também como: “O que é racional, isto é efetivo; e o que é efetivo, isto é racional” (HEGEL, 2010, p. 43).

Às vezes é esquecido que na segunda edição da Enciclopédia (1827), Hegel contesta formalmente essa interpretação do ditado do prefácio da Filosofia do Direito, ao mesmo tempo que reconhece que “essas proposições simples pareceram chocantes para muitos.” Lê-lo como dizendo que “[todo] o real é racional” é ignorar a distinção conceitual que a Ciência da Lógica estabelece entre *Realität* e *Wirklichkeit*, entre a realidade do *Dasein* empírico, contingente, como é analisado na primeira seção da lógica do ser, e atualidade, como é apresentada na terceira seção da lógica da essência. (KERVÉGAN, 2018, p. XX)

Nos termos da lógica hegeliana, o real “é aquele que, caracterizado pela finitude de sua determinação qualitativa e pela variabilidade de seu limite quantitativo, pode ser sempre diferente do que é ele mesmo – este é o sentido do famoso ser – sequência de devir-nada com a qual a Lógica se abre – necessária e incessantemente torna-se diferente do que é [...]” (KERVÉGAN, 2018, p. XX)

Nesse sentido, afirma o autor que é necessário compreender que “[...] o real é existência em sua contingência intransponível e sua factualidade, mas também na evidenciação enganosa de sua presença: ele está aí” (KERVÉGAN, 2018, p. XXI) podendo-se afirmar que, no pensamento hegeliano, a realidade difere da chamada atualidade, de forma que estas correspondem a diferentes níveis de pensamento sobre o que é.

Se nos termos da Lógica efetivada a compreensão da diferença entre *Realität* e *Wirklichkeit*, ter-se-ia o real como aquele que, dentro do próprio real, consegue desvelar sua racionalidade, de forma que se poderia então substituir o excerto por: o que é racional é racional.

Na construção da resposta para tal problema, Kervégan aponta para a necessidade de retorno à definição de atualidade [efetividade] na Lógica, decantando-se assim a unidade de significado da expressão *Wirklichkeit*:

Wirklichkeit em sua totalidade designa a coincidência processual e móvel do interno e externo, qualquer que seja o nome que eles usem: substância e acidente, necessidade e contingência, causa e efeito. Esse processo é o que Hegel chama de manifesto ou revelador, onde revelar é entendido como o fato de que a “interioridade” essencial “é, em si mesma, nada além disso: expressar-se”. Assim, ao contrário das formas de imediatismo anteriormente encontradas (ser, existência, fenômeno), “o atual é, portanto, manifestação... Isso significa que em sua exterioridade, e somente nela, ele é ele mesmo.” (KERVÉGAN, 2018, p. XXIV)

Fundado na apontada processualidade da frase que encerra o item precedente, Kervégan inicia se questionando sobre o que tal frase significa para as ciências (filosóficas) reais e, especialmente para a doutrina do espírito objetivo. Isso se dá porque aí residiria a relação da filosofia com a realidade.

A resposta de Hegel é a de que uma vez que a filosofia é a exploração do racional, é por isso mesmo a compreensão do presente e do real[efetivo], não a criação de um mundo além, sabe-se lá Deus onde deveria estar. (HEGEL, 2010, p. 41)

Segundo Kervégan, Hegel enfatiza a recusa ao normativismo e assevera que não é tarefa da filosofia prescrever a realidade em relação ao que deve ou deveria ser, uma vez que para além do ser nada existe. A tarefa da filosofia é "conceituar o *que é*, pois o *que é* é a razão" (HEGEL, 1991, p. 21.) – daí a identidade entre o real (efetivo) e o racional de que falava Hegel.

O autor, então, tenta definir termos:

O que é: não é, claro, ser-aí concreto imediato em sua empiricidade, ou mesmo existência ou fenômeno, que estão sempre como que distantes da essencialidade que refletem, mas sim do efetivo, o presente como presença e atualidade [*actualitéé*] do racional.

Razão: não uma razão abstratamente normativa que pretende ensinar ao mundo como "deveria ser", mas sim a razão que é o "pensamento do mundo" ou o autopensamento de um mundo que descobre que contém a verdade, e aprende a se considerar como tal. (KERVÉGAN, 2018, p. 26)

Mas, pergunta-se Kervégan (2018, p. XVIII), se a equação do real e do racional significa nada além de uma congruência da racionalidade consigo mesma, a concordância da "razão como espírito autoconsciente" e "razão como realidade [efetividade] presente", a suspeita de Haym, de que a fórmula hegeliana seria uma tautologia não estaria justificada?

A resposta à tal questão Kervégan procurará nas passagens hegelianas sobre a República de Platão. Segundo o autor, Hegel teria identificado que Platão teria previsto (e eliminado) o efeito político do surgimento da liberdade subjetiva ao, por exemplo, excluir do seu horizonte a escolha da posição social (que é imposta) ou do cônjuge (comunismo sexual), bem como a propriedade privada. Em suma, Platão teria eliminado tudo o que a humanidade moderna demandaria em nome da ideia de liberdade. (KERVÉGAN, 2018, p. XXIX)

Daí porque dirá que é um traço fundamental da

[...] *Sittlichkeit* moderna sustentar que o universal não pode ser verdadeiramente universal a menos que acolha dentro de si o princípio da particularidade e reconheça o direito dos sujeitos de pensar e desejar por si próprios e que o Estado deve deixar desenvolver dentro de si uma sociedade civil que leva seu “princípio unilateral” à sua conclusão lógica. (HEGEL *apud* KERVÉGAN, 2018, p. XXIX)

Portanto, Platão contribui para que se perceba que a República é o registro de certa apreensão da natureza da ética grega que se via penetrada por um princípio mais profundo e que viria a substituir essa racionalidade, além de demonstrar os limites históricos dessa racionalidade. Isso revela, ainda, de modo simultâneo, a racionalidade da realidade (efetividade) e a realidade (efetividade) do racional.

Assim, Hegel assume uma perspectiva de processualidade (não-tautológica) que admite que o espírito objetivo como eticidade (*Sittlichkeit*), ao produzir uma imagem de si mesmo no pensamento, dirige-se à sua própria transformação – o que sinalizaria um futuro. Mas aí outra pergunta subjaz: “[...] esse futuro de um mundo histórico é ele mesmo de natureza histórica? É *outra figura* do mundo ou *outro mundo*?” (KERVÉGAN, 2018, p. XXX)

Kervégan começa se perguntando do que trata a doutrina do espírito objetivo como ciência real. E segue pontuando que o racional não é mera cópia do real, de modo que apreender a racionalidade do real [efetivo], como feito no exemplo platônico, é identificar o motor que leva o real para além de si mesmo. Em outras palavras, trata-se de pensar na contradição que iniciará um novo mundo. (KERVÉGAN, 2018, p. XXXI)

Nesse contexto, dois julgamentos hegelianos precisam ser destacados: a filosofia “é seu próprio tempo compreendido em pensamentos” e “o que importa é reconhecer na aparência do temporal e do transitório a substância que é imanente e o eterno que está presente.” A questão que surge dessa aparente contradição é: “Como pode a filosofia ser simultaneamente a *filha de seu tempo* e a expressão de uma verdade atemporal – mesmo quando seu objeto é intrinsecamente histórico?” (KERVÉGAN, 2018, p. XXXI)

Kervégan dirá que, no Prefácio, Hegel situará o leitor para prepará-lo à resposta:

Este tratado, portanto, na medida em que trata da ciência política, não deve ser nada mais do que uma tentativa de compreender e retratar o estado como uma entidade inerentemente racional. A instrução que possa conter não pode ser objetivando instruir o Estado sobre como ele deve ser, mas antes mostrar como o Estado, como universo ético, deve ser compreendido. (HEGEL, 1991, p. 21)

É bom lembrar mais uma vez: Hegel considera todas as formas de normativismo como incompatíveis com a subordinação do pensamento ao presente ou ao real [efetivo], de tal forma que não é papel da filosofia imaginar o que o Estado *deveria ser*. No entanto, outra questão surge: em que medida seria tarefa da filosofia apresentar *como* o Estado deve ser compreendido? A despeito das acusações de quietismo e servilismo lançadas por alguns autores contra Hegel, Kervégan dirá que é preciso entender a obra hegeliana tanto como “exploração do racional” quanto “compreensão do presente e do real [efetivo]”.⁴

Mas e quanto à filosofia política ou, em termos hegelianos, à doutrina do espírito objetivo, qual é o seu objeto? Kervégan (2018, p. XXXIII) aduzirá que pensar o político⁵ “[...] como *a imagem e a efetividade da razão* é medir o que, em sua própria constituição, a excede. Não no sentido de que haveria, além do Estado e da História, uma verdade absoluta, intangível, metafísica: o espírito infinito não tem espaço distinto do espaço do espírito em sua finitude subjetiva e objetiva.”

Segundo ele, a filosofia, como pensamento do racional na realidade [efetividade] que é, suscita o intransponível limite de toda forma ou grau de efetividade, a qual decorre do fato de que seu *pensamento* precede logicamente seu *ser*. (KERVÉGAN, 2018, p. XXXIII). Esse “atraso” cronológico é expresso por Hegel na célebre metáfora da coruja de Minerva, que apenas alça voo por ocasião do crepúsculo (HEGEL, 1991, p. 21).

É por isso que, defenderá Kervégan (2018, p. XXXIII), “o pensamento do espírito em sua efetividade só surge ao anoitecer, precisamente quando uma de

⁴ E acrescenta: “A filosofia é um pensamento do presente. Sua vocação é, portanto, o conhecimento racional da realidade [efetividade], ou antes, deixar a realidade [efetividade] chegar, em si mesma, à consciência de seu próprio grau e forma de racionalidade. Mas, assim como a efetividade não é idêntica à realidade, o presente que a filosofia pensa não é o que ocorre contingentemente; é a presença atemporal do racional no tempo do evento.” (KERVÉGAN, 2018, p. XXXII).

⁵ Aí inclusos o Direito, a sociedade civil e a própria História.

suas figuras deixa de ser efetiva. É por isso que esse pensamento só se torna completo ao transgredir seu objeto – isto é, ao se revelar filosofia *tout court*.

Daí porque, para finalizar, o autor dirá que, fundamental na filosofia de Hegel, a conjugação entre o racional e o real [efetivo] demonstra o que ele chama de "relatividade da filosofia política" ao mesmo tempo que define sua tarefa. (KERVÉGAN, 2018, p. XXXIII).

A partir de tais reflexões, vários desdobramentos surgem no horizonte e provocam questões como: que papel a Filosofia do Direito desempenha em termos de sistema filosófico hegeliano? Ou antes: há um sistema filosófico? Se houver o que garante a coerência desse sistema? Em que medida a relação real e racional pode ser lida metafisicamente?

2. O SISTEMA FILOSÓFICO HEGELIANO E OS (POSSÍVEIS) SENTIDOS DA SUA METAFÍSICA EM KERVÉGAN

A leitura e interesse de Kervégan, a partir da análise do pensamento hegeliano, aponta que “em Filosofia do direito, Hegel enfatiza constantemente a interdependência entre a doutrina do espírito objetivo e a Lógica, à qual faz cerca de vinte referências explícitas,” (KERVÉGAN, 2018, p. VIII) demonstrando, desta maneira que, como parte do sistema, a doutrina do espírito absoluto está fundada e/ou contida na doutrina da lógica, constituindo-se assim, a própria ideia hegeliana de sistema.

“Dessa forma, a totalidade de conceitos e conhecimentos da razão representa o absoluto, englobando a totalidade da realidade, sob forma de sistema.” (LUDWIG, 2011. p. 59).

Nesse contexto, surge então como problemática a ideia de se pensar e analisar a Filosofia do Direito de Hegel na condição de extensão de sua Lógica, enquanto uma leitura chamada mais tradicional e efetivada pelos “velhos hegelianos” ou, ainda, uma possível leitura diferente, efetivada pelos “novos hegelianos” a partir da ideia que descola a Filosofia do Direito de sua Lógica, ou seja, uma abordagem que, em um primeiro momento é pautada na ideia de que se deve e se pode fazer uma leitura dita não-metafísica de Hegel e, ao mesmo tempo, fazer-se uma espécie de leitura contingencial (concreta desde o princípio até o fim dialético que se torna novo princípio), a qual indica a possibilidade de

buscar atualizar a Filosofia do Direito hegeliana e, também, a sua noção de espírito absoluto, indo-se para além da aplicação meramente formal, metodológica das ideias hegelianas, empregadas estas na condição de efetivamente ponto de partida para compreensão do atual e sua modificação, inclusive.

Kervégan aponta leituras que compreendem a possibilidade de compreensão de Hegel a partir da ideia de que este “não apresenta o absoluto como acabado, que se recolhe em si mesmo. É um novo começo, o real começo” (LUDWIG, 2011. p. 60) onde o “dialético tem seu ponto mais elevado na Ideia de Absoluto: o pensar que pensa o pensamento,” (LUDWIG, 2011. p. 59), sendo que assim compreende-se que “Hegel resolve, a seu modo, o antagonismo da separação entre sujeito e mundo objetivo – antagonismo que persistem em Kant e Fichte – no Absoluto, descrito originariamente, de forma negativa, como ausência de determinações” (LUDWIG, 2011. p. 59) negando-se assim uma leitura normativista da e para realidade.

Quanto ao dialético:

O movimento dialético em Hegel não se restringe ao método de pensar, mas, ao contrário, refere-se ao próprio movimento da realidade. O primeiro movimento dialético apresenta o Absoluto como ponto de partida e de chegada de todo o processo, refletido na sucessão das figuras da experiência, que culmina no saber Absoluto, momento da adequação da certeza do sujeito com a verdade do objeto (LUDWIG, 2011. p. 54)

Mas qual a importância da metafísica – anunciada inicialmente – para o sistema filosófico de Hegel? A esse respeito, Kervégan (2018, p. XIII), procura explicar o que venha a significar o termo metafísica no léxico hegeliano. Defenderá ele que a questão não parece suficientemente clara em termos de desvendar a intenção geral do hegelianismo, mas que seria possível se arriscar em definir dois extremos em termos de posição aceitáveis: “(1) a metafísica de Hegel é sua *Lógica*; (2) A metafísica de Hegel é sua doutrina do espírito absoluto.”

Entendida como sendo a *Lógica*, a metafísica de Hegel estaria caracterizada justamente porque cabe à *Lógica* “tomar o lugar de” e, simultaneamente, “tomar sobre a” metafísica tradicional, ainda pré-crítica. Tratar-se-ia de admitir que o discurso racional é um discurso do ser, logo, que a *Lógica*

é ontológica. Portanto, não um discurso sobre o ser, mas um discurso do ser. Nesse sentido a Lógica/metafísica hegeliana definiria não apenas as condições de possibilidade para pensar o pensável, como em Kant, mas o “próprio regime de estar engajado em um processo único de verificação em seu gênero” (KERVÉGAN, 2018, p. XIV). Assim, se a Lógica substitui a metafísica (entendida como ciência do ser enquanto ser), o programa de uma teoria do (verdadeiro) discurso da substância, elevando-se a sujeito, deve ser substituído por uma teoria das condições de possibilidade da experiência (KERVÉGAN, 2018, p. XIV).

Se tomada como a doutrina do espírito absoluto, a metafísica de Hegel deriva da própria autorrepresentação do hegelianismo, embora não seja necessariamente parte do desenvolvimento das ciências reais [filosóficas] – da filosofia da natureza e do espírito finito. A doutrina do espírito objetivo não é pensável coerentemente sem a lógica, mas talvez possa sê-lo sem a filosofia da religião – o que, em certas situações se torna insustentável. Hegel tenta responder o problema da crise estrutural da sociedade civil com a institucionalização da vida social por meio de corporações e a aplicação adequada do Estado racional complementado por uma política hábil de usar os pobres para a expansão colonial. (KERVÉGAN, 2018, p. XIV).

O otimismo especulativo hegeliano (entendido apenas na medida em que designa a convicção de que haveria uma última resolução das contradições sociais e políticas) assim, só pode ser um otimismo metafísico e contraintuitivo, o mesmo que o teria motivado a afirmar no prefácio de que “[...] ‘O racional é real e o real é racional’, o sentido do processo histórico – ‘o racional torna-se real e o real torna-se racional’ – e mesmo de uma necessidade especulativa: ‘deve ser assim!’” (KERVÉGAN, 2018, p. XV)

Kervégan, então, assinala que, diante dessas posições acerca da metafísica em Hegel, a sua (discutível) é a de que:

[...] quando o otimismo especulativo de Hegel (pelo menos dentro da doutrina do espírito objetivo) parece ser contraditado pelo estado do mundo ou contrastar com o que nos é dado saber dele, está enraizado não apenas na Lógica como teoria do discurso e do ser (onto-lógico), mas também na doutrina do espírito absoluto, ou pelo menos naquilo que dentro do espírito objetivo ecoa espírito absoluto (“o espírito do mundo”) (KERVÉGAN, 2018, p. XV)

Tal visão, confessadamente pouco ortodoxa, faz parecer que Kervégan tolhe toda a potência do pensamento hegeliano, retirando-lhe um elemento (talvez o mais importante) de coerência de todo o sistema filosófico, implodindo-o. É a esse respeito que é preciso pensar.

3. UMA FILOSOFIA FRAGMENTADA OU A HIPÓTESE DA VIVIFICAÇÃO? KERVÉGAN E A POSSIBILIDADE DE UMA FILOSOFIA HEGELIANA SEM METAFÍSICA

Antes de se avançar é necessário dar alguns passos atrás.

Kervégan afirmará que passou anos dedicado ao estudo da Ciência da Lógica e que sempre tomara os escritos político-jurídicos de Hegel não como a expressão de opiniões ou mesmo posições teóricas na filosofia política, mas como elementos de um sistema que teria na Ciência da Lógica o seu nexos significativo (KERVÉGAN, 2018, p. VIII).

Em outros termos, o autor admite sua visão inicial identificada com uma visão ortodoxa da obra hegeliana, tomada como sistema, que, assim como em Kant, está para além de um mero agregado de conhecimento – isso teria se revelado em uma carta enviada a Schelling⁶.

Sobre esse ponto, outro passo para trás precisa ser dado. De acordo com Kervégan (2018, p. IX), inicialmente levantada por Marx, a questão fundamental que se coloca é: “[...] devemos acreditar em Hegel, e em que medida, quando ele sustenta que toda a filosofia do direito (por exemplo) é uma extensão de sua Lógica?”.

Se afirmativa a resposta, não será forçoso concluir pelo risco de que toda a Filosofia do Direito seja apenas um apêndice ou, mais precisamente, um parêntese para a Lógica? Kervégan sustentará, então, que a própria posição do jovem Marx (com Engels) se alterou no sentido de reconhecer o caráter revolucionário da Lógica (em razão da dialética) no hegelianismo, posição essa

⁶ “*Dans ma formation scientifique, qui a commencé par les besoins les plus élémentaires de l’homme, je devais nécessairement être poussé vers la science, et l’idéal de ma jeunesse devait nécessairement devenir une forme de réflexion, se transformer en un système ; je me demande maintenant, tandis que je suis encore occupé à cela, comment on peut trouver moyen de revenir à une action sur la vie de l’homme*” (HEGEL *apud* KERVÉGAN, Jean-François. **L’effectif et le rationnel**. p. 10).

já encontrada em Rudolf Haym – que considerava o sistema hegeliano revolucionário em sua Lógica, mas conservador em sua prática. (KERVÉGAN, 2018, p. IX)

A posição contrária, por outro lado, defendida por muitos comentadores, é a de que é preciso “[...] separar o argumento da Filosofia do Direito tanto quanto possível de seu contexto lógico-sistemático na tentativa de torná-lo mais aceitável em um tempo e em um contexto em que o espírito absoluto não goza mais de uma boa fama.” (KERVÉGAN, 2018, p. IX)

Diante desse impasse entre “velhos hegelianos” (leitura ortodoxa) e “jovens hegelianos” (que tentam salvar Hegel da “escória metafísica”), sob o risco de também privá-la de sua potência e coerência, Kervégan (2018, p. X), então, coloca a si mesmo na encruzilhada dessas posições para distinguir o “que está vivo” e “o que está morto” em Hegel. Seu resgate será feito como o fez Honneth com a doutrina da *Sittlichkeit*, em *Sofrimento de indeterminação*⁷.

Dirá ele que é possível aproveitar as análises de Hegel acerca das tensões da sociedade civil e do sofrimento social sem que isso implique em defender ou acreditar que a institucionalização da vida social e uma boa política de governo sejam capazes de fornecer, necessariamente, uma solução positiva e definitiva. Vale dizer, e respondendo à inquietação inicial: Kervégan assevera que é a dialeticidade que se afigura como o elemento vivo e atual das análises hegelianas – o que implica na potencial necessidade de renúncia à (metafísica) fé na verdadeira reconciliação que se torna objetiva.

Eis aí o sacrifício daquilo de mais ambicioso da metafísica hegeliana; aquilo que garantiria a coerência positivamente racional do sistema: não apenas a doutrina do espírito absoluto, mas também uma parte substancial do ensinamento da Lógica (KERVÉGAN, 2018, p. XVI). Entretanto, tal sacrifício é necessário, segundo Kervégan (2018, p. XVI), “[...] por causa do que somos e do que é o nosso mundo: não vivemos mais às alturas do espírito absoluto”. E arremata: “[...] pronunciar esse diagnóstico é ainda de certo modo hegeliano, aceitando a congruência do racional e do real.” (KERVÉGAN, 2018, p. XVI).

⁷ A obra em comento foi traduzida para o português com o seguinte título: HONNETH, Azel. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Trad. Rúrion Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho foi possível responder às questões propostas a partir da interpretação não-ortodoxa de Jean-François Kervégan desde a conjugação de três momentos.

No primeiro momento foi destacada a relação (não-tautológica) contida na afirmação o que é real é racional e o que é racional é real, desmistificando-se qualquer normatividade ou interpretação que leia o excerto como se dissesse que todo o real é racional, ignorando a distinção conceitual que a Ciência da Lógica estabelece entre *Realität* e *Wirklichkeit*. Em suma, sem identificar a obra de Hegel como um sistema.

No segundo momento, identificou-se a obra de Hegel como um sistema filosófico cuja coerência se encontra na sua metafísica, a qual pode ser sinônimo de Lógica ou de doutrina do espírito absoluto. Kervégan então aposta na processualidade da afirmação, que deveria ser lida como ‘o racional torna-se real e o real torna-se racional’, o que sinalizaria uma necessidade especulativa que diz “deve ser assim”.

Finalmente, como forma de resposta ao problema: Kervégan defende uma leitura não-ortodoxa, abdicando-se da metafísica de Hegel, mormente da sua Filosofia do Direito. No entanto, afirma, a própria ideia de sistema filosófico resta comprometida na medida em que é a metafísica a responsável pela coerência sistêmica do pensamento hegeliano. Renunciar a ela significa sacrificar o que há de mais ambicioso da filosofia (metafísica) hegeliana. Por outro lado, manter e ser capaz de enxergar o que há de elemento vivo e atual das análises hegelianas: a sua dialeticidade. E se poderia acrescentar a essa conclusão de Kervégan: a dialética entendida não apenas como método ou como estrutura, nem apenas como um movimento, mas, simultaneamente, estrutura e movimento. Identificar isso, para Kervégan, não deixa de ser um modo hegeliano de abordar o próprio pensamento hegeliano, no sentido de aceitar a congruência do racional e do real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HEGEL, G. W. F.. *Elements of the philosophy of right* (H. B. Nisbet, Trad., A. W. Wood, Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**. Trad. P. Meneses *et al.* São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HONNETH, Axel. **Sufrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Trad. Rúrion Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

KERVÉGAN, Jean-François. *The actual and the rational: Hegel and objective spirit*. Trad. Daniela Ginsburg and Martin Shuster. University of Chicago Press, 2018.

_____. *L'effectif et le rationnel. Hegel et l'esprit objectif*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 2008.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia Jurídica da Libertação**: paradigmas da Filosofia, da Filosofia da Libertação e Direito Alternativo. 2 ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

A IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Perotti, Fernando Luiz¹

RESUMO

As entidades com ou sem fins lucrativos são definidas em setores, sendo os Governos denominados como Primeiro Setor, as instituições privadas definidas como Segundo Setor e, as entidades sem fins lucrativos e de caráter filantrópicas definidas como Terceiro Setor. O Terceiro Setor é a área mais antiga de empreendimento no Brasil, sendo que em 1543 foi instituída a primeira Santa Casa de Misericórdia de Santos, na cidade de Santos no estado de São Paulo, desenvolvendo os cuidados à saúde das pessoas, em caráter filantrópico. A origem do termo "Terceiro Setor" surgiu nos Estados Unidos, sendo posteriormente adotado no Brasil para definir às instituições que não se encaixavam como sendo do Estado (primeiro setor), nem da iniciativa privada com vistas aos lucros (segundo setor). Inicialmente conhecidas somente como ONGs (Organização Não Governamental), o terceiro setor teve a sua regulamentação jurídica e fiscal na Lei 13.019/14 – conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil –, onde passa a ganhar o reconhecimento como OSC (Organizações da Sociedade Civil).

PALAVRAS-CHAVE: História, Atuação, Benefícios.

ABSTRACT

Non-profit entities are defined in sectors, with governments called the First Sector, private institutions defined as Second Sector and non-profit and philanthropic entities defined as third sector. The Third Sector is the oldest area of enterprise in Brazil, and in 1543 the first Santa Casa de Misericórdia de Santos was established in the city of Santos, in the state of São Paulo. The origin of the term "Third Sector" arose in the United States, and was later adopted in Brazil to define institutions that did not fit as being of the State (first sector), nor of the private sector with a view to profits (second sector). Initially known as an NGO (Non-Governmental Organization), the third sector has its regulation in Law 13.019/14 – known as the Regulatory Framework of Civil Society Organizations – where it begins to gain recognition as OSC (Civil Society Organizations).

KEYWORDS: History, Acting, Benefits.

1. INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é composto por pessoas, que atuam em áreas onde o Estado não consegue chegar, e a iniciativa privada não tem interesse de fazê-los, já que não há possibilidade de retorno de lucros. O modo como o Terceiro Setor atua nasceu nos Estados Unidos em tempos longínquos – desde os tempos coloniais americanos – em formatos de centros de caridade, centros comunitários, igrejas, associações, dentre outros. De maneira geral, o Terceiro

¹ Fernando Luiz Perotti – Graduado em Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – Paraná, especialista em educação Matemática pelo Centro Universitário de Maringá, graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Maringá, Professor Universitário Centro Universitário Vale do Iguaçu.

Setor é composto pela sociedade civil, com pessoas dedicadas ao atendimento do público, com os mesmos fins públicos do estado, mas sem fins lucrativos como as empresas privadas, contando principalmente com a participação voluntária de mão de obra.

Apesar de ser a função do estado em gerir os benefícios da sociedade em geral, nem sempre é possível a presença do mesmo, já que alguns setores deixam de ser essenciais em função de outros setores, como por exemplo, as associações esportivas quando comparadas com a segurança pública. Diante dessa lacuna deixada pelo estado é que surgem as entidades do Terceiro Setor, representadas pelas associações, clubes, hospitais dentre muitos outros.

Visando o convívio e os benefícios sociais, as entidades denominadas de Terceiro Setor causam um grande impacto na vida das pessoas, ainda que de maneira indireta, e na maioria das vezes, sem o conhecimento dessas pessoas que foram impactadas com esses benefícios. Como exemplo, podemos citar as Santas Casas de Misericórdia, instaladas em diversas cidades brasileiras, são entidades pertencentes ao Terceiro Setor, assim como as Associações de Moradores. Muito mais antigas que a própria nomenclatura, as Santas Casas realizam trabalhos voluntários voltados à área da Saúde, no Brasil, desde o ano de 1543, quando foi fundada a primeira Santa Casa de Misericórdia de Santos, juntamente com o apoio da Igreja Católica, ambas em operação até os dias de hoje. Anda podemos citar os clubes esportivos, os partidos políticos, as casas de apoio às pessoas em situação de rua e dependentes de drogas, as ONG de maneira geral, dentre muitos outros. Eles recebem o apoio da sociedade em forma de doações e trabalhos voluntários, e também o apoio dos Governos, seja nos repasses de recursos (nos casos das Santas Casas), bem como nas imunidades ou isenções tributárias (dependendo de cada caso), trazendo assim um bem comum para a sociedade em geral.

E o voluntariado é enorme. No Brasil existem 781.921 OSCs (Organização da Sociedade Civil) – nome genérico das entidades que compõem o terceiro setor – em atividade, ou seja, registradas legalmente nos arquivos do governo, impactando milhares de pessoas com suas atividades nas mais diversas áreas. Logo, é bem provável que a maioria da população já tenha sido impactada com uma das suas atividades, mesmo sem ter conhecimento da existência desse importante setor.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS

Anteriormente à Lei 13.019/14 que ficou conhecida como a Lei do Marco Regulatório, o terceiro setor não era bem definido quanto ao campo de atuação e gestão. Mesmo sendo de conhecimento de todos e sabendo dos benefícios fiscais que obtinham, essas entidades não dispunham de uma lei específica para as suas atividades, ficando muitas vezes confusas como deveriam ser feitas as suas relações contábeis e fiscais, fazendo com que muitas operassem de modo errado. Mesmo para aquelas que tinham uma atuação social muito impactante, a falta de uma regulamentação prejudicava essas entidades quando o assunto era as parcerias com os entes públicos, seja pela falta de transparência dos valores destinados, ou com a burocracia para o firmamento de novos convênios e acordos.

Após a edição da Lei do Marco Regulatório, as entidades do terceiro setor passaram a contar com uma legislação específica, atendendo assim aos interessados em auxiliar, seja com doações, seja com o voluntariado em geral. A nova Lei definiu as normas contábeis a serem aplicadas para cada tipo de entidade enquadrada nesse segmento, trazendo assim mais transparência e segurança às atividades desenvolvidas pelas entidades, assim como os demonstrativos contábeis demonstram com clareza e precisão os recursos aplicados, dando então uma maior segurança para a sociedade em geral.

Como regra, as entidades do terceiro setor em sua estrutura operacional, são compostas por cinco atributos que diferenciam as organizações do terceiro setor das demais entidades.

Para iniciarmos, elas são formalmente constituídas. Com a formalização de regras e procedimentos afim de assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo, elas são constituídas através dos Estatutos Sociais – as empresas privadas possuem o Contrato Social – que definem a sua atividade, as obrigações, e todas as normas, visando o bem desempenho da entidade. Podemos citar aqui como exemplo estatuto de condomínios, onde cada um define as normas próprias para os moradores, sendo muitas vezes, diferentes dos edifícios vizinhos.

Outro atributo principal dessas estruturas operacionais, é que são formados por uma estrutura básica não governamental. Apesar de executar diversos serviços sociais como o governo, essas estruturas são privadas, não tendo nenhum tipo de ligação com os governos. Claro que muitas delas recebem recursos repassados pelos governos, estando presente nos orçamentos governamentais, mas isso não as liga diretamente aos governos. Como citado anteriormente, essas entidades possuem um regimento próprio, e contam com um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sendo entidades de direito privado.

A sua própria gestão também faz parte dessa estrutura. Essas entidades não são controladas por outros órgãos públicos, e sim pelos seus dirigentes escolhidos através das assembleias que o estatuto assim o definir. Mesmo sendo obrigados em alguns casos a seguir os princípios contábeis da gestão pública, quando essas entidades recebem recursos governamentais, o controle é próprio da gestão.

O principal item dessa estrutura operacional é que todas elas – sem exceção – são entidades sem fins lucrativos. Essas entidades não podem distribuir lucros ou dividendos aos seus dirigentes. Se ao longo das suas atividades houver a geração de lucros – aqui chamados de superávits – esses devem ser reinvestidos na organização. Sob forma alguma os excedentes financeiros podem ser repassados aos dirigentes ou fundadores das entidades. Se assim o fizer, a entidade deixa o terceiro setor, ficando então sujeita às leis das empresas privadas.

E o quinto e último item dessa estrutura operacional, é o trabalho voluntário. Esse é de suma importância nessas entidades, já que como os recursos muitas vezes são escassos, o custo da mão de obra os tornaria inviáveis. Como citado no resumo, o terceiro setor nasce da filantropia, sendo assim, traz em sua cultura organizacional o voluntariado, nos mais diversos segmentos.

Em resumo da estrutura organizacional, as entidades que ocupam o terceiro setor, poderiam ser assim definidas: são entidades de natureza privada não sendo submetidas ao controle do estado, são entidades sem fins lucrativos, criadas pelos voluntários com normas e procedimentos próprios, que trabalham para realizar objetivos sociais, proporcionando uma melhoria na qualidade de

vida das pessoas, com evento cultural, campanha educacional, atendimento e acompanhamento médico, caridade e filantropia.

2.2 MARCO REGULATÓRIO

Para todas as entidades do terceiro setor existem regras e princípios constitucionais aplicáveis a todas elas. Essas entidades devem ter uma conduta ética e responsável, abrangendo os deveres de utilizar os seus recursos estritamente para a finalidade estabelecida, atuar de maneira pública e de forma transparente e seguir critérios imparciais e não discriminatórios quando em determinação dos benefícios da sua atuação.

Antes da Lei 13.019/14, as entidades do terceiro setor já vinham sendo regulamentadas por outras diversas leis, dependendo da sua qualificação.

As entidades podem ser qualificadas como OS (Organização Social), OSC (Organização da Sociedade Civil) e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), sendo essa última como um título concedido pelo Ministério da Justiça após o cumprimento de certos requisitos.

Para ser qualificado como OS (Organização Social), as entidades devem empreender em atividades voltadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde, dentre outros requisitos estabelecidos na lei. Quando preenchido esses requisitos, para as Organizações Sociais são delegados os serviços de natureza social.

Para a entidade qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), as entidades devem ser constituídas e se encontrarem em funcionamento regular há mais de três anos, e os seus objetivos sociais devem atender à lei federal que rege essas entidades. Atendido às determinações legais, para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público é permitido executar serviços que o Estado não oferece, recebendo para isso os incentivos necessários.

No que tange a transparência, as entidades privadas sem fins lucrativos devem divulgar suas ações em canais próprios, internet e em locais de grande visibilidade nas suas sedes sociais e, de estabelecimentos parceiros, especialmente quando recebem recursos públicos, além de seguir os princípios constitucionais, visando assegurar a participação social.

Em suas divulgações devem constar identificação da parceria, data da assinatura, CNPJ da entidade, objeto e o valor da parceria firmada, a situação da prestação de contas quando for o caso e a remuneração da equipe.

As diretrizes trazidas pela Lei 13.019/14 são;

- A promoção e o fortalecimento das OSC com o poder público;
- A priorização do controle de resultados;
- O incentivo ao uso de tecnologias de informação e comunicação;
- O fortalecimento das ações de cooperação entre o estado e as OSC;
- O estabelecimento de mecanismos para a informação, transparência e publicidade;
- A ação integrada e complementar de recursos entre os entes da Federação, evitando assim a sobreposição de iniciativas;
- O aperfeiçoamento dos gestores públicos na implementação de atividades com as OSCs;
- A adoção de práticas de gestão com o intuito de coibir vantagens indevidas;
- A promoção das soluções provindas de pesquisa para atender a população.

2.3 AS ORGANIZAÇÕES

As entidades pertencentes ao terceiro setor mais comuns são assim classificadas:

1 – OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): é um título fornecido pelo Ministério da Justiça, cuja finalidade é facilitar parcerias e convênios com o governo e órgãos públicos, e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas do Imposto de Renda.

As áreas de atuações são de Assistência Social, cultura, saúde, meio ambiente, desenvolvimento e defesa dos direitos, habitação, educação e pesquisa.

2 – Associação - As associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas para a realização de atividades não econômicas, ou seja, sem finalidades lucrativas. A sua finalidade é promover obra de caridade em benefício de terceiros.

3 – Fundações - As fundações são entes jurídicos que em como fator preponderante o patrimônio. As fundações visam alcançar determinado fim de interesse público ou social, atuando em áreas como científica, social ou cultural.

Sua constituição precisa ser validada pelo Ministério Público Federal. Elas não se formam pela associação de pessoas físicas, mas da dotação de patrimônio inicial.

4 – Institutos - Os institutos também fazem parte do Terceiro Setor, mas seu trabalho está mais ligado à pesquisa científica. Tem como objetivo operar ações de responsabilidade social corporativa ou filantrópica. Juridicamente, são fundações ou associações.

5 – Organizações Sociais - As Organizações Sociais são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujas atividades sejam direcionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

6 – Cooperativa - As cooperativas também são associações sem fins lucrativos, que se unem com o objetivo de que seus serviços sirvam aos seus associados. Formalizam sua união através de uma assembleia constitutiva, que deve ser registrada em cartório.

7 – Sindicatos e Associações de Classe - Um sindicato é uma associação de trabalhadores que se constitui para defender os interesses sociais, econômicos e profissionais relacionados com a atividade laboral dos seus integrantes. Trata-se de organizações democráticas que se encarregam de negociar as condições de contratação com as entidades patronais, Os sindicatos são os representantes dos seus sócios, no caso os sindicalizados.

8 – Organização religiosa - Organização religiosa é uma pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé, na vivência do culto divino, de um carisma, de uma teologia, de uma filosofia de vida que lhes forneça o fundamento para suas iniciativas religiosas, educacionais, assistenciais e outras.

9 – Entidade Beneficente de Assistência Social - Denominadas de CEBAS – Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – essas recebem o certificado do poder Público Federal para atuar na assistência social. Elas prestam serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social. São isentas de contribuição para a Seguridade Social (INSS). Podem celebrar convênios com o Poder Público e outros benefícios.

3. BENEFÍCIOS

Depois de exemplificados as entidades que compõe o terceiro setor, percebemos que os benefícios para a sociedade são de suma importância, desde os serviços prestados aos empregos gerados. No Brasil atualmente cerca de dois milhões de pessoas estão empregadas no terceiro setor e, com grandes possibilidades desse número aumentar, já que a confiança do povo brasileiro ante as entidades do terceiro setor vem aumentando. Com isso, as entidades do terceiro setor vêm contribuindo com o Produto Interno Bruto (PIB), já que essas entidades também disponibilizam bens e serviços no mercado brasileiro.

Outro benefício decorre da autonomia que as Organizações da Sociedade Civil (OCP) em relação ao governo. Isso possibilita que elas fiscalizem a atuação dos mesmos, e influenciem na composição das agendas públicas, com mais ferramentas que o cidadão comum possui.

Sem deixarmos de lado, as associações de ensino trazem o benefício de transformar a população, dando-lhes melhores oportunidades e qualidade de vida. Somente há alguns anos que a lei permitiu que instituições de ensino pudessem obter e distribuir os seus lucros. Claro que essas instituições, agora não pertencem mais ao terceiro setor, tornando-se pertencentes à iniciativa privada do segundo setor.

Outro benefício do terceiro setor, é que este está muito relacionado com a área de serviço social, sendo que os assistentes sociais desempenham um papel fundamental na atuação dos elementos na sociedade, confirmando que o terceiro setor é responsável pelo desenvolvimento social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades pertencentes ao terceiro setor vêm fazendo parte da vida dos brasileiros, e de pessoas pelo mundo afora. Quando observamos as áreas de atuação, vemos que desde o início de nossas vidas essas entidades se fazem presentes. Os Hospitais de Caridade, as Santas Casas, os templos religiosos, os partidos políticos, as associações de moradores, o condomínio predial para aqueles que residem em apartamentos, além das entidades de acolhimento e promoção social, todos estão presentes em nossas vizinhanças.

E, ainda temos as ONGs que atuam no país todo, como é o caso da S.O.S. Mata Atlântica, que desenvolve um trabalho em extensão territorial e, sem

deixarmos de lado, aquelas ONGs de abrangência mundial, com grande relevância e impacto onde atuam como é o caso da ONG Médicos Sem Fronteiras ou da ONG Greenpeace.

O trabalho desenvolvido em casas de acolhimento de idosos, nas APAEs, comunidades terapêuticas que atendem pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas, transformam a vida desses e dos seus familiares, que confiam no excelente trabalho desempenhado pelos colaboradores.

O terceiro setor é a sociedade organizada que se preocupa com as ações filantrópicas e sociais, sem o objetivo de obter lucro, defendendo os seus interesses e assim, toda a comunidade avança, com mais engajamento da população nas causas, como a proteção às crianças e aos vulneráveis.

REFERÊNCIAS

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia> - Último acesso em 2022

<https://direitocoletivo.org.br> - Último acesso em 2022

<https://fundacoes.mppr.mp.br/modules/conteudo> - Último acesso em 2022

<https://mapaosc.ipea.gov.br> - Último acesso em 2022

https://pt.wikipedia.org/wiki/Terceiro_setor - Último acesso em 2022

<https://ramacrisna.org.br> - Último acesso em 2022

<https://www.escolaaberta3setor.org.br> - Último acesso em 2022

<https://www.politize.com.br> - Último acesso em 2022

<https://www.significados.com.br> - Último acesso em 2022

TACHIZAWA, T. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor - Criação de ONGs e Estratégias de Atuação, 7ª edição.

A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM PESSOAS COM SÍNDROME DE PRADER WILLI

Chaiana Vanessa Kovalhuk¹
Jéssica Chaiane Brem Marinhuk²

RESUMO

A Síndrome de Prader Willi (SPW) é uma desordem genética que afeta a região dos cromossomos 15q11- q13. Esta pesquisa objetivou analisar a influência da prática de exercício físico em pessoas com SPW, identificar o quão são ativas ou sedentárias, e relacionar os exercícios físicos mais praticados com seus benefícios. Este estudo enquadra-se em pesquisa de campo, aplicada, descritiva, qualitativa e quantitativa, tendo como instrumento um questionário com doze perguntas abertas e fechadas, validado por três professores do colegiado de Educação Física da Uniguaçu, que foi encaminhado de maneira on-line aos pais ou responsáveis pelas pessoas com SPW, sendo estes 50 indivíduos correspondentes a amostra, por intermédio da Associação Brasileira de Síndrome de Prader Willi. O estudo foi aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética – NEB da Uniguaçu, e para a amostra foi encaminhado o termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados foram coletados, analisados e apresentados em gráficos, constatando-se que 92% (46) das pessoas são ativas, enquanto 8% (4) não praticam nenhum exercício físico. Já as modalidades mais praticadas por esta população são a natação 40% (20), caminhada 36% (18), treinamento funcional 18% (9) e artes marciais 14% (7). Como benefícios, 56% (28) das pessoas afirmou ter melhora nos gestos corporais e mobilidade, 50% (25) perda e/ou melhor controle de peso corporal, 40% (20) melhora no comportamento, 30% (15) melhora do sono, 26% (13) melhor controle e/ou diminuição de patologias e apenas 6% (3) não observaram nenhum benefício, tornando o exercício físico essencial para a qualidade de vida na SPW.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Prader Willi. Exercício físico. Benefícios.

ABSTRACT

Prader Willi Syndrome (PWS) is a genetic disorder that affects the region of chromosomes 15q11-q13. This research aimed to analyze the influence of physical exercise on people with PWS, identify how active or sedentary they are, and relate the most practiced physical exercises with their benefits. This study is part of field research, applied, descriptive, qualitative and quantitative, using a questionnaire with twelve open and closed questions, validated by three professors from the Uniguaçu College of Physical Education, which was sent online. to the parents or guardians of people with PWS, these 50 individuals corresponding to the sample, through the Associação Brasileira de Síndrome de Prader Willi. The study was approved by the Nucleus of Ethics and Bioethics – NEB of Uniguaçu, and the free and informed consent form was sent to the sample. Data were collected, analyzed and presented in graphs, showing that 92% (46) of people are active, while 8% (4) do not practice any physical exercise. The modalities most practiced by this population are swimming 40% (20), walking 36% (18), functional training 18% (9) and martial arts 14% (7). As benefits, 56% (28) of people claimed to have improved body gestures and mobility, 50% (25) loss and/or better control of body weight, 40% (20) improvement in behavior, 30% (15) improvement in sleep, 26% (13) better control and/or reduction of pathologies and only 6% (3) did not observe any benefit, making physical exercise essential for quality of life in PWS.

KEYWORDS: Prader Willi Syndrome. Physical exercise. Benefits.

¹ Graduada do Curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Iguaçu Uniguaçu. Email: chairomanini@gmail.com.

² Professora Licenciada Plena em Educação Física pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu Uniguaçu. Especialista em Didática e Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu Uniguaçu. Docente do Curso de Educação Física da Uniguaçu.

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade a atividade física vem afirmando sua importância na vida de todo e qualquer ser humano, pois através do movimento é possível ao homem descobrir suas capacidades corporais, além de promover o desenvolvimento físico, cognitivo e social. Atualmente, a atividade física tem se destacado principalmente como meio provedor de qualidade de vida, bem estar do corpo e da mente, além de auxiliar na prevenção e recuperação de doenças.

Desta maneira apresenta-se então a Síndrome de Prader Willi (SPW), doença ainda pouco conhecida e de incidência rara, com causa decorrente da falta de expressão genética da região cromossômica correspondente a 15q11-q13 paterna, que vem a sofrer um fenômeno nominado de imprinting genômico (MESQUITA et al., 2010.)

Dentre as características e sintomas principais da síndrome destaca-se a deficiência ou insensibilidade central ao hormônio do crescimento (GH), alterações cognitivas, morfológicas e de comportamento, alto índice de obesidade e peso corporal, apetite exacerbado e formação corporal atípica (COELHO, 2020).

Para uma melhor qualidade e maior perspectiva de vida de pessoas com SPW, é essencialmente necessário a manutenção de uma vida ativa, com hábitos saudáveis relacionados a uma alimentação adequada e a prática de exercício físico, visando principalmente o combate a obesidade, decorrente da ausência da sensação de saciedade ao alimentar-se, combinada ainda a distúrbios metabólicos e endócrinos, que causam alterações na composição corporal. Todavia, os índices de obesidade e sedentarismo são as maiores causas de mortalidade e morbidades entre as pessoas com SPW, causando patologias associadas como diabetes, hipertensão, dificuldades respiratórias, entre outras (CARVALHO et al., 2007).

Diante disso, questiona-se qual a influência do exercício físico em pessoas com Síndrome de Prader Willi (SPW)? Tendo como objetivo deste estudo, analisar qual a influência do exercício físico em pessoas com SPW, desta forma identificar o número de pessoas ativas ou sedentárias, bem como quais exercícios são mais praticados por elas e quais os benefícios proporcionados.

Este estudo justifica-se pelo fato de demonstrar a importância do exercício

físico em combate ao sedentarismo e a obesidade na SPW, correlacionado com a otimização do desenvolvimento físico cognitivo e melhora da qualidade de vida, diminuindo a incidência e melhorando o controle de patologias associadas, ressaltando também, a importância do profissional de Educação Física no acompanhamento de pessoas com SPW.

2 MÉTODOS

O presente estudo configura-se como sendo uma pesquisa de campo, aplicada, descritiva, qualitativa e quantitativa, a qual visa descrever características de uma população determinada, estabelecendo uma relação dinâmica entre o sujeito e a realidade, adquirindo conhecimentos e informações através de coleta de dados (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

A população deste estudo foi composta por pessoas com Síndrome de Prader Willi (SPW), tendo como amostra intencional probabilística 50 indivíduos com SPW, membros da Associação Brasileira de Síndrome de Prader Willi – SPW, de todo território nacional, de ambos os sexos e de idades variadas.

A coleta de dados foi intermediada pela Associação Brasileira de Síndrome de Prader Willi – SPW, que realizou o envio do questionário aos associados, pais ou responsáveis pelas pessoas com SPW, o qual foi composto por doze perguntas abertas e fechadas, validado por três professores do colegiado de Educação Física da UNIGUAÇU, com média 10 para coerência e clareza, sendo elaborado através de um formulário da plataforma do Google Forms, e posteriormente enviado aos pesquisados de maneira on-line.

Após a coleta de dados, os mesmos foram analisados e descritos em gráficos e tabelas, em forma de frequência e estatística descritiva, para uma melhor visualização dos resultados. A pesquisa passou pela aprovação do Núcleo de Ética e Bioética da Uniguaçu - NEB – com número de protocolo nº 2021/186, sendo enviado o termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes da mesma.

3 A SÍNDROME DE PRADER WILLI

De acordo com os estudos de Mesquita et al., (2010, p. 54) cabe a

seguinte definição: “A Síndrome de Prader-Willi (SPW) é uma doença genética cuja causa decorre da falta de expressão dos genes da região cromossômica 15q11-q13 paterna, que sofrem o fenômeno de *imprinting* genômico”.

Segundo Diegues et al., (2018), a SPW foi observada pela primeira vez em 1956, a partir do estudo clínico de nove crianças que apresentavam características comuns, realizado pelos médicos suíços Heinrich Willi, Andrea Prader e Alexis Labhart, sendo descrito nas crianças: mãos e pés pequenos, crescimento e composição corporal fora do normal, índices de obesidade, hipotonia, apetite insaciável e graus variados de deficiência intelectual.

Por se tratar de uma doença rara, as ocorrências genéticas da SPW estão bem estabelecidas, onde Coelho (2020 p. 02) ressalta que “A etiologia da SPW relaciona-se com os seguintes mecanismos moleculares subjacentes, por ordem de frequência: deleção da região 15q11-q13 paterna (ocorre em 65-75% dos casos), dissomia uniparental (UDP) materna (20-30% dos casos) e defeitos de *imprinting* (1-3%)”. Estas porcentagens podem variar de acordo com os estudos consultados, porém se mantém nesse patamar de ocorrência.

Como características comuns da SPW, ocorre a divisão da síndrome em duas fases, com sintomas peculiares a cada uma delas, onde na primeira fase os sintomas principais são: dificuldade de alimentação devido a afetação do reflexo de sucção, hiporreflexia e hipotonia neonatal, letargia e choro fraco. A segunda fase se desenvolve a partir dos seis meses de idade, onde ocorre uma melhora gradual da hipotonia, acompanhada de ganho de peso e desenvolvimento sucessivo da hiperfagia e obesidade (AMARO et al., 2018).

DIEGUES et al., (2018) ressaltam a obesidade infantil como sintoma comum as pessoas com a síndrome, resultado da hiperfagia constante, tornando SPW a doença genética mais propensa a distúrbios de peso, principal causa de mortalidade nestes casos, a qual se torna acentuada devido aos problemas genéticos que acometem as áreas cerebrais responsáveis pela sensação de saciedade alimentar, localizadas no hipotálamo, e também ao baixo gasto calórico devido as dificuldades corpóreas apresentadas. Como consequência da obesidade proeminente ocorre uma elevação no risco de aparecimento de doenças relacionadas, tais como diabetes mellitus, hipertensão arterial e casos de insuficiência cardíaca e respiratória.

De acordo com Feliciano et al., (2019) o hipotálamo, pequena região do

cérebro localizado no encéfalo, é bastante afetada pela SPW, a qual é responsável por controlar a produção de hormônios relativos ao sono, humor, libido e a saciedade da fome, que se caracteriza como principal manifestação da síndrome. Além de causar durante o crescimento das crianças com a síndrome, a lentidão no desenvolvimento neurológico, onde é notável se que se torna tardio o ato de engatinhar, sentar e o caminhar.

A ausência de reposição do hormônio do crescimento, conhecido como GH, influencia diretamente na baixa estatura comum na SPW, onde resulta em uma altura média de 155 centímetros para indivíduos do sexo masculino, e de 148 centímetros para o sexo feminino. Além de provocar um crescimento lento de mãos e pés, e estar diretamente ligado a dificuldade de ganho de massa magra e grande acúmulo de tecido adiposo, fazendo com que a terapia repositória de GH agregue vários benefícios não somente físicos, mas também relacionados aos aspectos comportamentais (CASSIDY et al., 2012).

Em geral, pessoas com SPW apresentam características corporais comuns, tais como: estatura baixa, excesso de peso, mãos e pés pequenos, deformidade craniofacial com diâmetro da face reduzido, olhos amendoados, estrabismo, lábios superiores mais afinados e presença de comissuras labiais, problemas relacionados a pigmentação da pele, cabelo e retina e um baixo desenvolvimento do tônus muscular, o que acentua o alto índice de obesidade (BEXIGA et al., 2010).

As alterações de comportamento também são sintomas visíveis as pessoas com SPW, sendo comuns da infância até a vida adulta do indivíduo, os quais se caracterizam com condutas de obsessão, compulsão, transtornos relacionados a raiva e até mesmo violência, acompanhado de possíveis tendências a furtar e mentir geralmente em casos vinculados a comida e alimentação, tornando difícil o controle alimentar. Desta maneira, indivíduos com a síndrome apresentam sintomas patológicos pertinentes a falta de controle para inibição de estímulos referentes a alimentação, apresentando atitudes de oposição e rigidez, além de possibilidade de manifestação de deficiência intelectual de grau leve até moderado (MESQUITA et al., 2010).

4 A SÍNDROME DE PRADER WILLI E A OBESIDADE

O excesso de peso e os altos índices de obesidade representam uma das

características mais acentuadas da SPW, além de gerar um fator de risco que influencia no desenvolvimento de outras patologias tais como: doenças cardiovasculares e respiratórias, intolerância a glicose e considerável redução da expectativa de vida, uma vez que é a principal causa de morbidade e mortalidade na síndrome (COELHO, 2020).

O desenvolvimento da obesidade em pessoas com SPW ocorre a partir da segunda fase clínica da doença, onde há um aumento progressivo da hiperfagia, com ganho de peso e conseqüentemente a obesidade. Problemas relacionados ao comportamento também ocorrem desde a infância até a vida adulta, fazendo com que essas pessoas apresentem obsessão e compulsão em situações relacionadas a falta de controle inibitório, dificuldade em seguir regras, e comportamentos contrários a adesão de dietas, restrição alimentar e manejo de estímulos alimentares, justamente focados ao controle da obesidade, com tendência até a mentir e furtar alimentos (LIMA et al., 2011).

Segundo Amaro et al., (2017, p. 34) “A hiperfagia é definida com a ausência de sensação de saciedade mesmo após uma refeição completa.” Isso ocorre devido a problemas de cunho estrutural e bioquímico, que acometem a região do hipotálamo, o que resulta em uma intensa sensação de fome e busca constante por alimento, gerando um profundo desequilíbrio energético.

Desta maneira, Lima et al., (2011, p. 34), diz que “A obesidade é definida como o estado de adiposidade no qual a gordura corporal está acima do ideal. O peso corporal é a soma do tecido adiposo, ossos, músculos, órgãos e fluídos corporais.” Todavia, na SPW, o excesso de peso é associado não somente ao comportamento hiperfágico, mas também ao baixo gasto energético, que faz com que seja necessário manter um estilo de vida ativo, com a prática de atividade física, uma alimentação saudável com acompanhamento nutricional, e a supervisão familiar, relacionada a alimentação e ao armazenamento de alimentos, para assim amenizar a obesidade.

5 A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA SÍNDROME DE PRADER WILLI

De acordo com Amaro et al., (2017), a atividade física é definida como sendo qualquer movimento corporal voluntário, realizado pela musculatura esquelética, que venha a gerar um gasto energético maior que os níveis de

repouso. É uma característica peculiar do ser humano, o qual se faz necessária para o bom desenvolvimento geral, bem como a diminuição da incidência de doenças cardiocirculatórias, risco de morte prematura, distúrbios de coordenação motora, pressão arterial, diabetes, entre outros fatores.

Já o exercício físico é caracterizado por Ferreira et al., (2016), como uma atividade física praticada mediante planejamento e estruturação, onde sua prática repetitiva tem por objetivo melhorar ou manter o condicionamento físico desejado. Na Síndrome de Prader Willi, o exercício físico é de fundamental importância para o controle do peso corporal, aumento da resistência cardiorrespiratória, desenvolvimento psicomotor e músculo esquelético, além de proporcionar uma melhora nas condições gerais de saúde e qualidade de vida. Todavia torna-se necessário, já na infância, estimular hábitos de alimentação saudável e atividade física adequada, intermediado através de um atendimento interdisciplinar e integral para pessoas com SPW.

Para tanto, quando comparados a indivíduos não sindrômicos de mesma faixa etária, obesos ou eutróficos, pessoas com SPW apresentam um nível de atividade física menor, gerando uma hipoatividade característica da síndrome, resultante tanto do excesso de peso que limita a movimentação, quanto a hipotonia, fraqueza muscular e o atraso no desenvolvimento global (SILVEIRA et al., 2017).

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

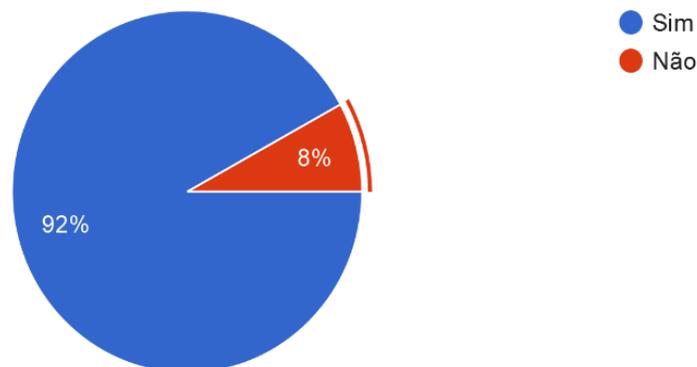
Participaram desta pesquisa 50 indivíduos com Síndrome de Prader Willi, que responderam ao questionário encaminhado por meio da Associação Brasileira de Síndrome de Prader Willi – SPW, sendo estas 52% (26) do sexo feminino e 48% (24) do sexo masculino, com idades variadas que correspondem a 10% (5) com idade de 2 anos ou menos, 38% (19) com idades entre 3 e 9 anos, 36% (18) com idades de 10 a 19 anos, 8% (4) com idades de 20 a 25 anos, e somente 4% (2) com idade de 30 a 35 anos.

Em relação ao estado de saúde dos pesquisados, 30% (15) das pessoas responderam que seu estado de saúde é excelente, 30% (15) responderam que a saúde está boa, 22% (11) encontram-se em estado de saúde muito boa, 14% (7) em estado de saúde regular e 4% (2) em estado de saúde ruim. A população com SPW, apresenta características particulares de composição corporal e

estado de saúde, tais como a hiperfagia que leva ao desenvolvimento da obesidade e de patologias associadas, como doenças cardiovasculares e endócrinas, além de elevados índices de gordura e uma baixa quantidade de massa magra, ligado a deficiência no hormônio do crescimento (GH), hipotonia, problemas no desenvolvimento motor e distúrbios alimentares, que vem a afetar diretamente o quadro de saúde geral na SPW, necessitando de acompanhamento e tratamento específico (SILVEIRA et al., 2017).

Dada a complexidade da SPW, o tratamento da obesidade e manutenção da massa magra corporal, tornam-se necessários para a melhora das capacidades físicas e do estado de saúde geral dessa população, o que demanda uma constância nos níveis de atividade e exercício físico, a partir de uma rotina ativa (AMARO et al., 2018). Sobre a prática regular de exercício físico, foi possível identificar o número de pessoas ativas e sedentárias, onde 92% (46) realizam a prática de algum exercício físico, e 8% (4) não realizam nenhuma prática de exercícios físico, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1: Prática regular de exercício físico pelas pessoas com SPW



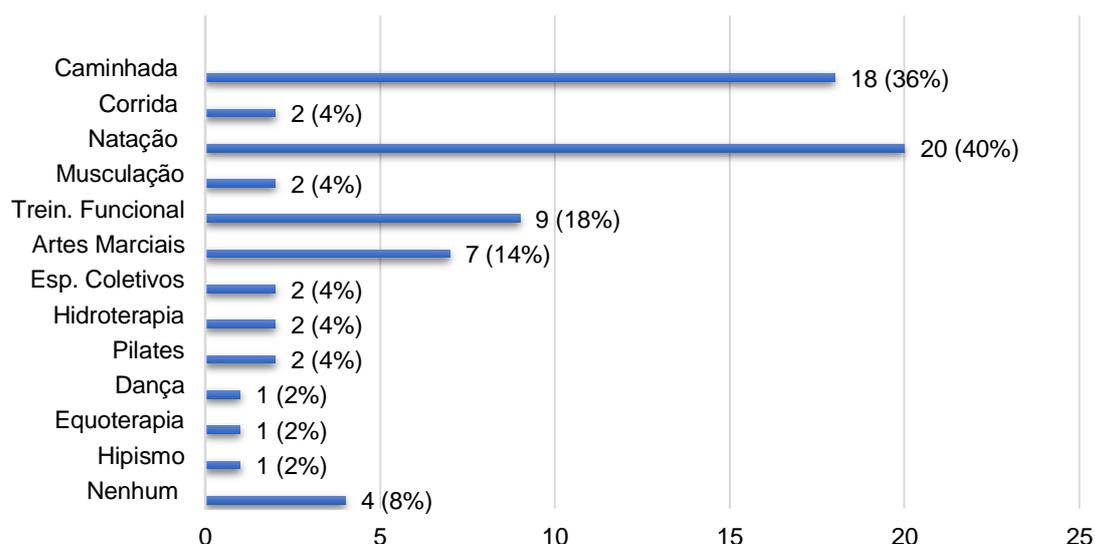
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os exercícios voltados para a população com SPW, são atividades que se encaixem de forma adequada a suas possibilidades e limitações, com ênfase em proporcionar a melhora do condicionamento aeróbico, fortalecimento muscular e controle da obesidade. Silveira et al., (2017) cita que, as atividades escolhidas na SPW devem ser de baixo impacto, com destaque aeróbico e fortalecimento muscular, pois são particularmente importantes para aumentar e

manter a massa muscular, que permite gerar mais energia para a realização de atividades diárias, sendo a massa magra metabolicamente mais ativa que o tecido adiposo, contribuindo assim para a manutenção do balanço energético.

Para as modalidades de exercício físico, Ferreira et al., (2016) enfatiza que os exercícios indicados como sendo parte integrante de um programa de atividades diárias, específico e adaptado para pessoas com SPW, tem destaque os exercícios de cunho aeróbico, preferencialmente as modalidades cíclicas, que visam o melhor condicionamento cardiopulmonar, bem como exercícios de fortalecimento muscular e queima de gordura, tais como a caminhada, a natação, o treinamento funcional e a dança. Desta forma, buscando identificar quais as modalidades de exercícios físicos mais praticadas pela população com SPW, o gráfico 2 mostra que 40% (20) das pessoas pesquisadas realizam a prática de natação, 36% (18) praticam caminhada, 18% (9) praticam treinamento funcional, e 14% (7) das pessoas responderam que praticam artes marciais, sendo estas as modalidades mais praticadas. Todavia, em menor número, ainda foram citadas as modalidades de corrida, musculação, esportes coletivos, hidroterapia e pilates, com um percentual de 4% (2) de pessoas que realizam a prática de cada uma destas modalidades, bem como 2% (1) realizam a prática de dança, equoterapia e hipismo, já 8% (4) das pessoas responderam que não realizam nenhum exercício físico.

Gráfico 2: Modalidades mais praticadas pelas pessoas com SPW



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Rubin e colaboradores (2012) apud Ferreira et al., (2016), destacam que as maiores dificuldades percebidas por pais e responsáveis por pessoas com SPW, para a manutenção continuada da prática de exercícios físicos, diz respeito principalmente ao deslocamento até o local, o tempo dispensado na atividade e os recursos financeiros, o que torna então a caminhada uma das atividades mais comuns nessa população, e uma pouca participação em modalidades de esportes competitivos, devido a características físicas comuns aos indivíduos com SPW, porém essa prática não deve ser desencorajada, pois proporciona o desenvolvimento das relações interpessoais, do caráter e da autoestima.

Ainda de acordo com a coleta de dados, 10% (5) das pessoas pesquisadas responderam que realizam fisioterapia, o que segundo Bottura, Accacio e Mazzitelli (2006), têm por objetivo favorecer a manutenção postural e estimular o desenvolvimento motor, principalmente em crianças, além disso, a fisioterapia pode auxiliar no gasto energético pela realização de atividades físicas, combatendo a obesidade e gerando maior qualidade de vida, em conjunto com um programa de exercícios físicos.

De forma mais específica, em relação a prática de exercícios físicos e suas características, quando questionados sobre o tempo em que a pessoa com SPW começou a praticar seu exercício físico, 66% (33) afirmaram que praticam exercício a um ano ou mais, 12% (6) realizam a prática a seis meses, 10% (5) das pessoas realiza a prática a três meses e 2% (1) realiza a prática a um mês. Após o diagnóstico da síndrome, é necessário que o tratamento se inicie o mais cedo possível, com o acompanhamento de uma equipe interdisciplinar que enfatize ações corretas e eficazes, para melhor prognóstico e qualidade de vida destas pessoas. Diante disso, Amaro et al., (2017), cita que a implantação e manutenção de uma rotina de exercícios físicos, com dias e horários pré-determinados, é muito importante para o sucesso da ação, e deve ser implantada o mais cedo possível, uma vez que pessoas com SPW apresentam um comportamento ritualístico, onde mudanças na rotina podem vir acompanhadas de crises nervosas, sendo necessário mantê-la permanente e vista como algo comum, tornando-se eficiente e menos traumática a estas pessoas.

Referente a frequência semanal com que as pessoas com SPW praticam

seu exercício físico, 28% (14) dos pesquisados responderam que realizam a prática três vezes por semana, 18% (9) das pessoas realizam a prática duas vezes por semana, 16% (8) realizam a prática todos os dias, 10% (5) praticam seu exercício físico cinco vezes por semana, 6% (3) realizam quatro vezes por semana, e 2% (1) das pessoas realizam seis vezes por semana. Diante disso, Ferreira et al., (2016) relata que com base nos parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS), a classificação do nível de atividade física para pessoas com SPW com faixa etária entre 05 e 17 anos, recomenda-se a realização de 60 minutos diários de atividade física moderada a vigorosa, sendo a maior parte aeróbica. Já para pessoas acima de 17 anos, a recomendação é de 150 minutos semanais, divididos de acordo com a atividade realizada e de acordo com a disposição e adequação do praticante.

Contudo, as sessões de exercício físico na SPW devem ser adequadas ao ritmo de cada indivíduo, buscando serem prazerosas e agradáveis para garantir o interesse e disposição na atividade. De acordo com as respostas analisadas, para tempo de duração de cada sessão de exercício físico das pessoas com SPW ativas, 30% (15) das pessoas apontaram que sua sessão tem duração de 50 minutos, 24% (12) tem sua sessão com duração de 30 minutos, 20% (10) realizam uma sessão de uma hora ou mais, e 16% (8) das pessoas tem sua sessão de 40 minutos. Sobre isso, Passone et al., (2018), cita que de acordo com o Instituto da Criança da Universidade de São Paulo, o protocolo de segmento referente a SPW, se baseia em quatro pilares essenciais a qualidade de vida destas pessoas, sendo eles: uma dieta adequada restrita a 900 kcal/dia, um programa de exercício físico diário, voltado para condicionamento aeróbico, fortalecimento muscular e postural, além de terapia com hormônio do crescimento (rhGH) e manejo cognitivo e comportamental.

Quando questionados sobre o acompanhamento de um profissional de Educação Física, durante a realização dos exercícios praticados, observou-se que a maioria dos pesquisados, 62% (31), sempre tem acompanhamento de um profissional de Educação Física, 8% (4) quase sempre tem acompanhamento, 6% (3) as vezes, e em contra partida, 24% (12) das pessoas nunca tem acompanhamento de um profissional da área na realização de seus exercícios. Diante disso, para uma melhor adequação e garantia no planejamento e realização de um programa de exercícios físicos, direcionados a pessoas com

SPW, a ação do profissional de Educação Física habilitado torna-se indispensável, como destaca Silveira et al., (2017) onde o profissional capacitado na área de Educação Física, é capaz de prescrever e guiar programas de atividade física na SPW, mantendo o controle das variáveis de treinamento, de forma mais adequada e segura, e conseqüentemente garantir melhor saúde e qualidade de vida a estas pessoas.

Amaro et al., (2017), ainda cita que as abordagens intervencionais da SPW são complexas, e exigem a participação de uma equipe interdisciplinar, que atinjam todas as dimensões desta síndrome, dentre elas, o exercício físico e o profissional de Educação Física têm papel importante ao estimular o desenvolvimento motor, aumento da resistência cardiorrespiratória e controle da obesidade, sendo assim, de suma importância para a manutenção do peso e melhora das condições de saúde na síndrome. Por outro lado, a oferta de profissionais capacitados ainda não condiz com a demanda, devido à falta de especialização e estudos específicos voltados a SPW, para intermediar o conhecimento e planejamento de ações direcionadas a esta população.

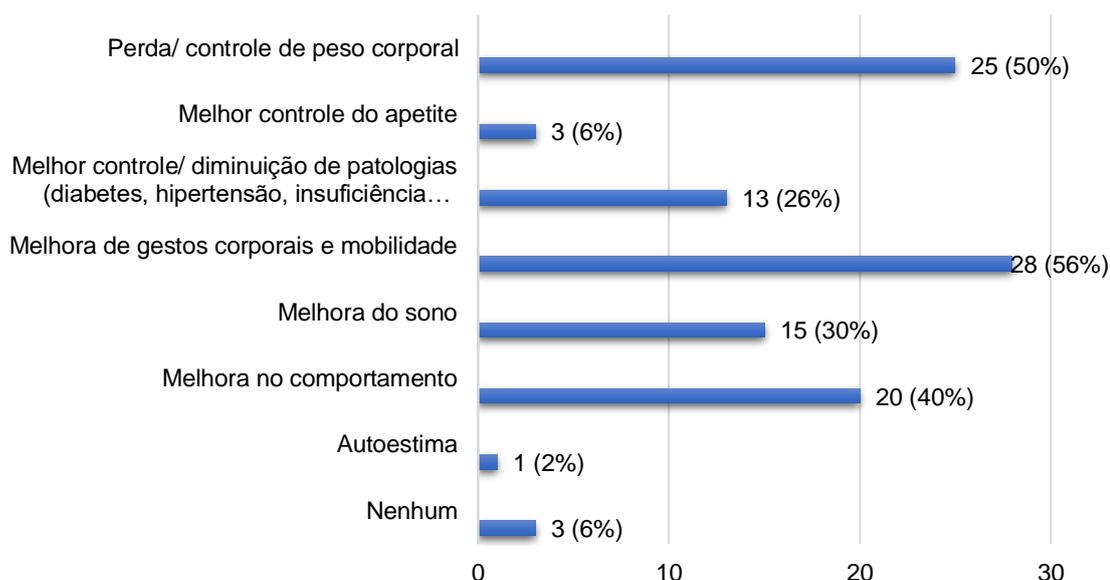
O exercício físico é essencial para a qualidade de vida de pessoas com SPW, como cita Ferreira et al., (2016), onde a prática regular de exercício físico na SPW, desde que com intensidade suficiente para promover adaptações metabólicas, energéticas e físicas, proporciona uma melhora na aptidão física geral, na saúde óssea, no comportamento, na capacidade cardiorrespiratória, além de diminuir significativamente a gordura corporal, aumentando a resistência, a força muscular e responsividade músculo esquelética dos praticantes.

Sendo assim, observou-se para o total de 46 pessoas que realizam a prática de exercícios físicos regularmente, 97,8% (45) apontaram que o exercício físico proporcionou influências positivas na saúde e na vida da pessoa com SPW, sendo possível ainda identificar, de forma mais específica, os benefícios adquiridos através da prática de exercício físico, como demonstrado no gráfico 3.

O gráfico 3 mostra os benefícios mais observados pelas pessoas com SPW, que realizam a prática regular de exercícios físicos, onde 56% (28) pessoas observaram uma melhora de gestos corporais e mobilidade, 50% (25) a perda e/ou controle de peso corporal, 40% (20) melhora do comportamento,

30% (15) melhora do sono, 26% (13) melhor controle e/ou diminuição de patologias como diabetes, hipertensão e insuficiência cardiorrespiratória, 6% (3) melhor controle do apetite, 2% (1) melhora da autoestima, e apenas 6% (3) não perceberam nenhum benefício.

Gráfico 3: Benefícios do exercício físico mais observados em pessoas com SPW



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Estes resultados tornam-se alcançáveis devido principalmente a prática regular de exercício físico, alimentação adequada e terapia hormonal, que promovem o equilíbrio energético acompanhado da queima de gordura e fortalecimento muscular, além de melhorar a relação entre massa magra e massa gorda, coordenação motora, interação social e melhora geral da aptidão física, como ressalta Amaro et al., (2017 p. 42) “ Manter níveis elevados de atividade física contribuem diretamente no controle da obesidade, fortalecimento muscular e na saúde óssea na SPW”, tornando o exercício físico essencial a qualidade de vida geral destas pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de exercício físico na SPW está relacionada a melhora de marcadores referentes a saúde física e emocional, o que requer que esta

população mantenha hábitos saudáveis e ativos. Desta maneira, a partir da coleta de dados, constatou-se que dentre as 50 pessoas participantes da pesquisa, 92% (46) são ativas, ou seja, realizam a prática regular de algum tipo de exercício físico, já 8% (4) pessoas não realizam a prática de nenhum tipo de exercício físico. Para estas pessoas, pressupõe-se que algumas ainda não realizam a prática devido à baixa idade, pois 5 pessoas apresentaram idades entre 2 anos ou menos, ou realizam fisioterapia pois 10% (5) das pessoas afirmou realizar está atividade. Também é possível citar dificuldades relativas ao período de pandemia, falta de oferta de programas de exercícios adequados a SPW, e escassez de profissionais de Educação Física capacitados a atender pessoas com a síndrome.

Referente as modalidades de exercícios físicos mais praticadas pelos pesquisados, destacou-se a natação com 40% (20) de respostas positivas para a prática, bem como 36% (18) para caminhada, 18% (9) para treinamento funcional, 14% (7) artes marciais, as quais são modalidades que permitem uma melhor adequação as necessidades dos praticantes com SPW, além de outras com menor percentual de prática como a musculação, corrida, esportes coletivos, hidroterapia, pilates, hipismo, equoterapia e dança, e ainda 10% (5) para fisioterapia. Sendo assim, as modalidades de exercício físico oferecidas na SPW devem atender a um contexto de incentivo e prazer, efetivando a disposição destas pessoas para a prática, sendo adequadas constantemente as necessidades das mesmas, alcançando os benefícios objetivados na prática do exercício físico.

Os maiores benefícios alcançados a partir da prática de exercício físico em pessoas com SPW, foram a melhora de gestos corporais e mobilidade 56% (28), perda e/ou melhor controle de peso corporal 50% (25), melhora no comportamento 40% (20), melhora do sono 30% (15), melhor controle e/ou diminuição de patologias 26% (13), melhor controle do apetite 6% (3), e autoestima 2% (1), o que ressalta a importância do exercício físico planejado e adequado mediante supervisão de um profissional de Educação Física capacitado.

Desta maneira, é possível afirmar que a prática de exercício físico na SPW, proporciona influências positivas no desenvolvimento e manutenção das condições de saúde, resultando em inúmeros benefícios físicos e psicológicos,

contribuindo diretamente para o prognóstico e para a qualidade de vida destas pessoas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Alexandre Slowetzky et al. **Desenvolvimento e avaliação de um guia de atividade física para melhoria das condições de saúde de pessoas com Síndrome de Prader-Willi.** 2017. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3267>>. Acesso em: 17 de abr. 2021.

_____. **Treinamento físico na Síndrome de Prader-Willi:** Um estudo de revisão. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, 2018. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11239>>. Acesso em: 03 de abr. 2020.

BEXIGA, Vanda et al. **Diagnóstico neonatal de síndrome de Prader-Willi.** Acta Pediátrica Portuguesa, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.chlc.min-saude.pt/handle/10400.17/701>>. Acesso em: 03 de abr. 2020.

BOTTURA, Ana Paula; ACCACIO, Letícia Maria Pires; MAZZITELLI, Carla. Efeitos de um programa de cinesioterapia e fisioterapia aquática no desenvolvimento neuropsicomotor em um caso de síndrome de Prader-Willi. **Fisioterapia e Pesquisa,** 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/view/76315>>. Acesso em: 19 de out. 2021.

CARVALHO, Daniel F. de et al. Abordagem terapêutica da obesidade na Síndrome de Prader-Willi. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia,** 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S000427302007000600004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

CASSIDY, Suzanne B. et al. **Prader-willi syndrome.** Genetics in Medicine, 2012. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/gim0b013e31822bead0>>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

COELHO, Charlotte. **A SÍNDROME DE PRADER-WILLI.** 2020. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1382.pdf>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

DIEGUES, Débora et al. **Aspectos emocionais na Síndrome de Prader-Willi:** análise da produção científica. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, 2018. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11257>>. Acesso em: 04 de abr. 2019.

FELICIANO, Eduarda Silva et al. Síndrome de prader-willi: causas, fenótipos comportamentais, físicos e demais complicações. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, 2019. Disponível em: <<http://www.reinpec.org/reinpec/index.php/reinpec/article/view/504>>. Acesso em: 16 de set. 2020.

FERREIRA, Junior et al. **Relações entre atividade física, indicadores de problemas de comportamento e qualidade de vida familiar na síndrome de Prader-Willi**. 2016. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2970>>. Acesso em: 17 de abr. 2021.

LIMA, Vivian Penner de et al. **Intervenção nutricional com dieta hipocalórica para manutenção de peso em crianças e adolescentes com síndrome de Prader Willi**. 2011. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1550>>. Acesso em: 05 de abr. 2021.

MESQUITA, Maria Luiza G. de et al. Fenótipo comportamental de crianças e adolescentes com síndrome de Prader-Willi. **Revista Paulista de Pediatria**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822010000100011&script=sci_arttext>. Acesso em 06 de mar. 2021.

PASSONE, Caroline Buff Gouveia et al. Prader-Willi Syndrome: What Is the General Pediatrician Supposed to Do?-a Review. **Revista Paulista de Pediatria**, 2018. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6202899/>>. Acesso em: 27 de abr. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SILVEIRA, Fabiano Vanroo et al. **Relação entre o uso de substratos energéticos e exercícios de baixa intensidade em crianças com a Síndrome de Prader-Willi**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177188>>. Acesso em: 17 de abr. 2021.

A SOBRECARGA TEM GÊNERO: IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE MÃES SOLO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Lohana Moreira Marques¹

Natalie de Castro Almeida²

RESUMO

A pandemia do novo coronavírus foi detectada no Brasil no início do ano de 2020 e é tida como um dos maiores problemas globais de saúde pública das últimas décadas, ocasionando mais de seis milhões de mortes no mundo todo, bem como impactos negativos nas esferas social, econômica e política. Neste contexto, as mães solo se encontram em um lugar de maior desgaste. Em vista disso, construiu-se uma associação quantitativa entre a sobrecarga de tarefas durante o período da pandemia e suas possíveis implicações na saúde mental de mulheres que exercem a maternidade solo na cidade de União da Vitória, localizada no Paraná, através de um questionário online para coleta de dados. Os resultados mostraram que sentimentos como sobrecarga, ansiedade e estresse passaram a fazer parte da rotina destas mulheres em maior grau. Concluiu-se que a pandemia de COVID-19 e os seus desdobramentos impactaram significativamente a vida das mães solo nos mais diversos âmbitos, desde a rotina até as finanças e, principalmente, a saúde mental. Assim, escancarando profundas fissuras sociais já existentes no tocante as desigualdades de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia; maternidade; mulheres; mãe solo.

ABSTRACT

The new coronavirus pandemic was detected in Brazil in early 2020 and is considered one of the biggest global health problems in recent decades, causing more than six million deaths worldwide, as well as negative impacts on the social, economic and political areas. In this context, solo mothers find themselves in a place of greater wear. In view of this, a quantitative association was built between the overload of tasks during the period of the pandemic and its possible implications for the mental health of women who exert solo maternity in the city of União da Vitória, located in Paraná, through an online questionnaire to data collect. The results showed that feelings such as overload, anxiety and stress became part of these women's routine to a greater extent. It was concluded that the COVID-19 pandemic and its consequences significantly impacted the lives of solo mothers in the most diverse areas, from routine to finances and, above all, mental health. Therefore, opening up deep social fissures that already existed regarding gender inequalities.

KEYWORDS: psychology; maternity; women; solo mother.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda de Psicologia do Centro Universitário Ugv, União da Vitória – PR. E-mail: psi-lohanamarques@ugv.edu.br.

² Psicóloga (UnC - 2008), Perita em Psicologia do Trânsito (CESMAC - 2009), Especialista em Neuropsicologia (FAFIUVA - 2010), Especialista em Psicologia do Trânsito (CDETEC - 2013), Mestra em Educação (UNICENTRO - 2022), Docente do curso de Psicologia - Ugv. E-mail: prof_natalie@ugv.edu.br.

De acordo com a definição fornecida pela Academia Brasileira de Letras (2022), o termo mãe solo refere-se à condição da mãe “que assume de forma exclusiva todas as responsabilidades pela criação do filho, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental”. Sendo assim, denomina uma forma de parentalidade desvinculada do estado civil, substituindo a expressão “mãe solteira” que atualmente é considerada pejorativa, posto que reduz a maternidade ao estado civil da mulher (OLIVEIRA; PEREIRA, 2011).

Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, no Brasil existem mais de 11 milhões de famílias chefiadas por mulheres, as quais vivenciam jornadas triplas de trabalho a fim de conciliar a criação dos filhos, o trabalho formal e o trabalho não remunerado.

Adicionada a um cenário já repleto de fatores estressores, está a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), inicialmente detectada em 2019 na China e, posteriormente, no Brasil no início do ano de 2020. É tida como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas e responsável por mais de seis milhões de mortes no mundo todo, bem como impactos negativos nas esferas social, econômica e política (FARO *et al*, 2020).

Dentre as inúmeras consequências da pandemia para a vida das mulheres, Zanello *et al* (2022) destaca a alta incidência de desemprego, a precarização das condições de sobrevivência e a insegurança alimentar de muitas famílias. As mulheres, em comparação aos homens, foram as que tiveram mais prejuízos em sua participação no mercado de trabalho durante este período.

Elas assumiram majoritariamente as tarefas e responsabilidades adicionais do novo contexto, como o acompanhamento escolar dos filhos e os cuidados de higiene, tendo que reduzir o tempo dedicado a carreira e sofrendo maior redução em seu tempo de lazer. Portanto, também se destacam como importantes consequências a sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado, o esgotamento físico e psíquico e a vulnerabilização psicológica (ZANELLO *et al*, 2022).

Silva *et al* (2020) ressalta que, por possuírem as funções de provedoras financeiras e provedoras de cuidado, as mães solo se encontram em um lugar de maior desgaste neste contexto. Além da sobrecarga e das dificuldades financeiras, a pandemia também afeta sua saúde mental, pois, tendo o

isolamento social como medida de proteção, as poucas fontes de compartilhamento do cuidado foram limitadas para dentro de suas casas.

A partir dos dados expostos, levantou-se a hipótese de que a pandemia e suas consequências sociais contribuiriam ativamente para a sobrecarga física e mental de mulheres que exercem a maternidade solo, conseqüentemente, impactando negativamente sua saúde mental.

Sendo assim, esta pesquisa buscou investigar os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de mães solo da cidade de União da Vitória, Paraná. Para isso, optou-se por coletar dados através de um questionário *online* direcionado à nova realidade social e como esta afetou as vivências das participantes.

Dado a atualidade deste fenômeno, existem lacunas a serem preenchidas pela exploração acadêmica e científica do tema que viabilizaram a elaboração desta pesquisa (SILVA *et al*, 2020). Além disso, sua relevância social encontra-se na difusão de conhecimento sobre a temática a fim de possibilitar a construção de novos projetos e iniciativas que contemplem as fragilidades enfrentadas na maternidade solo atualmente. Ainda, existe a motivação pessoal da autora, filha de mãe solo, sendo este um dos fatos que inspirou a iniciativa deste trabalho.

2 O PATRIARCADO E SEUS MECANISMOS HISTÓRICOS DE OPRESSÃO

Historicamente, a palavra “patriarcado” teve seu significado associado a dignitários da igreja e chefes de família, os quais eram denominados patriarcas. Contudo, a partir do século XIX seu sentido renovou-se impulsionado, posteriormente, pela segunda onda do movimento feminista no século XX. A partir de então, “patriarcado” passou a designar uma formação social em que os homens detêm o poder, tornando-se sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres (HIRATA *et al*, 2009).

Na esfera dos estudos feministas, apesar de ser abordado de formas distintas, o termo é usualmente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina (MORGANTE; NADER, 2014), pautas que, como ressaltado por Nicolodi (2020), estão associadas a vivência histórico-social distinta entre os gêneros, havendo um abismo político existente nestas experiências.

A estrutura patriarcal compõe a dinâmica social de homens e mulheres como um todo, tanto individual quanto coletivamente no que se refere a categorias sociais. Embora este cenário compreenda uma estrutura de poder na qual homens são mais privilegiados do que mulheres, este funcionamento social também gera prejuízo a eles. Apesar disso, o prejuízo maior é sempre das mulheres, produzindo uma relação hierárquica (SAFFIOTI, 2015).

Vale ressaltar que, na perspectiva adotada pela autora, o poder não é algo interno, mas sim criado socialmente, produto das relações humanas com o ambiente social e, por isso, dinâmico. Ele é desigual sempre que uma das partes pode alterar as condições de vida da outra, de modo que tal alteração produza benefícios para uma das partes e prejuízos para a outra (SAFFIOTI, 2015).

Como exposto por Nicolodi (2020), uma mulher não “possui” menos poder que seu companheiro simplesmente por ser mulher, mas a desigualdade de poder passa a ser estabelecida na relação entre eles quando, por exemplo, o homem passa a ditar os horários em que ela pode sair de casa, a quantidade de dinheiro que ela gasta, as pessoas com quem ela se relaciona, etc.

Portanto, o que caracteriza o patriarcado, nas relações entre gêneros, é que esta desigualdade é sempre responsável por manter os homens com mais privilégios e, desse modo, com mais poder em todas as áreas da convivência humana, sejam elas públicas ou privadas (SAFFIOTI, 2015).

3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Difundido a partir do impulso do movimento feminista na França no início dos anos 1970, o conceito de divisão sexual do trabalho tem como principal característica a atribuição prioritária do serviço produtivo e ocupações de forte valor social (políticas, religiosas, militares, etc.) aos homens e a destinação das mulheres à esfera reprodutiva, a qual engloba a maternidade e o trabalho doméstico não remunerado (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Produto da estrutura patriarcal, esta divisão é a principal responsável pela desigualdade de gênero, visto que, além de separar trabalhos como sendo “de homens” e “de mulheres”, há a hierarquização: o primeiro “vale” mais do que o segundo perante a sociedade. Deste modo, em adição a remuneração inferior, a mulher precisa realizar uma dupla – ou tripla – jornada de trabalho no âmbito do lar, fato que impõe renúncias à outras áreas de sua vida enquanto amplia a

possibilidade de o homem dedicar mais tempo ao trabalho e/ou ao lazer (INSFRAN, 2020).

No ano de 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou a discrepância entre a quantidade de tempo que mulheres e homens dedicam aos trabalhos domésticos semanalmente. Elas dedicam, em média, 21,3 horas enquanto para eles este número cai para 10,9 horas.

Como ressaltado por Hirata e Kergoat (2007) tal assimetria é produto de construções sociais que consideram um atributo natural da personalidade feminina a aptidão para realizar o trabalho doméstico e de cuidado, ocorrendo, assim, a feminização do cuidado. As autoras supracitadas (2007) também ressaltam que esse trabalho, realizado não para elas mesmas, mas para outros, é desvalorizado em nome da natureza, do amor e do dever materno.

O trabalho reprodutivo envolve capacidades físicas, emocionais e sexuais das mulheres, portanto, trabalhando muitas horas a mais do que os homens e tendo seus trabalhos invisibilizados. Pode-se dizer que as consequências da divisão sexual do trabalho ultrapassam o âmbito social e adentram o campo subjetivo feminino a medida em que são sentidas física e mentalmente pelas mulheres (ARRUZA *et al*, 2019; FEDERICI, 2019).

Assim demonstra Zanello (2018) que, ao analisar os processos de subjetivação baseados no gênero, aponta que os mesmos também criam vulnerabilidades identitárias específicas e diferenciadas para homens e mulheres, evidenciadas no sofrimento psíquico. Deste modo, é notório que, além de uma questão econômica e social, a divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos são também um objeto de estudo psicológico, visto que têm impacto na saúde mental.

4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

Pode-se considerar a maternidade como uma construção social que sofreu transformações ao longo da História. Conforme apontado por Zanello e Porto (2016), a partir da consolidação do capitalismo diferenças físicas passaram a ser utilizadas para construir e justificar desigualdades sociais, naturalizando determinadas performances: as masculinas no âmbito público e do trabalho; e

as femininas no âmbito privado, relacionadas ao trabalho doméstico e a maternidade.

Considerando tal cenário, Zanello (2018) ressalta que a identidade feminina foi construída a partir do lugar de “cuidadora nata” e nomeia este processo como dispositivo materno. A naturalização histórica das funções sociais de dedicação, abnegação e sacrifício como exclusivamente femininas levou à associação automática entre “ser mulher” e “ser mãe”, fato este também reforçado ao longo da vida da mulher desde o momento em que recebe uma boneca ou uma cozinha de brinquedo na infância, um dos indicativos do dispositivo materno em funcionamento (ZANELLO; PORTO, 2016).

Na sociedade patriarcal, a maternidade é vista como destino natural e sinônimo de completude (ZANELLO; PORTO, 2016). Em consonância a isto, dados divulgados pelo relatório do IPEA em 2014 apontam que 78,7% dos participantes (homens e mulheres) acredita total ou parcialmente que “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos” (IPEA, 2014).

Faz parte do dispositivo materno a concepção social de que ainda que uma mulher não tenha filhos, ela é naturalmente cuidadora, podendo e devendo empregar tal “dom” no cuidado de outras pessoas, como pais, irmãos, familiares doentes, etc. Contudo, desempenhar este papel exige dispêndio de energia física e psíquica, ou seja, configura-se como trabalho. No entanto, recebeu uma “capa afetiva”, para transforma-lo em “espontaneidade” (ZANELLO, 2018).

Lemos e Kind (2017) pontuam que o exercício da maternidade é atravessado por imposições relacionadas ao ideal do que a sociedade considera como características de uma boa mãe, que surge como uma série de deveres a serem cumpridos pela mulher, entre eles, a performance de uma mãe dedicada, heroína, serena, realizada, que dá conta de tudo e é feliz em todos os momentos. Nesta perspectiva, uma boa mãe deveria anular suas necessidades e desejos em favor de suas responsabilidades e deveres para com a família.

Tal ideal é difundido e fortalecido também pela mídia, a medida em que são veiculadas propagandas que traduzem a maternidade como a realização da mulher, sem espaço para insatisfação, sofrimento, frustração ou, ainda, o não-desejo de ocupar esta posição. Ou seja, a mãe representada é sempre uma mulher feliz com essa função e o resultado é um sentimento de culpa, falha e

ansiedade presente nas mães que não se reconhecem em tais modelos (ZANELLO; PORTO, 2016).

Assim, ainda de acordo com Zanello e Porto (2016), é possível perceber que a maternidade é uma questão identitária para as mulheres, de uma maneira que a paternidade não o é para os homens, que são desresponsabilizados de suas performances. Anualmente, no Brasil, entre 400 e 500 mil crianças nascidas podem ficar sem reconhecimento paterno. O número representa entre 15 e 20% do total (RANER, 2020), dado que corrobora para a visão da paternidade como algo facultativo, ao contrário da maternidade.

Tendo em vista as informações expostas, fica evidente a relevância desta pesquisa, posto que o tema em questão se trata de uma questão sócio-histórica atravessada pela pandemia de COVID-19, aspecto que será explorado com mais detalhes a partir da coleta e análise de dados. No próximo tópico, será apresentada a metodologia utilizada na construção da pesquisa.

5 METODOLOGIA

Do ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada e, uma vez que busca descrever as características de determinada população estabelecendo relações entre variáveis a partir do uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, é, também, descritiva e quantitativa, pois, se utiliza de recursos estatísticos para analisar os dados coletados (GIL, 2002).

Inicialmente, realizou-se a construção bibliográfica base para análise dos dados obtidos. Em um segundo momento, optou-se por realizar o levantamento de dados por meio de um questionário *online*. Esta escolha justifica-se uma vez que levantamentos permitem, segundo Gil (2005), um conhecimento direto da realidade e possibilitam atingir um número elevado de pessoas.

As perguntas do questionário foram idealizadas *a priori*, e o roteiro englobou questões fechadas sobre 1) dados sociodemográficos, 2) rotina/dia a dia e 3) saúde mental. Em seguida, o roteiro foi submetido para aprovação ao Núcleo de Ética e Bioética (NEB) da Ugv Centro Universitário. Após a aprovação, foi disponibilizado por meio de um Formulário do Google (*Google Forms*) e encaminhado às participantes por vias digitais. A coleta de dados se deu entre os meses de maio e julho de 2022.

A pesquisa utilizou-se da amostragem probabilística casual estratificada, usualmente presente em levantamentos, que se caracteriza pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada, delimitada por propriedades como sexo, idade ou classe social (GIL, 2002).

Neste caso, foram requisitos inclusivos da amostra: ser do sexo feminino; residir no município de União da Vitória; ter idade a partir de dezoito anos; exercer a maternidade solo e morar com seu(s) filho(s) na mesma casa. Ou seja, para participar da pesquisa, uma pessoa deveria se enquadrar em todos os cinco estratos.

A intenção foi compor uma amostra por conveniência de até 50 (cinquenta) respostas, onde fosse possível fazer uma associação quantitativa entre sobrecarga de tarefas durante o período da pandemia e suas possíveis implicações na saúde mental de mães solo. Obteve-se um total de 30 (trinta) respostas e, após o encerramento do processo de coleta de dados, a pesquisa caminhou para a organização e tabulação dos mesmos, e depois para a análise. Nesta fase, pretendeu-se quantificar estatisticamente os dados coletados e analisa-los utilizando a bibliografia disponível.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das respostas do questionário *online* (*Google Forms*), verificou-se que 40% das participantes pertencia a faixa etária de 25 a 35 anos. Outras idades contempladas foram de 18 a 24 anos (20%), de 36 a 50 anos (33,3%) e acima de 51 anos (6,6%).

No tocante à raça/etnia e ao grau de escolaridade, os dados coletados foram os seguintes:

Tabela 1: dados de raça/etnia e escolaridade

Escolaridade/Idade	Branca			Parda			Preta	
	18 a 24	25 a 35	36 a 50	18 a 24	25 a 35	51 acima	25 a 35	36 a 50
Ensino fund. incompleto	1	0	0	1	1	1	0	1
Ensino médio incompleto	0	0	2	2	0	0	0	0
Ensino médio completo	0	2	1	0	0	1	0	0
Ensino superior incompleto	2	1	2	0	2	0	1	0
Ensino superior completo	0	4	1	0	0	0	0	0

Pós-graduação	0	1	3	0	0	0	0	0
---------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: A Autora (2022)

Quando questionadas sobre suas profissões, 30% delas se identificaram como assalariadas na medida em que possuem registro na carteira profissional, 26,7% trabalham como autônomas, 13,33% são donas de casa, 3,33% são servidoras públicas e 3,33% estão desempregadas.

Coutinho e Cardoso (2021) referem-se ao cuidado como um trabalho que se apresenta de modo desigual na vida das mulheres, a depender do seu pertencimento racial e de classe. Pesquisas corroboram tal afirmação, visto que, no Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza e a raça impõe ainda mais barreiras de acesso a direitos básicos (GÊNERO E NÚMERO, 2020).

Portanto, considerando a importância de se refletir sobre a situação de opressão das mulheres brasileiras a partir dos marcadores interseccionais de raça/etnia e classe, delimita-se o recorte da população sobre o qual está se falando nesta pesquisa, na medida em que a maioria das participantes tem de 25 a 35 anos, ensino superior incompleto e autodeclarou-se racialmente como branca.

Com relação ao exercício da maternidade solo, os dados coletados mostraram que para 90% das mulheres participantes este ocorre em suas vidas desde antes da pandemia, enquanto 10% passaram a exercê-la após a este período. Para 80% a maternidade solo foi uma imposição, por abandono ou omissão paterna, por exemplo. Entretanto, para 20% foi uma escolha, como a maternidade planejada.

Como pontuado por Lemos e Kind (2017), a figura da mulher é culturalmente vinculada ao papel de mãe, o qual é tido como sua “missão biológica”. Assim, o que poderia ser uma escolha torna-se imposto para a maioria delas. Além disso, também é socialmente imposta e responsabilização unilateral na criação das crianças, deixada a cargo quase exclusivo das mulheres.

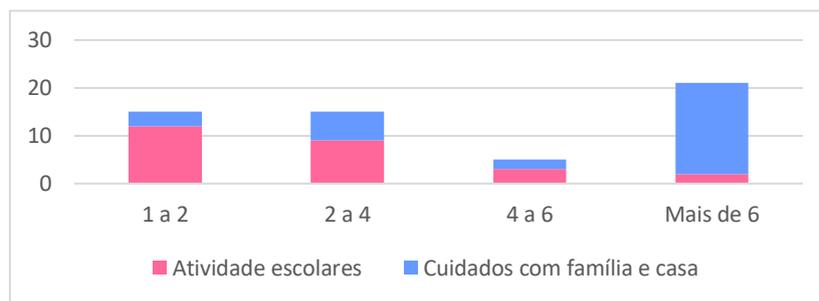
Observa-se este fato nos dados coletados quanto à participação do pai de seu(s) filho(s) na criação do(s) mesmo(s), onde 50% das mães afirmou que o pai não participa de nenhuma forma, enquanto 23,3% respondeu que a participação se dá com suporte financeiro e estando presente na rotina de divisão dos

cuidados. Para 20%, participam apenas com suporte financeiro e para 6,7% somente na rotina de divisão dos cuidados.

Estes dados vão de encontro ao que foi apontado por Oliveira e Pereira (2011): a maternidade fortalece a dominação masculina sobre as mulheres na medida em que a participação paterna na criação dos filhos não ocorre do mesmo modo ou, ainda, simplesmente não ocorre. A sociedade não exige que o homem cumpra com a paternidade da mesma forma que o faz com as mulheres e a maternidade. Representações midiáticas e ditados populares como “quem pariu Mateus que balance” refletem a existência desta cultura e a fortalecem, impondo o cuidado exclusivamente às mães (MESQUITA *et al*, 2017).

Das 30 participantes, 90% tem filhos menores de dezoito anos. No que diz respeito a quantidade de horas dedicadas ao auxílio das atividades escolares e aos cuidados com a família e a casa diariamente durante o período de pandemia, obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 1: horas dedicadas a cuidados e atividades escolares



Fonte: A Autora (2022)

Estes resultados ilustram a sobrecarga de tarefas vivenciada pelas mulheres que vivem uma jornada contínua de trabalho, pois, além de exercerem cargos remunerados, também precisam cumprir as funções de mãe e dona de casa que, muitas vezes, demandam uma quantidade de horas igual ou superior ao trabalho formal. Pinho e Araújo (2012) pontuam que o elevado volume de trabalho não pago associado aos componentes emocionais, pode intensificar o sofrimento psíquico entre a população feminina.

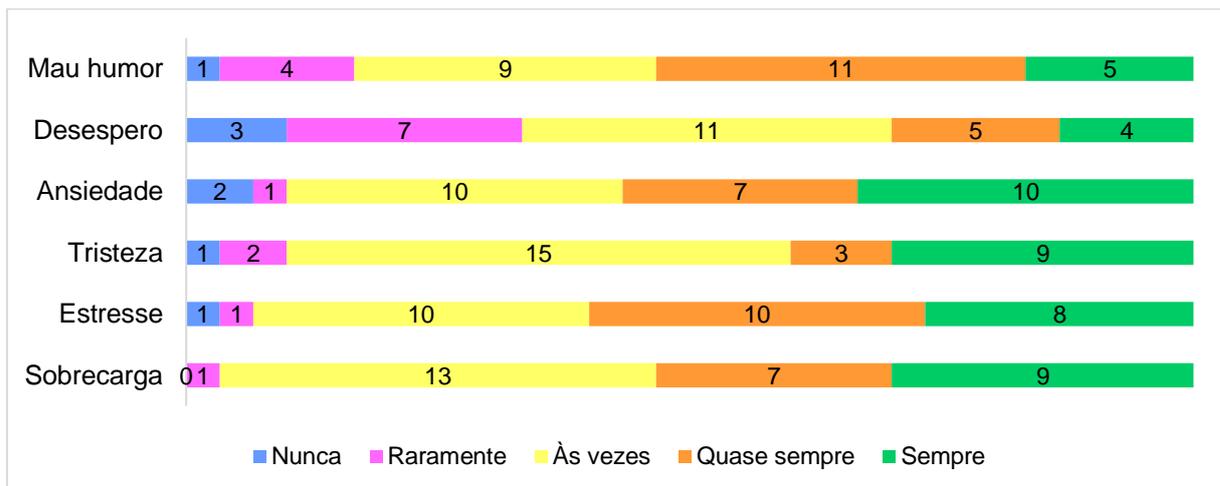
Todavia, 80% das participantes afirmou possuir rede de apoio, ou seja, uma ou mais pessoas disponíveis para ajudar quando necessário e oferecer suporte emocional. A rede de apoio pode incluir amigos, familiares, colegas de

trabalho, vizinhos, a escola, a equipe da Unidade Básica de Saúde, grupos em redes sociais e até mesmo as políticas públicas (GARSKE, 2021).

Durante o período de pandemia, o distanciamento social recomendado afetou relações e também enfraqueceu as redes de apoio, sobrecarregando mães que estão à frente de famílias monoparentais. Garske (2021) enfatiza a extrema importância de seu papel, uma vez que as mães solo que não possuem amparo adequado podem se ver acometidas por estresse, ansiedade e depressão decorrentes da sobrecarga vivenciada no cotidiano.

Por fim, as perguntas relacionadas à saúde mental se concentraram na terceira parte do questionário, onde foi solicitado que as participantes apontassem a frequência em que se depararam com determinados sentimentos durante o período de pandemia, sendo eles: mau humor, desespero, ansiedade, tristeza, estresse e sobrecarga. As respostas foram reunidas no gráfico abaixo:

Gráfico 2: frequência de sentimentos



Fonte: A Autora (2022)

De acordo com a OPAS (2018), as mulheres configuram o grupo com a saúde mental mais afetada. Se tratando de mães, sua construção social como uma entidade invencível configura mais um peso, pois, existe a expectativa social de que elas nunca falhem e tenham soluções para todos os problemas (RANER 2020).

Exercer a maternidade solo é considerado um fator de risco para a depressão, ansiedade e estresse (OLIVEIRA; PEREIRA, 2011), fato corroborado pelos dados apresentados acima, na medida em que os sentimentos mais frequentes foram ansiedade, para 56% das participantes e estresse, para 60%.

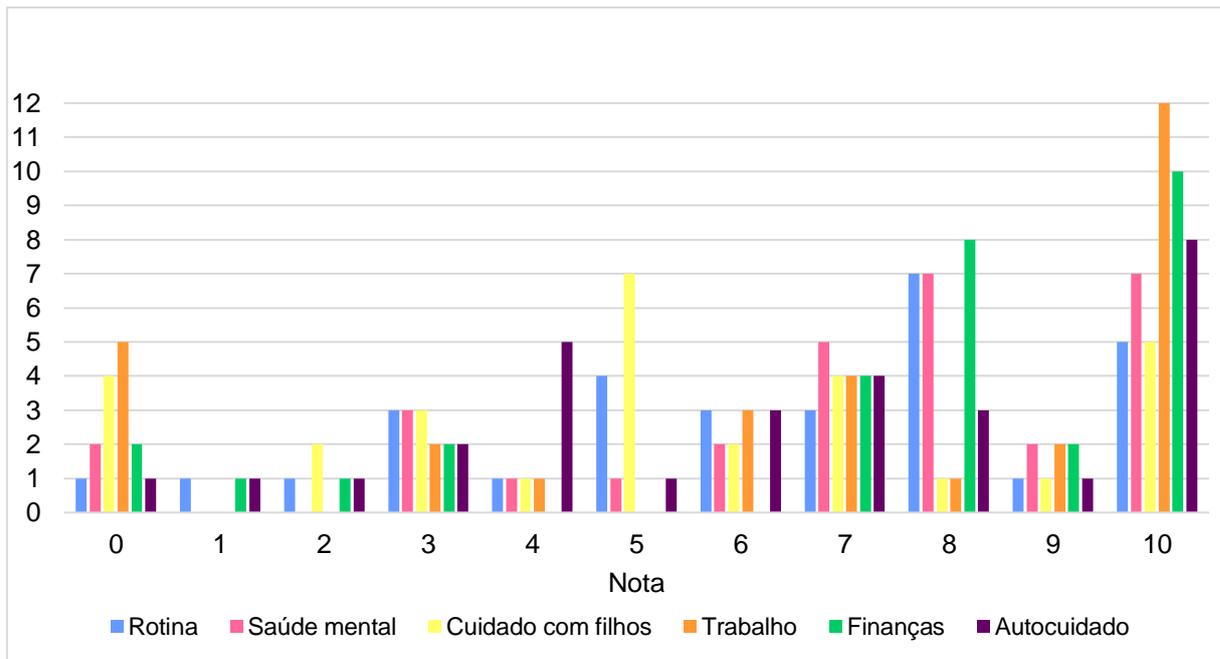
Em sequência, outros sentimentos com grande frequência foram a sobrecarga (53%) e o mau humor (56%). O desespero, todavia, se apresenta com a menor frequência, sendo identificado raramente ou nunca por 33% das participantes.

Quando questionadas sobre com que frequência foi possível encaixar momentos de lazer na rotina durante a pandemia, 30% respondeu “nunca”. Em sequência, 20% respondeu “às vezes”, 20% “raramente”, 23,3% “quase sempre” e 6,6% “sempre”. Nota-se que a minoria das participantes conseguiu ter estes momentos como parte da rotina, fato que se demonstra preocupante.

O lazer, na qualidade de uma atividade prazerosa diferente das obrigações profissionais, domésticas e sociais, colabora para a atenuação do estresse e se demonstra benéfico em quadros clínicos como o da depressão. Sua ausência na rotina tem repercussões negativas na saúde, podendo acarretar no surgimento de transtornos mentais (PINHO; ARAÚJO, 2012). Dessa forma, é primordial que as mães tenham momentos para si e encontrem possibilidades de descanso, pois isso reflete na sua saúde física, psicológica, emocional e também no exercício de sua parentalidade.

Por fim, também foi solicitado que as participantes avaliassem de 0 a 10 (sendo 0-3 nada/muito pouco, 4-7 um pouco/médio e 8-10 muito) o quanto determinadas áreas de suas vidas foram afetadas negativamente pela pandemia. As áreas avaliadas foram: rotina, saúde mental, cuidado com filhos (as), trabalho, finanças e autocuidado. Os dados obtidos foram agrupados graficamente abaixo. Pode-se notar que as áreas mais afetadas foram o trabalho, as finanças e o autocuidado.

Gráfico 3: quanto a pandemia afetou as respectivas áreas da vida



Fonte: A Autora (2022)

Em relação ao trabalho durante a pandemia, Raner (2020) aponta que as mães solo configuraram a parcela mais fragilizada da população, vivenciando uma jornada contínua, equilibrando trabalho formal e trabalho não remunerado, o qual contempla os cuidados com a família e a casa e o auxílio nas atividades escolares das crianças, por exemplo.

No contexto do trabalho *home office*, há uma ambivalência de sentimentos: ao mesmo tempo em que a mãe se sente feliz por ter mais oportunidades de estar com o(s) filho(s), ela se culpa por não conseguir cumprir com as exigências do trabalho ou até mesmo pela falta de tempo de qualidade com a criança (RANER, 2020)

No tocante aos aspectos econômicos, é primordial pontuar que o aumento do desemprego está entre uma das principais consequências da pandemia (MENEGETTI, 2021). Muitas mães solo de grupos vulnerabilizados (como negras e/ou pobres, por exemplo) perderam suas fontes de renda, passando a sobreviver com apoio de grupos de ativistas que forneceram doações a fim de ajudar suas famílias (INSFRAN; MUNIZ, 2020).

Ao mesmo tempo, o trabalho apareceu como muito pouco ou nada afetado, assim, enquanto este pode ter sido uma grande preocupação para as mães solo com menor poder aquisitivo, outras não perceberam alterações significativas nesta área de suas vidas, possivelmente, usufruindo de maiores

privilégios socioeconômicos. Contudo, não há dados suficientes para comprovar a veracidade desta hipótese.

O autocuidado, que também figurou entre as áreas mais afetadas, é aqui entendido como um conjunto de ações exercidas com o intuito de promover maior bem-estar e qualidade de vida para si (SANTOS; DINIZ, 2018), como, por exemplo: praticar exercícios físicos, ter uma alimentação balanceada, cultivar relações saudáveis, dispor de *hobbies* e lazer. No entanto, o contexto pandêmico dificultou a implementação de várias destas práticas, tendo o cenário de isolamento social, crise econômica e rotina atribulada como alguns dos impedimentos.

Além disso, é primordial ressaltar as performances de gênero tidas como femininas. Em uma sociedade patriarcal, mulheres são socializadas para estarem a serviço do outro e é esperado que o façam, na medida em que aquelas que priorizam os seus desejos e necessidades são tidas como “egoístas” e tal cobrança é aumentada se tratando de mães (ZANELLO, 2018). Esta deve ser considerada como uma das variáveis que colaboram para que elas dediquem pouco ou nenhum tempo para o autocuidado.

Pelo exposto acima, fica evidente que a pandemia de COVID-19 teve impactos consideráveis na saúde mental de mães solo, comprovando, assim, a veracidade do problema de pesquisa que serviu como ponto de partida para o presente estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, tanto a partir da análise bibliográfica quanto dos resultados apresentados, que a pandemia de COVID-19 e os seus desdobramentos impactaram significativamente a vida das mães solo nos mais diversos âmbitos, desde a rotina até as finanças e, principalmente, a saúde mental.

Notou-se que o declínio em seu bem-estar psíquico está diretamente relacionado ao acúmulo de trabalho, tarefas domésticas, cuidados e responsabilidades familiares. A sobrecarga de tarefas vivenciada contribuiu para o aumento do nível de estresse e de sentimentos como ansiedade, ambos potencializados pelo enfraquecimento da rede de apoio e a impossibilidade de exercer o autocuidado.

Contudo, como indicado pelos dados expostos, esta não é uma nova realidade instaurada pela pandemia, mas sim o agravamento de um cenário já existente, no qual as mães solo estão sobrecarregadas e com a saúde mental em risco por possuírem pouco ou nenhum suporte na criação de seus filhos. A COVID-19 escancarou profundas fissuras sociais já existentes no tocante as desigualdades de gênero, bem como a necessidade latente de políticas públicas que possibilitem contextos mais saudáveis para estas mulheres e da desnaturalização do cuidado como uma tarefa exclusivamente feminina.

Também se faz necessário pontuar as limitações do presente estudo, as quais derivam dos recortes geográfico, racial e socioeconômico delimitados pela metodologia de pesquisa adotada. Dessa forma, os resultados não contemplam outras diversas formas de maternidade solo existentes, atravessadas por interseccionalidades e opressões distintas.

Nessa perspectiva, é primordial a realização de outras pesquisas que abarquem as multiplicidades envolvidas nesta forma de maternidade e os modos como outras mães solo foram impactadas pela pandemia, considerando os vários entrelaçamentos das estruturas de raça, classe e gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Mãe solo - definição**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/mae-solo#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A,%2C%20desvinculada%20do%20estado%20civil.%5D>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ARRUZA, C. et al. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTÃO, Naiara. **Mães estão exaustas e são as que mais sofrem impacto psicológico e financeiro na pandemia**. Valor Investe, [S. l.], 22 set. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2021/09/22/maes-estao-exaustas-e-sao-as-que-mais-sofrem-impacto-psicologico-e-financeiro-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 466**. Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html. Acesso em: 09 set. 2021.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: A emergência do cuidado. **Contribuições da Psicologia no contexto da pandemia da COVID-19**, [s.l.], 2020.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1a ed. São Paulo: Elefante, 2019.

GARSKE, Caroline. **Maternidade solo: a importância de ter uma rede de apoio**. Gazeta do Sul, [S. l.], 30 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.gaz.com.br/maternidade-solo-a-importancia-de-ter-uma-rede-de-apoio/>.
Acesso em: 27 jul. 2022.

GÊNERO E NÚMERO. **Um retrato das mães solo na pandemia.** *Site Gênero e número*, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-dasmaes-solo-na-pandemia/> Acesso em: 17 ago. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, H. et al (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009. 344p.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; MUNIZ, Ana Guimarães Correa Ramos. **Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia.** *Diversitates International Journal*, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 26-47, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.** Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, 2018.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social - SIPS. **Tolerância social à violência contra as mulheres**, 2014.

LE MOS, Renata Feldman Scheinkman; KIND, Luciana. **Mulheres e maternidade: faces possíveis.** *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 840-859, dez. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18084281201700030003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 ago. 2021.

MENEGHETTI, Luana. **IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado.** *Veja*, [S. l.], 30 nov. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

MESQUITA, Andréa Pacheco de et al. **"Quem pariu Mateus que balance": a reprodução do patriarcado e a solidão das mulheres/mães universitárias no cuidado com os/as filhos/as.** *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/722/704>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O Patriarcado nos Estudos Feministas: um debate teórico.** *Saberes e Práticas Científicas*, [s. l.], 2014.

NICOLODI, Laís de Godoy. **Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva Analítico Comportamental.** Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Lídya Carolyne Freitas; PEREIRA, Luana Raquel da Silva. **A Eficácia do Dispositivo Materno: Possíveis Influências da Romantização da Maternidade na Saúde Mental de Mães-Solo na Cidade de Arcoverde-PE.** Revista Científica Multidisciplinar, [s. l.], v. 2, ed. 6, 2011. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/451>. Acesso em: 26 out. 2021.

OPAS. **Folha informativa – depressão**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PINHO, Paloma de Sousa; ARAÚJO, Tânia Maria. **Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres.** Revista Brasileira de Epidemiologia, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 560-572, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL5b8P5YcXmwFwGG/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RANER, Verônica. Maternidade solo e pandemia: especialistas refletem sobre o retorno às atividades normais. **Valor Investe**, [S. l.], 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/07/maternidade-solo-e-pandemia-especialistas-refletem-sobre-o-retorno-as-atividades-normais/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial.** Psicol. clin. vol.30 no.1 Rio de Janeiro 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 158 p.

SILVA, Juliana Marcia Santos et al. **A Feminização do Cuidado e a Sobrecarga da Mulher-Mãe na Pandemia.** Revista Feminismos, v. 8, n. 3, 2020.

ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia.** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. 178p.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 301 p.

ZANELLO, Valeska *et al.* Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 30, ed. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zGZmKbD67GCXCyC8mKmwwSj/#>. Acesso em: 5 set. 2022

ANÁLISE DE SUZANE VON RICHTHOFEN SOB A PERSPECTIVA DA TERAPIA DE ESQUEMAS

Adeline Cuba Volochen¹

Janaina Bethmann²

Jeniffer Mayara Maidame Do Nascimento³

Tiago José Woyciekovski⁴

Amália Beatriz Dias Mascarenhas⁵

RESUMO

Este artigo discorre acerca da análise de Suzane Von Richthofen sob a perspectiva da terapia de esquemas. O caso Richthofen leva o sobrenome do casal Marisia e Manfred, que na madrugada do dia 31 de outubro de 2002 foram mortos pela filha, Suzane. A análise foi feita através de documentários, vídeos do julgamento e do depoimento de Suzane, e pesquisas bibliográficas para base teórica sobre a Terapia de Esquemas. Os resultados consistem em esquemas ativados em quatro dos cinco domínios que serão elucidados no decorrer do trabalho.

Palavras chave: Terapia de Esquemas; Von Richthofen; perfil psicológico.

ABSTRACT

This article discusses the analysis of Suzane Von Richthofen from the perspective of schema therapy. The Richthofen case is named after the couple Marisia and Manfred, who were killed by their daughter, Suzane, in the early morning of October 31st, 2002. The analysis was made through documentaries, videos from the trial and Suzane's testimony, and bibliographic research for theoretical basis about Schema Therapy. The results consist of activated schemas in four of the five domains that will be elucidated throughout the work.

Keywords: Schema Therapy; Von Richthofen; Psychological Profile.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca desenvolver uma análise de Suzane Von Richthofen, a partir das considerações e análise da terapia de esquemas (TE). Para esta análise, buscaram-se como objetivos específicos realizar uma coleta de dados para a investigação do estado mental de Suzane. Além de identificar os esquemas desadaptativos ativados a partir dos dados obtidos, compreender como estes esquemas atuam em sua relação familiar e amorosa, explorar a dinâmica familiar que poderia ter ativado essas crenças.

¹ Graduanda em psicologia pela Ugv-Centro Universitário. E-mail: psi-adelinevolechen@ugv.edu.br.

² Graduanda em psicologia pela Ugv-Centro Universitário. E-mail: psi-janainabethmann@ugv.edu.br.

³ Graduanda em psicologia pela Ugv-Centro Universitário. E-mail: psi-jeniffernascimento@ugv.edu.br.

⁴ Graduando em psicologia pela Ugv-Centro Universitário. E-mail: psi-tiagowoyciekovski@ugv.edu.br.

⁵ Docente na Ugv-Centro Universitário. Graduada em psicologia pela Universidade de Fortaleza em 2011. Mestrado em psicologia forense pela Universidade Tuiuti do Paraná em 2015. E-mail: prof_amalia@ugv.edu.br.

O caso da família Von Richthofen teve notoriedade devido à brutalidade do assassinato de Manfred e Marísia. O crime foi planejado pela filha do casal, Suzane, e teve o auxílio de Daniel Cravinhos e Cristian Cravinhos com o propósito que Suzane pudesse ficar com a herança da família e com seu namorado da época, Daniel. Aconteceu na madrugada do dia 31 de outubro de 2002, no Brooklin, em São Paulo, enquanto o casal dormia (PENNAFORT; DINIZ, 2006; JÚNIOR, 2015).

A família Von Richthofen era bem posicionada social e economicamente. Manfred era engenheiro e Marísia psiquiatra, o casal tinha dois filhos: Suzane, a mais velha, e Andreas, 4 anos mais novo. Relatos de vizinhos e pessoas próximas dizem que a família era "normal", alegre e simpática, sempre prezando pela boa educação dos filhos. Os conflitos tiveram origem com o início do relacionamento de Suzane com Daniel Cravinhos em 1999, no qual os pais não aceitavam o namoro. Os pais proibiram o namoro após Suzane não passar em vestibulares esperado por eles, deixar de frequentar as aulas e começar a fazer uso de substâncias ilícitas e então os dois passaram a se encontrar escondidos. A proibição deu início ao plano de Suzane para o assassinato dos pais, para que ela pudesse aproveitar a fortuna da família com o seu namorado (PENNAFORT; DINIZ, 2006; JÚNIOR, 2015).

No julgamento surgem duas versões diferentes sobre a decorrência dos fatos do crime. A versão de Suzane Von Richthofen acusa Daniel de tê-la induzido a matar seus pais e a versão dos irmãos Cravinhos diz que Suzane foi quem planejou e articulou todo o assassinato (JÚNIOR, 2015). Essas duas versões serviram como base para a sequência de filmes da plataforma de *streaming Amazon Prime* de 2021 contando com a "Menina que matou os pais" e o "Menino que matou meus pais".

A terapia de esquemas foi desenvolvida por Jeffrey Young na década de 1980, com auxílio de Janet Klosko e Marjorie Weishaar, na qual buscavam trabalhar com casos complexos, voltado para pessoas com transtornos de personalidade e casos em que a Terapia Cognitiva Comportamental não conseguia suprir toda a demanda. Assim, essa terapia de terceira onda, visa compreender a complexidade humana, trazendo questões significativas e a espiritualidade do paciente. Esta teoria embasa-se na cognitiva comportamental,

teorias do apego, psicodinâmicas e a *gestalt* terapia (CAZASSA; OLIVEIRA, 2008).

A terapia desenvolvida por Young visa identificar um esquema desadaptativo mais profundo, o qual é instaurado durante sua vida e se torna disfuncional, sendo denominado de Esquema Inicial Desadaptativo (EID). Estas são estruturas que se cristalizam desde a infância na personalidade do indivíduo e são caracterizadas por padrões emocionais, cognitivos e comportamentais desadaptativos que tendem a ser reproduzidos ao longo de sua vida e que permeiam relação do indivíduo com meio (CAZASSA; OLIVEIRA, 2008; YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Os esquemas descritos na teoria possuem 5 categorias, definidas como domínios. Dentro de cada domínio há esquemas desadaptativos, que podem estar ativos ou não no indivíduo. Os esquemas ativos são descobertos a partir do Questionário de Esquemas, que possui uma série de perguntas que visam identificar os possíveis comportamentos predominantes. A partir deste, o profissional poderá trabalhar com as necessidades emocionais percebidas. As categorias são subdivididas em: desconexão/rejeição, autonomia/desempenho prejudicados, limites prejudicados, direcionamento para o outro e supervisão/inibição, que trazem 18 esquemas ao todo (CAZASSA; OLIVEIRA, 2008; YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

O domínio de *Desconexão e Rejeição* refere-se às necessidades de proteção, segurança, estabilidade, cuidado e empatia, na qual devem provir principalmente do núcleo familiar na infância. Os esquemas são o abandono/instabilidade, abuso/desconfiança, privação emocional, defectividade/vergonha e isolamento social/alienação. De maneira geral as pessoas que possuem esquemas ativados neste domínio têm comportamentos desadaptativos principalmente nas relações sociais (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Sob o conjunto de esquemas da *Autonomia e Desempenho Prejudicados*, diz respeito às expectativas sobre si mesmo e o ambiente que está inserido, sendo a própria capacidade de funcionar, separar ou ter um bom desempenho. Os esquemas ativados neste tendem a vir de famílias que foram superprotetoras ou com funcionamento intrafamiliar emaranhado. Sendo esses comportamentos listados como dependência/incompetência, vulnerabilidade a dano/doença,

emaranhamento subdesenvolvido e fracasso (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Limites Prejudicados ocorrem quando o indivíduo apresenta deficiência nos limites internos e externos, com dificuldade de respeitar o desejo de outras pessoas, cooperação, estabelecer compromissos e definir objetivos realistas, além da dificuldade em atingir os mesmos. Os esquemas identificados nesse grupo são rogo/grandiosidade, autocontrole e autodisciplina insuficientes (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

A respeito do *Direcionamento Para o Outro* trata-se de um domínio voltado às vontades e desejos de agradar/satisfazer o outro. Há necessidade excessiva em atender sentimentos, solicitações e aprovação dos demais a custo de suas próprias necessidades. São pessoas que creem na aceitação condicional, advindo de crenças da infância onde era necessário estar em constante aceitação da família e pessoas próximas. Neste, os esquemas presentes são a subjugação, auto sacrifício, busca de aprovação e reconhecimento (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

O último conjunto descrito por Young, Klosko e Weishaar (2008), é a *Supervigilância e Inibição*, na qual o indivíduo busca a supressão de seus sentimentos e impulsos. Pessoas com estes padrões ativos tendem a cumprir regras, seguir um comportamento ético e moral, além de não demonstrarem sentimentos e emoções e possuem padrões inflexíveis. Estes esquemas advêm de uma família exigente, com ações severas e punitivas.

2. MÉTODO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa básica, qualitativa de cunho exploratório. A presente pesquisa busca analisar o perfil de Suzane Von Richthofen por meio dos filmes “A Menina que matou os pais” (2021) e “O menino que matou meus pais” (2021), disponíveis pela plataforma de *streaming Amazon Prime*. Para manter a fidedignidade e os acontecimentos reais do crime, a produção dos filmes utilizou documentos do julgamento, reportagens e demais artigos sobre o caso. Esta análise busca identificar os possíveis esquemas desadaptativos ativados no indivíduo analisado, com base em seu comportamento, relatos próprios e de pessoas próximas.

Em um primeiro momento, os dois filmes foram observados sem uma análise significativa. A partir desta observação, os pesquisadores compilaram o máximo de informações sobre o caso Von Richthofen. Consecutivamente, foram realizados uma pesquisa bibliográfica e um aprofundamento sobre os conceitos de Jeffrey Young e a terapia dos esquemas. Dessa forma, investigaram-se quais seriam os possíveis esquemas desadaptativos ativados em Suzane durante o namoro com Daniel até o seu julgamento no ano de 2006.

Para compreender quais foram os esquemas ativados e os domínios em que estes encontravam-se mais evidentes, a presente análise foi realizada a partir dos comportamentos de Suzane e dos depoimentos apresentados por ela e por terceiros. Entretanto, entende-se que não é possível simular hipoteticamente as possíveis respostas do Questionário de Esquemas da jovem. Sob essa perspectiva, os filmes e depoimentos foram observados uma segunda vez, juntamente com a releitura de documentos para garantir a clareza nos possíveis resultados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados utilizados para a presente discussão, advém principalmente da sequência dos filmes, entrevistas e informações relacionadas ao caso. Através da observação e compilação de dados coletados, revisados e articulados, é possível identificar que Suzane possui esquemas ativados em quatro domínios que serão tratados no decorrer da presente análise.

Não houve liberação e/ou divulgação sob o estado mental de Suzane Von Richthofen, nem após a ocorrência do crime até os dias atuais, permanecendo tudo sob sigilo de justiça. Portanto, os materiais que circulam nos meios de comunicação são meras especulações. Estudos com base teórica como este, partem de uma hipótese de análise que auxilia a compreensão do caso. Ressalta-se ainda que não há imagens, vídeos e áudios completos do julgamento, os quais foram revelados parcialmente pela justiça a fim de garantir sigilo e proteção da integridade de Andreas que na época era menor idade (JÚNIOR, 2015, SANTOS; ARAÚJO, 2020).

3.1 LIMITES PREJUDICADOS

Dentro deste domínio encontram-se pacientes que, em geral, cresceram em famílias excessivamente permissivas. As características presentes estão relacionadas à falta de limites internos, responsabilidade para com o outro e dificuldade em estabelecer objetivos de longo prazo. As pessoas apresentam comportamentos irresponsáveis, mimados, egoístas ou narcisistas (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Integrado a este domínio percebe-se o esquema de *grandiosidade e autocontrole/autodisciplina insuficientes* ativado. Neste esquema há a crença de que se é superior às outras pessoas, de que não é suscetível às regras e tem direitos e/ou privilégios especiais. O indivíduo pode exercer competitividade excessiva ou dominação com terceiros, fazendo assim o que bem entende sem levar em consideração os custos de suas ações (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

O comportamento de Suzane observado nos dois filmes mostra a necessidade de “sentir-se superior”, na qual em vários momentos busca assegurar que está correta sob tal situação, busca estabelecer os seus próprios limites e seu próprio “poder”. Isto é bem elucidado quando ela não aceita as regras, limites e opiniões dos pais, indo contra eles: fugindo de casa e encontrando seu namorado escondido. Também em alguns momentos buscou afirmar seu poder e seu ponto de vista sobre o namorado, comprando presentes de alto valor.

Suzane também apresenta dificuldade em lidar com frustrações, todas as vezes que as coisas não saem como o seu desejo, ela tem comportamentos e ações impulsivas e ou mudança de atitudes para alcançar aquilo que deseja. Quando impedida de viajar com Daniel, ela planeja para que ele viaje para a mesma cidade e os dois fiquem juntos. Isso também é destacado quando os dois são impedidos de namorar pela família, na qual Suzane continua achando maneiras de se encontrarem às escondidas. Busca sempre atender as necessidades próprias, uma maneira de afirmar que ela estava correta nas situações.

3.2 DESCONEXÃO E REJEIÇÃO

Partindo deste domínio, os indivíduos acreditam que suas necessidades de segurança, cuidado, estabilidade e amor não serão atendidas, desta forma,

não conseguem desenvolver vínculos seguros com outras pessoas (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008). Nota-se que dentro deste domínio Suzane tem esquema de *abandono* ativado. Pessoas com este esquema ativado acreditam na possibilidade, real ou imaginária, de que serão deixadas a qualquer momento, seja pela chegada de alguém considerado “melhor” ou mesmo pela morte de alguém querido. Tem-se a percepção de que as pessoas são emocionalmente imprevisíveis e duvidosas, assim, estão presentes apenas de forma vaga.

Outro esquema percebido é o de *privação emocional*, que se caracteriza pela certeza de que a satisfação emocional não será atendida adequadamente por outra pessoa. Apresenta comportamentos como falta de compreensão, escuta e postura aberta em compartilhar sentimentos (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008). Neste ponto é possível evidenciar que Suzane possuía grande desconfiança das outras pessoas, na qual todas de alguma maneira afetavam seu relacionamento, assim como seus pais. Por sentir-se “superior” aos outros, estes não seriam dignos de sua confiança, isso está presente nas cenas na qual ela questiona a fidelidade do casamento de seus pais, proferindo que os dois eram infiéis e não poderiam se expressar sobre o relacionamento dela. De certa maneira destaca-se o medo de abandono por meio do relacionamento amoroso, na qual buscava de certa forma trazer necessidades para que seu namorado a protegesse e não a abandonasse.

A privação emocional observada em Suzane é a forma de privação de empatia, na qual ela busca suprir os próprios desejos e as suas necessidades, não importando se com os sentimentos de seus pais e outras pessoas próximas. Todo o pensamento de Suzane era voltado ao seu relacionamento, então ela apresentava afeto aqueles que de certa forma auxiliavam e favoreciam sua relação, aos outros demonstrava-se indiferente ao pensamento e ideia dos pais. Um dos destaques é quando ela ganha um carro novo dos pais, eles que se ela tivesse passado nos vestibulares de medicina ela teria ganhado um carro melhor, mostrando a preocupação com a filha, ela apresenta postura rígida e indiferente.

3.3 AUTONOMIA E DESEMPENHO PREJUDICADOS

Este domínio envolve as expectativas sobre si mesmo e o ambiente, havendo dificuldade em funcionar de forma independente e criando uma dependência em figuras de autoridade. É comum que na infância o sujeito tenha

tido pais que minaram sua autoconfiança, sem reforçar sua capacidade de se desempenhar de forma autossuficiente. O esquema ativado *self subdesenvolvido*, define-se por envolvimento emocional e intimidade em excesso com uma ou mais pessoas, tornando deficitário o desenvolvimento social considerado normal (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

A vulnerabilidade mostrada pela personagem está relacionada à perda da riqueza de sua família. Ela acreditava não poder desfrutar do dinheiro da sua família com seu namorado por conta de seus pais, assim para que os dois pudessem aproveitar juntos e fazer o que quisessem com a fortuna, precisaria se “livrar” dos pais. Pois com a desaprovação do namoro, ela sabia que o logo não teria dinheiro à sua disposição. Para, então, poder ficar com o dinheiro, planejou a morte dos pais para que passe como um crime de latrocínio, roubo seguido de morte.

3.4 SUPERVIGILÂNCIA E INIBIÇÃO

Este domínio envolve pessoas que não foram estimulados quando crianças a ter momentos de lazer e descontração, focando excessivamente em momentos negativos e tristes. Essas pessoas costumam viver em estado de alerta na maior parte do tempo e julgam que suas vidas podem acabar caso não o façam. Também suprimem seus sentimentos para assim cumprir rígidas regras internas, mesmo que estas lhe custem sua saúde e/ou relacionamentos íntimos. Nesse domínio percebe-se o esquema de *inibição emocional* ativado. Esse esquema faz com que o paciente iniba sua espontaneidade, evitando assim ser criticado por perder o controle de seus impulsos (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

O esquema percebido em Suzane de inibição emocional, gera dificuldade para expressar sua vulnerabilidade e comunicar o que sente. Isto torna-se perceptível em momentos que Suzane precisa demonstrar o que está sentindo, porém tudo parece ser camuflado por outros gestos e ações. Como no momento do julgamento durante o filme, ela apresenta uma voz que aparenta estar triste, mas ela não demonstra outros sentimentos por meio de expressões faciais, oscilações na voz e outras características, permanece o mesmo padrão de voz e olhar esquivo durante o seu relato, não demonstrando emoções.

Outro esquema é padrões inflexíveis/postura crítica exagerada. Neste esquema o paciente acredita que deve investir um enorme esforço para conseguir atingir seus padrões e assim, evitar críticas e julgamentos, vivendo em constante pressão sobre seus comportamentos (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008).

Suzane possui alguns padrões inflexíveis, visto como crenças idealizadas e irreais, na qual ela busca atingir aqueles padrões. Neste ponto, é destacado como a personagem pretende manter a boa situação financeira e seu relacionamento, assim ela estabelece suas condições, é observar o planejamento e assassinato de seus pais como uma única solução para alcançar aquilo que deseja. Assim, busca apoio do seu companheiro e seu cunhado para a execução do crime, não apresentando dúvidas e questionamentos sobre a realização do mesmo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é possível perceber, através da análise teórica, alguns esquemas ativados em Suzane, como Limites Prejudicados, caracterizado pela permissividade de sua família e falta de limites; Desconexão e rejeição, onde ela não consegue expressar sua opinião diante de seus pais; Autonomia e Desempenho prejudicados, destacando a ausência do reforço em sua capacidade de decisão; e a Supervigilância e Inibição, esquema ativado devido a sua inibição de espontaneidade.

Diante do exposto, compreende-se que produções cinematográficas desenvolvidas com base em documentos, entrevistas e julgamentos, permitem ao público ter uma breve noção do que se passa na mente de pessoas criminosas. Impende, portanto, destacar a ausência de informações sobre o estado mental de Suzane, como supracitado no decorrer da presente análise. Desta forma, faz-se pertinente realizar estudos com bases teóricas metodológicas da maneira mais fidedigna possível com o material e informações plausíveis de serem coletadas a partir do exposto.

Considerando-se isto, é possível compreender que a Terapia de Esquemas fornece o subsídio necessário para uma análise teórica do caso. De maneira análoga, apoiando-se nessa base teórica e nos dois documentários sobre o crime, os acadêmicos conseguiram desenvolver o presente estudo de

Suzane Von Richthofen, mesmo não havendo divulgação de informações precisas acerca de seu estado mental.

REFERÊNCIAS

A MENINA QUE MATOU OS PAIS. Direção: Mauricio Eça. Produção: Santa Rita Filmes. Brasil: Amazon Prime Video, 2021.

CAZASSA, Milton José; OLIVEIRA, Margareth da Silva. Terapia focada em esquemas: conceituação e pesquisas. **Rev. Psiq. Clin**, v. 35, n.5, p. 87-95, 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/HXwQxZGBzFj3LJTfKbgnvVb/?lang=pt&format=pdf> f. Acesso em: 03 nov. 2022.

JUNIOR, Alan Leite Machado. **A fundamentação das decisões dos jurados no tribunal do júri artigo científico**. Monografia, especialista em direito penal e direito processual penal, AVM Faculdade Integrada, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K227697.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

O MENINO QUE MATOU OS PAIS. Direção: Mauricio Eça. Produção: Santa Rita Filmes. Brasil: Amazon Prime Video, 2021.

PENNAFORT, Roberta; DINIZ, Laura. **Andreas demoliu teses da defesa**. Senado, Estado de São Paulo, 19/07/2006, Metrópole, p. C3, 2006. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/321438/complemento_1.htm?sequence=2. Acesso em: 03 nov. 2022.

SANTOS, Fernanda Chain; ARAÚJO, Ingrid Camargos de. A construção da imagem de Suzane Von Richthofen a partir dos processos de mediação de seu crime. **Anais de ciências criminais 2020**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2020/arquivos/252.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2022.

YOUNG, Jeffrey E. KLOSKO, Janet S.; WEISHAAR, Marjorie E. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

AS CAUSAS DA GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E FATORES DE RISCOS

Goreti Leme¹
Jessica Adriana dos Santos²
Iolanda Ruthes Silveira³

RESUMO

Embora os índices de gestação precoce entre 10 e 19 anos demonstrem queda nos últimos anos, o tema ainda deve ser motivo de discussão, reflexão e educação em saúde. O objetivo é descrever os fatores de risco que contribuem para a ocorrência de gravidez na adolescência. A partir de produções científicas brasileiras, publicadas entre os anos de 2009 a 2022. Os critérios de inclusão contemplaram artigos originais, disponíveis na íntegra gratuitamente na versão on-line. Para a análise dos dados foi realizada leitura dos textos elencados. Os resultados, descritos nos artigos, foram demonstrados em quadros, contendo: autor, título e ano de publicação e, origem, e, em um segundo momento, para compor os desfechos, foi elaborada uma planilha com os principais resultados. Em relação às considerações finais, observou-se que a gestação precoce é um fator multicausal e despertam preocupações. Cabe, ao enfermeiro, realizar busca ativa a esse público, promover saúde, prevenir doenças.

Palavras-chave: Adolescente; Gravidez; Complicações na gravidez.

ABSTRACT

Although the early-pregnancy indexes between 10 and 19 years old have shown decline in the last years, the issue still must be the subject of debate, reflection and health education. The goal is to describe the risk factors that contribute the incidence of teenage pregnancy in Brazilian scientific papers, published among 2009 and 2022. The criteria of inclusion have considered original papers, available in a free online version. To analyze the data, all the selected papers had been read. The results, described in this research, were presented in a chart with: author, title and year of publication and, secondly, to present the outcomes, a spreadsheet has been prepared containing the main results. Related to the final consideration, it was possible to observe that the early-pregnancy is a multicasual factor and they rise worries. However, the nurses must achieve the active search for this public, promoting the healthcare, preventing illnesses.

Keywords: Teenager; Pregnancy; Complications of pregnancy.

1 INTRODUÇÃO

Antes da década de 70, a gestação na adolescência era uma situação comum, mas, a partir de então, começou a ser considerada um problema de saúde, devido ao aumento da fecundidade em mulheres a partir dos 19 anos de idade ou ainda antes dessa idade. Esse fato é ainda mais grave quando relacionado aos altos índices de morbimortalidade materna e perinatal devido à

¹Graduanda em enfermagem. Faculdade Dama/UGV. Canoinhas/SC. E-mail: goretileme@yahoo.com.br

²Graduando em enfermagem. Faculdade Dama/UGV. Canoinhas/SC. E-mail: jesicasantos031@jemail.com

³Docente do Curso de enfermagem e Mestre em Saúde Coletiva da ugv/Dama, Canoinhas/SC. E-mail: iolandarsiliraveira@gmail.com.

ausência e/ou deficiência na assistência pré-natal (NEVES; MENDES; SILVA, 2015).

Uma gravidez na adolescência força, de imediato, o ingresso na vida adulta. Mesmo que não haja preparo psicológico, as adolescentes são forçadas a mudar totalmente seu estilo de vida. Esse é um tema tratado como um problema de saúde pública no Brasil pois envolve consequências negativas no planejamento familiar, na educação sexual, e na adesão incorreta de métodos contraceptivos. Outro tema importante nessa linha de abordagem são as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) na adolescência, pois com o seu aparecimento, elas podem gerar risco de infertilidade, gravidez ectópica, câncer genital e até doenças hepáticas crônicas (CARNEIRO *et al.*, 2015)

A gravidez traz vários efeitos sociais negativos, como perda de oportunidades educacionais, de trabalho e redução das chances de um casamento feliz, com muitas limitações. Há também efeitos psicológicos associados ao conflito emocional e educacional frente à situação da maternidade. Sem contar os vários casos da falta de apoio, despreparo ou abandono por parte do parceiro, causando a interrupção do processo normal do desenvolvimento psico-afetivo-social: na maioria dos casos a gestante não tem sequer um vínculo com o parceiro, nem o apoio da família (ALVES *et al.*, 2016).

Como supracitado, a gravidez na adolescência tem vários fatores negativos, tanto para a gestante, como para o bebê. É uma gestação de risco, pela formação, ainda incompleta, do corpo da mãe, podendo dar à luz a um bebê prematuro com riscos de morte. O profissional de enfermagem tem papel fundamental nesse contexto, pois, através da promoção da saúde e da prevenção das doenças, a enfermagem presta toda a assistência necessária para esses adolescentes, em parceria com a família dos mesmos. O profissional, ao estabelecer uma relação de confiança com o adolescente, tem a função importante de apoiá-lo na formação de sua própria identidade, além de trazer conhecimentos quanto ao autocuidado e prevenção de agravos (BRILHANTE, 2021).

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Considerando os altos índices de gravidez na adolescência e os vários riscos que a adolescente corre antes, durante e após a gravidez, este trabalho

traz, em forma de literatura, as principais causas e as possíveis prevenções, com o objetivo de trazer conhecimento à população, orientá-la e, assim, promover a saúde.

2.1 CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

A palavra adolescência vem do latim *adolescere*, que significa crescer. A palavra adolescente foi utilizada pela primeira vez na língua inglesa em 1430, referindo-se às idades de 14 a 21 anos para os homens e 12 a 21 anos para as mulheres (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a adolescência é uma etapa da vida que se singulariza pela transição da infância para a idade adulta. Essa etapa compreendida entre 10 e 20 anos incompletos é marcada por grandes transformações físicas, cognitivas e sociais que apresentam grande relevância para a concepção da identidade pessoal (SBP, 2019).

2.2 CAUSAS DA GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA

A ocorrência de gravidez na adolescência está em grande parte ligada ao nível socioeconômico das adolescentes, pois as classes econômicas mais vulneráveis apresentam um índice mais elevado desse evento (GONZAGA *et al.*, 2021).

A ideia de que a gravidez indesejada é resultante da desinformação sobre os métodos contraceptivos e de que quanto mais precoce é a iniciação sexual, mais vulneráveis à concepção estarão as adolescentes, parece ser um consenso. Da mesma forma, observa-se que quanto maior o grau de escolaridade dos adolescentes que praticam o ato sexual, maiores são as chances de utilização de preservativo tanto na primeira relação quanto nas subsequentes (TABORDA *et al.*, 2014).

2.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE A GESTAÇÃO PELAS ADOLESCENTES

As dificuldades encontradas pelas adolescentes são diferentes, dependendo de sua classe social. Entre as de baixa renda, há famílias que acolhem melhor, com apoio essencial, podendo os adolescentes continuar os estudos e/ou trabalhar. Por outro lado, os pais podem rejeitá-las e/ou abandoná-

las, restando a elas, muitas vezes, a prostituição. Já em classes sociais de renda mais alta, a adolescente tem, geralmente, como alternativas, o casamento ou o aborto. Independentemente da classe, o sentimento de culpa da gestante acarreta conflitos inconscientes, gerados pela desobediência das leis sociais, com reflexo na aceitação do filho. Após o parto, a adolescente questiona o significado da criança em sua vida e defronta-se com a falta de condições econômicas para criá-la (GODINHO *et al.*, 2000 *apud* ALVES, 2016).

No entanto, é possível enfatizar uma multiplicidade de fatores, seja como o desmerecimento, a falta de motivação, pouca disponibilidade econômica e gravidez precoce, a evasão constitui um problema sério e muitas vezes uma trajetória condenável, tornando isso uma regra para a família recém-formada (KAEFER; LEAL, 2012 *apud* LIMA, 2017).

2.4 EFEITOS SOCIAIS NA VIDA DAS ADOLESCENTES GESTANTES

Historicamente, ser mãe na adolescência não era assinalado como um problema de saúde pública, mas sim um ponto positivo, tendo em vista que a mulher era educada previamente para um matrimônio estável e para a maternidade. Hodiernamente, a gravidez precoce é entendida como um dos fatores passíveis de alteração da fase natural do desenvolvimento, pois interrompe o estágio de transição da infância para a vida adulta - a adolescência (NASS *et al.*, 2017 *apud* ROLIM *et al.*, 2021).

A perda das oportunidades educacionais tem sido apontada como um dos principais efeitos sociais negativos relacionados à gravidez na adolescência e percebe-se que, nos planos futuros, a educação é uma preocupação frequente nas falas destas jovens mães (TABORDA *et al.*, 2014).

2.5 INTERCORRÊNCIAS RELACIONADAS À GESTAÇÃO PRECOCE

As adolescentes apresentam fatores de riscos, como a imaturidade uterina e/ou o suprimento sanguíneo inadequado do colo do útero, os quais podem ser de repercussão negativa ao desfecho gestacional, favorecendo o nascimento prematuro. (MARQUES *et al.*, 2022).

A gravidez e suas complicações no pré-natal e parto são importantes causas de mortalidade entre adolescentes gestantes. No Brasil, o índice de fecundidade entre as adolescentes de 10 a 14 anos permanece contínuo, porém

entre as adolescentes de 15 a 19 anos constata-se que o índice está diminuindo (CABRAL; BRANDÃO, 2020).

2.6 CUIDADOS DURANTE A GESTAÇÃO

A atenção às gestantes ocorre por meio da consulta de pré-natal com enfermeiros e médicos, nas UBS. Dentre as atividades de acompanhamento seguem as de orientar sobre os aspectos específicos da gestação, cuidados consigo e com o bebê, para que a gestação e o parto ocorram com menos riscos de complicações (QUEIROZ *et al.*, 2016).

No tocante às potencialidades do enfermeiro no pré-natal, destacam-se a proximidade e a responsabilidade que ele tem com a comunidade atendida na atenção básica favorecendo a aproximação e o vínculo com a gestante adolescente. Além disso, a sua formação profissional incentiva o cuidado humanizado e integral por meio de práticas assistenciais e educativas de promoção da saúde da gestante e prevenção de agravos obstétricos e neonatais (QUEIROZ *et al.*, 2016).

2.7 PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA

O papel do enfermeiro na assistência aos adolescentes, é de promover ações interdisciplinares de educação sexual, despertando o interesse de ampliar o conhecimento dos adolescentes sobre o exercício da sexualidade responsável e segura. Na Estratégia Saúde da Família ESF, o enfermeiro é um profissional de fundamental importância para o desenvolvimento de ações junto aos adolescentes, seu trabalho fundamenta-se principalmente no monitoramento das condições de saúde; no levantamento e monitoramento de problemas no exercício de uma prática de enfermagem comunicativa (MOREIRA, 2016 *apud* SANTOS *et al.*, 2020).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, tipo descritiva que aborda o tema gravidez na adolescência, para tal recorreu-se às produções científicas encontradas na Biblioteca Virtual LILACS, SCIELO, BVS, publicadas entre os anos de 2009 a 2022, usando os seguintes descritores: Adolescente; Gravidez;

Gravidez na adolescência; Complicações na gravidez. Neste estudo foi realizado uma revisão de literatura que não é uma apenas uma mais reprodução do que já foi publicado no meio científico sobre o assunto, mas permite que se faça uma análise com novos objetivos e enfoques, a fim de se obter conclusões diferentes (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A revisão visou contemplar artigos originais, disponíveis na íntegra e gratuitamente na versão on-line, no idioma português e os artigos foram selecionados, inicialmente, de acordo com o tipo de desenho do estudo, revisão de literatura e, posteriormente, em relação aos desfechos, que discutem os fatores de risco que contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência.

Foi realizada a leitura dos textos elencados, e os resultados descritos nos artigos foram demonstrados em quadros. O primeiro quadro foi elaborado com os primeiros artigos lidos e selecionados contendo: autor, título, ano de publicação e origem. Já, para compor os desfechos, um segundo quadro foi elaborado com os artigos definitivos, contendo: autor e ano, objetivo do estudo, tipo de estudo e qual o principal resultado encontrado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O universo da pesquisa de revisão de literatura foi constituído por 30 títulos, da LILACS e SciELO. Quanto ao ano de publicação, os estudos foram publicados no período compreendido entre 2009 e 2022 e realizados predominantemente no Brasil. Ainda que todos os títulos selecionados possuíssem assuntos relevantes para esta pesquisa, foram utilizados ainda critérios de exclusão para filtrar o arsenal desses títulos, foram utilizados 23 títulos dos artigos selecionados.

A seguir, apresenta-se o primeiro quadro com os artigos selecionados para a realização da revisão de literatura:

Quadro 1 – Artigos selecionados para a revisão de literatura

Autor	Título	Ano	Origem
Alves <i>et al.</i>	Dificuldades enfrentadas por adolescentes no período gestacional	2016	Temas em Saúde
Azevedo <i>et al.</i>	Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura	2015	Creative Commons Atribuição

Brasil	Semana Nacional de Prevenção de Gravidez na Adolescência, instituída pela Lei nº 13.798/2019	2022a	Biblioteca Virtual em Saúde. Ministério da Saúde
Brilhante	Gravidez na adolescência: Causas e consequências relacionadas à gestação em adolescentes no município de Santa Cruz/RN	2021	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Carneiro <i>et al.</i>	Educação sexual na adolescência: Uma abordagem no contexto escolar	2015	Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Fonte: As autoras (2022)

Em seguida, o segundo quadro, com os artigos definitivos utilizados, contendo: autor/ano, objetivos do estudo, tipo de estudo e os principais resultados encontrados

Quadro 2 – Artigos definitivos para a revisão de literatura

Autor/Ano	Objetivos de estudo	Tipo de estudo	Principais resultados
Alves <i>et al.</i> (2016)	Identificar dificuldades das adolescentes durante a gestação, no ambiente familiar e social; averiguar impacto de mudanças físicas e fisiológicas e; avaliar a percepção das adolescentes sobre a importância da presença do companheiro	Descritivo, transversal, com abordagem quantitativa	A maioria das adolescentes não planejaram a gravidez, mas não apresentaram dificuldades para aceitar a gestação e tiveram apoio do companheiro
Azevedo (2015)	Avaliar as complicações relacionadas à gravidez na adolescência	Revisão sistemática	A prevalência de parto cesáreo foi menor que a descrita na população geral. As principais complicações maternas e neonatais de mães adolescentes foram doenças hipertensiva específicas da gestação
Brasil (2022a)	Disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência	Lei nº 13.798/2019	O principal motivo para a ocorrência da gestação na adolescência é a desinformação sobre sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos

Autor/ Ano	Objetivos de estudo	Tipo de estudo	Principais resultados
Brilhante (2021)	Identificar causas que colaboram para o alto índice de gravidez em adolescentes de 10 a 19 anos, na cidade de Santa Cruz/ RN; Conhecer as principais consequências relacionadas à gestação precoce para a adolescente	Transversal, pesquisa descritiva e com abordagem quantitativa	A maior parte está na faixa etária entre 15 e 19 anos (88,9%). 44,5% não conseguiu concluir o ensino fundamental; 55,5% não desejam manter os estudos; dessas, 40% justificam que o casamento as levou a perder o interesse ou o desejo por estudar
Carneiro <i>et al.</i> (2015)	Promover o conhecimento dos adolescentes sobre doenças de IST	Descritivo, do tipo relato de experiência, com aplicação de questionário para avaliar o conhecimento sobre IST	É necessária a implementação de estratégias educativas que se valham de metodologias participativas, como as oficinas, pois incentivam a participação e a conscientização dos adolescentes sobre a importância da prevenção de DST e da gravidez na adolescência

Fonte: As autoras (2022)

4.1 CAUSAS DA GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA

Com base nos estudos foram selecionados os fatores que contribuem para ocorrência da gestação na adolescência e o principal fator é a falta de informações corretas a respeito dos métodos contraceptivos e o uso inadequado.

De acordo com Gonzaga *et al.* (2021), a gravidez na adolescência é multicausal, e, por isso, os fatores que levam as jovens a engravidarem estão amplamente relacionados a fatores sociais, biológicos, psicológicos, familiares e a métodos contraceptivos usados de maneira incorreta pelos adolescentes.

4.1.1 Início da Atividade Sexual Precoce

Alves *et al.* (2016) afirmam que quanto menor a idade da iniciação sexual, maiores serão as chances de prejuízos à saúde durante e após a adolescência. Reportaram-se ao fato de que antes as adolescentes iniciavam a vida sexual em média com 15 anos, porém fatores como: a redução desse início médio da vida sexual, a queda da idade da menarca, o pouco conhecimento do processo de

reprodução, a falta de informação sobre métodos contraceptivos, o pouco acesso a esses métodos e seu uso inadequado, constituem causas importantes para a ocorrência da gravidez na adolescência.

A relação sexual no período da adolescência tem seu início cada vez mais precoce, com consequências indesejáveis imediatas, como o aumento da frequência de IST e a gravidez precoce (GONZAGA *et al.*, 2021).

4.1.2 Fatores Socioeconômicos

A maternidade na adolescência está associada à baixa renda. Dados dos países em desenvolvimento quanto dos desenvolvidos mostram esse fato (ALVES *et al.*, 2016).

O aumento nas taxas de gravidez na adolescência pode ser explicado por diferentes causas, podendo variar de país para país. Dentre a complexidade de fatores de risco para analisar esta questão, destacam-se os aspectos socioeconômicos. Apesar de o fenômeno atingir e estar crescente em todas as classes sociais, ainda há uma forte relação entre pobreza, baixa escolaridade e baixa idade para gravidez (SANTOS *et al.*, 2010).

4.1.3 Desconhecimento dos Métodos Contraceptivos

Os adolescentes tinham conhecimento errôneo de diferentes métodos de planejamento familiar, melhorando após a intervenção, com melhor assimilação do funcionamento de métodos anticoncepcionais como pílula oral, injetável mensal e trimestral e preservativos e em menor proporção sobre o DIU e sobre o método de pílula de emergência (GODÍNEZ, 2014).

De acordo com o estudo de Mendonça e Araújo (2010) sobre “Análise da produção científica sobre o uso de métodos contraceptivos pelos adolescentes”, à medida que os adolescentes desconhecem os métodos contraceptivos, ou os conhecem de forma incorreta, acabam perpetuando mitos, como a ideia de que o DIU atrapalha a relação sexual ou que o coito interrompido é eficaz na prevenção da gravidez. Dessa maneira, o desconhecimento ou a inadequação do conhecimento sobre as diversas possibilidades contraceptivas atua como fator de resistência ao uso.

4.2 RISCOS RELACIONADOS A GRAVIDEZ PRECOCE

Neste tópico, destacam-se alguns pontos importantes sobre os riscos para a adolescente, bem como para o bebê.

4.2.1 Riscos de Saúde para a Adolescente Gestante

Em relação às complicações da gestação para a jovem, mencionam-se: maiores incidências de anemia materna, desproporção céfalo-pélvica, síndrome hipertensiva da gravidez, infecção urinária, depressão pós-parto, placenta prévia e complicações durante o trabalho de parto, acarretando aumento da mortalidade materna e infantil (CABRAL *et al.*, 2020; GONZAGA *et al.*, 2021).

4.2.2 Aborto

O aborto no Brasil é uma prática considerada ilegal. O art. 128 do Código Penal determina que existe somente duas situações em que o aborto é considerado legal: se for a única forma de salvar a vida da mulher grávida ou se a gravidez foi resultado de um estupro ou incesto (ALVES *et al.*, 2016).

Entre as adolescentes com uma gravidez indesejada, a taxa de aborto ilegal é elevada, e sua maior consequência é o procedimento feito de maneira inadequada que leva à internação e muitas consequências físicas e também psicológicas. Nos casos de internação por aborto, a adolescente tem direito à proteção do sigilo e dos cuidados em saúde, e o profissional não pode notificar a autoridade policial, judicial ou o Ministério Público (GONZAGA *et al.*, 2021).

4.2.3 Doença Hipertensiva da Gestação

Mais de um terço das adolescentes hipertensas apresentaram complicações no ciclo gravídico além da pré-eclâmpsia grave, sendo as alterações do volume do líquido amniótico as mais frequentes. A relação entre oligoâmnio e HAS estaria associada à insuficiência placentária (AZEVEDO *et al.*, 2015).

4.2.4 Síndromes Hemorrágicas e/ou Rotura Prematura

De acordo com Lima *et al.* (2012) a Rotura Prematura das Membranas Oculares (RPMO) é caracterizada pela ruptura espontânea das membranas ovulares antes do início do trabalho de parto em qualquer idade gestacional.

Rotulamos como período de latência o tempo decorrente entre a rotura das membranas e o início do trabalho de parto. Apresenta incidência entre 3% e 18,5%, com média de 10% e recorrência de 21%. Aproximadamente 25% dos casos ocorrem antes do termo e acabam respondendo por cerca de 30% de todos os recém-nascidos prematuros.

Conforme os autores acima citados, as hemorragias associam-se aos quadros hipertensivos por degeneração arteriolar. Já, as infecções podem estar relacionadas a quadros pré-existentes, como é o caso de infecções urinárias não tratadas no pré-natal, podem ser consequentes de trabalhos de parto laboriosos ou ainda decorrentes de cesáreas em mulheres com estado geral comprometido, não apenas pela hipertensão, mas por outros quadros associados.

4.2.5 Infecção Urinária

A ITU foi mais frequente nas gestantes mais jovens. Entre aquelas com ITU, a proporção de gestantes com menos de 19 anos foi 1,4 vezes maior em comparação com aquelas sem IT (VETTORE *et al.*, 2013).

Sinaliza-se que a detecção e o tratamento de infecções das vias urinárias e vaginais durante a gestação precisam ser núcleos de atenção, sobretudo junto a gestantes adolescentes, com contribuição direta à prevenção de parto prematuro (MARQUES *et al.* 2022).

4.3 RISCOS SOCIOECONÔMICOS

Neste tópico apresentam-se alguns dos riscos socioeconômicos que interferem na vida da adolescente durante a gestação e após na fase adulta.

4.3.1 Ausência de Apoio Familiar e do Parceiro

Em relação ao apoio familiar, as adolescentes citaram a mãe e o companheiro. Porém, muitas não contam com a ajuda do companheiro, dependendo somente dos pais para a criação da criança que está por vir (SANTOS *et al.*, 2020). A família deverá estar preparada para apoiar a adolescente; os pontos fortes da família nessa fase são a proximidade e a capacidade de resposta às necessidades de cuidados, os sentimentos de apoio, lealdade e segurança (SANTOS *et al.*, 2020).

4.3.2 Evasão Escolar

Carmo *et al.* (2014 *apud* GONZAGA *et al.* 2021) corroboram com essa relação, pois indica que a baixa escolaridade está diretamente relacionada à gravidez na adolescência.

Conforme diz o estudo de Mendonça e Araújo (2010), a pouca ou nenhuma escolaridade influencia diretamente na não aquisição de práticas preventivas. O(a) adolescente que não estuda ou abandonou os estudos fica mais vulnerável à gravidez na adolescência ou à aquisição de uma IST. Nesta perspectiva, o abandono escolar apresenta-se como fator de risco individual importante na adolescência. Portanto, parece existir unanimidade na relação entre a baixa escolaridade e a não adesão às medidas contraceptivas.

4.3.3 Gravidez planejada ou não planejada

A gestação não planejada na adolescência pode resultar da falta de conhecimento da adolescente sobre sua saúde, sobre as consequências na sua vida, bem como ao acesso limitado aos métodos contraceptivos eficazes (BRASIL, 2022a).

De acordo com o estudo de Spindola e Silva (2009), a distribuição das adolescentes conforme planejamento/aceitação da gestação na adolescência; 75% das mulheres não planejaram a gravidez, embora 58,9% tenham aceitado bem a gestação. Somente 4,5% do total de adolescentes investigadas tiveram suas gestações planejadas

4.4 ACOLHIMENTO PELOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM

Stankowski *et al.* (2021) discorrem que o enfermeiro possui o papel de comunicador, cuidador e detentor da promoção de saúde deste público, seja por meio do Programa Saúde na Escola PSE nas escolas ou no acolhimento pela atenção primária.

Sobre a assistência pré-natal, Marques *et al.* (2022) recomenda esforços ampliados para a formação de vínculo junto às mulheres que apresentem fatores de risco para o parto prematuro, com vistas a uma atenção mais específica e qualificada. A questão da relação com o profissional é recorrentemente apontada como deficitária, em especial, pela persistência do paradigma biomédico nas práticas do pré-natal, assim como neste estudo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos dados encontrados, observa-se que a gestação precoce é um fator multicausal e desperta preocupação, tendo em vista que adolescentes estão em fase de transformação que interferem nas esferas sociais, fisiológicas, psicológicas, físicas, comportamentais, hormonais e familiares. De acordo com estudos, os métodos contraceptivos usados de modo incorreto pelos adolescentes também estão associados à gestação precoce.

Dessa forma, cabe aos enfermeiros das UBS, planejar estratégias com objetivo de cativar os adolescentes e para isso faz-se necessário: aprimorar a escuta, promover ações sobre educação sexual e planejamento familiar nas escolas na tentativa de fortalecer vínculos, promover saúde e prevenir doenças para que sejam capazes de desenvolver o autocuidado

REFERÊNCIAS

ALVES, Révia Dutra *et al.* Dificuldades enfrentadas por adolescentes no período gestacional. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 535-566, 2016. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/08/16230.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

AZEVEDO, Walter Fernandes de *et al.* Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Einstein (São Paulo)**, v. 13, n. 4, p. 618-626, 9 jun. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082015rw3127>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. **Biblioteca Virtual em Saúde**, Brasília, 2022a. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia-01-a-08-02/>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRILHANTE, Joseny Ferreira. **Gravidez na adolescência: causas e consequências relacionadas à gestação precoce em adolescentes no município de Santa Cruz/RN**. 2021. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/38688>. Acesso em: 30 set. 2022.

CABRAL, Ana Lúcia Borges *et al.* A gravidez na adolescência e seus riscos associados: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 19647-19650, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n6-340>.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde**

Pública, v. 36, n. 8, e00029420, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00029420>.

CARNEIRO, Rithianne Frota *et al.* Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **Sanare: revista de políticas públicas**, v. 14, n. 1, p. 104-108, 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617>. Acesso em: 10 out. 2022.

FERREIRA, Teresa Helena Schoen; FARIAS, Maria Aznar; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, jun. 2010. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-37722010000200004>.

GODÍNEZ, Jorge Emilio Vegó. **Intervenção educativa sobre gravidez na adolescência**. 2014. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde da Família) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2014. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/3736/1/Jorge%20Emilio%20Veg%C3%B3%20God%C3%ADnez.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

GONZAGA, Paulo Guilherme Alves *et al.* A gravidez na adolescência e suas perspectivas biopsicossociais. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 10, e8968, 13 out. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e8968.2021>.

LIMA, Alina Guimarães. **A evasão escolar e a gravidez na adolescência na cidade de São Francisco do Conde**. 2017. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/756>. Acesso em: 28 set. 2022.

LIMA, Andreia Gregório *et al.* Síndromes hipertensivas graves: estudo descritivo com adolescentes atendidas em maternidade escolar. **Revista Rene**, v. 13, n. 2, p. 408-418, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027981017.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Tatiane Montelatto *et al.* Adolescentes grávidas que experienciaram o nascimento prematuro: percepções acerca do cuidado pré-natal. **Escola Anna Nery**, v. 26, e20210253, 2022. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0253>.

MENDONÇA, Rita de Cássia Magalhães; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de. Análise da produção científica sobre o uso dos métodos contraceptivos pelos adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 6, p. 1040-1045, dez. 2010. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672010000600026>.

NEVES, Ariane Mendonça; MENDES, Lorena Campos; SILVA, Sueli Riul da. Práticas educativas com gestantes adolescentes visando a promoção, proteção e prevenção em saúde. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 241-244, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20150019>.

QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira *et al.* Grupo de gestantes adolescentes: contribuições para o cuidado no pré-natal. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. spe, e2016-0029, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.2016-0029>.

ROLIM, Héryka Wanessa do Nascimento *et al.* Educação permanente na prevenção da gravidez na adolescência. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, p. 14527-14538, 5 jul. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv4n4-013>.

SANTOS, Aline Cristina Ferraz dos *et al.* Abordagem do Enfermeiro na Gravidez na Adolescência. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 17438-17456, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n6-161>.

SANTOS, Elder Cerqueira *et al.* Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 1, p. 72-85, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/BqKFcS478sbjFTnK3CypB6P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria). Consulta do adolescente: abordagem clínica, orientações éticas e legais como instrumentos ao pediatra. **Manual de orientação**: Departamento Científico de Adolescência, n. 10, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21512c-MO_-_ConsultaAdolescente_-_abordClinica_orienteticas.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022

SPINDOLA, Thelma; SILVA, Larissa Freire Furtado da. Perfil epidemiológico de adolescentes atendidas no pré-natal de um hospital universitário. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 1, p. 99-107, mar. 2009. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-81452009000100014>.

STANKOWSKI, Sandra Suzana *et al.* Prevenção da gravidez e promoção da saúde de adolescentes: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 44542-44556. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/29288>. Acesso em: 10 set. 2022.

TABORDA, Joseane Adriana *et al.* Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 16-24, mar. 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201400010004>.

VETTORE, Marcelo Vianna *et al.* Avaliação do manejo da infecção urinária no pré-natal em gestantes do Sistema Único de Saúde no município do Rio de

Janeiro*. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, n. 2, p. 338-351, jun. 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-790x2013000200010>.

CONHECENDO O TERRITÓRIO E PRODUZINDO CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Iolanda Ruthes Silveira¹

Janine Ribeiro Isphair Watzko²

Isabella Murara Vieira³

Daniely Borguezan⁴

Rosimari de Fatima Cubas Blaka⁵

RESUMO

A matriz curricular do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade UGV/DAMA Canoinhas/SC contempla a disciplina denominada de Projeto de Extensão Integrado, que tem a finalidade de desenvolver a pesquisa e a extensão, integralizando os conhecimentos adquiridos no semestre letivo. Em todas as fases do curso são realizados projetos na comunidade. Desse modo a proposta denominada “Conhecendo o território e produzindo cuidados de Enfermagem” teve como objetivo identificar as condições de vida, as necessidades de saúde, os riscos coletivos e as potencialidades do Bairro Campo da Água Verde, município de Canoinhas/SC, cadastrando os moradores das residências de uma área definida. Posteriormente, em cada fase do curso de graduação, a partir da identificação de problemas e potencialidades, são planejadas ações de promoção a saúde e prevenção de doenças na comunidade pesquisada, visando a prestação de serviços de saúde que a beneficiem, contribuindo na busca de soluções para os problemas identificados. Trata-se de estudo transversal, prospectivo, descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. Dessa forma os acadêmicos da Turma V - 2022 realizaram pesquisas e cadastramento para cerca de 120 moradores da Rua Fauri de Lima no referido Bairro. A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de questionário, supervisionado pelos professores proponentes. A análise dos resultados foi apresentada na forma de tabelas e gráficos, utilizando estatística simples. O trabalho oportunizou o estreitamento da relação entre ensino, pesquisa e extensão por meio de serviços na comunidade; maior compreensão dos determinantes sociais do processo saúde-doença; conhecimento prático e potenciais modificadores da realidade; contribuiu na formação de profissionais críticos com consciência da integralidade do indivíduo e da realidade social; facilitou a elaboração de projetos futuros para essa e outras populações com base nos resultados dos dados coletados para posterior apresentação destes em seminário aberto à comunidade acadêmica e externa.

Palavras chave: Território; Mapeamento; Diagnóstico situacional; Planejamento de ações.

¹ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Atualmente é professora da Faculdade e Escola Técnica UGV/DAMA. E-mail: iolandarsilveira@gmail.com

² Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora da Faculdade e Escola Técnica UGV/DAMA. E-mail: janine@unc.br

³ Mestre em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville. Atualmente é professora da Faculdade e Escola Técnica UGV/DAMA. E-mail: belamurara@yahoo.com

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado - UnC Canoinhas/SC. Atualmente é professora da Faculdade e Escola Técnica UGV/DAMA e UNC. E-mail: dany.borguezan@gmail.com

⁵ Mestre em Desenvolvimento Regional - UnC - Universidade do Contestado - Canoinhas/SC. Atualmente é professora da Faculdade e Escola Técnica UGV/DAMA. E-mail: rosimari.cubas@gmail.com

ABSTRACT

The curricular matrix of the Undergraduate Nursing Course at Faculdade UGV/DAMA Canoinhas/SC includes the discipline called Integrated Extension Project, which aims to develop research and extension, integrating the knowledge acquired in the school semester. In all phases of the course, projects are carried out in the community. Thus, the proposal called “Knowing the territory and producing nursing care” aimed to identify the living conditions, health needs, collective risks and potentialities of Bairro Campo da Água Verde, municipality of Canoinhas/SC, registering the residents of households in a defined area. Subsequently, in each phase of the undergraduate course, based on the identification of problems and potentialities, health promotion and disease prevention actions are planned in the researched community, aiming at providing health services that benefit it, contributing to the search for solutions. for the identified problems. This is a cross-sectional, prospective, descriptive study with a qualitative and quantitative approach. In this way, the academics of Class V - 2022 carried out research and registration for about 120 residents of Rua Fauri de Lima in the aforementioned Neighborhood. Data collection was carried out through the application of a questionnaire, supervised by the proposing professors. The analysis of the results was presented in the form of tables and graphs, using simple statistics. The work made it possible to strengthen the relationship between teaching, research and extension through services in the community; greater understanding of the social determinants of the health-disease process; practical knowledge and potential reality modifiers; contributed to the formation of critical professionals aware of the integrality of the individual and of the social reality; it facilitated the elaboration of future projects for this and other populations based on the results of the data collected for later presentation in a seminar open to the academic and external community.

Keywords: Territory. mapping. Situational diagnosis. Action planning.

INTRODUÇÃO

O tema selecionado para pesquisa de extensão foi a territorialização. No território contextualizado a equipe de saúde da família deve acolher, responsabilizar-se e resolver os problemas de saúde dos usuários utilizando relações de vínculo e capacidade de escuta para garantir a continuidade e longitudinalidade do atendimento à população adstrita, tornando o território um princípio organizador das práticas de cuidado sob o pressuposto ético. (FARIA, 2014; CAMPOS *et al.*, 2014).

A territorialização é uma ferramenta fundamental para o planejamento das ações de saúde, pois possibilita conhecer os aspectos ambientais, sociais, demográficos e econômicos, e os principais problemas de saúde da população de determinada área, possibilitando desenvolver intervenções epidemiológicas e atividades voltadas às necessidades da comunidade adstrita. (UFSC, 2016).

Ao se apropriar do território e das dinâmicas que nele se estabelecem, os acadêmicos têm melhores condições de compreender algumas escolhas que, circunstancialmente, as pessoas fazem, em função do acesso que têm a determinadas estruturas sociais. As atividades a serem desenvolvidas na

Unidade Curricular Projeto de Extensão Interdisciplinar estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem - Resolução nº 3, de 7 de novembro de 2001 e Resolução 573, de 31 de janeiro de 2018, as quais complementam o desenvolvimento das competências e habilidades do Enfermeiro.

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Enfermagem prezam para a formação de um enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo que englobem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. (SAMPAIO e CADETE, 2013). Benício et al., (2012), afirmam que para o desenvolvimento dessas competências, a inserção do aluno na prática profissional, sob a orientação e supervisão de professor-orientador e/ou preceptores deve ocorrer desde o início da graduação.

A IES UGV/DAMA propõe que as atividades de extensão e pesquisa sejam desenvolvidas, baseando-se em programas de extensão curricular, tais como: Programa “UGV/DAMA na Comunidade”, que envolve campanhas de imunização, cuidados e bem-estar, eventos esportivos, entre outros, “Cuidado de Enfermagem na Atenção à Saúde”, e, “Educação continuada em saúde”, estes últimos estabelecem o desenvolvimento de atividades que abrangem a formação, capacitação, sensibilização, informações e orientações à comunidade acadêmica e externa - local/regional.

Todas as ações desenvolvidas nos projetos são planejadas, levando em consideração a etapa de formação em que o acadêmico se encontra no momento da atividade, o que proporcionará contato direto com a comunidade e consolidação do conhecimento.

Estas atividades ligadas de forma indissociável às atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitem o desenvolvimento de ações direcionadas ao atendimento de demandas da comunidade acadêmica e externa e possibilitando que o aluno desempenhe o seu papel de agente transformador junto à comunidade local e regional.

As experiências que permeiam o ambiente acadêmico durante o desenvolvimento do projeto de extensão enriquecem as relações socioeducativas e contribuem significativamente para a construção de conhecimentos e a efetivação de um trabalho conjunto da IES, levando em consideração o espaço

de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. Portanto, oportunizar o aluno a vivenciar o processo de territorialização se constitui como uma das ferramentas básicas para o planejamento local com informações necessárias para a programação de ações e projetos de extensão para essa comunidade nas fases seguintes do curso.

Para aproximar o ensino, a pesquisa e a extensão dos serviços à comunidade, com integralidade do cuidado em saúde, a IES UGV/DAMA possibilita formas pedagógicas de acesso e integração das atividades curriculares, introduzindo ações didáticas ativas na territorialização como ferramenta de aprendizagem, diagnóstico situacional, acompanhamento longitudinal das famílias, acolhimento, triagem, discussão de casos clínicos, sendo a intervenção comunitária o principal foco das ações.

Nessa perspectiva os acadêmicos da primeira fase do Curso de Enfermagem da Faculdade UGV/DAMA, no decorrer do 2º semestre do ano de 2022, realizaram visitas domiciliares para reconhecimento do território, cadastramento e mapeamento, buscando dados e informações relevantes na área do cuidado em saúde, utilizando a metodologia de entrevistas. Para tanto, o estudo objetivou identificar as condições de vida, as necessidades de saúde, os riscos coletivos e as potencialidades do Bairro Campo d' Água Verde, Canoinhas/SC. A atividade teve como objetivos específicos: realizar diagnóstico situacional da população de abrangência; especificamente nas ruas Otavio Tabalipa e Fauri de Lima do Bairro Campo D' Água Verde; obter a visualização espacial do território de abrangência do Projeto de Extensão; identificar áreas de risco da população de abrangência; e como atividade fim, tabular, analisar e refletir sobre os dados coletados, propondo ações de intervenção a serem desenvolvidas no território selecionado.

As informações obtidas pela pesquisa realizada será utilizada para enriquecer a compreensão dos acadêmicos e seus educadores a respeito das necessidades anunciadas neste território, podendo também servir de inspiração para propor ações educativas e interventivas em outras regiões do bairro Campo D'Água Verde, Canoinhas/SC, bem como demais regiões com contexto socioeconômico e cultural semelhantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Enfermagem estabelecem que para a formação de um enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo devem ser englobados alguns aprendizados: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. (SAMPAIO E CADETE, 2013).

Os autores afirmam que para o desenvolvimento dessas competências, a inserção do aluno na prática profissional, sob a orientação e supervisão de professor-orientador e/ou preceptores deve ocorrer desde o início da graduação. Estas atividades ligadas de forma indissociável às atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitem o desenvolvimento de ações direcionadas ao atendimento de demandas da comunidade acadêmica e externa, e possibilitam que o aluno desempenhe o seu papel de agente transformador junto à comunidade local e regional.

A territorialização é uma ferramenta para o planejamento das ações de saúde que possibilita a identificação dos aspectos ambientais, sociais, demográficos e econômicos e dos principais problemas de saúde em determinada área. Quando estruturada a partir da territorialização, a formação de profissionais da saúde compreende o cotidiano da gestão setorial e a estruturação dos serviços, onde o usuário é entendido como coparticipante do processo saúde-doença.

Pensar coletivamente sobre ambiente, saúde-doença, violência e condições concretas de existência dessa população é discutir sobre os determinantes e condicionantes da vulnerabilidade que se distribui de maneira diferente, segundo os indivíduos, regiões e grupos sociais, e relaciona-se com a pobreza, com as crises econômicas e com o nível educacional.

Para enfrentar diferenciais na vulnerabilidade é necessário conhecer esse território e desenvolver olhar crítico e voltado para os problemas reais da população, dotando-os das competências e habilidades para o trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) e na Atenção Primária à Saúde (APS), que são assistenciais, de gestão, de pesquisa e de educação permanente. A Estratégia Saúde da Família (ESF) baseia-se na integralidade da atenção, no trabalho em equipe, priorizando a atenção da família em seu território de acordo com FERREIRA NETO, (2016) apud MOREIRA (2019), com estabelecimento de

vínculo, acolhimento e desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, tratamento, reabilitação da saúde. (GARUZI *et al.*, 2014). No território, a equipe de saúde da família deve acolher, responsabilizar-se e resolver os problemas de saúde dos usuários, utilizando relações de vínculo e capacidade de escuta para garantir a continuidade e longitudinalidade do atendimento à população adstrita e tornando o território um princípio organizador das práticas de cuidado sob o pressuposto ético. (FARIA, 2014; CAMPOS *et al.*, 2014).

Muito além de ser meramente o espaço político-operativo do sistema de saúde, o território do distrito sanitário ou do município, onde se verifica a interação população/serviços no nível local, caracteriza-se por uma população específica, vivendo em tempo e espaços determinados, com problemas de saúde definidos e que interage com os gestores das distintas unidades prestadoras de serviços de saúde. (MONKEN E BARCELLOS, 2005).

Ao se apropriar do território e das dinâmicas que nele se estabelecem, os acadêmicos têm melhores condições de compreender algumas escolhas que, circunstancialmente, as pessoas fazem, em função do acesso que têm a determinadas estruturas sociais. De acordo com Colussi e Pereira (2016), as pessoas não escolhem viver em más condições, elas não escolhem ter menor grau de escolaridade, muito menos escolhem ficar doentes.

O cadastramento dos indivíduos e famílias, seja nos seus pontos singulares e/ou coletivos, possibilitam a demarcação de um perfil sanitário, e a partir daí, é possível identificar informações importantes como os dados positivos e negativos nos quais a comunidade adstrita está inserida. (MÔRA *et al.*, 2013). Portanto, a territorialização se constitui como uma das ferramentas básica para o planejamento local com informações basilares para a programação de ações e a gestão do território.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e transversal prospectivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. A população amostral de conveniência foi constituída pelos moradores das ruas Otávio Tabalipa e Fauri de Lima do Bairro Campo D'Água Verdado município de Canoinhas/SC (cerca de 120 moradores).

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um questionário semi estruturado com 25 questões objetivas sobre informações socioeconômicas, de saneamento básico e epidemiológicas.

A coleta de dados foi realizada pelos 28 alunos da primeira fase do Curso de Enfermagem, Turma V, no 1º semestre do ano de 2022, os quais foram divididos em 2 grupos, sendo que cada grupo realizou dois períodos de coleta de dados, para realização das visitas domiciliares e entrevistas com os moradores na área geográfica definida. As equipes foram compostas de 12 ou mais alunos, sempre acompanhados por um professor orientador da IES. Houve subdivisão do grupo, e em duplas os acadêmicos fizeram 4 entrevistas, utilizando períodos matutinos e vespertinos

Para a análise dos resultados, as respostas dos questionários foram digitados em planilhas, utilizando a ferramenta do *google forms*, organizados na forma de tabelas e gráficos. Utilizou-se estatística simples e a análise quantitativa e qualitativa através das observações registradas pelos alunos.

O projeto de pesquisa foi encaminhado à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa Plataforma Brasil, para aprovação das propostas metodológicas do estudo, conforme resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, em 26 de abril de 2022, sendo o mesmo aprovado em 23 de junho de 2022 pela Universidade Regional de Blumenau- FURB.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por território compreende-se um espaço geográfico em constante relação com as estruturas representadas pelas casas, bares, igrejas, entre outros equipamentos e os fluxos de pessoas, relações sociais, dinâmica da comunidade, sabendo que esses em interação geram conflitos, interesses, poder, projetos, sonhos e desejos.

Nessa perspectiva, os acadêmicos foram a campo para a coleta de dados, buscando conhecimento sobre as condições de vida dos indivíduos, tendo um primeiro contato com a comunidade. O olhar para sua história, suas redes sociais, suas concepções de saúde e doença permitindo entender o território enquanto espaço dinâmico, com uma realidade que faz parte do processo de vida dos sujeitos nele inseridos. Após digitação das entrevistas no Google Formulários, chegou-se aos seguintes resultados:

No total foram coletadas informações de 115 famílias, através do questionário aplicado aos moradores da área definida. As informações coletadas sobre o perfil dos entrevistados, apresenta-se no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Total
20 a 29 anos	7
30 a 39 anos	17
40 a 49 anos	11
50 a 59 anos	26
60 anos ou mais	54
TOTAL GERAL	115

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

Identificou-se que a faixa etária com maior frequência foi a de 60 anos ou mais, totalizando (46,9%), seguida pela faixa etária de 50 a 59 anos. O percentual de pessoas que se autodeclararam brancas foi de 74,8%. Quanto ao gênero, houve predominância do sexo masculino (53,4%). No que tange o aspecto educacional, constatou-se que 38,4% dos usuários cursaram o ensino fundamental completo, 18,7% cursaram de 5^a a 8^a série, 17% o ensino médio, e 9,8% o ensino superior. Não foi identificado nenhum chefe de família não alfabetizado.

É oportuno ressaltar que o Bairro pesquisado, Campo d' Água Verde, conta com 06 (seis) unidades educacionais, sendo: 02 (duas) com a oferta de Ensino Fundamental; 02 (duas) com oferta de Educação Básica; e 02 (duas) com oferta de ensino profissional e tecnológico e ensino superior. Mediante esse contexto educacional, predominantemente com instituições públicas e gratuitas, ainda há defasagem de escolaridade completa com formação mínima, a educação básica.

Dessa forma é importante salientar que o nível de escolaridade influencia diretamente nas condições de saúde, podendo prejudicar a concepção de autocuidado em saúde, a consciência de conservação ambiental e a percepção da necessidade de desempenho do indivíduo como cidadão que visa gerar benefícios à coletividade. (BRASIL, 2004).

Em relação as características socioeconômicas dos indivíduos e suas famílias, as áreas cadastradas estão marcadas por poucos comércios e serviços e mais residências, e possuem ainda algumas igrejas e uma creche, sendo as ruas visitadas mais distantes da Unidade de Saúde que está aproximadamente a 01 (um) quilômetro de distância.

Quanto ao mercado de trabalho, 39,8% são aposentados/pensionistas, 12,4% não trabalham, 12,4% são assalariados com carteira de trabalho, 5,3% são assalariados sem carteira assinada, 9,7% autônomos e 5,3% desempregados. A renda familiar das pessoas entrevistadas está concentrada, em sua maioria, ou seja, 70,9%, entre 1-2 salários mínimos.

Durante as entrevistas realizadas com o público alvo, houve relatos de dificuldades financeiras por afastamento do trabalho, por problemas de saúde sem remuneração e pela demora no agendamento na perícia.

Observa-se que 81,3% dos moradores residem em casas próprias; 14,3%, residem em casas alugadas; 0,9% das pessoas moram em uma residência cedida e 2,7% em residências financiadas. E 72% dos entrevistados declaram que suas residências estão organizadas entre 4 e 7 cômodos.

Neste quesito, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a falta de acesso a habitação, o fator social e ambiental de maior impacto no que diz respeito as doenças e ao aumento das taxas de mortalidade e morbidade, segundo a concepção de Rodrigues e Col., (2018).

Acerca das condições de moradia, constatou-se certa homogeneidade, ou seja, as áreas de habitação com condições precárias ocupam determinado espaço do bairro, e as com melhores condições estão organizadas em outras áreas do mesmo bairro. Nesse mesmo contexto, pode-se observar a situação das ruas de acesso que caracterizam (áreas de exclusão social, áreas de riscos ambientais, com alagamentos e enchentes), possibilitando uma ampla análise da falta de investimento de infraestrutura, por meio dos setores públicos municipais responsáveis no referido bairro.

Quanto à eliminação de dejetos sólidos e líquidos, ainda que a maioria, 65,5%, afirme que utiliza a rede coletora de esgoto, seguido por 32,7% que possui fossa séptica, e 0,9% com o uso da fossa rudimentar, (privada no fundo do quintal) realidade que ainda faz-se presente na comunidade pesquisada. Ademais, 100%

dos moradores informaram que possuem água encanada e lixo coletado pelo sistema de coleta municipal.

Em relação a saúde dos moradores foi constatado que 6,4% informaram ter alguma deficiência, destacando que: 38,5% possuem deficiência auditiva; 23,1% apresentam deficiência visual e 38,5% relatam ter outras deficiências em sua saúde.

Em relação ao peso, a grande maioria dos entrevistados, 65,8%, declarou possuir peso adequado; 33,3% estão acima do peso e 0,9% salientaram que estão abaixo do peso.

Sobre o tabagismo, 72,3% da população pesquisada relatou não fazer uso de cigarro. Os estudos de Aurélio, Fonseca e Mendonça, (2014) e Paz e Col., (2011), revelam que mesmo os índices de tabagismo sejam baixos, vale ressaltar que o cigarro provoca aumento da pressão arterial através da nicotina. Assim, os hipertensos fumantes apresentam maior incidência de acidentes vasculares cerebrais, lesões ateroscleróticas, infarto agudo do miocárdio e eventos coronarianos do que aqueles que não fumam. (COTTA e Col., 2011).

Com relação ao uso de entorpecentes, foram relatadas 03(três) situações de uso de drogas pelos familiares dos entrevistados. Destaca-se que o uso de drogas pode estar relacionado com outros fatores sociais, como o desemprego (GUIMARÃES, 2005). De acordo com as respostas dos entrevistados, entre os familiares 8% faz uso abusivo de álcool. Infelizmente esta situação é mais comum que encontramos na Atenção Básica (BRASIL, 2013). A prevalência de uso abusivo de álcool é de 12% no Brasil, sendo o uso nocivo 3% e o uso com dependência 9%.

Dentre as doenças/condições crônicas diagnosticadas por profissional de saúde mencionadas pelos entrevistados, a hipertensão arterial foi a mais relevante com 55 casos, ou seja, (48,2%), seguida pela diabetes 24 casos, totalizando 21,2%. Das complicações crônicas questionadas na presente amostra, a mais frequente foi o acidente vascular cerebral (AVC) com 09 casos (8%), seguido do infarto agudo do miocárdio (IAM) com 06 casos (5,3%), e asma em 05 casos (19,2%). Ainda neste sentido, 7,5% (7casos) referiram tratar algum distúrbio mental, (3,8%) 04 pessoas informaram estarem tratando ou já trataram câncer, 2,8% dos pacientes referiram ter tratado tuberculose e 1,9% já fez tratamento de Hanseníase.

Em relação as internações 20 (22%) dos entrevistados informaram que estiveram internados no ano de 2021, sendo levantado que nessa área visitada existe atualmente 5 (4,6%) acamados.

A porcentagem de hipertensos na área estudada foi superior aos dados encontrados em outros estudos realizados em comunidades do sul do Brasil, em que a porcentagem de hipertensão arterial em pessoas com 17 anos ou mais, foi de 21% PNS (2013). Dados similares foram encontrados em estudo realizado na PNS (2013), onde a diabetes referida foi de 8,0%.

Conforme dados da Sociedade Brasileira de Diabetes (2016), a prevalência de DM na população brasileira entre os 30 e 69 anos é de 7,6%, enquanto que acima dos 70 anos de idade, as taxas aumentam para 20% destes indivíduos, 50% desconhecem seu diagnóstico e 25% das pessoas com DM não realizam o tratamento preconizado.

Outras condições de saúde comentadas pelos entrevistados foi o diagnóstico de hipotireoidismo, epilepsia, dor lombar crônica e depressão.

Quadro 2 – Condições de vida e riscos coletivos dos moradores entrevistados

Risco	Número	Percentual
Hipertensão Arterial Sistêmica	55	48,2%
Diabetes	24	21,2%
Renda familiar-1 salário mínimo	53	48,2%
Escolaridade-Ensino fundamental incompleto	43	38,4%
Idosos	54	46,9%
Muitos animais em casa	104	90%
Crianças cuidadas por menores	3	6,6%
Tabagismo	31	27,7%

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

As variáveis que mais contribuíram para a situação de risco das famílias, conforme dados apresentados acima no Quadro 2, foram a baixa renda familiar,

seguido da hipertensão arterial sistêmica e diabetes. Observou-se ainda que 90,4% dos moradores possuem animais em casa.

É relevante destacar que a baixa escolaridade e a baixa renda constituem fatores de risco para o controle da hipertensão arterial, uma vez que contribuem para a dificuldade no entendimento das orientações recebidas e na aquisição de hábitos adequados de vida, bem como para a manutenção de um tratamento correto.

Sabe-se que o controle da Hipertensão Arterial está associado a transformações socioeconômicas e culturais, as mudanças de hábitos de vida (tratamento não medicamentoso) e ao tratamento medicamentoso, quando necessário. As ações não medicamentosas se referem à redução do peso corporal, adoção de uma dieta balanceada, realização de atividade física, diminuição da ingestão de sódio, aumento da ingestão de potássio, diminuição do consumo de álcool, além das medidas associadas que envolvem abandono do tabagismo, controle das dislipidemias, entre outras.

Entre as observações dos acadêmicos durante as visitas foram mencionadas: higiene domiciliar precária; falta de reciclagem do lixo; lixo em terrenos baldios; conflitos familiares, dependência química; abandono familiar (idoso); vínculo com ESF; ausência de grupos comunitários; informações imprecisas sobre os direitos a saúde e ao SUS; diagnósticos incompletos; Idosos com esquema incompleto de vacinação contra a Covid-19 por não ter condições de acesso; pessoas adultas negacionistas com a vacina (Covid) e muitas casas sem ninguém para responder a entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de identificar as condições de vida, as necessidades de saúde, os riscos coletivos e as potencialidades dos moradores em uma área específica do Bairro Campo da Água Verde do município de Canoinhas-SC, foram possíveis descrever o perfil socioeconômico, epidemiológico e doenças auto referidas dessa população.

Constata-se que a ação educacional de extensão curricular realiza oportunizou o estreitamento da relação entre ensino, pesquisa e extensão vinculada ao serviço à comunidade. Oportunizou maior compreensão dos determinantes sociais do processo saúde-doença, gerando conhecimento prático

e potenciais modificadores da realidade. Contribuiu de forma significativa na formação acadêmica, com a construção de conhecimentos essenciais na formação de profissionais críticos com consciência da integralidade do indivíduo e da realidade social.

Observou-se ainda, que a área estudada é composta por ruas com diferentes níveis de risco familiar, refletindo a necessidade de se estabelecer estratégias para priorizar ações àquelas de maior necessidade. Os resultados deste estudo possibilitaram maior compreensão dos profissionais, professores e alunos sobre as vulnerabilidades das famílias visitadas, buscando contribuir para o planejamento do cuidado em saúde.

A efetivação na prática do projeto de extensão curricular deixa possibilidades e informações relevantes para criação a elaboração de projetos futuros a serem implantados na mesma comunidade pesquisada. Nessa mesma perspectiva, esses achados podem ser discutidos com a equipe da Unidade de Saúde do Bairro que possui contato direto com as famílias por meio do conselho local de saúde. Essas informações podem e devem ser submetidas e discutidas com órgãos municipais responsáveis para planejamentos e ações contributivas para melhorias nas condições sanitárias locais.

Ao final da atividade de extensão os acadêmicos mostraram-se entusiasmados no desenvolvimento das atividades e puderam relacionar os conteúdos estudados em sala e as práticas desenvolvidas nos laboratórios com a situações encontradas nas famílias visitadas. Mediante essa observação, acredita-se que os acadêmicos do curso de enfermagem UGV/DAMA estarão preparados para atuarem de maneira articulada junto às equipes de saúde, integrados aos novos projetos de extensão no decorrer do curso, elegendo os pacientes de maior risco, como exemplo os pacientes hipertensos, podendo trabalhar com essa população específica quanto ao acompanhamento e continuidade do tratamento, farmacológico e não-farmacológico.

Observa-se ainda, que essa forma de experiência, com a inserção de graduandos na comunidade, gerando conhecimento prático e potenciais modificações na realidade local, contribuirá certamente na formação de profissionais críticos com consciência da integralidade do indivíduo e da realidade social, bem como, instigará cada acadêmico, novas pesquisas que resultarão em

ações propositivas e efetivas com atendimento da mesma comunidade, entre outras do território municipal e regional.

REFERÊNCIAS

- AURÉLIO, Marco; FONSECA, Vanessa; MENDONÇA, Danielle. Perfil epidemiológico dos Pacientes com hipertensão arterial sistêmica acompanhados Por Um Programa Saúde da Família de São Sebastião-DF, Brasil. **Revista de Atenção Primária a Saúde**, v. 17, n. 3, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/15406-Texto%20do%20artigo-65850-1-10-20150204.pdf. Acesso em jun.2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2004 – uma análise da situação de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2004.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (**Cadernos de Atenção Básica, n. 34**). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf . Acesso em ago 2022.
- CAMPOS Rto; FERRER Al; GAMA Cap. et al. **Avaliação da qualidade do acesso na atenção primária de uma grande cidade brasileira na perspectiva dos usuários**. Saúde Debate. 2014; 38 (Especial):252-64.
- COLUSSI, Claudia Flemming; PEREIRA, Katiúscia Graziela. **Territorialização** - Florianópolis: UFSC, 2016. 86 p.: il. color. (Série – Formação para Atenção Básica). In: UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Saúde Pública. Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.
Modo de acesso: www.ufsc.br. Acesso em ago. 2022.
- Cotta RMM, Batista KCS, Reis RS, Souza GA, Dias G, Castro FAF, et al. **Perfil socio sanitário e estilo de vida de hipertensos e/ou diabéticos, usuários do Programa Saúde da Família no município de Teixeira, MG**. Ciência Saúde Coletiva. 2009; 14(4):1251-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JRrQTYT4t99vVf5Qzqd8J4H/?lang=p>. Acesso em ago 2022.
- FARIA RSR. **Acesso no contexto da ESF em um município do Vale Jequitinhonha–MG**. 2014. 128f/Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, Belo Horizonte, 2014.
- Garuzi, Miriane, et al. "Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. **Revista Panamericana de Salud Pública** 35.2 (2014): 144-149.

Guimarães JMX, Vasconcelos EE, Cunha RS, Melo RD, Pinho LF. **Estudo Epidemiológico da violência por arma branca no município de Porto Grande, Amapá.** Cienc Saúde Coletiva. 2005;10(2):441-51

Mendes EV. **Distritos sanitários:** processo social de mudanças nas práticas sanitárias para Sistema Único de Saúde. São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: ABRASCO; 1993.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 898-906, 2005.

MÔRA LB, GOMES JC, MORAES MLS et.al. **O uso da territorialização para apoio ao planejamento das ações de uma unidade de Saúde da Família.** Belo Horizonte: 2º Congresso brasileiro de política, planejamento e gestão em saúde, 2013.

Moreira K. F. A., Rodrigues D. E., Ferreira L. N., Rodrigues M. A. S., Oliveira D. M. de, & Pereira P. P. da S. (2019). Aprendendo, ensinando e mapeando território: vivências de acadêmicos de enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 11(4), e240. <https://doi.org/10.25248/reas.e240.2019>. Acesso em ago 2022.

Paz EPA, Souza MHN, Guimarães RM, Pavani GF, Correa HFS, Carvalho PM, et al. **Estilos de vida de pacientes hipertensos atendidos com a Estratégia de Saúde Familiar.** Invest Educ Enferm. 2011; 29(3):467-76. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/iee/v29n3/v29n3a16.pdf>. Acesso em ago 2022.

Rodrigues Vitor Vinicius Cotta. Gomes, Mariana Martins. Coelho, Ana Beatriz de Aguiar Berço. **Morar bem é possível! Aprenda como caixas de leite podem melhorar seu conforto em casa.** Engenheiros sem fronteiras. 2018. Disponível em: <https://esf.org.br/caixas-leite-melhoram-conforto-casa/>. Acesso em dez 2021.

Sampaio, Fabiana Costa; Cadete, Matilde Meire Miranda. **Rev. enferm. UFPE on line** ; 7(3): 657-664, mar.2013.

UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Saúde Pública. **Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina.** Organizadoras: Claudia Flemming Colussi; Kátiuscia Graziela Pereira. - Florianópolis: UFSC, 2016. 86 p. : il. color. (Série – Formação para Atenção Básica). Modo de acesso: www.ufsc.br

CONHECIMENTO SOBRE O SUICÍDIO NA SAÚDE PÚBLICA

Hanny Aparecida Nieckacz¹
Geovani Zarpelon²

RESUMO

O presente estudo busca compreender sobre o conhecimento que os funcionários que trabalham em rede pública de saúde na cidade de Rio Azul, Paraná têm sobre o suicídio e a frequência com que atendem tal demanda. Sendo realizado através de um questionário para obter dados quantitativos e qualitativos sobre o assunto, tendo 22 respostas de técnicos em enfermagem, enfermeiros, agentes de saúde e outros. Assim foi visualizado a grande frequência com que o suicídio e suas interfaces se apresentam na saúde pública, compreendendo a importância da ampliação de conhecimento do suicídio e suas técnicas para a prevenção e a pósvenção.

Palavras-chave: Suicídio. Saúde Pública. Luto. Prevenção e Pósvenção.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the knowledge that employees who work in the public health network in the city of Rio Azul, Paraná have about suicide and the frequency with which they meet this demand. Being carried out through a questionnaire to obtain quantitative and qualitative data on the subject, with 22 responses from nursing technicians, nurses, health agents and others. Thus, the great frequency with which suicide and its interfaces are presented in public health was visualized, understanding the importance of expanding knowledge of suicide and its techniques for prevention and post-vention.

KEYWORDS: Suicide. Public health. Mourning. Prevention and Postvention.

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o suicídio tanto sobre sua prevenção como a pósvenção, que é o cuidado direcionado aos sobreviventes enlutados pelo suicídio, traz a sociedade caminhos mais complacentes, aumentando a consciência da importância em se falar e agir ao que diz respeito o suicídio. A preparação de profissionais que tem contato com o suicídio é fundamental, visto que é um ato individualista e se encontra nos mais diversos níveis de gravidade, envolvendo problemas sociais, emocionais e culturais que devem ser avaliados e acolhidos (SCAVACINI,2018).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2000), quando uma pessoa comete suicídio em média outras seis pessoas acabam sendo afetadas com problemas psicológicos e sociais, tal número pode aumentar se a pessoa que se

¹ Acadêmica do curso Psicologia, sexto período, Ugv Centro Universitário.

² Graduado em Psicologia pela Faculdade Guilherme Guimbala, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Gestalt-terapeuta pelo Instituto Granzotto de Psicologia Clínica Gestáltica e docente na Ugv Centro Universitário E-mail: prof_geovani@ugv.edu.br

suicidou é alguém influente na sociedade, assim é observado a importância no estudo e na procura de novos métodos e estratégias que procurem diminuir a incidência de episódios suicidas e um cuidado humanizado com as pessoas afetadas.

O comportamento suicida, tendo sua grande abrangência, afeta a vida de muitas pessoas, mesmo que seja por um curto período de tempo ou de forma quase insignificante, observando isso percebe-se a importância de explicar sobre o assunto e trazer ele ao conhecimento de mais pessoas, que de alguma forma possam ajudar quem está passando por um momento difícil, tal ajuda de que necessitam se torna essencial para a sua continuidade em lutar por sua vida e em buscar tratamentos.

Assim este artigo tem como objetivo compreender sobre o conhecimento que os funcionários que trabalham em rede pública de saúde têm sobre o suicídio e a frequência com que atendem tal demanda. Além de analisar pesquisas que envolvem o tema suicídio e os aplicados a rede pública de saúde, descrever a importância sobre o conhecimento do suicídio para trabalhar com pessoas que tem ideação suicida e seus familiares/sobreviventes, e obter dados sobre o conhecimento e situações que envolvem os profissionais da saúde pública sobre o suicídio, através de um formulário a eles disponibilizados.

2. DESENVOLVIMENTO

Ainda atualmente a morte é considerada um tabu, que é pouco comentada e debatida, considerando a morte por suicídio esse tabu se expande e afeta grande parte da sociedade que não consegue lidar com a situação, evitam falar sobre e não tem interesse em compreender os motivos que levam a tal ato. Existe uma grande complexidade para compreender sobre as interfaces que envolvem o suicídio, que abrangem desde problemas psicológicos, familiares, emocionais, socioculturais e religiosos, até os interesses e problemas que estão no mais íntimo de cada indivíduo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; 2013).

O conceito de suicídio é muito amplo, envolvendo as múltiplas formas e motivos desempenhados pela sociedade, além de serem encobertos por causas externas que mascaram o ato suicida, como acidentes, descuido de si, se

colocando em situações de alto risco e agindo parcialmente com autoagressão e/ou automutilamento e com problematizações sociais, se manifestando em formato de prejuízos e transtornos mentais (CASSORLA; 2017).

Os profissionais da saúde são direcionados ao objetivo de salvar vidas, ao se depararem com alguém que está à procura do oposto ocorre um desafio pelo indivíduo, tendo desconforto de lidar com a situação apresentada. A pessoa que é levada a uma rede de saúde após tentativa de suicídio vem carregada das mais diversas emoções e sentimentos, tanto pelos que a fizeram buscar a morte, como também devido não ter conseguido concluir seu objetivo (LOUREIRO; 2006).

Devido à falta de conhecimento muitas pessoas acabam falando frases que se opõem ao objetivo com que foi empregada, não compreendendo que a pessoa com pensamentos suicidas quer, principalmente, ser ouvida e aceita (SCAVACINI; 2018). De acordo com Frankl (2021, p. 133) “o sentido de vida difere de pessoa para pessoa, de um dia para o outro, de uma hora para outra”, concordando com a necessidade do cuidado com as palavras a serem utilizadas com as pessoas, em especial as com ideação suicida e aos sobreviventes enlutados pelo suicídio, devido suas oscilações de sentimentos e emoções sobre o assunto.

O processo de luto por si só já é algo complexo e doloroso, considerando ser um sobrevivente do suicídio ele aumenta consideravelmente, os sentimentos de culpa, de rejeição e de medo se apresentam evidentemente nas pessoas enlutadas pelo suicídio, o que afeta diretamente em suas vidas, tendo dúvidas, desconfianças e além da necessidade de se adaptar novamente ao ambiente social que vem com olhares dispersos, recuo de conversas, preconceitos, constrangimentos e outros (OSMARIN, 2015).

Como ressaltado por Betti (2020), após uma morte por suicídio a incidência da mesma se repetir na família aumentam em grande escala. Trabalhar e acolher as pessoas enlutadas devido a um suicídio, sendo considerada uma pós-venção, tem como finalidade atenuar as sequelas deixadas, evidenciando aos sobreviventes que eles não são responsáveis pelo acontecido, lhes tirando dúvidas e apresentando os fatos verdadeiramente, além de lhes apresentar projetos e grupos que possam contribuir para facilitar o processo de luto (FUKUMITSU; et al; 2015).

Após um ato de ideação ou tentativa de suicídio os riscos deles se repetirem aumentam consideravelmente, o primeiro contato com essas pessoas é uma das partes mais importantes, pois a forma como se sentirem neste primeiro ambiente influenciará as suas decisões futuras quanto a tratamentos ou novas tentativas. Quando levados a emergências alguns acabam sendo deixados de lado pelos profissionais que preferem atender pessoas às quais realmente acreditam precisar de atendimento, esse tipo de atitude exacerba os sentimentos negativos dos indivíduos, que se sentem deixados de lado e julgados por suas ações (VIDAL; GONTIJO; 2013).

Compreender quando uma pessoa está tendo comportamentos e atitudes que se remetam ao suicídio não é uma tarefa fácil, mas com um preparo adequado isto se torna capaz. Algumas pessoas optam por procurar serviços médicos como fuga para seus problemas, e é neste momento que o profissional deve estar preparado para ouvir a pessoa com empatia e acolhimento, conduzindo a conversa para que a pessoa com ideação suicida se sinta respeitada e compreendida, procurando descobrir sobre as reais intenções e planos de se matar que o indivíduo tenha (BETTI; 2020).

3. MÉTODO

A presente pesquisa se enquadrou como aplicada, sendo dividida por partes quantitativas como também qualitativas, visto que foram realizadas perguntas objetivas e subjetivas com a finalidade de obter dados para serem analisados e relacionados com a teoria. Sendo uma pesquisa de campo e levantamento de dados com viés descritivo (GERHARDT; SILVEIRA; 2009). Definida como uma pesquisa de campo, onde foram agregados conhecimentos pelas mais subjetivas respostas e interpretações, tendo levantamento de dados e os relacionado com biografias condizentes (BRANDÃO; 2007). Tendo como método científico dedutivo, onde dois argumentos válidos resultam em uma conclusão (RODRIGUES; 2007).

Para a obtenção dos dados foi realizado um questionário estruturado composto tanto por perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha que foi repassado para os funcionários da rede pública que trabalham na saúde, este tipo de pesquisa possibilita uma maior abrangência de dados, além de facilidade e agilidade em responder as perguntas.

A pesquisa foi considerada uma amostra probabilística sendo casual simples, realizada com os funcionários da rede pública de saúde na cidade de Rio Azul, incluindo todas as pessoas que trabalham envolvendo a saúde nas mais diversas áreas que se apresentam.

Para a inclusão na pesquisa foi considerado que os respondentes trabalhassem na rede pública de saúde na cidade de Rio Azul - Paraná, aceitar participar da pesquisa, responder ao formulário de forma online, ter 18 anos ou mais. A exclusão aconteceria se as perguntas identificadas como relevantes nesta pesquisa não fossem respondidas.

A pesquisa foi realizada na cidade de Rio Azul, no Paraná, cidade predominantemente rural, sendo direcionada as perguntas para a secretaria municipal de saúde, que engloba os funcionários da rede pública onde, normalmente, são apresentados e encaminhados os casos relacionados ao suicídio. As perguntas foram respondidas de modo online pelos participantes, por celular, computador, tablet ou pelo meio que consideraram preferível.

O tempo estabelecido para o preenchimento do formulário foi definido em 7 dias. Após dar-se o tempo estipulado para as respostas do formulário, foram organizados os dados obtidos e assim prosseguido para uma análise quantitativa e qualitativa dos mesmos, tendo total relação com a teoria sobre o assunto e assim obtendo uma visão e conclusão com maior fidedignidade dos resultados obtidos através desta pesquisa.

As variáveis independentes desta pesquisa foram enquadradas visto a pessoa ter tido ou não algum preparo para trabalhar com as interfaces do suicídio, além de seu tempo de atuação na área de saúde pública, a variável dependente foi a pessoa já ter presenciado ou trabalhado com algo relacionado com o suicídio.

Com relação aos aspectos éticos, a prática foi aprovada pelo Núcleo de Ética e Bioética - NEB do Centro Universitário Vale do Iguaçu, tal aplicação teve embasamento do Código de Ética Profissional do Psicólogo. O estudo respeita as diretrizes e critérios decretados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo que os preceitos éticos estabelecidos são respeitados no que declara à zelar pela legitimidade, privacidade e sigilo dos dados da pesquisa, tornando os segmentos deste estudo públicos. Os indivíduos participantes da pesquisa estavam cientes de que sua colaboração no trabalho

é voluntária, sem remuneração, estando livres para desistir caso lhes fosse conveniente.

A análise foi realizada tanto de forma quantitativa, como qualitativa, englobando os aspectos teóricos encontrados durante as leituras e relacionados de forma quantitativa com os resultados obtidos através do questionário disponibilizado no Google Forms, sendo organizados de forma a facilitar a compreensão e visualização do conteúdo. Após avaliado os resultados da pesquisa e estando nos critérios de inclusão foram associados a teoria encontrada, tendo uma fundamentação autêntica e correspondente ao tema.

4. RESULTADO E DISCUSSÕES

A pesquisa teve um total de 22 participantes, sendo 16 do sexo feminino e 6 do masculino, tendo indivíduos de idades superior a 18 anos sendo representados com as respectivas idades na tabela 1. Entre as pessoas que responderam foram identificadas 8 profissões, as quais estão apresentadas na tabela 2 com o respectivo número de pessoas e na tabela 3 contém o tempo que os mesmos trabalham na rede pública de saúde.

Tabela 1 - Idade dos participantes

IDADE	21 á 30 anos	31 á 40 anos	41 á 50 anos	51 ou mais
TOTAL	6	8	6	2

Fonte: A Autora, 2022.

Tabela 2 - Profissão dos participantes

PROFISSÃO	TOTAL
Técnico em Enfermagem	11
Enfermeiro	4
Agente de Saúde	2
Farmacêutico	1
Socorrista	1
Assistente social	1

Técnico sanitário	1
Fonoaudiólogo	1

Fonte: A Autora, 2022.

Tabela 3 - Tempo de trabalho na rede pública dos participantes

TEMPO DE TRABALHO	1 á 5 anos	6 á 10 anos	11 á 20 anos	21 anos ou mais
TOTAL	10	1	6	5

Fonte: A Autora, 2022.

As perguntas seguintes entraram na perspectiva de compreender sobre a proximidade e o conhecimento que os profissionais têm sobre o suicídio. Buscando visualizar se os profissionais tiveram contato com pessoas que tentaram suicídio e com as pessoas que ficaram enlutados após uma morte de suicídio. Os serviços de saúde pública normalmente prestam os primeiros atendimentos nestas situações e assim, é de grande importância o preparo destes profissionais (STORINO et al; 2018).

É comprovado que pessoas com ideação suicida antes de tentarem tirar suas vidas procuram ajuda de profissionais da saúde, o que torna essencial que tais profissionais tenham conhecimento de como identificar, intervir e acolher estas pessoas (FARIA et al; 2022). A tabela 4 apresenta os dados dos respondentes do questionário onde apresenta a frequência com que atendem pessoas que já tentaram o suicídio e com os enlutados. Analisando os dados podemos observar como o contato com essas pessoas é comum, o que torna necessário o conhecimento do manejo a fim de não amplificar os problemas presentes.

Tabela 4 - Atendimento a suicidas e enlutados.

	Muito Frequente	Frequente	Ocasional mente	Raramente	Nunca
ATENDEU ALGUÉM QUE TENTOU SUICÍDIO	2	5	9	4	2
ATENDEU ENLUTADOS	1	4	9	3	5

DEVIDO UM SUICÍDIO					
--------------------	--	--	--	--	--

Fonte: A Autora, 2022.

O processo de luto por si só é muito difícil e quando é causado por uma morte de suicídio tem maiores dificuldades em ser superado. Os familiares e amigos mais próximos são os mais afetados e podem necessitar de atendimento e acompanhamento da equipe de saúde, saber fazer o acolhimento dessas pessoas quando chegam contribui para diminuir esse sofrimento ou não causar o seu agravamento. Quando ocorre um caso de suicídio as probabilidades de outro caso acontecer com alguém próximo são maiores, assim o profissional precisa procurar visualizar se a pessoa que está atendendo não apresenta sinais para o suicídio (ROCHA; LIMA; 2019).

Sendo perguntado se já precisaram ir há um local de morte por suicídio, a pesquisa indicou que 16 pessoas nunca foram, 2 consideram raramente e 4 pessoas ocasionalmente necessitaram se deslocar ao local do ocorrido. Para as pessoas que se sentissem confortáveis foi disponibilizado espaço para descrever seus sentimentos, sensações, emoções e percepções, obtendo-se assim 3 respostas, onde foram descritos sentimentos de angústia, aflição, sofrimento, tristeza e impotência.

Segundo Faria et al (2022) trabalhar com a morte não é uma tarefa fácil e isto desencadeia diferentes reações e sentimentos nos profissionais, o que envolve questões emocionais e também de ordem moral, visto que tirar a própria vida não é bem visto em nossa sociedade. Saber onde procurar ajuda para poder ajudar o outro faz grande diferença, trabalhar seus problemas proporciona facilidade em compreender as demais situações que são apresentadas.

Perguntado sobre a frequência com que o assunto sobre suicídio se apresentava no ambiente de trabalho, observou-se ter maior frequência, podendo visualizar os resultados na tabela 5. Buscando identificar se os participantes concordavam que saber sobre o assunto e as melhores formas de agir influenciam no atendimento de pessoas com ideação suicida e com os enlutados teve-se como resposta que 45,5% concordam e 54,5% concordam completamente.

Tabela 5 - Frequência com que o assunto suicídio se apresenta no trabalho

FREQUÊNCIA COM QUE O ASSUNTO SUICÍDIO SE APRESENTA NO TRABALHO	TOTAL
Muito Frequente	2
Frequente	10
Ocasionalmente	8
Raramente	2

Fonte: A Autora, 2022.

Falar sobre o suicídio não o torna mais provável de ocorrer, mas sim o oposto, podendo ser debatido entre maiores grupos sobre o tema e tudo o que o envolve. Trazer falas sobre a necessidade de políticas públicas mais eficazes, proporcionar troca de conhecimento e agregar a naturalidade em falar do assunto, são práticas que ajudam o tema suicídio e morte deixarem de ser um tabu, algo que é reprimido e mal visto.

Entre as 22 pessoas que responderam ao questionário 17 afirmaram já terem tido algum tipo de orientação ou palestra sobre o suicídio, as 5 restantes não obtiveram tal preparo. Perguntado se os mesmos tinham interesse em saber mais sobre o assunto e ter acesso a materiais que os auxiliassem, somente uma pessoa relatou não ter interesse. A própria pessoa compreender que saber mais pode ajudar, instiga a procurar conteúdos que possam lhe ajudar, pois entende que isto vai lhe ajudar durante um atendimento ou emergência.

Como podem ocorrer compreensões errôneas sobre a situação que envolve o suicídio o profissional precisa estar atento a materiais atualizados que lhe podem ser úteis, além de compreender o mínimo, como por exemplo, que a pessoa que procura o suicídio não quer terminar com sua vida, mas sim com o sofrimento que não o permite viver, buscando assim a única alternativa que lhe parece conveniente (LOUREIRO; 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo visualizado que a presença do tema suicídio e de ocorrências que o envolvem no ambiente é então de grande importância saber sobre o assunto, além de continuar estudando e aprimorando técnicas para o melhor atendimento

das pessoas que procuram ajuda na rede de saúde. Para as pessoas que já apresentam entendimento e manejo para lidar com as interfaces do suicídio e necessário atualizar tais conhecimentos, visto que cada vez mais surgem novos estudos para trabalhos mais adequados e eficazes.

Considerando o crescente aumento nos casos de suicídio, a implementação de ampliação de conhecimento do suicídio e suas técnicas para a prevenção e durante a pós-venção se torna um diferencial de suma importância, compreendendo que pode-se estar evitando uma morte ou contribuindo para que o luto de pessoas próximas sejam vivenciados sem maiores sofrimentos. Conclui-se que a informação e a orientação promovem melhores formas de trabalhar com as pessoas que apresentam risco de suicídio e com os enlutados.

REFERÊNCIAS

BETTI, Estéfani Kerolin. Prevenção e posvenção do suicídio: cuidados que os serviços de saúde oferecem aos enlutados por suicídio. Santa Cruz do Sul, 2020. <http://hdl.handle.net/11624/2872>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura [on-line]. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70310103>

CASSORLA, Roosevelt Moises Smeke. Suicídio Fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução. São Paulo : Blucher, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. O suicídio e os desafios para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>.

FARIA, Jesiele Spindler et al. Attitudes of health professionals towards suicidal behavior: an intervention study. Revista de Saúde Pública [online]. 2022. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056003320>.

FRANKL, Viktor E. Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração. 52. ed - Petrópolis: Vozes, 2021.

FUKUMITSU, Karina Okajima; et al. Posvenção: uma nova perspectiva para o suicídio. Salvador, Bahia. Revista Brasileira de Psicologia, 2015. https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Abilio/publication/322792019_Posvencao_uma_nova_perspectiva_para_o_suicidio_Postvention_a_new_perspective_for_a_suicide/links/5bcf53754585152b144fa3b0/Posvencao-uma-nova-perspectiva-para-o-suicidio-Postvention-a-new-perspective-for-a-suicide.pdf.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>

LOUREIRO, Rodrigo Moura. Um possível olhar do comportamento suicida pelos profissionais da saúde. Scientia Medica, Porto Alegre: PUCRS, 2006. <file:///C:/Users/WINDOWS%2010/Downloads/admin,+1622-5851-1-SM.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE - BRASIL. Prevenção do Suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. 2006. https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manual_prevencao_suicidio_profissionais_saude.pdf.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Prevenção do suicídio: Um Manual para médicos clínicos gerais. Departamento de saúde mental, transtornos mentais e comportamentais. Genebra, 2000.
https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66801/WHO_MNH_MBD_00.3_por.pdf;jsessionid=7D4E209EDEEE3F8539655F09B849FF84?sequence=5.

OSMARIN, Vanessa Maria. Suicídio: o luto dos sobreviventes. Psicologia.pt, 2015.
<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0981.pdf>.

ROCHA, Priscila Gomes; LIMA, Deyseane Maria Araújo. Suicídio: peculiaridades do luto das famílias sobreviventes e a atuação do psicólogo. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 323-344, ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438V0031N02A06>.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica. FAETEC/IST Paracambi, 2007.
http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/etch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf.

SCAVACINI, Karen. Histórias de sobreviventes do suicídio. São Paulo : Instituto Vita Alere, Benjamin Editorial, 2018.

STORINO, Bárbara Diniz et al. Atitudes de profissionais da saúde em relação ao comportamento suicida. Cadernos Saúde Coletiva [online]. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201800040191>

VIDAL, Carlos Eduardo Leal; GONTIJO, Eliane Dias. Tentativas de suicídio e o acolhimento nos serviços de urgência: a percepção de quem tenta. Cadernos Saúde Coletiva. 2013.
<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/ZgWqyVy6hjVYchTXBwC4z9R/?format=pdf&lang=pt>

CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: IMPACTOS PARA A PRÁTICA DOCENTE RUMO AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Flávia Leal King Baleche¹

Melissa Maria Stelko Oldakoski²

Renan Cesco de Jesus³

Vanessa Roberta Massambani Ruthes⁴

RESUMO

Desde o advento da Internet no final do século XX e do fenômeno da globalização a sociedade experimenta os reflexos de novas formas de comunicação disponíveis. Atualmente, a velocidade em que surgem cargos e profissões exigem novas habilidades e competências para exercê-las, o que requer um desenvolvimento multidimensional de novas capacidades por parte dos estudantes. Este estudo considera esse contexto e sua conexão com o âmbito educacional brasileiro como ponto de partida, para discutir a origem de pressupostos e práticas pedagógicas orientadas para o desenvolvimento de competências e habilidades e como estas são incorporadas no atual cenário de implementação dos objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio. Trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa com base em diferentes autores, tais como, Moreira (2011), Kenski (2012), Castells (2016) e Baleche (2020). Objetiva-se contribuir com reflexões acerca das possíveis implicações que a implementação de objetivos pautados no desenvolvimento progressivo de habilidades e competências impõe à prática pedagógica. O rompimento com determinados modelos educacionais está em curso, porém, admite-se que há aspectos envolvidos, inerentes à temática, que não foram objeto de discussão nesse artigo. Há a expectativa de que em produções posteriores, em sintonia com a efetiva implementação da nova organização curricular, seja possível avançar em um diálogo envolvendo teoria e prática, com vistas a potencializar a formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Currículo. Prática Docente. Competências e Habilidades.

ABSTRACT

Since the advent of the Internet at the end of the 20th century and the globalization phenomenon, society has experienced the effects of new forms of communication available. Currently, the speed at which positions and professions arise new skills and competencies are wantedd, which requires a multidimensional development of new skills on the part of students. This study considers the current context and its connection with the Brazilian educational environment as a starting point to discuss the origin of assumptions and pedagogical practices oriented towards the development of competences and abilities and how these are incorporated to the scenario of implementation of the objectives stated at the National Core Curriculum for High School. This is a qualitative exploratory research based on different authors, such as Moreira (2011), Kenski (2012), Castells (2016) and Baleche (2020). The aim is to contribute with reflections on the possible implications that the implementation of objectives based on the progressive development of skills and competences brings to pedagogical practices. The break with certain educational models is ongoing, however, it is admitted that there are some aspects involved, inherent to the theme, which were not discussed in this article. There is an expectation that in subsequent

¹ Doutora em Educação. Assessora Pedagógica do Ensino Médio da SEED/PR, e-mail: flavia.baleche@escola.pr.gov.br

² Pós - Graduada em Ensino de Matemática e Física. Técnica Pedagógica de Matemática na SEED/PR, e-mail: melissa.oldakoski@escola.pr.gov.br

³ Mestre em Química. Técnico Pedagógico de Química da SEED/PR, e-mail: jesus.renan@escola.pr.gov.br

⁴ Doutora em Teologia, Coordenadora do Ensino Médio da SEED/PR, e-mail: vanessa.ruthes@escola.pr.gov.br

productions, in line with the effective implementation of the new curricular organization, it will be possible to advance in a dialogue involving theory and practice, aiming at enhancing teacher's education programs.

KEYWORDS: High School. Curriculum. Pedagogical practice. Competences and skills.

1.INTRODUÇÃO

Desde o início desse século pesquisas e discussões acadêmicas se concentraram na análise da sociedade contemporânea que sofria mudanças rápidas e significativas, especialmente com o avanço no desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação. Entre alguns autores que se concentraram no tema, podemos citar Pozo (2002); Lévy (2007); Libâneo e Santos (2010); Castells (2016) que destacavam a transformação social, cultural e de acesso à informação em curso.

Ensinar e aprender para a autonomia parece ser um objetivo que corresponde aos apelos da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que se configura como um desafio às instituições escolares formais, há muito arraigadas em práticas conservadoras e tradicionais.

A cultura disseminada em âmbito global é marcada por contrastes porque diante das possibilidades de acesso à informação, muito ampliadas em uma sociedade conectada, ainda convivemos com a exclusão de algumas populações e territórios dessa condição. Nessa análise, também é possível constatar as variadas alternativas para produção e difusão do conhecimento amparadas pelas tecnologias digitais por meio da interatividade em rede (BALECHE, 2020).

Sabe-se que o desenvolvimento científico é uma realização humana, parte daí a interdependência entre ciência, tecnologia e relações sociais. Grinspun (2009), destaca o avanço da ciência como uma consequência da educação e explica:

A educação buscando a promoção do homem para caminhar nas redes e teias de novos conhecimentos/valores; a tecnologia impulsionando o homem para saber agir face às novas mudanças e, a educação tecnológica fundamentando e promovendo uma educação capaz de ajudar o homem a criar, inventar, formar-se para um tempo em que conviver com a tecnologia **não é coisa dos deuses, nem dos sonhos**, mas sim da realidade dos homens e dos fatos que compõem a nossa história (GRINSPUN, 2009, p. 35, grifo do autor).

O reconhecimento de características sociais e culturais da atualidade, não significa deixar de considerar elementos presentes anteriormente que já

influenciavam as relações entre as pessoas e estas com o conhecimento. Certamente, desde o advento da Internet no final do século XX e do fenômeno da globalização a sociedade já experimentava os reflexos de novas formas de comunicação disponíveis e este processo avançou até os dias atuais.

Dado interessante pode ser visto na série histórica da pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC, com o objetivo de medir posse, uso, acesso e hábitos da população brasileira em relação às TIC, traz para o indicador de acesso à Internet em 2015, que aproximadamente 35% dos indivíduos nunca tinham acessado, comparativamente em 2021 esse índice caiu para aproximadamente 13%. Em outro indicador, relacionado às escolas urbanas, por exemplo, dados registram a presença massiva (90%) de computadores portáteis (STORINO, 2022).

Diante das transformações tecnológicas em ritmo acelerado, voltando-se ao cenário educacional, o qual corresponde ao âmbito desta pesquisa, indica-se considerar as tecnologias como um meio e não um fim a ser alcançado. Elas devem estar a serviço da potencialização da formação integral do estudante e do processo de humanização. Os recursos digitais aplicados à educação são um caminho importante a ser trilhado na articulação entre o desenvolvimento tecnológico e social (CARDOSO, 2009).

Com base no contexto apresentado que revela mudanças importantes na sociedade, tais como, novas formas na geração de trabalho, na comunicação, na circulação da informação, na produção do conhecimento e sua conexão com o âmbito educacional brasileiro, este estudo objetiva discutir a origem de pressupostos e práticas pedagógicas orientadas para o desenvolvimento de competências e habilidades e como estas são incorporadas no atual cenário de implementação dos objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, a partir de sua homologação em 2018.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa com base na investigação em artigos científicos, teses e livros, nos formatos impresso e digital, os quais contribuíram, por meio de diferentes autores, com o conhecimento acerca do contexto que envolve a problemática em foco. A BNCC - Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BRASIL, 2018),

considerada um documento normativo essencial e um marco para a mudança curricular, está entre as fontes pesquisadas. Lüdcke e André (1986, p. 39) destacam o uso de documentos na validação de dados abordados em pesquisas qualitativas por se tratar de uma fonte natural de informação, além de considerar sua importância, pois “surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.” Essa pesquisa não tem caráter documental, mas o estudo da Base tornou-se essencial dada sua interface com a temática e os impactos expressivos gerados na organização pedagógica escolar.

A estruturação intencional do processo de aprendizagem é colocada em destaque neste trabalho e deste modo, esperamos contribuir com reflexões acerca das possíveis implicações que a implementação de objetivos educacionais, pautados no desenvolvimento progressivo de habilidades e competências impõe à prática pedagógica.

2. A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

No século XXI, o ser humano está inserido em um contexto onde as relações humanas e as tecnologias convivem no mesmo espaço, tanto no físico como no virtual que segue em plena expansão. Assim, alinha-se o conceito de ciberespaço designado por Kenski (2012) como o universo das redes digitais, constituído por um campo vasto, aberto, ainda parcialmente indeterminado, que não se deve reduzir a um só de seus componentes.

Por esse viés, cabe mencionar o conceito de cibercultura que “pode ser compreendida como uma nova modalidade de interação subjetiva que se estrutura na interconexão homem e máquina, engendrando importantes transformações sociais” (PRIOESTE, 2016, p. 139). Nesta perspectiva, ser letrado não implica simplesmente em ler, escrever e interpretar, mas dominar novos conhecimentos e ter acesso ao mundo digital.

Dessa maneira, faz-se necessário repensar a educação com suas práticas já estabelecidas, assim como, o papel da escola na formação dos estudantes, no engajamento para a leitura e compreensão do mundo, bem como a ação mediadora na aprendizagem no século XXI, .

Ao analisar o perfil do estudante, Novaes (2006) afirma que devemos levar em conta a rapidez das mudanças e as características do mundo de hoje, bem

como as particularidades que envolvem muitos jovens e adolescentes na contemporaneidade. Esta perspectiva sugere que a escola incentive métodos participativos contextualizados, que promovam o protagonismo juvenil, por meio de pesquisas, colaboração entre pares, entre outros encaminhamentos que contribuam para uma aprendizagem relevante e com significado, com ou sem o uso de tecnologias digitais, de acordo com o contexto na qual está inserida. Baleche (2020, p.33), considera essa organização um processo dialético de mudança:

[...] pois a concepção dos mais jovens, especialmente os adolescentes, difere muitas vezes das experiências adultas a respeito da educação sistemática ou não, do processo de aprendizagem e comunicação, da autoridade, do respeito, da sociabilidade e da produção de valores e conhecimentos.

Atualmente a velocidade em que surgem novos cargos e novas profissões exigem novas habilidades e competências para exercê-las, o que requer um desenvolvimento multidimensional de novas capacidades por parte dos estudantes. Para a educação é a oportunidade de desenvolver estas habilidades e competências esperadas no século XXI. Esta preocupação é lembrada na BNCC (BRASIL,2018, p.69):

Uma parte considerável das crianças e jovens que estão na escola hoje vai exercer profissões que ainda nem existem e se deparar com problemas de diferentes ordens e que podem requerer diferentes habilidades [...]

Desse modo, na constituição dos sujeitos, a pedagogia da transmissão parece não fazer mais sentido, com uma comunicação onde o professor ocupa posição central e o estudante fica restrito à condição de ouvinte. Assim, repensar esse processo em busca do desenvolvimento de uma aprendizagem mais significativa torna-se fundamental (SANTOS e SILVA, 2014; TORRES e IRALA, 2007).

Segundo Setton (2010), a forma de ensinar e aprender mudou, pois os espaços onde se transmite os saberes também se transformaram. Embora seja notório a necessidade de uma prática dinâmica, integrada e planejada nas áreas do conhecimento, que exige dos estudantes a construção do conhecimento com base na resolução de problemas complexos, com o uso de recursos tecnológicos para mediar reflexões críticas, essa parece não ser a realidade

predominante. Ademais, configura-se oportuno o destaque de Baleche (2020, p.22):

Os mais jovens trazem perspectivas de uma vivência inovadora dos ambientes e possibilidades de aprendizagem, desafiando a instituição escolar a situar-se em constante reflexão na busca do diálogo com aqueles que constituem o objetivo primordial da educação, indivíduos em constante transformação.

Na aprendizagem dos estudantes, as habilidades e competências são simultaneamente mobilizadas e o trabalho em sala de aula exige novas abordagens. Como reforçado por Pozo (2007, p.36) “mudar as formas de aprender dos alunos requer também mudar as formas de ensinar de seus professores. Por isso, a nova cultura da aprendizagem exige um novo perfil de aluno e de professor”, partindo desse pressuposto o trabalho vinculado com a tecnologia corrobora neste aspecto junto aos novos métodos para uma aprendizagem significativa.

3. AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NO ENSINO MÉDIO

Um currículo para a educação, que atenda as tecnologias e os temas do mundo contemporâneo promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades é um desejo que perpassa os anos. Essa preocupação não é exclusivamente recente, tendo em vista que no início dos anos 2000 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Médio já tratavam de competências para a Educação Básica.

Tal documento menciona a importância de considerar as mudanças estruturais referentes à revolução do conhecimento e as exigências desta sociedade, principalmente em decorrência do volume de novas informações que surgem com o avanço das tecnologias. Assim, para as áreas do conhecimento; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias as competências e habilidades foram classificadas e definidas em três categorias, sendo elas: contextualização sócio-cultural; representação e comunicação e investigação e compreensão.

Essa divisão, comum para todas as áreas do conhecimento, visava estabelecer interfaces interdisciplinares e promover maior articulação do

trabalho pelos professores de áreas diferentes. De maneira fundamental, ampliar e desenvolver as capacidades dos sujeitos parecem ser requisito e objetivo para o pleno exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Nessa mesma direção, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº 9.394 (BRASIL, 1996) estabeleceu a etapa do Ensino Médio como caráter final de uma educação geral, onde as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento de competências também são citadas, sendo essas relacionadas à formação ética, à autonomia intelectual, ao pensamento crítico, ao aprimoramento profissional e à capacidade de continuar aprendendo em níveis mais elevados de estudos.

Diante de várias menções vinculadas ao trabalho e desenvolvimento de competências, uma definição registrada nesse período por Perrenoud em entrevista a Gentile e Bencini (2000, p.19) parece oportuna, “a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.”

Podemos notar assim, relativa aproximação na ideia proposta por Perrenoud e a definição mais recente de competência encontrada na BNCC (BRASIL, 2018, p.8):

a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Vale destacar o caráter normativo deste documento, em concordância com marcos legais anteriores como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) que citava a importância de se ter uma base comum tratando-se de currículo e o PNE - Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que reforçou como estratégia para a qualidade da Educação Básica o foco no desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem. Desse modo, ao eleger as dez competências gerais, a BNCC visa assegurar uma formação básica comum e as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas para todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Reforçamos aqui, que um olhar direcionado para o trabalho consonante com as competências estabelecidas, não exclui premissas pedagógicas voltadas

à formação integral do sujeito. Pelo contrário, indicando que as decisões pedagógicas devem estar norteadas para o desenvolvimento de competências, a BNCC sublinha os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, ou seja, destaca “o saber” e o “saber fazer”, sobretudo, na mobilização desses conhecimentos para resolver demandas complexas da realidade.

Assim, em todas as Unidades Federativas, a escola seria espaço democrático, inserida em um cenário atual que considera e respeita as diversidades e singularidades dos estudantes, visando a formação integral. Desse modo, seu papel apresenta-se como fundamental na contribuição para o desenvolvimento global do sujeito, envolvendo o aprimoramento das dimensões cognitiva e pessoal.

Nesse sentido, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, em relatório de 1996 para a UNESCO, já listava as tensões a serem enfrentadas na sociedade moderna, dentre elas, a relação do desenvolvimento do conhecimento e as capacidades de incorporação deste pelos sujeitos. Assim, mesmo considerando os currículos escolares sobrecarregados, o texto destaca a importância de “revalorizar as dimensões ética e cultural da educação” começando pela compreensão de si mesmo até a do mundo, preservando assim elementos essenciais para a Educação Básica (DELORS, 2010, p.10).

Com efeito, a presença do conceito de educação permanente ou educação ao longo da vida é evidenciado no documento com a apresentação dos quatro pilares da educação. Sendo eles o “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”⁵, “aprender a conviver” e “aprender a ser”. Estes pilares relacionam o aprender a aprender incluindo conhecimentos de cultura geral com o estudo de outros assuntos em maior profundidade, bem como as experiências sociais que exigem o desenvolvimento de competências relacionadas ao enfrentamento de desafios, seja no ambiente escolar ou de trabalho.

⁵ Os pilares da educação citados nesse momento se baseiam no Relatório para a UNESCO elaborado na década de 90. Como autores deste estudo, ratificamos que embora acompanhamos a perspectiva da formação integral, dentre os pilares, em especial, o aprender a fazer, é interpretado por nós a partir da BNCC (BRASIL, 2018) com uma conotação diferenciada, ou seja, ampliada, para além da vinculação com a formação para o mundo do trabalho. Trata-se de uma discussão que merece atenção em outros trabalhos futuros, por isso, fica a nota.

Neste ponto, parece não haver distanciamento suficiente, a contar uma ruptura, do conceito proposto com relação à formação integral do sujeito. Na esteira disso, Almeida (2002) realça a importância de se construir contextos de facilitação da aprendizagem, onde os estudantes encontram-se “em condições de fazer a primeira e mais importante aprendizagem: ‘aprender a aprender’” (ALMEIDA, 2002, p.163).

De modo complementar, trazer à tona a formação integral no ambiente escolar perpassa por atingir também o aspecto humano e social, onde se busca a “formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p.2). Assim sendo, considerando-se outras competências, além das cognitivas, alcançaremos com maior profundidade, contribuições expressivas para a formação dos sujeitos em sua integralidade.

4. DA LINEARIDADE À PROGRESSIVIDADE DA APRENDIZAGEM

A BNCC (BRASIL, 2018), conforme já explicitado neste trabalho, define o desenvolvimento de competências e habilidades para a Educação Básica e pressupõe a elaboração de um currículo organizado por áreas de conhecimento, contemplando a chamada Formação Geral Básica (FGB), dirigida a todos os estudantes.

Esta medida, portanto, reafirma ao Ensino Médio em destaque nesse artigo, o importante papel de consolidação das aprendizagens ao final do percurso formativo da escolarização obrigatória⁶. Desse segmento, espera-se o compromisso de ampliar e aprofundar o desenvolvimento dos estudantes em relação às habilidades desenvolvidas no Ensino Fundamental e atingir as competências expressas nos documentos orientadores⁷.

⁶ A Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional 59/2009, entre outras disposições, definiu a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996) indica a progressiva extensão da obrigatoriedade do Ensino Médio, acompanhadas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 que como política governamental, entre suas metas define a universalização do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio.

⁷ Refere-se à Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (2018), à Resolução n°. 3 (2018) que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e à Portaria 1432 (2018) que estabelece os referenciais nacionais para elaboração dos Itinerários Formativos.

Os desafios da implementação na prática de uma nova organização curricular, são tema em diferentes oportunidades de reflexão sobre o cenário educacional, seja no âmbito escolar, como o *locus* das práticas para o desenvolvimento das aprendizagens, ou nos debates e produções acadêmicas. Baleche e Martinelli (2022, p. 61) retratam esse cenário:

[...] o contexto global modifica-se de forma intensa com a presença cada vez mais incisiva da tecnologia em todos os setores sociais e isso inclui a educação em todas as suas modalidades. Neste sentido, espera-se uma formação que seja significativa para o momento, mas depara-se com a dificuldade da construção de uma nova realidade educacional por meio da reorganização curricular e práticas correspondentes.

O currículo nesta disposição, em processo para seu reconhecimento como efetivamente novo, deve romper com alguns pressupostos que orientavam até então a organização disciplinar, na Figura 1 foram reunidos alguns deles, com base em Pozo (2002), Moran (2013) e Starepravo (2010):

Figura 1 – Pressupostos da Organização Curricular Disciplinar



Fonte: Os autores (2022).

Espera-se que a superação desses elementos acompanhe a efetivação de um currículo organizado por áreas de conhecimento, por meio do qual os professores como mediadores atribuam centralidade à aprendizagem e na mesma medida, identifiquem os estudantes como sujeitos criativos, produtores

de conhecimento, capazes de utilizar os saberes/conteúdos como meios para a compreensão da realidade em sua complexidade e na busca de soluções para diferentes situações que se apresentam nos variados contextos dos quais participam.

Afastar-se da perspectiva do cumprimento de um conjunto de conteúdos como uma condição do ensino, traz à tona a constatação de que se tratando do desenvolvimento de competências e habilidades ao longo das três séries do Ensino Médio, o docente está implicado com a progressão de aprendizagens e não mais com a organização de elementos conceituais em uma ordem linear, como se fosse necessário o esgotamento de uns para dar início a outros, ou seja, como se o conteúdo abarcasse um fim em si mesmo.

Não se trata de abandonar o conhecimento científico, histórico e cultural a um lugar de desprestígio, mas conforme Starepravo (2010, p.26), deve-se orientar o trabalho para o desenvolvimento de competências de maneira vinculada aos conteúdos curriculares:

[...] uma escola que privilegia a transmissão de informações, de procedimentos e de técnicas que são aplicadas pelos alunos sem o domínio das relações que as produzem, da estrutura que a sustentam não está preparando os alunos para enfrentar o novo, o desconhecido. É preciso considerar que o desenvolvimento da autonomia, meta precípua da educação, não ocorre mediante repetidos sucessos, mas pela compreensão dos mecanismos que os tornaram possíveis.

Dessa forma, as situações variadas e complexas pelas quais os estudantes podem ser desafiados tomam um lugar preferencial na organização do trabalho pedagógico, visando uma aprendizagem significativa. A ideia da complexidade e progressividade acompanha o estudante ao longo do percurso formativo. De acordo com Moreira (2006) os conhecimentos se consolidam com base no domínio de situações que progressivamente tornam-se cada vez mais complexas. Assim, a ideia de progressão de aprendizagens inclui a compreensão de que a aprendizagem se dá ao longo do tempo, por meio do controle gradual de eventos, condições e práticas cada vez mais elaboradas.

O mesmo autor, reafirma que a aquisição ou domínio de um corpo de conhecimentos, atrelados a uma determinada área, é um processo lento, não linear, o qual envolve rupturas e continuidades. Daí pode-se extrair a premissa de que o desenvolvimento de competências não se dá naturalmente, é preciso que exista intencionalidade e planejamento na organização da prática

pedagógica, propiciando a aproximação do estudante com diferentes contextos, do mais próximo ao seu cotidiano, ao mais distante (MOREIRA, 2006).

Considerar os conhecimentos prévios existentes em uma turma é uma estratégia que se orienta pela presunção de que conceitos iniciais oriundos da experiência e do senso comum podem ser alterados. Moreira (2011, p.12) lembra que “a mudança conceitual é evolutiva, progressiva. Modelos alternativos coexistem na estrutura cognitiva de quem aprende e é ela ou ele quem faz a mudança, e isso ocorre progressivamente”. Assim, “modelos alternativos podem coexistir e o abandono de uns, ou construção de outros, não ocorre de imediato, linearmente”.

O abandono da perspectiva do ensino e da linearidade como centrais nas práticas escolares, pode começar com o afastamento de algumas ações que não se coadunam com as exigências da nova organização curricular do Ensino Médio, contempladas neste texto. Torna-se importante incorporar às ações docentes a convicção da organização de um espaço aberto para a centralidade da aprendizagem e para o desenvolvimento de habilidades e competências de maneira progressiva e gradual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a contribuir com reflexões acerca de consequências geradas em primeira ordem à organização da prática pedagógica, a partir dos novos pressupostos legais e normativos que definem como pauta principal da escolarização básica e, especialmente nesse caso, do Ensino Médio, o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências junto aos estudantes. Algumas publicações que se dedicam ao tema, concordam que o planejamento da ação docente é especialmente atingido, convidado, ou até mesmo provocado, com certa urgência, a reorientar-se (MORAN, 2013; KENSKI, 2012; ALENCAR e MENDES, 2018).

Reiteramos o olhar para uma sociedade em constante transformação que neste século, renova suas expectativas em relação à formação das juventudes, as quais em suas diferentes manifestações e contextos têm o desafio de lidar com o imprevisível, o inusitado, com as rápidas mudanças que os avanços da tecnologia e da ciência imprimem a todos. Fica claro que o rompimento com determinados modelos educacionais está em curso, porém, admite-se que há

aspectos envolvidos, inerentes à temática que não foram objeto de discussão nesse artigo. Há a expectativa de que em produções posteriores, em sintonia com a efetiva implementação da nova organização curricular, de forma mais amadurecida, seja possível avançar em um diálogo envolvendo teoria e prática, com vistas a potencializar a formação docente.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Antonio Idilvan de Lima; MENDES, Roger Vasconcelos. Reforma do ensino médio brasileiro: questões relevantes para o debate e implementação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; PAIM, José Henrique (Org.). **Os desafios do ensino médio**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

ALMEIDA, Leandro S. Facilitar a aprendizagem: ajudar os alunos a aprender e a pensar. **Psicologia escolar e educacional**, v. 6, p. 155-165, 2002.

BALECHE, Flávia Leal King. **Aprendizagem colaborativa no ensino médio: uma proposta metodológica integradora para uma sociedade em rede**. 2020. 349 f. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020

BALECHE, Flávia Leal King; MARTINELLI, Líliam Maria Born. O Ensino Médio a caminho da transdisciplinaridade: contribuições da visão complexa. In: **Perspectivas da Educação: História e Atualidades**. v. 3. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2022

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, (2000). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica. In: GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin (Org.).

Educação tecnológica: desafios e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 181-241.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o século XXI. Organização das Nações Unidas para educação, a ciência e a cultura. Ed. CNPq/IBICT. 2010.

GENTILE, Paola; BENCINI, Roberta. Construindo competências. **Nova Escola**, p. 19-31, 2000.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (Org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2012

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. 8. ed. São Paulo: 34, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Org.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2010. p. 15-52.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

MOREIRA, Marco Antonio. Aprendizagem Significativa: da visão clássica à visão crítica (Meaningful learning: from the classical to the critical view). In: **Conferência de encerramento do V Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa**, Madrid, Espanha, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/visaoclasicavisaocritica.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MOREIRA, Marco Antonio. Abandono da narrativa, ensino centrado no aluno e aprender a aprender criticamente. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 4, n. 1, 2011.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Ma. Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POZO, Juan Ignacio. **A sociedade da aprendizagem e do desafio de converter informação em conhecimento**. Projeto Pedagógico. Diretor Udemo, 2007.

PRIOSTE, Cláudia. **O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual**. São Paulo, Fapesp, 2016.

SANTOS, Edméa; SILVA, Marco. A pedagogia da transmissão e a sala de aula interativa. *In*: TORRES, Patrícia Lupion (Org.). Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento. Curitiba: SENAR-PR, 2014.

SETTON, Maria da Graça: **Mídia e Educação**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2010.

STAREPRAVO, Ana Ruth. O desenvolvimento de competências como foco do ensino escolar. *In*: WAJNSZTEJN, Alessandra Caturani. **Desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem escolar: o que o professor deve dominar para ensinar bem?** Curitiba: Editora Melo, 2010.

STORINO, Fabio. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2021. **Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br**. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 18 out. 2022.

TORRES, Patrícia Lupion; IRALA, Esrom Adriano F. Aprendizagem colaborativa. *In*: TORRES, Patrícia Lupion (Org.). Algumas vias para entretecer o pensar e o agir. Curitiba : SENAR-PR, 2007. p. 65-98.

ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS OFF GRID

Rodrigo Luiz Przybisz¹

Jefferson César Dos Santos²

RESUMO

O presente estudo possui como objetivo identificar o princípio de funcionamento de uma das formas de energia que mais se desenvolve no cenário atual, a geração de energia solar, em especial o sistema de energia autônomo, popularmente conhecido como sistema off grid. O trabalho se dá por análise sobre os principais conceitos sobre o tema, avaliando o funcionamento dos componentes de tal, como a transformação básica ocorrida no módulo fotovoltaico, a transformação de corrente no inversor de frequência, a armazenagem da carga gerada nas baterias do sistema, bem como a importância da utilização de controladores de carga para tal sistema. É avaliada também a influência deste sistema para com a sustentabilidade, o que atualmente, se tornou algo que demanda grande atenção e que necessita do desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias como a utilizada neste estudo.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Energia Solar, Sistema off grid.

ABSTRACT

The present study aims to identify the principle of functioning of one of the forms of energy that most develops in the current scenario, the generation of solar energy, especially the autonomous energy system, popularly known as off grid system. The work is done by analysis on the main concepts on the subject, evaluating the functioning of the components of such, such as the basic transformation occurred in the photovoltaic module, the transformation of current in the frequency inverter, the storage of the load generated in the batteries of the system, as well as the importance of the use of load controllers for such a system. It is also evaluated the influence of this system on sustainability, which currently has become something that demands great attention and that requires the development and improvement of technologies with that used in this study.

Keywords: Sustainability, Solar Energy, Off Grid System.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sociedade, é comum ao ser humano a sede pelo desenvolvimento de tecnologias afim de sanar suas necessidades, que com o passar dos anos e com o desenvolvimento social, tornou-se cada vez mais constante. Em meio a evolução socioeconômica, algumas tecnologias vieram a se destacar por meio de seus impactos, em grande parte de forma positiva, para com a sociedade. Estas tecnologias, até os dias de hoje, vêm sendo utilizadas e aprimoradas sob diversas demandas.

Invenções e inovações cujo princípio base está relacionado a transformação de algum tipo de energia, tanto mecânica, térmica ou alguma de

¹ Graduando do curso de Engenharia Mecânica em UGV-Centro Universitário

² Licenciado em Matemática e Especialista em Educação Matemática pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV).

suas diversas formas, para obtenção de trabalho, têm ganhado força no cenário atual, já que, cada vez mais o esforço braçal tende a ser substituído por inovações tecnológicas. Um grande fator de influência para tais estudos de desenvolvimento, também é o envolvimento da sustentabilidade dentro desta problemática, e isto fica evidenciado no constante desenvolvimento de fontes de energia renováveis, tais como a energia eólica, maremotriz e a energia solar, a qual foi o ponto de partida para o presente estudo.

A utilização da radiação solar como matéria para obtenção de energia renovável, têm seu desenvolvimento baseado em grande parte na utilização de fontes limpas e renováveis, o que tende a reduzir os níveis de impacto ao meio ambiente, já que os níveis de emissão de gás carbônico têm se tornado preocupantes nos últimos tempos (ROSA, 2015).

Os sistemas de obtenção de energia solar podem ser enquadrados de diferentes formas de acordo com a demanda de operação, estes podem variar entre sistemas conectados à rede, cujos dependem de conexão com a rede elétrica para seu funcionamento; sistemas híbridos, que podem funcionar diretamente ligados, ou não a rede, e sistemas autônomos que possuem uma grande aplicabilidade em regiões sem o acesso à energia elétrica pelas unidades de distribuição. Este último, será tratado como tópico principal nas seções seguintes do projeto (KALOGIROU, 2016).

A questão que norteia o presente estudo seria como se dá o funcionamento dos sistemas independentes ou autônomos, bem como sua diferença entre os demais tipos de instalação. Este trabalho tem como objetivo a análise do funcionamento de instalações off grid (desligado da rede), bem como a verificação dos equipamentos inclusos neste sistema, avaliando sua aplicabilidade e seus principais benefícios.

O estudo sobre o funcionamento dos sistemas independentes, será baseado em referências bibliográficas, analisando a contribuição sobre o que os principais estudiosos deste meio propõem, em relação a uma forma de energia que, no cenário atual, vem sendo alavancada pela questão da sustentabilidade, cuja segundo (ROSA, 2015), sofre constantes agravamentos pela grande utilização e queima dos combustíveis fósseis, os quais são responsáveis por uma considerável emissão de gás carbônico ao ambiente. Será avaliada também o nível de eficiência por trás desta forma de instalação, verificando a influência

de tal em questões financeiras, já que o aumento das faturas de energia, é algo que sofre modificações, em geral insatisfatórias, de forma rotineira.

A disposição do trabalho se dá pela distribuição de seções, onde na seção 2, é possível encontrar a fundamentação de estudo, levando em consideração a opinião de alguns autores sobre o assunto abordado; na seção 3 e 4 ocorre a análise do funcionamento do sistema off grid de geração elétrica, e na seção 5 encontram-se as considerações e abordagens finais do estudo. Ao final do trabalho, são apresentadas as fontes de referência do projeto, para possíveis verificações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um sistema fotovoltaico é caracterizado basicamente, pelo conjunto de alguns equipamentos elétricos e eletrônicos, cujos quando em operação, possuem a capacidade de captar os níveis de radiação solar, transformando-a em energia elétrica consumível. Um dos principais componentes desse sistema, seria a placa fotovoltaica, esta é a grande responsável pela transformação citada acima (LAMIGUEIRO, 2013).

A placa ou módulo fotovoltaico, é um sistema composto por pequenas células constituídas, em maior parte, por silício semicondutor, e estas por sua vez, quando expostas a níveis de radiação solares, geram eletricidade sem agressões ao meio ambiente. Por serem sistemas isentos de partes móveis ou mecânicas, os módulos solares possuem uma vida útil longa e, baixa necessidade de manutenções (KALOGIROU, 2016).

Os sistemas mais comuns de instalação dos módulos para a geração de energia, são aqueles ligados diretamente a rede, popularmente conhecidos como on grid. Nesta forma de instalação, a energia gerada pelos módulos, pode ser aproveitada de forma simultânea, como também, ser revendida para empresas de distribuição de eletricidade, o que por sua vez, causa reduções na fatura elétrica mensal. Outra forma comum de instalação, é o sistema off grid, cujo basicamente têm seu funcionamento baseado no armazenamento da carga elétrica produzida, para utilização posterior, ou seja, trata-se basicamente de um sistema autônomo (KALOGIROU, 2016).

A placa fotovoltaica é um componente de grande relevância quando o assunto é a transformação de níveis de radiação em energia elétrica, esta pode

ter uma vida útil, com os devidos cuidados de manutenção e conservação, de até 25 anos ou, em alguns casos, algo superior a isso. Esta questão junto a ideia de fácil implementação, já que estas podem ser instaladas sobre o próprio solo junto a estruturas projetadas de acordo com a demanda de projeto, como também em coberturas de edifícios entre outros, trazem à tona a visão do quão benéfico estes sistemas podem ser, levando em conta tanto a questão sustentável, quanto financeira (KALOGIROU, 2016).

Os módulos de transformação não funcionam de forma independente, eles necessitam de alguns equipamentos que auxiliam no processo de transformação, utilização e armazenamento da energia elétrica consumível. Grande parte destes componentes são utilizados tanto em sistemas autônomos (off grid), sistemas conectados na rede (on grid) e sistemas híbridos (KALOGIROU, 2016).

Inversores de frequência são equipamentos elétricos/ eletrônicos, que possuem a capacidade de controlar tensões elétricas possibilitando um controle da mesma, seja esse controle realizado pela frequência da onda elétrica, ou pela transformação de tensões em corrente alternada ou contínua (MORAES e LAGE, 2021). As saídas de energia podem ser monofásicas, ou seja, tensões de 127V ou 220V, ou trifásicas, com valores de tensões de 220V trifásico ou 380V. Uma de suas principais características, além da transformação de corrente contínua em alternada, é que estes convertem a potência de entrada em potência de saída, com níveis satisfatórios de eficiência (KALOGIROU, 2016).

Os controladores de carga possuem a função de controlar a tensão enviada pelos módulos fotovoltaicos, com o intuito de evitar que as baterias conectadas ao sistema, não sofram uma sobrecarga de tensão. Estes equipamentos são indispensáveis para instalações de sistemas off grid, já que garantem o bom funcionamento das baterias. Sua ideia inicial de utilização é o controle de tensão das placas, porém em algumas formas de instalação, tais controladores podem exercer uma função de otimização de operação dos módulos fotovoltaicos, em níveis de tensão que independem da tensão de funcionamento da bateria (KALOGIROU, 2016).

Em geral, os componentes de controle de carga, possuem duas formas de funcionamento de acordo com a situação de demanda sendo a primeira uma condição normal de operação, onde a tensão nas baterias varia entre valores

mínimos e máximos admissíveis; e a segunda forma seria sua condição de sobrecarga, onde a tensão na bateria opera em valores próximos ou iguais a linha crítica (KALOGIROU, 2016).

3 MÉTODOLOGIA

Do ponto de vista da natureza, o trabalho é baseado em uma pesquisa básica, já do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa é classificada em qualitativa, uma vez que os dados foram coletados através de referências bibliográficas.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é classificada em uma pesquisa explicativa e por fim, no quesito procedimentos técnicos se trata de uma pesquisa bibliográfica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O ponto de partida para a instalação do sistema de conversão de energia, seria o dimensionamento dele, o qual leva em consideração alguns fatores como, o valor da fatura mensal, quando se trata de um sistema conectado a rede elétrica, ou a demanda de energia estabelecida pelo solicitante, quando o sistema a ser instalado, é aquele independente da rede de distribuição. Outros pontos causam grande influência na geração de eletricidade a partir da radiação solar, e demandam de uma atenção especial, quando o assunto é o dimensionamento correto do sistema, como por exemplo, fatores de incidência solar, localização e configuração (CRESESB, 2014).

4.1 FATOR RADIAÇÃO

Avaliar o recurso solar para o dimensionamento, é um importante passo para obter um sistema que atenda de forma ideal, a demanda do solicitante. Em relação a porcentagem de produção energia diária de um módulo fotovoltaico, dois fatores possuem maior influência, que seriam a temperatura nos módulos, e o índice de radiação nas placas. Quanto menor o índice de irradiância solar, menor será o nível de produção de energia diária, já que a incidência de radiação, possui uma influência maior, em termos de produção, em relação a temperatura, pois esta varia em intervalos de tempo menores, já a temperatura,

muitas vezes é amortecida pela própria capacidade térmicas dos módulos utilizados no sistema. (CRESESB, 2014).

4.2 LOCALIZAÇÃO

Mesmo em lugares em que os níveis solares são satisfatórios, é importante verificar possíveis empecilhos que podem afetar a qualidade da produção de eletricidade, como por exemplo, pontos de sombreamento sobre o módulo fotovoltaico, superfícies reflexivas e até mesmo construções em torno do ponto de instalação do sistema. Dessa forma é sempre viável avaliar o local de instalação, para que o projeto atenda de forma satisfatória, a demanda do solicitante, produzindo energia de qualidade e sem riscos (CRESESB, 2014).

4.3 DEMANDA DE CONSUMO

Outro fator de grande influência para o dimensionamento, é demanda de consumo do solicitante, ou seja, quanto de energia, em W(watts), o solicitante necessita para suprir seu consumo mensal. Este fator é determinante para avaliar quantos módulos serão necessários para a produção desta demanda, logo, é um ponto de atenção para o dimensionamento.

Basicamente, o cálculo da demanda refere-se à quantidade de energia consumida, pelos equipamentos a serem supridos pelo sistema fotovoltaico, em um determinado período de tempo. Esta estimativa é calculada considerando a potência elétrica dos equipamentos, junto ao tempo de utilização diário, dessa forma é possível estabelecer um consumo médio semanal, por exemplo, para assim estabelecer a quantidade de placas necessárias para o sistema (CRESESB, 2014). O cálculo base desta demanda pode ser feito seguindo a tabela abaixo.

Tabela 1 – Exemplo de cálculo de consumo elétrico diário a partir de média mensal

<i>Carga</i>	<i>Potência (W)</i>	<i>Horas/Dia</i>	<i>Dias/Semana</i>	<i>Consumo (Wh)</i>
<i>Equipamento 1</i>	15	3	4	25.71
<i>Equipamento 2</i>	60	2	2	34.29
<i>Equipamento 3</i>	100	1,5	7	150.00
<i>Total</i>	175			210.00

Fonte: Adaptado CRESESB, 2014.

Com o valor do consumo em mãos é possível realizar a instalação, atendendo ambos os critérios apresentados anteriormente, e o equipamento pode iniciar sua escala de produção, enviando energia elétrica consumível, de acordo com a demanda solicitada. (CRESESB, 2014).

4.4 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA INDEPENDENTE

Com o equipamento devidamente instalado, seguindo as recomendações necessárias, este já está apto para iniciar seu princípio de transformação de eletricidade. As células de silício cristalizado, são alocadas em uma estrutura para receber a radiação solar. Estas células, produzem em média de 0,46 a 0,56 volts de tensão, e para atender uma potência comercial, os módulos são conectados em série, ou seja, os terminais da parte frontal de uma célula, são ligados a parte traseira da próxima célula. Este tipo de conexão garante que sistemas com um número próximo a 36 ou 40 placas, produzam um valor de aproximadamente 12 volts de tensão (BLUESOL, 2016). A montagem das placas pode ser identificada na figura 1 abaixo.

Figura 1 – Montagem de um sistema fotovoltaico



Fonte: BLUESOL, 2016

4.5 MÓDULOS FOTOVOLTAICOS

O princípio básico de transformação da radiação desses módulos seria a forma de organização das células cristalinas dos átomos de silício, o qual em sua forma natural, possui quatro elétrons de valência, podendo de ligar a outros

4 elétrons para atingir uma forma estável. Caso a estrutura cristalina deste material for modificada, ou seja, adicionando outras substâncias com cargas de valência diferentes do silício, a diferença de potencial pode gerar um campo elétrico na área de junção das células de ambos os componentes, e, esse campo elétrico quando exposto a radiação solar, cria uma faixa de corrente elétrica, que pode ser consumida e utilizada, desde que seja extraída de forma correta. (BLUESOL, 2016).

A corrente elétrica extraída dos módulos é do tipo CC, ou seja, corrente contínua, e esta pode ser diretamente consumida, porém, muitos equipamentos atuais, utilizam a corrente CA, (corrente alternada), para exercer seu funcionamento. Estes equipamentos seriam basicamente os eletrodomésticos utilizados em moradias, por exemplo. Nos casos dos equipamentos em corrente alternada, é necessária a utilização de um equipamento conversor de energia, cujo tem como finalidade transformar a corrente CC em CA, possibilitando seu consumo, este equipamento é o inversor de frequência. (BLUESOL, 2016).

4.6 INVERSOR CA

Como citado anteriormente, o inversor de frequência é um equipamento de grande importância para o bom funcionamento de um sistema fotovoltaico. Sua função seria basicamente a transformação da corrente contínua em alternada, para a utilização de acordo com a demanda necessária. A transformação ocorre pela alteração na frequência das ondas elétricas dentro do inversor, com esta alteração, a corrente de entrada CC, se transforma em corrente CA, e esta pode ser obtida na saída do inversor. Nos sistemas off, após a saída do inversor, esta carga elétrica é enviada diretamente para as baterias do sistema. É comum em alguns sistemas híbridos, a utilização do inversor para controle de carga como apresentado na figura 2, para que uma possível excedência de corrente elétrica, não prejudique os equipamentos da instalação. (BLUESOL, 2016).

Figura 2 – Inversores de frequência



Fonte: BLUESOL, 2016.

4.7 BATERIAS

Após a transformação realizada pelo inversor a energia gerada é enviada para armazenamento em baterias, estas devem ser específicas para sistemas fotovoltaicos. Os tipos mais comuns das baterias, são chumbo ácido e níquel-cádmio. As baterias de níquel-cádmio, conseguem suportar descargas de energia elevadas, porém em relação a isso, seu custo de aquisição é alto, dessa forma, a configuração chumbo-ácido, é a mais utilizada para sistemas off grid.

Para uma determinada instalação, a quantidade de baterias a ser utilizada, depende da quantidade de carga existente na saída do inversor. Cada bateria chumbo-ácido possui células individuais que possuem uma tensão nominal de 2V, cada célula da bateria é ligada em série, atingindo o valor de 12V ou 24V, (6 ou 12 células), dependendo da demanda. Assim como na instalação dos módulos, pode haver uma associação de baterias no sistema, conhecida como banco de baterias, o que possibilita uma armazenagem de energia maior o que pode garantir a utilização da energia gerada, para grandes equipamentos ou sistemas. (BLUESOL, 2016). Abaixo na figura 3, uma representação de um banco de baterias.

Figura 3 – Esquema de banco de baterias

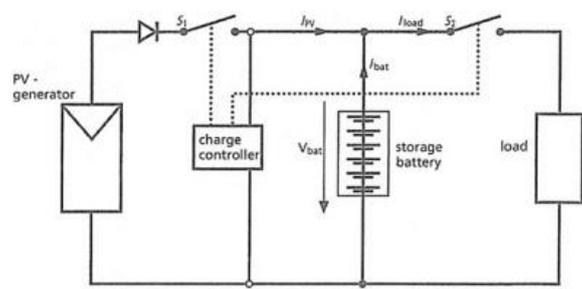


Fonte: BLUESOL, 2016.

Nos sistemas off grid, também é comum e necessário, para questões de segurança, a utilização de controladores de carga, nas entradas das baterias, já que, em alguns casos, é possível ocorrer alterações de tensão nos módulos, o que pode gerar uma descarga de energia maior do que a suportada pela bateria. Com uma descarga maior que a tensão suportada, as baterias podem entrar em colapso prejudicando todo o sistema, por isso a necessidade da utilização deste controlador

Os controladores além de proteger as baterias de cargas de até 80% maiores que a suportada, garantem também uma maior eficiência para o sistema fotovoltaico. Seu princípio de funcionamento seria semelhante a um disjuntor, já que quando as baterias chegam a sua carga máxima, o controlador abre a conexão das placas através de um relé, fazendo com que cargas excedentes não cheguem até o banco de baterias. Quando a energia armazenada é utilizada, o controlador fecha a conexão e as baterias recebem a carga dos módulos novamente. (BLUESOL, 2016). Abaixo na figura 4, uma representação de um controlador de carga.

Figura 4 – Esquema de um sistema com controlador de carga



Fonte: BLUESOL, 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A energia solar fotovoltaica, é algo que a cada dia, se torna mais comum tanto em indústrias, moradias e pequenas propriedades, já que garante a utilização de energia limpa originada pela radiação solar, para o próprio consumo, reduzindo uma grande porcentagem de custo que seria gasto com o pagamento de faturas mensais, por exemplo.

A partir do estudo foi possível perceber que esta forma de transformação de energia tende a se desenvolver muito com o passar dos anos, pois é algo que traz melhorias tanto econômicas quanto ambientais. Um exemplo de sua grande influência para o futuro, seria o desenvolvimento de veículos movidos a energia solar, cujos estão sendo estudados em larga escala no cenário atual.

Em relação ao sistema off grid, sua contribuição para pequenas moradias, é algo que pode ser estudado e desenvolvido, já que sua instalação é simples e a manutenção é baixa, logo para locais onde o acesso de energia elétrica pela distribuidora é impossibilitado, sua utilização pode ser instaurada, garantindo acesso básico a energia para locais menos favorecidos, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- BLUESOL. **Os sistemas de energia solar fovoltaica**. São Paulo: [s.n.], 2016.
- CRESESB. **Manual de Engenharia Para Sistemas Fotovoltaicos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.
- KALOGIROU, S. A. **Engenharia de energia solar; Processos e sistemas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2016.
- LAMIGUEIRO, O. P. **ENERGÍA SOLAR FOTOVOLTAICA**. Universidad Polotécnica de Madrid. Madrid, p. 174. 2013.
- MENEGUETTE, Á. **Energia Solar Fotovoltaica; Geração de energia renovável no campo**. Sistema FAEP/SENAR-PR. [S.l.], p. 16. 2021.
- MORAES, J. F.; LAGE, E. G. S. Estudo, coleta de dados e informações específicas de um inversor off-grid fotovoltaico. **Engineering Sciences** , 10 março 2021. 10.
- ROSA, A. V. D. **Processos De Energias Renováveis**. 3ª. ed. Rio de Jneiro : Elsevier, 2015.

FINLÂNDIA - MODELO DE EDUCAÇÃO MUNDIAL

Perotti, Fernando Luiz¹

RESUMO

A educação no Brasil vem sofrendo grandes transformações nos últimos anos, das quais podemos citar a criação do novo ensino médio, a inclusão de aparelhos eletrônicos como tablets para alunos e notebooks para os professores, internet nas escolas, dentre outras melhorias. Novos cursos de capacitação de professores, programas de educação continuada, imersão no mundo digital já fazem parte da rotina dos professores. Todas essas novas tendências vem inundando as escolas brasileiras, mas a pobreza, a fome e a evasão escolar são realidades que ainda assombram o futuro dos estudantes. Escolas marcadas pela violência, drogas e desrespeito são de conhecimento de toda a sociedade. O Brasil já iniciou essa grande mudança nos níveis escolares, para assim melhorar a sua colocação no PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos), instigando ao uso consciente das tecnologias dentro da sala de aula, para despertar a curiosidade da criança, mantendo-a focada no tema, sem deixarmos de lado o método tradicional, traçando uma possível relação de ensino entre o antigo e o atual, adaptando as tecnologias aos tópicos de ensino das escolas para preparar os estudantes para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas, professores, futuro da educação, conceitos.

ABSTRACT

Education in Brazil has undergone major transformations in recent years, which we can mention the creation of the new high school, the inclusion of electronic devices such as tablets for students and notebooks for teachers, internet in schools, among other improvements. New teacher training courses, continuing education programs, immersion in the digital world are already part of the teachers' routine. All these new trends have flooded Brazilian schools, but the reality of poverty, hunger and school dropout that still haunt the future of students. Schools marked by violence, drugs and disrespect are known to society as a whole. Brazil has already started this great change in school levels, in order to improve its placement in PISA (International Student Evaluation Program), instigating the conscious use of technologies within the classroom, to arouse the curiosity of the child, keeping it focused on the theme without leaving aside the traditional method, tracing a possible teaching relationship between the old and the current, adapting the technologies to the teaching topics of schools to prepare students for the future.

KEYWORDS: Schools, teachers, future of education, concepts.

1. INTRODUÇÃO

A educação sempre trouxe consigo grandes desafios para todos os envolvidos ao longo dos tempos. Com a globalização, houve a necessidade da criação de um método avaliativo, que pudesse comparar o nível de conhecimento adquirido de cada estudante de uma determinada faixa etária. Com isso, foi criado o PISA (Programme for International Student Assessment) ou Programa para Avaliação Internacional de Estudantes, onde é avaliado os domínios da leitura, matemática e ciências. De olho em uma boa colocação no programa, várias instituições de ensino no mundo todo vêm aplicando novos

¹ Graduado em Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – Paraná, especialista em educação Matemática pelo Centro Universitário de Maringá, graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Maringá, Professor Universitário Centro Universitário Vale do Iguaçu.

métodos de ensino, onde possam adequar o tradicional ao moderno, ensinar de maneira revolucionária para despertar a curiosidade pelo conhecimento dentro das escolas, utilizando as novas ferramentas de ensino disponibilizadas.

Voltamos nosso olhar para países com boa colocação no PISA para sabermos como é aplicada a educação. Referenciamos a Finlândia, um país que vem obtendo destaque nas avaliações do PISA, como uma das melhores educações do mundo.

Este país que recentemente virou notícia por estar localizado geograficamente muito próximo a uma área de conflito, é destaque na educação de sua população, e aqui visamos demonstrar como é aplicada a educação, revelando conceitos e práticas utilizadas, respeitando suas origens e áreas demográficas.

Para o artigo, foi subdividido o tema abordado num primeiro capítulo com um breve resumo sobre o país, num segundo capítulo onde tratam sobre as escolas, seus métodos de ensino e suas curiosidades, num terceiro capítulo onde tratam sobre os professores, o respeito da sociedade e a concorrência, num quarto capítulo o futuro, o que as pessoas esperam da educação no novo milênio e quais as mudanças a serem adotadas, e num quinto e último capítulo os conceitos educacionais empregados naquele país.

A educação é o tema base para o desenvolvimento de uma nação, os investimentos e o respeito que ela merece são de suma importância. Olharmos o que está sendo tratado no mundo e aplicarmos à nossa realidade, sempre com muita responsabilidade, é um dever social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O PAÍS

Em pesquisas sobre os modelos de educação pelo mundo, encontramos a Finlândia, que é um pequeno país localizado ao norte da Europa com pouco mais de cinco milhões de habitantes e com uma área territorial de 338 mil quilômetros quadrados. Para melhor dimensionar, a área territorial da Finlândia é um pouco menor que o estado do Mato Grosso do Sul. O país já é tetracampeão como a melhor educação do mundo, ocupando as mais altas posições nos rankings do PISA. Mas, e o que faz da Finlândia um país tão especial no quesito educação? Um documento do próprio ministério da

educação Finlandês, explica que o sucesso é em função de uma conjugação de fatores. Diz que a primeira razão, é que a sociedade finlandesa valoriza a educação e tem uma atitude muito favorável à área. Aproximadamente 75% dos adultos entre 25 e 64 anos têm diploma de ensino superior. Na Finlândia o ensino é obrigatório dos 7 aos 16 anos, e tem o maior número de livros infantis per capita do mundo com muita atividade de leitura. Após a educação básica, que conclui-se aos 16 anos em média. a continuidade dos estudos passa a ser facultativo. E, apesar de ser facultativo, apenas 1% dos estudantes não continuam seus estudos. A educação secundária é dividida em sistema vocacional e acadêmico (Revista Educação, 08/2011). O índice de conclusão dos estudantes é de 99%.

2.2 AS ESCOLAS

O ensino na Finlândia é gratuito desde o ensino fundamental até o doutorado e inclui material escolar para o ensino fundamental, uma refeição diária, assistência à saúde e serviços odontológicos além do transporte ser gratuito. Sendo assim, o país garante a igualdade de oportunidades de aprendizagem independentemente da classe social, do local da moradia, do idioma, da religião ou do gênero. As aulas começam às 8 horas e terminam às 14 horas. Muitos alunos vão à pé para a escola, e os que moram longe utilizam o transporte público. Cada turma é composta em média por vinte alunos e engloba os diferentes níveis sociais e culturais. Além das salas de aula, as escolas possuem salas para artes manuais, salas de aprendizado de música, aulas de teatro, laboratórios de ciências, além de jardins e espaços para leitura, com mesas para jogos e conversas. As aulas tem duração de 90 minutos cada, com intervalos de 15 minutos entre as aulas. Vale ressaltar que nas aulas os alunos andam pela sala, coletam informações, pedem ajuda ao professor, cooperam com os colegas e até ocasionalmente descansam em sofás. A sala de aula é ativa e é supervisionada pelo professor, que tem autoridade, mas não usa métodos autoritários. Também funciona o conceito da sala de aula sem paredes, um local onde o corredor e as salas de aulas são integrados, favorecendo o aprendizado multidisciplinar.

Na Finlândia não se aplicam as tradicionais provas. Os professores estão mais preocupados com o aprendizado individual de cada aluno. Acredita-se que

cada aluno se desenvolve em tempos diferentes e, portanto, existe diversas outras formas de avaliação para quantificar o aprendizado. E o aprendizado entretanto, não se limita somente à sala de aula. O conceito aprender é aplicado por meio de tarefas para ensinar responsabilidades, como o cuidado com o meio ambiente, da coleta seletiva de materiais, o cuidado com os animais, auxílio na biblioteca, na cozinha, dentre outras atividades. Essas tarefas não são orientadas pelo professor, mas pelos adultos da escola, como as zeladoras, cozinheiras, secretários e atendentes.

O currículo enfatiza as competências transversais de instrução, que são coisas como aprender a aprender, competência cultural, interação e auto expressão. Eles se concentram em cuidar de si mesmo e gerenciar a vida cotidiana, mas também abrangem a competência com tecnologia e a vida profissional. Há também uma ênfase na construção de habilidades ativas que os alunos vão precisar para o resto de suas vidas, como empreendedorismo, participação, envolvimento e criação de um futuro sustentável. Em uma sociedade em constante mudança, exigem-se cada vez mais habilidades e competências transversais, e isso fica a cargo dos professores em promovê-las.

Os municípios juntamente com as escolas têm autonomia para elaborar o material didático mais adequado para as suas realidades. Os professores têm somente a base dos conteúdos que deverão ser aplicados, mas podem fazê-los como quiserem, utilizando métodos e meios diferenciados de aplicação. Podem escolher o material que mais agrada e aplica-los de maneira diferenciada, não estando eles seguindo rotinas. Podem ocorrer maneiras diferentes de ensinar entre as escolas da Finlândia, opções diferentes de uso da tecnologia. Para eles o importante é sobre o que os alunos devem aprender definindo as capacidades e habilidades que o aluno deve ter quando terminar seus estudos. Mesmo com essa autonomia, a disparidade de ensino entre as escolas Finlandesas é a menor de todos os países participantes do PISA.

2.3 OS PROFESSORES

Ser professor na Finlândia é o sonho de muitos estudantes locais. Lá a profissão é vista com muito respeito. Profissionalismo e responsabilidade envolvem essa profissão. Os professores são qualificados. Todos tem mestrado. Para conseguir uma vaga nas universidades que formam professores,

candidatos chegam a enfrentarem concorrências de até 8 candidatos por vaga, um número bastante expressivo no país. As universidades pedagógicas tem duração de quatro anos, e é necessário mais um ano para obter o mestrado. Como é uma profissão muito desejada, somente os melhores conseguem um emprego nas escolas.

O fato de o professor ter autonomia para trabalhar em sala de aula colabora com a visão social tão positiva. Existe um cronograma básico que traça as linhas gerais do que deve ser ensinado, mas cabe ao professor escolher os métodos, livros, tipo de didática e uso da tecnologia. Há uma relação direta entre aluno e professor, muito diálogo onde o professor é o mediador dos projetos a serem desenvolvidos em sala.

Outro fator positivo é a aprendizagem continuada dos professores. Para os menos experientes existe outro professor ouvinte, auxiliando nas atividades.

3. O FUTURO

3.1 A Tecnologia A Serviço Da Educação

Escolas finlandesas também estão adaptando seu espaço fisicamente em busca de maior flexibilidade. Em lugar da sala de aula tradicional, estão adotando o modelo aberto, ou "open plan", sem paredes ou divisões definidas entre corredores e salas de aula e com um mobiliário formado por itens como pufes e sofás, em vez das tradicionais carteiras. Além disso, a Agência Nacional de Educação da Finlândia está sempre buscando novas ferramentas que apoiem o ensino da melhor maneira possível. A agência identificou a realidade aumentada como uma poderosa tecnologia emergente e ajudou a desenvolver um programa de impressão em realidade aumentada e 3D especificamente criado para apoiar o novo currículo e desenvolver uma cultura escolar positiva.

3.2 O NOVO E O TRADICIONAL

Para os finlandeses, a educação faz parte de uma cultura, sendo o resultado de um longo trabalho, porém simples, e sendo assim, evitam dar lições ou conselhos a outras nações. "Temos muitas diferenças em relação ao Brasil, que é enorme, somos um país pequeno de 5,5 milhões de habitantes. Na Finlândia não temos a figura do Estado, a relação fica entre governo, município

e escola. O sistema é muito diferente. A Finlândia não quer dar conselhos, nós relutamos muito em relação a isso", afirmam.

Existem muitas diferenças entre os países, dentre dimensões, níveis culturais, sociais e evolutivos, que inviabilizam uma cópia do que é aplicado na Finlândia. A cultura em torno das escolas ao longo dos tempos foi se deteriorando no Brasil. Leis foram criadas para proteger os alunos, mas esqueceu-se das suas obrigações. O Ministério da Educação deveria ter mais destaque no Brasil, já que a educação é a base de tudo.

Os finlandeses traçam dez conceitos de como fazer educação pública. Claro que isso demorou muitos anos para chegar a esse nível, cerca de 40 anos.

Conceito 1: A educação tem que ser igual e gratuita para todos. Na Finlândia apenas 2% das escolas são particulares, e mesmo assim recebem subsídios dos governos, ou seja, mesmo sendo uma escola particular, não há a cobrança de mensalidades e o padrão de ensino é igual para todas as escolas. É o princípio de igualdade que equaliza oportunidades.

Conceito 2: Mantenha as coisas simples. Educação focada nos níveis locais. Na Finlândia os municípios tem a liberdade de escolher os materiais que serão aplicados na educação. Utilizando desse princípio, a educação é voltada para a realidade daquela comunidade. Após muito treino, o professor tem a liberdade de decidir como aplicar o conteúdo, visando o melhor aprendizado de cada criança.

Conceito 3: Valorização do professor. Apesar do salário do professor finlandês ser mediano, a profissão é uma das mais populares. Ele precisa ser graduado e ter mestrado, passa ainda por treinamento específico e tem plano de carreira. Com tudo isso fica claro que é o professor quem tem a palavra final dentro da sala de aula. A profissão de professor é muito respeitada entre os finlandeses, fazendo dessa carreira uma das mais concorridas no mercado de trabalho. Após tantos anos de estudos e treinamentos, os professores tem a confiança dos pais e do governo para atuar, levando mais inspiração e inovação para os conteúdos trabalhados.

Conceito 4: A quantidade de dinheiro não importa. Os níveis de investimentos são consideravelmente baixos, cerca de 8% do PIB. Para os finlandeses não é o quanto dinheiro se aplica, mas como se aplica. O bom uso dos recursos recebidos demonstra o comprometimento de todos na educação.

Conceito 5: A quantidade de horas de estudo não importa. Contrariando educações de outros países desenvolvidos, na Finlândia não existe escolas com período integral e os alunos não tem muita lição de casa. A liberdade somada com a responsabilidade transforma o aprendizado, deixando os educandos mais aplicados e com um melhor rendimento escolar. Para eles, o aprendizado ocorre dentro da sala de aula com bons professores. Também as crianças ingressam na escola apenas aos sete anos de idade.

Conceito 6: Atenção aos alunos que podem apresentar dificuldades. Focar nos alunos com maiores dificuldades, é garantir a permanência desses na escola. Atenção especial para as dificuldades, já que nem todos aprendem no mesmo tempo. Garantir o aprendizado de todos é o sucesso da permanência nas escolas.

Conceito 7: Valorização das diferentes formas de aprendizagem. Na Finlândia os modelos pedagógicos sustentam os diferentes estilos de ensino. O foco não é somente o conteúdo, mas o método aplicado. Os sistemas de aprendizagem cruzados, faz a interação das disciplinas, tornando os conceitos estudados mais práticos, com exemplos do dia a dia.

Conceito 8: Menos tecnologia, mais ensino. Para eles são somente ferramentas, e o conteúdo é que importa. Apesar de ser um país com grandes acessos às tecnologias, as escolas finlandesas preferem os métodos tradicionais de ensino, sendo as ferramentas tecnológicas utilizadas somente como suporte do ensino.

Conceito 9: Nada de testes. Na Finlândia não há provas nacionais para avaliação das escolas, e cada professor é livre para avaliar seus alunos. Sem precisar dispor de tempo para as avaliações, os professores tem mais tempo para novos métodos de aprendizagem e ensino. Os finlandeses não acreditam nos métodos avaliativos tradicionais como as provas nas escolas, por considerar que essas não avaliam corretamente o desempenho dos alunos.

Conceito 10: Valorização das artes. As escolas finlandesas têm aulas de artes e música no currículo básico. Para eles, é mais importante ter alunos criativos e comunicativos. É a educação focada no futuro das gerações.

Se somente observarmos esses dez conceitos finlandeses, podemos até pensar que seria muito fácil aplicar no Brasil, já que poderia diminuir o investimento na educação e os professores e alunos poderiam ser mais livres.

Só que para se atingir esse ápice, devemos olhar para trás e observar que eles demoraram mais de 20 anos para começarem a colher os frutos plantados, as mudanças começaram a ocorrer no início dos anos 70 e os resultados só surgiram nos anos 90. São investimentos de médio prazo, contínuos e bem embasados. Outro diferencial para o Brasil é a extensão territorial e cultural. Seria necessária muita seriedade por parte dos gestores para dar início às mudanças. Devemos lembrar que na Finlândia a educação fica à cargo dos municípios, e que no Brasil temos atualmente 5570 (cinco mil, quinhentos e setenta) municípios e que muitos deles não são autônomos financeiramente.. E tratando-se de evasão, quase metade da população brasileira com 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental, e que apenas 11% da população concluíram o ensino superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a tecnologia faz parte de nossas vidas, os meios de comunicação expandiram-se de modo que todos tenham acesso às informações. O mercado globalizado vem acontecendo, revelando um futuro promissor. No Brasil ainda temos problemas relacionados à evasão escolar, ou quando o estudante é obrigado a deixar seus estudos para buscar trabalho. Cabe à sociedade brasileira a mudança. Participar da vida escolar dos filhos, reconhecer os bons professores e diretores das escolas, zelar pelo patrimônio público e incentivar as crianças ao estudo é um bom começo. Profissionais mais bem preparados e gestores dedicados mudam o futuro. O investimento para o futuro é nas crianças.

REFERÊNCIAS

BBC BRASIL – Paula Adamo Idoeta, 08/2015 – **Oito coisas que aprendi com a educação na Finlândia**, disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150807_finlandia_professores_brasil_eiros_pai

EDUCAÇÃO NA FINLÂNDIA – A melhor do mundo, 10/08/2009, em <http://www.finlandia.org.br/public/deaut.aspx?contentid=168419&>

EXAME.COM, 05/2013 – **10 lições da Finlândia para a educação brasileira**, em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/10-coisas-que-a-finlandia-pode-ensinar-ao-brasil>

PROVIR.ORG – **INOVAÇÕES EM EDUCAÇÃO**, 09/2018 – Princípios que fazem da educação na Finlândia um sucesso, disponível em <https://porvir.org/6-principios-que-fazem-da-educacao-na-finlandia-um-sucesso/>

REVISTA EDUCAÇÃO 08/2011 – **Os segredos da Finlândia**, de <http://www.revistaeducacao.com.br/rextos/151/os-segredos-da-finlandia-234672-1.asp>

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre, em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Finlândia>

GEOMETRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA EXTENSÃO PARA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Cleusa Regiane Stchuk Figueira¹
Emerson do Rocio Figueira Junior²
Sabrina Ferreira de Lima³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo buscar compreender o desenvolvimento histórico do ensino da geometria. Metodologicamente, o estudo adota os moldes da pesquisa teórico bibliográfica de cunho qualitativo. A partir do estudo desenvolvido, foi possível perceber que o ensino da geometria foi diminuindo a ênfase com o tempo, principalmente na questão prática, passando por períodos de abandono em todos os níveis de ensino, incluindo a licenciatura de Matemática. Seu resgate surge com uma nova dinâmica em sala de aula onde as formas de conceber e produzir conhecimentos geométricos aplicada a diversas áreas.

Palavras-Chave: Geometria, Matemática, Formação de Professores.

ABSTRACT

This article aims to understand the historical development of geometry teaching. Methodologically, the study adopts the models of theoretical bibliographic research with a qualitative nature. From the study developed, it was possible to perceive that the teaching of geometry has been decreasing the emphasis over time, mainly in the practical matter, going through periods of abandonment in all levels of education, including the Mathematics degree. Its rescue comes with a new dynamics in the classroom where the ways of conceiving and producing geometric knowledge applied to different areas.

Keywords: Geometry, Mathematics, Teacher Training.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o homem observou o mundo ao seu redor e a geometria surgiu a partir da necessidade de investigar e de estabelecer relações. Durante a história da humanidade, diversos povos deram a sua contribuição para o desenvolvimento da geometria, mas os gregos fizeram importantes descobertas, tanto que o termo geometria é de origem grega e significa medir a terra.

Podemos citar alguns estudiosos que se destacaram como Tales de Mileto, Pitágoras, Platão e entre eles Euclides que organizou e sistematizou de

¹ Professora Graduada em Matemática, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), Pós Graduada em Ensino da Matemática, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela UNIAP. Docente na área de exatas da Uniguaçu nos cursos de Engenharia.

² Professor Graduado em Agronomia do Centro Universitário Vale do Iguaçu, União da Vitória – PR, Pós Graduado em agricultura digital 4.0. Docente do curso de arquitetura da Faculdade Vale do Iguaçu de Canoinhas.

³ Professora Graduada em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Paraná – UNESPAR - de União da Vitória, Pós Graduanda em docência em Educação infantil e anos iniciais.

forma dedutiva em sua importante obra *Os Elementos*, introduzindo rigor e método. A sua obra representa um marco histórico, contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento da Geometria e já foi estudada e aprimorada por diversos matemáticos (KONZEN, 2016).

No decorrer do tempo, a Geometria vivenciou diversas transformações, alterando assim sua reputação. Essas transformações se deram através do desenvolvimento da mesma, resultando mudanças significativas em sua estrutura e conteúdos. A partir do momento em que as civilizações organizaram seus sistemas de ensino, perceberam a necessidade de ensinar a Geometria para seus descendentes, enfatizando a sua importância enquanto ciência.

Segundo Pavanello (1989), no início do século XX a realidade aqui no Brasil era de uma população agrícola que não possuía acesso à escolarização, sendo a mesma restrita às pessoas ligadas aos grandes fazendeiros. Os primeiros indícios do uso de conhecimentos geométricos se deu quando as comunidades passaram a abandonar suas vidas nômades e começaram a viver da terra, isto é, cultivando. Utilizado principalmente no setor da agricultura, começou a fazer-se necessário para as comunidades, resultando assim sua expansão.

2 ENSINO DA GEOMETRIA NO BRASIL

A Geometria iniciou seu desenvolvimento no Brasil, pelas necessidades da guerra, pois os soldados sentiam dificuldade em acertar os alvos por não ter conhecimento da área.

Assim em 1699, é criada a aula especial de fortificações, com objetivo de ensinar a desenhar e a trabalhar no forte. Na década de 1730 o ensino militar tornou-se obrigatório a todo o oficial, há o registro dos primeiros livros brasileiros sobre geometria - Exames de Artilheiros e Exames de Bombeiros. Foi a necessidade de ter noções geométricas que impulsionou estudos matemáticos, incorporados nos currículos oficiais (SENA; DORNELES, 2013, p.139).

De acordo com Sena e Dorneles (2013), os livros Exames de Artilheiros e Exames de Bombeiros foram escritos por José Fernandes Pinto Alpoim, nessa época, não se preocupava com o rigor científico, e sim com a desenvoltura prática dos militares.

Em 1827, no Brasil Império, com a criação do nível primário gratuito, as tentativas de incluir noções geométricas e as quatro operações fundamentais

falharam, “primeiramente por não haver professores primários habilitados e, depois, por não ser um conhecimento escolar solicitado para o ingresso em nenhuma instituição secundária” (VALENTE, 1999, p. 113 apud SENA; DORNELES, 2013, p. 139).

Valente (2007) ainda afirma que a geometria passou a ter maior relevância a partir da criação da escola secundária para candidatos ao ensino superior, sendo pré-requisito para os Cursos Jurídicos, para as Academias Médico/cirúrgicas e nas Escolas Politécnicas, aumentando sua importância.

Segundo o autor Valente (2007, p.118) “em 1837 com o intuito de servir de modelo de escolarização secundária no país, é criado o colégio Dom Pedro II, onde as matemáticas figuram em todas as oito séries do Colégio”. Os conteúdos eram separados por anos e tratavam de Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria e Mecânica. A Geometria estava no 4º e no 5º ano, com duas horas semanais, inicialmente.

O ensino de Geometria no Brasil passou por diversas fases, até 1930, quando foi fundido com a aritmética e álgebra, se transformando na disciplina de matemática, pela Reforma Francisco Campos. Percebemos que a geometria foi diminuindo a ênfase com o tempo, principalmente na questão prática, que foi o motivo para iniciar seu ensino no país.

Andrade (2004) através de sua pesquisa, afirma que muito se tem discutido sobre o ensino de geometria na educação básica. O ensino, até a década de 1960, estava pautado no caráter formal das demonstrações geométricas euclidianas, produzida pelos matemáticos profissionais. Não se questionavam esses critérios quanto ao ensino da matemática escolar. Assim, as argumentações em geometria não encontravam espaços na escola.

O formalismo da matemática acentuou-se ainda mais, nas décadas de 1960 e 1970, durante o Movimento da Matemática Moderna (MMM), a geometria, ficou em segundo plano nos currículos e livros didáticos brasileiros. Isso acabou por gerar o seu abandono pela escola básica, como evidencia em inúmeras pesquisas na área de Educação Matemática.

Segundo o autor Meneses (2007, p.4):

Esse abandono foi percebido principalmente durante os anos de 1960 a 1990, também se refletia nos cursos de graduação de professores e nos cursos de magistério, pois esses cursos não tinham preocupação e nem um currículo voltado ao ensino de Geometria, fato esse que foi responsável pela geração de inúmeros professores, órfãos dessa

formação e conseqüentemente sem a consciência da importância da aprendizagem desse conteúdo.

Nesse sentido Meneses (2007) também afirma que nas décadas de 1960 e 1970, o ensino de Matemática no Brasil, assim como em outros países, foi influenciado por um movimento de renovação que ficou conhecido como Movimento da Matemática Moderna (MMM), que perdurou até a década de 80 e seguia uma linha de matemática pura, próxima da estudada por pesquisadores e estudiosos. O que era proposto estava fora do alcance dos alunos, pois se distanciou das questões práticas, e tornou a matemática sem sentido e a geometria foi deixada de lado, pois o Movimento da Matemática Moderna (MMM) estava focado na Teoria dos Conjuntos e o estudo da Álgebra.

Essas denúncias de abandono acabaram por mobilizar a comunidade de educadores matemáticos a buscar, inicialmente, alternativas para o ensino de geometria com exemplos de atividades e uso de materiais manipuláveis, numa visão bastante empirista.

Meneses (2007), ainda menciona que os professores não entendiam essa perspectiva e acabavam abandonando o ensino de geometria, até porque, muitas vezes os conteúdos da área estavam no final do livro. Esse abandono abrangeu também os cursos de magistério e licenciaturas.

Foi a partir de 1990 que novas tendências surgiram para o Ensino da Matemática. O autor Fiorentini (1995) destacou dentre elas, a denominada *sociointeracionistasemântica*, tendo como suporte teórico os estudos sócio-culturais e os estudos semânticos.

Apenas na década de 90, pós Regime Militar, e com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em 1996, e dos Parâmetros Curricular Nacionais – PCN, em 1998, representam marcos fundamentais para a organização do sistema educacional do País, e para a superação do MMM (Movimento da Matemática Moderna). Só a partir dessa década houve uma mudança de tendência didático-pedagógica em geometria buscando “o modo de produzir conhecimentos geométricos na sala de aula e para a sala de aula” (ANDRADE E NACARATO, 2004, p. 61).

Garnica (2002) ressalta a Educação Matemática, enquanto uma prática social, não se pode valer única e exclusivamente dos critérios formais de validação e verdade postulados pelos matemáticos profissionais. Há que se

repensar o que poderia ser considerado como verdade numa sala de aula de matemática da educação básica.

No entanto, o que se observa nas pesquisas e produções brasileiras uma mudança de tendência didático-pedagógica, quem a geometria vem assumindo um caráter mais exploratório e investigativo (experimentação), buscando subsídios teóricos em outras áreas do conhecimento, como a epistemologia, a história, a arte, a psicologia sociocultural e a linguagem. Surgindo, assim, uma nova dinâmica em sala de aula onde as formas de conceber e produzir conhecimentos geométricos, numa perspectiva de negociação e produção de significados (ANDRADE E NACARATO, 2004).

Ainda nesse sentido os autores afirmam que as tarefas exploratório-investigativas podem ser realizadas a partir de um problema aberto no qual o aluno passa a identificar a problemática e buscar uma estratégia para resolvê-la. Os problemas abertos possibilitam diferentes perguntas, estratégias de resolução e processos de validação mostram-se altamente potencializadoras de processos de argumentações em geometria na sala de aula.

Com relação ao ensino de geometria pautado em uma perspectiva de tarefas exploratório-investigativas, podemos afirmar que estas se vêm mostrando favoráveis para minimizar algumas das “lacunas” existentes em decorrência do pouco ensino de conteúdos geométricos na educação básica.

Segundo Ponte, Brocardo e Oliveira (2003, p. 71), as investigações em geometria também podem

(...) contribuir para concretizar a relação entre as situações da realidade e situações matemáticas, desenvolver capacidades, tais como a visualização espacial e uso de diferentes formas de representação, evidenciar conexões matemáticas e ilustrar aspectos interessantes da história e da evolução da Matemática.

Para isso, Lo e McCrory (2009) sugerem que, na formação, dos futuros professores se contempla estudos e pesquisas voltadas à produção de justificações, sendo estas discutidas focando vários aspectos, tais como os modos de raciocínio e representação utilizados, bem como erros típicos dos alunos. As autoras defendem que os futuros professores devem aprender a justificar e sobre justificação a três níveis: saber justificar, compreender a natureza da justificação e adaptar a justificação ao nível de desenvolvimento dos

alunos, sendo os dois primeiros associados ao conhecimento matemático e o terceiro ao didático.

O futuro professor esteja preparado para desenvolver atividades que possibilite ao estudante da Educação Básica construir seu próprio conhecimento, é fundamental que os cursos de formação sejam organizados, de modo a fornecer subsídios para essa construção. Para isso, os componentes curriculares que abordam a matemática escolar, sob o enfoque mais avançado do Ensino Superior, podem e devem se preocupar com a ressignificação do conhecimento matemático, enriquecendo a formação do licenciando “ao explicitar o conteúdo específico de matemática necessário à prática docente, equilibrando com o conhecimento de cunho pedagógico constante em seu currículo” (SBEM, 2013, p. 18).

Segundo os autores Pavanello e Andrade (2002) o ensino de Geometria na licenciatura “não pode se caracterizar como revisão de matéria, porque, de fato, não é uma questão de ‘ver novamente’, aquilo que já foi ensinado. Pelo contrário, muitos estudantes estarão aprendendo pela primeira vez.”

Além disso, a construção dos postulados da Geometria, fundamental na formação do professor podem ser associadas ao viés exploratório e investigativo, assim, “não pode acontecer desligada de um trabalho de construção de conceitos através de atividades, pois esta construção e a axiomática não são independentes” (PAVANELLO; ANDRADE, 2002, p. 83).

Nesta ótica, os conhecimentos de Geometria abordados na licenciatura, busca potencializar o “desenvolvimento de uma forma de pensar que contribua para a problematização e modelagem do espaço em que vivemos, integrando intuição e rigor num movimento constante entre experimentação e dedução” (BONINI; DRICK; BARRA, 2018, p. 157).

É importante que os futuros professores, ao estudarem conceitos geométricos, conheçam os conteúdos propostos no currículo da Educação Básica, por exemplo, na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e, também, teorias que buscam explicar o processo de desenvolvimento do raciocínio geométrico, relacionando assim conceitos/conteúdos na busca de uma visão ampla e concreta dos processos de ensino e aprendizagem.

O processo de ensino exige constante movimento por parte daqueles que os fazem, não podendo restringir-se somente à concepção tradicional ou ao

formalismo, o que nos leva refletir sobre a formação acadêmica, e a importância de preparar os futuros professores enfrentar os desafios de ensinar e as constantes mudanças do cenário educacional com segurança e criatividade. Ser professor é acreditar na mudança da sociedade através da educação. Sendo assim, é importante inovar, criar e usar as novas tendências educacionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível perceber que a preocupação quanto a retomada do ensino da geometria é crescente entre os profissionais da educação, que buscam novas formas de cativar os alunos para a aprendizagem.

A Geometria vista sobre uma nova perspectiva, uma nova dinâmica de caráter exploratório e investigativo, abrange não só a matemática, mas também as diversas áreas do conhecimento como a epistemologia, a história, a arte, a psicologia sociocultural e a linguagem, numa perspectiva de negociação e produção de significados

REFERENCIAS

ANDRADE, J.A.A.; NACARATO, A.M. **Tendências didático-pedagógicas no ensino de geometria: um olhar sobre os trabalhos apresentados nos ENEMs.** *Educação Matemática em Revista*, Recife, v. 11, n. 17, p. 61-70, dez. 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **Matemática, terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** Brasília: MEC / SEF, 1998.

BONINI, A.; DRUCK, I. F.; BARRA, E. D. O. **Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica: subsídios ao currículo nacional.** Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55911> > Acesso em jul. 2019.

FIORENTINI, D. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil.** In *Zetetiké*. CEMPEM/F.E. UNICAMP, Ano 3 - número 4, 1995, p. 1-37, novembro de 1995.

GARNICA, A.V.M. **As demonstrações em educação matemática: um ensaio.** *Bolema*, Rio Claro, v. 15, n. 18, p. 91-99, 2002.

KONZEN, S. **Do Brasil Colônia à contemporaneidade: a configuração da geometria como campo de ensino no Brasil.** 2016. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Licenciatura em Matemática) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2016. Disponível em: <http://konrad.unochapeco.edu.br:8080/pergamum/web/vinculos/0000ea/0000eaae.pdf>. Acesso em 26 out. 2020.

LO, J.; MCCRORY, R. **Proof and proving in mathematics for prospective elementary teachers.** In: LIN, F.L. et al. (Eds.). **ICMI Study 19: Proof and proving in mathematics education.** Taipei, Taiwan: Department of Mathematics, National Taiwan Normal University, 2009. v. 2, p. 41-46.

MENESES, R. S. **Uma história da geometria escolar no Brasil: de disciplina a conteúdo de ensino.** 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

NACARATO, A.M. et al. **Compartilhando saberes: professores e futuros professores em um grupo de trabalho colaborativo.** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 5., 2005, Porto.]

PAVANELLO, R. M. **O abandono do ensino da geometria: uma visão histórica.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

PAVANELLO, R. M.; ANDRADE, R. Nozaki G. **Formar professores para ensinar Geometria: um desafio para as licenciaturas em matemática.** *Educação Matemática em Revista*. São Paulo, a. 9, n. 11, edição especial, 2002.

PONTE, J.P.; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. ***Investigações matemáticas na sala de aula.*** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 151p.

SENA, R. M.; DORNELES, B. V. **Ensino de geometria: rumos da pesquisa (1991-2011).** Revista Revemat, Florianópolis, v. 08, n. 1, p. 138-155, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA-SBEM. **A formação do professor de matemática no curso de licenciatura: reflexões produzidas pela comissão paritária SBEM/SBM.** Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Boletim SBEM, n. 21, fevereiro, p. 1-42, 2013.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930.** 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

O REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ: PERCURSO E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Lorena Pantaleão¹

Renato Toledo Silva AmatuZZi²

Rosângela de Castro Garcia³

Vanessa Roberta Massambani Ruthes⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise do processo de construção do Referencial Curricular para o Ensino Médio no Paraná considerando as legislações até sua homologação e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, desde o movimento pró Base, até a última versão; Trata também dos documentos legais norteadores para a elaboração do Referencial Curricular, numa perspectiva federal, por meio da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases até os documentos orientadores estaduais do Paraná, apresentando um percurso cronológico e legal da construção do Referencial Curricular para o Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular; Referencial Curricular; Currículo.

ABSTRACT

The objective of this article is to present an analysis of the construction process of the Curricular Reference for Secondary Education in Paraná, considering the legislation until its homologation and the National Common Curricular Base - BNCC since the pro Base movement, until the last version, in which they became effective society's debates; this article also deals with the guiding legal documents for the elaboration of the Curricular Reference and the curricula of the teaching networks, from a federal perspective, through the Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases to the state guiding documents of Paraná, presenting a chronological course and legal aspects of the construction of the Curriculum Framework for Secondary Education

KEY WORDS: National Curriculum Base; Curriculum Reference; Curriculum. National Curriculum Base.

1. INTRODUÇÃO

A homologação da Base Nacional Comum Curricular é um marco para a educação brasileira, pois é a primeira vez que se tem um acordo quanto às aprendizagens essenciais que deverão estar presentes na educação escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Assessora pedagógica na Coordenação do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED-PR). E-mail: lorena.pantaleão@escola.pr.gov.br.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Técnico pedagógico de História na Coordenação do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED-PR). E-mail: renato.amatuZZi@escola.pr.gov.br.

³ Mestra em Ciências da Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Técnica pedagógica de Língua Portuguesa na Coordenação do Ensino Médio da Secretaria da Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED-PR). E-mail: garcia.rosangela@escola.pr.gov.br.

⁴ Doutora em Teologia, Coordenadora do Ensino Médio da SEED/PR, e-mail: vanessa.ruthes@escola.pr.gov.br

A Lei 13. 415 de 2018 oferece uma nova proposta, e a partir dela, discussões concernentes e preliminares à uma mudança na educação, indicando conteúdos básicos a serem ensinados, dando origem em 2014, não apenas à construção da Base, mas aos subsídios para uma proposta inovadora na educação do Estado do Paraná.

O objetivo deste estudo é apresentar o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná e seu percurso legal, porém faz-se necessário trazer primeiramente o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular e os primeiros passos para a discussão do documento, uma vez que a proposta de construção do Referencial Curricular é inerente à homologação da BNCC.

Nesse sentido, aqui também será apresentado um diferencial a respeito do que é Referencial Curricular estadual, Currículo e a BNCC, descrevendo de que maneira os três são interdependentes e essenciais no que tange às aprendizagens fundamentais dos estudantes, o agrupamento de saberes e a formação integral.

2. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O PONTO DE PARTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

Em 20 de dezembro de 2017 o Conselho Nacional de Educação homologou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Lei 13.415 de 2018, oferecendo à nação uma proposta de base. Esse processo, já era preconizado na Constituição Federal de 1988, no Artigo 210 que diz: “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, após a alteração do Artigo 26, pela Lei 12.796, de 2013 atesta que:

“(…) os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do **ensino médio devem ter base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 2013, grifo nosso).

A partir da redação preliminar da Base Nacional, em 2014, o processo de elaboração e escrita desse documento esteve cercado por disputas políticas que

envolveram quatro principais grupos, categorizados por Apple (2018) em: os neoliberais, os conservadores, os populistas autoritários e um composto de uma fração de particulares, comuns da classe média favoráveis às reformas na educação.

Nesse último grupo, de particulares, estavam técnicos, políticos, intelectuais, professores, entre outros que não se encaixavam nas características dos primeiros, pois eram ligados às parcerias com instituições, mas com afinidades entre si. Nesta última definição, encontra-se o grupo que constituiu o originalmente chamado Movimento pela Base, que tinha o objetivo de facilitar a construção de uma Base que representasse mais qualidade de ensino (ROSA E FERREIRA, 2018, p.121).

A partir de 2010, diferentes setores da sociedade foram convidados a contribuir para a construção de um documento propositivo a essa necessidade, sendo que tais contribuições foram efetivas e neste contexto, o movimento formado por instituições e pessoas apoiadoras da Base, constituiu-se como uma rede política no percurso da construção do documento.

A formulação da proposta da BNCC iniciou-se com o movimento pró-Base, cujo principal objetivo era discutir e decidir os direitos de aprendizagem essenciais dos estudantes brasileiros, buscando fortalecer e divulgar os princípios de organização curricular. Esses princípios se efetivaram com a publicação da Portaria nº 1.140/2013 do Ministério da Educação-MEC, na qual se instituiu o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, um programa que apresentava ações e estratégias articuladas entre as várias esferas governamentais para estimular a formulação e implantação de políticas públicas de elevação do padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro. (BRASIL, 2013).

Em 2014, o governo federal lançou o Plano Nacional da Educação (2014-2024), que na Meta 7, estratégia 7.1, atribuía ao Ministério da Educação, articulado com os Estados e o Distrito Federal e Municípios elaborar, até o ano de 2016, as diretrizes pedagógicas para o desenvolvimento e configuração de uma base nacional comum curricular para o Ensino Médio (BRASIL, 2014). Segundo Carneiro (2020) além dessas ações, já se destacavam projetos de redesenho curricular e estudos por parte da Secretaria de Educação Básica do MEC sobre uma possível base comum curricular desde 2012.

Em junho de 2015 a Portaria do MEC nº 592 instituiu o grupo de redação responsável pela elaboração da primeira versão da BNCC, sendo que essa versão foi para a consulta pública *online* e até março de 2016 e teve mais de 12 milhões de contribuições permeando a sociedade civil, instituições educacionais, organizações e entidades científicas. (BRASIL, 2022).

No final de 2016 uma segunda versão foi apresentada aos Estados por meio dos seminários estaduais, organizados pela CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação) e a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e nesses momentos, cerca de 9 mil pessoas, dentre elas educadores e estudantes, discutiram mais detalhes do documento (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020).

Carneiro (2020 p.31) diz que “em 2017 o MEC entregou a terceira e última versão da BNCC ao CNE para a devida apreciação e este promoveu cerca de cinco audiências públicas, uma em cada região do país”, submetendo mais uma vez o texto para análise e contribuições. Finalizadas as audiências, o Conselho Nacional de Educação-CNE emitiu um parecer e um projeto de resolução sugerindo a aprovação e encaminhamentos para homologação.

O Documento da BNCC correspondente à etapa do Ensino Médio foi homologado em dezembro de 2018 e a partir deste período caberia ao MEC as responsabilidades quanto à implementação, que viabilizasse a BNCC, principalmente por se tratar de uma política nacional, necessitando acompanhamento, apoio técnico e financeiro (Fundação Lemann, 2020).

Por fim, constituída em dois volumes, um com foco na Educação Infantil e Ensino Fundamental e outro com foco no Ensino Médio, a BNCC apresenta fundamentos de acordo com a LDB 9.394 de 1996 art. 21; explicita as competências a serem desenvolvidas pelos estudantes no decorrer da Educação Básica e define as aprendizagens para cada etapa de ensino.

Em relação às etapas, os documentos da BNCC tratam de cada uma delas- Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - no contexto da Educação Básica. Em decorrência, cada uma delas é enfocada na perspectiva legal, finalística e dos tipos pedagógicos de aprendizagem a serem oferecidos pelas escolas. Explicitam as demarcações conceituais e operativas do balizamento normativo para a formulação de diretrizes políticas e técnico-pedagógicas no campo da Educação Básica. (CARNEIRO, 2020, p. 36).

Quanto às aprendizagens, o documento final da BNCC pressupõe ainda a ênfase nas Competências Gerais como norteadoras do Currículo de todas as etapas da Educação Básica. Rosa e Ferreira (2018, p.119) afirmam que é definitivo que “no Brasil a educação é a Base e essa base deverá ser formada pelo desenvolvimento das competências gerais, que estão comprometidas com o pleno exercício da cidadania”.

Partindo dessa afirmação, uma das formas de garantir as aprendizagens essenciais prescritas pela BNCC é por meio dos Referenciais Curriculares e dos Currículos elaborados pelas Redes de ensino. São conceitos diferentes, com propostas distintas, mas convergem em seu sentido, por isso é essencial distinguir tanto suas propostas quanto suas finalidades.

2.1. Base Nacional Curricular, Referencial Curricular e Currículo: diferenças e funções na implementação da Reforma do Ensino Médio.

Ao longo do tópico 2, falamos sobre a construção da BNCC e como ela forneceu subsídios para a elaboração das propostas curriculares das Redes de ensino. Aqui é importante diferenciar o que é Base Nacional Curricular Comum, de Referencial Curricular de Currículo, pois possuem finalidades diferentes embora permeiam as políticas públicas educacionais.

A Base se determina como um:

“(...) documento de caráter que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e **orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares**” (art. 1º da Resolução nº 2/2017, grifo nosso).

Nesse documento se apresentam os conhecimentos fundamentais esperados de um estudante em cada ano da educação básica, respeitando uma progressividade de aprendizagem e promovendo competências e habilidades a serem desenvolvidas. Esses dois conceitos, embora não sejam novos na educação, marcam o diferencial da BNCC. A Base entende uma competência como:

“a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017).

Esse agrupamento de saberes devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais ao todo, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.⁵ Para atingir essas competências, é exigida a mobilização de diferentes habilidades, conceito entendido pela BNCC como:

“São os conhecimentos necessários para o pleno desenvolvimento das competências. Em outras palavras, ao desenvolver uma competência, estamos mobilizando várias habilidades que juntas proporcionam o domínio em determinado contexto”. (BRASIL, 2017).

A partir dessa perspectiva, rompe-se com uma lógica de linearidade de saberes e conteúdos, onde não era essencial *o que* se aprendia, mas *o quanto*, focando numa abordagem centralizada no conteúdo e não na sua real necessidade cognitiva ou prática. Ao contrário de muitas críticas em relação à proposta da Base, entendemos que não houve um esvaziamento dos conteúdos, pois eles se tornaram meio para desenvolver saberes contextualizados e que façam sentido conforme a realidade dos estudantes.

A Base, por fim, não é um currículo em si, mas parte dele. Sua finalidade é prescrever e normatizar a construção dos referenciais curriculares e dos projetos políticos pedagógicos das escolas, preservando a autonomia de cada rede de ensino para fazer as adequações curriculares necessárias e respeitando cada contexto educacional. De maneira sintetizada, a Base indica “o ponto aonde se quer chegar, enquanto o currículo traça o caminho até lá” (BNCC, 2017).

Após a homologação da Base ocorreu uma (re)elaboração dos referenciais curriculares para a etapa do Ensino Médio. Menezes e Santos (2001) definem o Referencial Curricular como um “conjunto de reflexões de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os educadores”, que foram instituídos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Os Referenciais Curriculares Nacionais foram desenvolvidos para aproximar a prática escolar às definições expressas na BNCC. Ademais, os autores reforçam que o Referencial é um “documento de subsídios adicionais, que oferece informações e indicações além daqueles para

⁵ As dez competências gerais propostas pela BNCC são: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania.

a elaboração de propostas curriculares” (2001), tanto da rede pública quanto da rede privada de cada unidade federativa.

Assim como a Base, os Referenciais Curriculares requerem uma consulta pública e são enviados para homologação juntos aos conselhos estaduais de educação de cada estado. Um aspecto importante da Lei nº 13.415/2017, é que a mesma apresenta um modelo organizacional de Ensino Médio ao país e descentraliza parte das escolhas a cada sistema de ensino⁶ para desenvolver as ofertas e formas dessa etapa. Isso ocorre por meio do estabelecimento de um referencial curricular regional e da elaboração de normas e regulamentações complementares, conforme cronograma próprio (FONCEDE, 2020).

Um dos diferenciais dos Referenciais elaborados a partir da BNCC é que estes inserem as habilidades socioemocionais como constituintes do processo de ensino-aprendizagem, surgindo nesse caminho como possibilidade de concretização nas novas diretrizes curriculares nas salas de aula. Sobre isso, destaca Mendes:

Adotando a perspectiva de que a Educação é um processo desenvolvido ao longo da vida e, tanto alunos quanto professores também constroem sua subjetividade na relação educativa, acredito que seja possível e necessário que o currículo escolar se volte para questões eminentemente humanas como: o conhecimento das emoções e sentimentos, das relações intra e interpessoais, da autoimagem e da autoestima, da empatia, da comunicação empática, que podemos chamar de temas pertinentes à Educação Emocional. (2016, p.17)

Assim, o documento referencial extrapola sua dimensão puramente teórica e passa a considerar os múltiplos sujeitos, assim como suas subjetividades, compreendendo que é indissociável o saber escolar da constituição humana, social e psicológica do estudante e do meio em que ele está inserido. Os referenciais constituem portanto fontes de inspiração para os currículos, que são autonomamente desenhados por entidades e equipes educacionais, oferecendo informações e indicações adicionais para a elaboração de planos de cursos nas diferentes áreas, “incluindo a caracterização

⁶ O MEC entende como sistema de ensino como o conjunto compreendido pelos Conselhos de Educação, enquanto órgãos normativos, além da Secretaria de Educação e das instituições ou redes privadas de ensino.

de seus respectivos processos de produção, a identificação de funções e subfunções neles distinguidas” (BRASIL, 2000, p. 7-8).

Atualmente, de acordo com dados expostos no site Observatório do Movimento pela Base, todos os Estados já homologaram seus Referenciais Curriculares, tendo o Paraná homologado em 2021. (OBSERVATÓRIO, 2022). A partir desses documentos, BNCC e Referenciais Curriculares Nacionais, os Estados e Municípios confeccionaram seus Currículos.

O conceito de Currículo passou por diferentes concepções ao longo da história, neste artigo focaremos no seu aspecto mais recente conforme os documentos oficiais e institucionais nacional e estadual.

A escrita e confecção dos currículos é norteadada por um conjunto de documentos legais orientadores e norteadores . Ao pensarmos no currículo, a LDB destaca no Artigo 26 que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Ademais, a LDB também garante a fixação de parâmetros normativos que oferecem medidas indispensáveis da construção de currículos com padrões e garantias mínimas de aprendizagem. Outro documento legal importante para aprofundarmos o conceito de currículo em nível federal é a resolução 04/2010, do CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais diz no Artigo 13 que devemos entender o currículo como:

“a agregação de experiências escolares que se desdobram em termos de conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos acumulados ao longo do tempo” (BRASIL, 2010).

Com base nesses documentos e resoluções federais, o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná compreende Currículo, além de seus marcos legais supracitados, sobre a perspectiva teórica de José Gimeno Sacristán (2000) como uma: “expressão da função socializadora da escola. Nele estão expressos os objetivos e objetos de aprendizagem e as formas de desenvolvê-los com a projeção intencional das aprendizagens propostas, esperadas e geradas” (PARANÁ, 2021 *apud* SACRISTÁN, 2000). Ademais,

referenciada conforme Sacristán e Guiomar Namó de Mello o Referencial Curricular do Paraná entende que o currículo:

“contém em si o que uma sociedade considera necessário que os estudantes aprendam ao longo de sua vida. As decisões sobre o currículo envolvem diferentes concepções de mundo, de sociedade e, principalmente, diferentes teorias sobre o que é o conhecimento, como é produzido e distribuído e qual seu papel nos destinos humanos” (PARANÁ, 2018 *apud* MELLO, 2014; SACRISTÁN, 2013).

Os Currículos se diferem dos Referenciais pois eles são organizados para orientar as práticas pedagógicas, a forma de executá-las e sua finalidade. Para Menezes e Santos, o currículo “busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade” (2001).

A partir da publicação Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), ocorreram diversas mudanças curriculares na rede estadual de ensino, como a ampliação da carga horária, a reestruturação do Currículo por áreas do conhecimento⁷, seguindo uma lógica não-linear e pautada na interdisciplinaridade que visa o desenvolvimento de competências e habilidades.

Em relação à carga horária, no Novo Ensino Médio, os Currículos são constituídos a partir de dois documentos orientadores: a própria BNCC e os Itinerários Formativos. Nessa arquitetura, a BNCC é a referência para a parte comum e obrigatória, a Formação Geral Básica (FGB) a todos os estudantes. Já os Itinerários Formativos, orientados pela Portaria nº 1432 de 28 de dezembro de 2018, compõem a parte flexível, que os estudantes poderão escolher de acordo com seus interesses e a oferta das redes. Pela lei, a FGB deverá corresponder a no máximo 1.800 horas e os Itinerários uma carga mínima de 1200 horas, totalizando 3000 horas.

O Referencial Curricular, por fim, responde às buscas pelo desenvolvimento dos estudantes da Rede, principalmente quando apresenta de

⁷ As Áreas do Conhecimento são quatro: Linguagens e suas Tecnologias, composta pelos componentes de Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, composta pelos componentes de Filosofia, Geografia, História e Sociologia; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, composta pelos componentes de Biologia, Física, Química e Matemática e suas Tecnologias, que é componente e Área. Cada Área possui suas habilidades específicas que levam ao desenvolvimento das competências gerais da BNCC.

maneira contextualizada os saberes essenciais trazidos pela BNCC, agora dispostos e considerado como importantes conforme a realidade do estudante e às situações vividas por eles como inerentes a esse processo de construção dinâmica e contínuo de reflexão efetivo no Referencial.

3. PERCURSO LEGAL DA ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ

No Estado do Paraná as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio atendiam às necessidades da realidade escolar, aplicando-se a todas as formas e modalidades de Ensino Médio, completadas, ou não por Diretrizes próprias, e conforme o artigo 2º, “articulando-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, reunindo princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação- CNE desde janeiro de 2012”. (BRASIL, 2012).

Segundo Brasil (2012) este documento orientava as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que ofereciam o Ensino Médio.

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC tem início discussões quanto às propostas de mudança previstas, como essas seriam implementadas no sistema de ensino do Paraná e na prática dos professores.

No estado do Paraná o Início do processo de escrita do referencial teve apoio do programa pró-BNCC, de caráter federal que visava formar as equipes responsáveis pela escrita dos referenciais, além de estimular o diálogo com os professores que atuavam em sala de aula, a fim de que, para além das metas estabelecidas pela BNCC nacional, o referencial abarcasse também as especificidades regionais. Nesse sentido, o CEE/PR constituiu uma Comissão, designada pelas Portarias n.º 04/2018, n.º 08/2019, n.º 03/2020 e n.º 02/2021, responsável pela elaboração das Diretrizes Curriculares Complementares e do Referencial Curricular do Ensino Médio do Paraná para produzir, orientar e acompanhar as discussões realizadas em parceria com a Coordenação de

Ensino Médio - ProBNCC/PR, Departamento de Desenvolvimento Curricular da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. (PARANÁ, 2021).

Além dos marcos teóricos e legais acerca deste processo, um dos elementos balizadores presente na escrita do texto do referencial, neste sentido, foi a pesquisa realizada com os estudantes⁸. Na referida consulta pública, um dos pontos de atenção no que se refere à relação entre o Ensino Médio em sua antiga estrutura e o cotidiano do estudante:

No que se refere às percepções sobre o atual Ensino Médio, em uma escala de concordância, somente 8,6% consideraram que conseguem conectar o que aprendem com seu cotidiano, já 10,1% indicam que essa conexão é mínima⁹. (p 43)

Assim, cabe ressaltar que, com a organização estabelecida pelo referencial (de acordo com a organização nacional proposta pela BNCC), que divide os componentes curriculares em Formação Geral Básica e Itinerários Formativos, sendo os IFs como uma parcela flexível, cuja multiplicidade de possibilidades de oferta visa fortalecer o protagonismo estudantil, ao criar um espaço que expande as chances de autonomia estudantil na formulação e escolha dos currículos decorrentes.

Destacamos ainda que, podemos observar ao longo da construção do Referencial, a influência dos dados coletados durante a escuta aos estudantes na escolha das concepções de escola propostas: uma escola que tenha como eixo central o desenvolvimento do projeto de vida do estudante e do protagonismo estudantil. Ao mesmo tempo, o referencial destaca, como a elaboração dos Itinerários Formativos foi realizada de forma a “conectar sua aprendizagem com seus interesses, anseios, objetivos e aptidões, de modo a prepará-lo para o mundo do trabalho e à realização de projetos de vida.”¹⁰

O processo de consulta pública favoreceu também que os professores e equipes apresentassem suas dúvidas sobre o referencial e sobre o Novo Ensino Médio, bem como, que se aproximasse do texto inicial do referencial. Desta forma, se faz necessário frisar que a parcela final da escrita e, em especial,

⁸ Pesquisa realizada entre x e y, com xyz estudantes . referencial, vol 1, p.43

⁹ idem, p.43

¹⁰ idem. p64

da apresentação da versão preliminar do Referencial do Ensino Médio Paranaense ocorreu durante o período pandêmico, fazendo com que os processos de consulta e diálogo por meios virtuais tivessem ainda mais importância na coleta de dados e construção de estratégias para a formulação do material.

Após a detalhada análise das sugestões apresentadas pela sociedade por meio da Consulta Pública, os redatores ajustaram o texto do referencial de forma a adequá-lo aos questionamentos e sugestões apresentados.

O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná foi homologado e aprovado no dia 29/07/2021 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) através da Deliberação nº 04/2021 junto com as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio. Uma vez apresentado à Rede, o referencial foi homologado pela Resolução nº 3.416/2021.

Dentre as características centrais do documento apresentado está o enfoque na formação por meio de competências e habilidades, ao mesmo tempo em que, reforça a necessidade que o processo de aprendizagem seja embasado nos movimentos de “Saber” e “Saber Fazer”, bem como na formação integral e suas dimensões cognitiva, afetiva e psicomotora. Para tanto, o referencial se organiza a partir das dez competências da BNCC (Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania).

Por fim, o Referencial destaca ainda que “A essência do Novo Ensino Médio é o protagonismo do estudante; portanto, o aprendizado precisa ser significativo”¹¹ e que para tanto, interdisciplinaridade e contextualização, assim, são elencadas como princípios norteadores na organização dos saberes, para que “o conteúdo deixa de ser um fim em si mesmo para se tornar um meio para a interação com o mundo”¹².

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹¹ idem. p75

¹² idem. p79

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC está, sem dúvidas, está constituída como um guia, no que tange às aprendizagens, os saberes escolares e a criação dos Currículos.

Seu caráter normativo assegura os direitos de aprendizagens dos estudantes traduzidos em competências e habilidades pelo documento, sobretudo é constante no objetivo de estabelecer definitivamente o patamar de aprendizagem essencial para todo os estudantes do país, tornando-se essencial como instrumento de referência na construção dos Currículos escolares, tanto para a Rede pública, quanto particular.

Nesse sentido, a construção do Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná pautou-se em seus princípios, consolidando ações que ao longo da implementação vêm transformando a educação do Paraná, superando dificuldades e contribuindo para a melhoria do ensino em uma expectativa de estar sempre à frente, fornecendo apoio aos professores, coordenadores, diretores e fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem em todo o Estado.

5. REFERÊNCIAS

APPLE, M. Aula Magna. Programa de Pós Graduação da Univali. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/embed/m05ul_ORQcc Acesso em 24 nov. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 04 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação **Conselho Nacional de Educação - CNE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao> Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação - CNE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao> Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Técnica. **Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional do Nível Técnico**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf> Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 13.415**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Oito estados aprovaram seus novos currículos, tendo como referência a Base Comum Curricular**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/71731-oito-estados-aprovaram-seus-novos-curriculos-tendo-como-referencia-a-base-comum-curricular>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE**, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

BRASIL. **Portaria nº 1.140 Pacto pelo fortalecimento do Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/art> Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº2 de 30 de janeiro de 2012. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.

CARNEIRO, Moaci Alves. **BNCC fácil: decifra-me ou te devoro: BNCC. Novo Normal e Ensino Híbrido 114 questões e respostas para esclarecer as rotas de implementação da BNCC**. Editora Vozes, Petrópolis, 2020.

FONCEDE. **Novo Ensino Médio: Guia para elaboração de normas complementares**, 2020. Disponível em: https://dcb55452-e2f0-4b68-aa4b-27bc69926966.filesusr.com/ugd/b05985_84e8572e1d7045c7a5ce1f1419e121d7.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN **O que é BNCC**. 2020. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/noticias/o-que-e-a-bncc?gclid=CjwKCAiAyfybBhBKEiwAgtB7ftlZ2eXeWBR3h95CpB8yz2h0KKGUOT4LoRliaUHm8HlsBaFAzrYP6BoCe4cQAvD_BwE. Acesso em: 24, nov. 2022.

MENDES, Aline Rocha. **Educação emocional na escola: uma proposta possível**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Escola de Humanidades Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de doutorado

em Educação. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8082/1/000478171-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em 04 nov. 2022.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes RCNs (Referenciais Curriculares Nacionais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/rcns-referenciais-curriculares-nacionais> Acesso em 27 out 2022.

OBSERVATÓRIO. **Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio**. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/> Acesso em: 22 nov. 2022.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Indicação CEE/PR N.º 04/21 do Conselho Estadual de Educação**. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao_04_21.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/referencial_curricular_novoem_11082021.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.

ROSA, Luciane Oliveira; FERREIRA, Valéria Silva. **A rede do movimento pela Base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular Brasileira**. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45391/pdf> Acesso em: 04 nov. 2022.

OS EFEITOS COGNITIVOS E EMOCIONAIS EM DECORRÊNCIA DO AFASTAMENTO ESCOLAR: ESTUDO REALIZADO COM CRIANÇAS DO 6º ANO NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Melannie Bembem Mendes¹
Guidie Elleine Nedochetko Rucinski²

RESUMO

Em março de 2020, com o agravamento da disseminação do COVID-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, determinando o fechamento de escolas, instituições, empresas e comércios. Tendo em vista o cenário provocado pela pandemia, os centros de educação foram levados a colocar em prática as normativas da Portaria nº 345/2020 do Ministério da Educação, que autorizava, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas ministradas na modalidade *online*. Em detrimento das problemáticas acima descritas, o presente artigo busca apontar alguns possíveis efeitos cognitivos e emocionais em decorrência do período de afastamento escolar, utilizando um estudo de recorte, realizado com professores, responsáveis e alunos do sexto ano de dois colégios do interior do Paraná, sendo um privado e outro público. Em suma, foi possível verificar alguns impactos causados durante o afastamento escolar em decorrências do período pandêmico, sendo: Dificuldades na comunicação e socialização, níveis de ansiedade e estresse elevados e prejuízos na aprendizagem e na atenção, notando a importância do trabalho multidisciplinar dentro desse contexto, partindo de um trabalho com os professores, responsáveis e profissionais da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Covid-19; Pandemia; Aprendizado; Psicologia.

ABSTRACT

In March 2020, with the worsening spread of COVID-19, the World Health Organization (WHO) declared a Public Health Emergency of International Concern, determining the closure of schools, institutions, companies and businesses. In view of the scenario caused by the pandemic, education centers were led to put into practice the regulations of Ordinance No. delivered in the online modality. To the detriment of the problems described above, the present article seeks to point out some possible cognitive and emotional effects of the occurrence of the period of absence from school, using a registered study, carried out with teachers, guardians and students of the sixth year of two schools in the interior of the Paraná, one private and the other public. In short, it was possible to verify some effects caused during school leave due to the pandemic period, namely: Difficulties in communication and socialization, high levels of anxiety and stress and impairments in learning and attention, noting the importance of multidisciplinary work within this context, based on work with teachers, guardians and health professionals.

KEY WORDS: Education; Covid-19; Pandemic; Teaching; Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Conforme citado pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (2020), a

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário - Ugv. União da Vitória, Paraná, Brasil.

E-mail: psi-melanniemendes@ugv.edu.br.

² Psicóloga. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade do Contestado, 2010. Coordenadora e docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário - Ugv. União da Vitória, Paraná, Brasil. E-mail: prof_guidie@ugv.edu.br.

pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19) realizou mudanças significativas na vida das crianças, visto que, como forma de prevenção e contenção, instalou-se no mundo todo o distanciamento social e o fechamento de instituições, escolas e comércios.

A pandemia trouxe junto a ela, além desses fechamentos, o impedimento das atividades presenciais e de outras medidas que produziam interações sociais (MANGUEIRA *et al*, 2020). Sendo assim, como consequência desse cenário pandêmico, teve-se a saúde mental como uma das questões mais afetadas, desencadeando emoções negativas, como: medo, ansiedade, raiva, frustração, tristeza, entre outros (PARENTE *et al*, 2020).

Importante salientar, que a educação se enquadra em um dos processos do desenvolvimento infantil, constituindo-se como um ponto externo que se baseia no nível de desenvolvimento alcançado pela criança, contribuindo para o aprendizado e para as interações sociais (DAVIS; SILVA; ESPOSITO, 1989).

Piaget (1977) enfatiza a socialização como um processo crucial dentro do desenvolvimento infantil. Partindo disso, Vygotsky (1994) complementa sobre, referindo a socialização não apenas como interação, e sim como uma determinação no meio social que impacta no desenvolvimento da criança. Além da interferência na rotina e nas relações interpessoais, as crianças podem ser afetadas por dificuldades financeiras vivenciadas por familiares, adoecimento, hospitalização ou morte de pessoas próximas, trazendo implicações significativas para o senso de segurança e normalidade da criança (FIOCRUZ, 2020).

Dessa forma, partindo dos pontos citados acima, o presente artigo tem como intuito relatar a pesquisa realizada, a qual buscou apontar os efeitos cognitivos e emocionais causados nas crianças em decorrência do período de afastamento escolar, através de um estudo realizado com alunos do sexto ano de dois colégios do interior do Paraná, sendo um privado e outro público.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Henri Wallon (1879-1962) propôs o desenvolvimento infantil como uma forma integrada, considerando questões de afetividade, motricidade e inteligência. Para ele, o desenvolvimento da inteligência está ligado com a

dependência das experiências oferecidas pelo meio e pelo nível de aproximação entre as pessoas. Sendo assim, em sua visão, os aspectos físicos do espaço, pessoas próximas e a linguagem corroboram para a efetividade da formação do contexto de desenvolvimento (CRAIDY; KAECHER, 2001).

Segundo Piaget (1999) o desenvolvimento da aprendizagem corresponde diretamente com os estímulos que são oferecidos no ambiente e na medida em que o organismo se adapta ao meio, formando assim, mudanças e crescimento no desenvolvimento e na aprendizagem, passando por fases de maturação ao decorrer da vida. Dessa maneira, Piaget (1999) denominou 4 (quatro) estágios do desenvolvimento infantil.

2.1.1 Fases do desenvolvimento infantil

Assim, conforme descrito acima, Piaget (1999) descreveu sobre as fases do desenvolvimento infantil, dividindo em quatro estágios, sendo eles: Sensório motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 7 anos), operacional concreto (8 a 12 anos) e operações formais (a partir dos 12 anos).

Durante o estágio sensório-motor, os bebês compreendem sobre si mesmos e sobre o ambiente em que estão (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006). Dessa forma, após o nascimento, o bebê possui contato com o meio, iniciando compreensões sobre si e outros objetos, de maneira gradativa, conforme os estímulos que recebe (SCHIRMANN *et al*, 2019). Assim, começam a criar noção de seu corpo, construindo conhecimento aos poucos por suas movimentações (SCHIRMANN *et al*, 2019).

Depois que o bebê percebe sua movimentação, inicia-se na busca por objetivos, usando gestos para mostrar o que deseja. Com isso, a criança realiza a união da ação mental com a física (SCHIRMANN *et al*, 2019). Ao passar por esse estágio, a criança compreenderá a noção de objetos e pessoas que estão em seu meio, realizando a modificação para o estágio pré-operatório (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

O estágio pré-operatório corresponde à fase onde a criança possui uma forma “egocêntrica” de compreender o meio, possui a noção de que o mundo é feito por ela, voltado a suas vontades e desejos, tendo limitações na realização de trocas intelectuais, uma vez que não possuem referências ao diálogo, irritando-se de forma fácil quando contrariadas (SCHIRMANN *et al*, 2019).

Posteriormente, ocorre o salto para o estágio das operações concretas, passando do pensamento egocêntrico para a estruturação da razão (SCHIRMANN *et al*, 2019). Segundo Piaget (1999) aos 7 (sete) anos aproximadamente, as crianças entram no estágio de operações concretas, utilizando operações mentais para resolver problemas reais.

Nessa fase, as crianças incluem os fatores em sua volta a um questionamento ou conteúdo, criando uma formação completa, guiada por um pensamento, formando as operações concretas (PIAGET, 1999). Com isso, o seu intelecto passa a operar de forma evolutiva, estimulando o raciocínio com a realidade, de formas ágeis, possuindo assim, a capacidade de organizar e conduzir pensamentos estáveis (SCHIRMANN, *et al*, 2019). Para isso ocorrer, necessitam-se além da maturação, os estímulos que a criança recebeu nos estágios anteriores (SCHIRMANN *et al*, 2019).

O período das operações concretas é marcado pelo entendimento espacial, isso é, a compreensão da criança de se localizar de formas diferentes e eficientes, possuindo a capacidade de correlacionar ideias da distância de um local para o outro, conseguindo memorizar caminhos e trajetos (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006). Nesse estágio, a criança consegue utilizar classificações, realizando ligações entre os objetos que estão ao seu redor (SCHIRMANN *et al*, 2019).

Segundo Rappaport e autores (1981), nesse período ocorre a diminuição do egocentrismo da criança o qual a criança começa a compreender que depende de ideias concretas para chegar a suas conclusões, dessa forma, começam a ter o entendimento de que as outras pessoas possuem sentimentos diferentes dos seus.

Por fim, as operações formais, último estágio do desenvolvimento infantil ocorre o raciocínio hipotético-dedutivo, sendo responsável pela solução de problemas (SCHIRMANN *et al*, 2019). É nesse momento que o desenvolvimento cognitivo se constrói, ampliando o pensamento abstrato, onde os adolescentes realizam a combinação de fatores, construindo entendimentos de doutrinas conceituações e teorias (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

Por consequência desse estágio, durante esse período ocorre a busca dos adolescentes por uma identidade, marcado muitas vezes por conflitos internos na busca pela autonomia pessoal, podendo ocorrer um

desenvolvimento na personalidade, o qual é marcado por uma contradição de ideais (SCHIRMANN *et al*, 2019).

2.2 SAÚDE MENTAL INFANTIL

A saúde mental corresponde às múltiplas interações que englobam fatores biológicos, psicológicos e sociais. Devem ser levadas em consideração, questões sociais e econômicas, pois podem influenciar diretamente a saúde mental (PARENTE *et al*, 2020). No Brasil, até o século XIX não se tinha nada estruturado sobre a saúde mental infantil enquanto cuidados, estudos sobre a criança e campos de intervenção (RIBEIRO, 2006).

Foi a partir do século XX, com o movimento higienista que os estudos iniciaram, influenciando diretamente a psiquiatria infantil brasileira, pois além do olhar voltado a patologia, foram lançadas bases para uma medicina que se preocupava com a criança e seu desenvolvimento (SINIBALDI, 2013).

Os primeiros estudos dentro da psiquiatria infantil focavam-se na investigação das desordens evidentes, buscando “tratamentos”, investindo em instituições de ambientes fechados, focando-se no público infantil, considerados: Delinquentes, aos que possuíam alguma desordem mental e às crianças abandonadas e maltratadas (SINIBALDI, 2013). Em 1970, após a Reforma Psiquiátrica foram iniciadas modificações nesses conceitos de cuidados e “tratamentos” (SINIBALDI, 2013).

Entretanto, no Brasil, o reconhecimento sobre a Saúde Mental de crianças e adolescentes como uma questão de saúde pública pelas instituições governamentais é recente (SINIBALDI, 2013). Dessa forma, historicamente, no país, as ações em prol da Saúde Mental da Infância e da Juventude foram delegadas com quase ausência na área de Saúde Mental (SINIBALDI, 2013).

Atualmente, existe um grande número de especialidades que se ocupam e acompanham o desenvolvimento infantil, como: a neurologia, psicologia, pedagogia, fonoaudiologia, entre outras que geram uma assistência à criança em conjunto médico (SINIBALDI, 2013).

3 METODOLOGIA

Para a finalidade do presente artigo a pesquisa apresenta-se como básica a partir do ponto de vista de sua natureza, quali-quantitativa do ponto de

vista da abordagem do problema, exploratória a partir de seus objetivos e pesquisa de campo bibliográfica em relação aos procedimentos técnicos (SOUZA; ILKIU, 2017).

Após o projeto de pesquisa ser aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética (NEB) do Centro Universitário Ugv mediante o número de protocolo 2022/50, o estudo foi aplicado em 2 (dois) colégios, sendo um privado (A) e um público (B). Foram realizadas entrevistas com os professores e pedagoga, questionários com os responsáveis e uma roda de conversa com os alunos de ambas as escolas, tendo como finalidade a compreensão de mudanças a partir das perspectivas deles.

Para as entrevistas com os professores, utilizou-se um roteiro semiestruturado contendo 8 (oito) perguntas, sendo 5 (cinco) abertas e 4 fechadas, o qual tinha como objetivo verificar as mudanças dos alunos, durante o período de afastamento escolar e atualmente com o retorno das aulas presenciais, verificando as diferenças de comunicação, aprendizagem, rendimento escolar e níveis de ansiedade apresentados.

Para os responsáveis foi realizado um questionário estruturado, possuindo 10 (dez) perguntas, dividindo-se em 4 (quatro) perguntas abertas e 6 (seis) fechadas, o qual possuía como objetivo analisar a partir das perspectivas dos familiares de casa as mudanças durante o período do afastamento escolar e após o retorno, verificando a alteração de aprendizagem, uso de celular, comunicação e níveis de ansiedade apresentados.

E para as crianças, montou-se uma roda de conversa, de forma descontraída a qual possuía como objetivo compreender a partir das perspectivas das crianças, de suas vivências, quais foram suas maiores queixas durante o afastamento escolar e após o retorno das aulas presenciais.

Para a roda de conversa, criou-se um diário de campo, o qual estabeleceu alguns critérios a ser investigando na conversa, sendo: Irritabilidade; Estresse. Nervosismo; Insegurança; Desatenção; Desânimo; Dificuldade de aprendizagem; e Dificuldade na comunicação. A partir dos critérios estabelecidos, montou-se um quadro para contabilizar durante a roda de conversa a quantidade de queixas que os alunos apresentavam, dentro dos pontos expostos.

Para a participação da pesquisa, foi entregue um Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes assinarem e poderem participar da pesquisa, no caso das crianças, foi encaminhado um TCLE para autorização dos responsáveis. Foram excluídos da pesquisa aqueles que não assinaram o TCLE.

Na escola privada (A), a entrevista com os professores e com a pedagoga foi realizada por meio de um questionário *online*, através da plataforma do *Google Forms*, em razão de uma solicitação da direção da escola. De 10 (dez) professores, 5 (cinco) participaram do questionário, o qual ficou aberto por um prazo de 15 (quinze) dias no mês de agosto de 2022. Em relação aos responsáveis, foi encaminhado o questionário de forma física, com um recado explicando o intuito da pesquisa, com isso, de 20 (vinte) responsáveis a participarem, os 20 respondendo, autorizando também, as crianças a participarem da roda.

Já na escola pública (B), a entrevista com os professores e com a pedagoga foi realizada no mês de junho, sendo feita de forma presencial, durando em média de 30 (trinta) a 40 (quarenta) minutos cada. Dos 9 (nove) participantes a realizarem a pesquisa, 7 (sete) participaram. Já em relação ao questionário para os responsáveis, foi feito de forma física, encaminhado também com uma explicação sobre a importância da pesquisa. Dos responsáveis de 15 (quinze) participantes, 12 (doze) participaram, contendo 3 (três) pais que não autorizaram sua participação e nem a de seu filho na roda, não assinando o TCLE.

Após as aplicações realizadas, foi construído um aparato de todos os dados coletados, posteriormente, selecionou-se os dados principais, ou seja, os dados que mais apareceram em cada entrevista, questionário e roda de conversa para facilitar na discussões dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme descrito acima, depois de todos os dados coletados, realizou-se uma seleção dos aspectos que mais apareceram nas 3 (três) etapas, sendo: Dificuldades de comunicação e socialização; Nível elevado de ansiedade; e Dificuldade no aprendizado e na atenção.

Em relação as entrevistas com os professores, na Escola A, teve-se a participação de 5 (cinco) professores, sendo uma delas a pedagoga. Foi

questionado se após o retorno das aulas, os alunos possuíram dificuldades de relacionamento entre eles, 4 (quatro) dos participantes responderam que sim, apontando que a maior dificuldade encontrava-se na socialização, a qual se apresentava pela dificuldade na convivência mesmo espaço e apresentarem opiniões diferente.

“Sim. Falta de comunicação, ocasionando muitos desentendimentos em várias atividades em aula, inclusive em dinâmicas relacionadas a gostos pessoais, como por exemplo, não aceitar que o colega goste de determinada música ou série.” (resposta da professora escola A).

“Sim. Socialização principalmente, apresentam mais facilidade em conversar em grupos de *WhatsApp* que pessoalmente” (resposta da professora escola A).

Já na Escola B, teve-se a participação de 7 (sete) participantes, sendo uma a pedagoga. Dos professores, 3 (três) apontaram a dificuldade na comunicação entre os alunos, as quais se deram principalmente pela dificuldade no cumprimento de regras e convivência dentro da sala de aula.

“Sim. Ocorreu uma falta de dificuldade no entendimento de cumprimento de regras, pois vieram estabelecidos com o que já tinham em casa, parece uma falta de interação em sociedade” (resposta da pedagoga escola B).

Outro aspecto presente foi o aumento de conflito entre os alunos após o afastamento escolar, sendo que 4 (quatro) dos professores que participaram do estudo da Escola A responderam que houve aumento de conflitos, os quais se relacionam a: Falta de empatia; Dificuldade em resolução de problemas entre eles - discutem com facilidade e a dificuldade em aceitar opiniões contrárias.

Em relação ao questionário realizado para os responsáveis, na escola A, dos 20 (vinte) participantes, 5 (cinco) responderam que foi apresentado dificuldade de relação dentro de casa durante o aspecto escolar e na escola B, dos 11 (onze) participantes, 4 (quatro) informaram. Na escola A, foi apontado por 5 (cinco) pais sobre a dificuldade de comunicação com os colegas e na Escola B, 2 (dois) dos pais relataram sobre.

“Durante o afastamento escolar foi mudado os papéis, nós pais tivemos que ser professores e a briga só aumentaram” (resposta de uma responsável da escola A).

“Percebi que ele sentia falta dos amigos, da socialização diária com os colegas de sala de aula” (resposta de uma responsável da escola A).

“Tiveram mais briga com o irmão, por estarem muito tempo em casa, sem poder seguir com suas rotinas” (resposta de uma responsável da escola A).

Na roda de conversa com os alunos do colégio A, 9 (nove) dos 20 (vinte) participantes apontaram ter sentido dificuldade na comunicação durante o afastamento escolar e 5 (cinco) após o retorno escolar. No colégio B, 6 (seis) dos 11 (onze) relataram sobre a dificuldade e 5 (cinco) após o retorno escolar.

“Como não saia de casa, acaba falando só com a minha mãe”
(resposta aluno escola A)

“Tinha vergonha até da câmera nas aulas online, dificuldade em falar com a turma” (resposta aluno escola A).

A partir das respostas acima, pode-se perceber a falta de comunicação e dificuldade de socialização entre os alunos como um dos efeitos causados. Alarcão (2007) ressalta que as relações interpessoais condizem na interação que ligam as ações das pessoas entre si, a forma como convivem, como realizam a troca, através da comunicação, de seu comportamento e sua forma de agir com o outro, sendo um ponto importante para o desenvolvimento da criança.

É importante salientar que às relações interpessoais são exploradas principalmente dentro dos ambientes escolares, onde as crianças aprendem sobre si e sobre o mundo, conhecendo diferentes maneiras de se comportar (FIGUEIREDO, 2020). Tal processo, torna-se crucial para o desenvolvimento cognitivo e social dos infantes, uma vez que dentro da escola possuem confrontos de ideias, experienciam situações adversas, nas quais, desenvolvem resoluções de problemas e capacidades de adaptação ao meio (FIGUEIREDO, 2020).

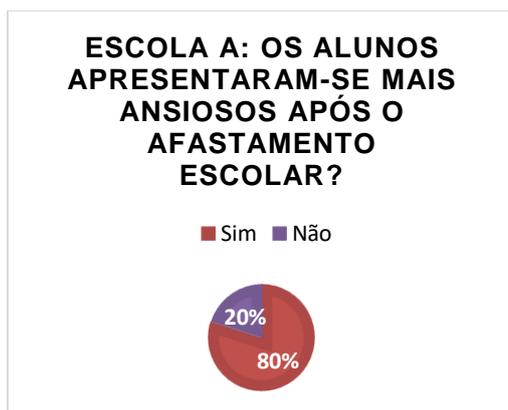
Cia e Barham (2009) enfatizam que as dificuldades interpessoais

ocorrem, de modo geral, em razão de um repertório de habilidades sociais fraco, principalmente em termos de empatia, expressão de sentimentos e resolução de problemas. A partir disso, é possível perceber a influência do isolamento social durante o processo de socialização, caracterizando-se como um fator negativo para a comunicação, onde devido o confinamento dentro de casa, as crianças acabavam não explorando e/ou enriquecendo seus repertórios.

Outros pontos evidenciados durante esse processo, foi o nível elevado de ansiedade e a irritabilidade, sendo trazido principalmente dentro da roda de conversa com os alunos. Segundo os professores, a ansiedade nos alunos após o período de afastamento escolar foi apontada em 80% na Escola A e 57% na Escola B, conforme apresentado nos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Professores Escola A - Apresentação de ansiedade e

Gráfico 2: Professores Escola B - Apresentação de ansiedade



Fonte: A autora (2022).

Questionou-se aos professores sobre de que forma a ansiedade apareceu, no retorno escolar, dentre os relatos apontados, foi possível perceber nas respostas, a dificuldade dos alunos em esperar, o imediatismo elevado, a preocupação intensa com situações que não ocorreram, incluindo sintomas

físicos, como: Dores de cabeça, tremores e mal estar.

“Não têm paciência de esperar uma explicação. Dificuldade em concentração para atividades práticas e individuais” (Resposta professor da escola A).

“os alunos voltaram mais impacientes, imediatistas, querendo tudo “para ontem” (Resposta professor escola B).

“Vários jeitos diferentes, desde comportamentos até dores de cabeça, tremor, mal estar...” (Resposta professor escola A).

Dos alunos participantes da escola A, 18 (dezoito) relataram ter sentido mais ansiedade durante o afastamento escolar e 16 (dezesesseis) apontaram ter permanecido após o retorno escolar. Na escola B, 10 (dez) contaram ter sentido ansiedade durante o afastamento e 5 (cinco) após o retorno escolar.

“Durante o tempo sem aula, tive medo de não voltar mais a vida normal e agora sinto medo de vir outra coisa” (resposta aluno escola A).

“Fico antecipando coisas que não aconteceram ainda na minha cabeça, o que me impede de fazer as coisas, desde o tempo sem aula até agora” (resposta aluno escola A).

A ansiedade é considerada um evento clinicamente relevante, pode ser definida como um estado emocional desagradável, que vem acompanhado com desconforto somático. Essa condição emocional está relacionada, na maioria das vezes, a um evento futuro que é considerado desproporcional a uma ameaça real (ZAMIGNANI; BANACO, 2005).

Corresponde a uma emoção universal a qual faz parte do dia a dia do ser humano, sendo fundamental para a defesa de cada pessoa, isso porque, ativa-se como um estado de alerta, predominando reações de fuga em situação de perigo (ALMEIDA, 2047). Entretanto, perde sua função principal quando desencadeada de perigos que não são reais, fazendo com que se evite ou fuja de determinada ocasião que não apresente tal perigo (ALMEIDA, 2017).

Dos alunos participantes da escola A, 12 (doze) citaram-se sentir irritados e estressados durante o período de afastamento escolar e 9 (nove) no colégio B. Em relação as respostas dos responsáveis, 7 (sete) do colégio A e 6

(seis) do colégio B perceberam um aumento de estresse durante esse período. Tais pontos foram apresentados por impaciência (9), agressividade (2), pesadelos durante a noite (2) e aumento de apetite – desconto na alimentação (2).

“Por ficar em casa, brigava muito com meu irmão mais novo, me sentia irritada” (resposta aluno da escola B).

“Briguei mais com a minha mãe que ficava me mandando fazer coisas de casa por estar em casa” (resposta aluno da escola B).

A irritabilidade diz respeito a um estado emocional o qual consiste em sentimento que diferem em intensidade, desde uma leve irritação a uma crise prolongada de raiva (PIRES, 1992). Problemas associados a irritabilidade influenciam no bem-estar psicológico e na saúde física, prejudicando as relações interpessoais (PIRES, 1992).

Dessa forma, a irritabilidade concentra-se em condições que provocam sentimentos de contrariedade, fúria e raiva, estando associado a situações de divergência de ideias, ataques, estresse, ameaças, frustrações, descontentamento e impedimento de algum comportamento (PIRES, 1992).

Outro aspecto ressaltado foi em relação à dificuldade no aprendizado e mudança de atenção após o afastamento escolar. Dos professores participantes da escola A, quatro (4) e 6 (seis) da escola B pontuaram sobre uma dificuldade maior no aprendizado. Em relação ao questionário realizado com os responsáveis, na escola A, 12 (doze) pontuaram sobre a alteração no aprendizado durante o afastamento escolar e na escola B, 6 (seis).

Muitos alunos que iam bem passaram a ter dificuldade, ficaram mais preguiçosos, menos interessados e comprometidos. Mas queriam voltar para a aula presencial. Só que os conteúdos vistos no ensino online foram praticamente perdidos. Eles admitem não ter aprendido muito (resposta professor escola A).

“Retornaram com bastante dificuldade no ensino, tive que começar “do zero” o conteúdo, pois a grande maioria não possuía recurso para realizar atividades de casa, por ser uma língua diferente, muitas vezes os pais não conseguiam auxiliar nas tarefas. Observei que retornaram menos preparados, com medo e inseguranças na aprendizagem” (resposta professor escola B).

“Muito dos conteúdos estudados precisaram ser revistos pela falta de compreensão” (resposta responsável escola A).

“O ambiente domiciliar ficou mais propenso para se dispersar durante as aulas” (resposta responsável escola A).

“Sim, Via os estudos como obrigação e imposição, a maneira como eu aplicava, muitas vezes não era adequado, tornando o assunto cansativo e chato por não entender” (resposta responsável escola B).

Todos os alunos do colégio A (20) e 11 (onze) do colégio B contaram ter sentido dificuldade no aprendizado durante o afastamento escolar, ao serem questionado sobre as dificuldades, relataram sobre a questão do ambiente em que estavam e sobre a forma como visualizavam o estudo. Ainda, 5 (cinco) da escola B ressaltaram sobre a dificuldade permanecer após o retorno escolar.

“Eu estudava na cozinha, tinha aula lá por conta de a *internet* funcionar melhor, mas por ser de manhã, era o mesmo ambiente em que minha mãe fazia almoço, isso me tirava atenção” (resposta aluno do colégio A).

“As provas eram só para passar, não tinha vontade de estudar, eu pegava as respostas na internet” (resposta aluno do colégio A).

“Tenho dificuldade de acompanhar o conteúdo até agora, a professora precisa ficar voltando” (resposta aluno do colégio B).

No que diz respeito aos responsáveis, 15 (quinze) participantes da pesquisa da escola A notaram diminuição da atenção durante o período de afastamento escolar e 5 (cinco) da escola B. No que tange a mudança de atenção após o afastamento escolar, 15 (quinze) responsáveis da escola A perceberam alteração e 4 (quatro) na escola B. Já com relação a opinião dos alunos participantes da pesquisa, 17 (dezessete) participantes da escola A e 9 (nove) da escola B notaram desatenção durante o estudo em casa.

“Sim, ficou mais interessada nos conteúdos e as atividades de forma mais lúdicas despertaram um interesse maior” (resposta responsável escola A).

“Com o retorno escolar, entrou em mais projetos, mais possibilidades e informações” (resposta responsável escola B).

“Sim, com os professores em sala de aula, percebo que não se distrai tanto como era em casa” (resposta responsável escola A).

“Agora sinto mais vontade em estudar, em casa tinha que cuidar de meu irmão, não tinha espaço para me concentrar” (resposta aluno escola B).

“Muito melhor o estudo com o professor, posso tirar minhas dúvidas (resposta aluno escola A).

A partir dos dados relatados acima, pode-se constatar a dificuldade no aprendizado como um dos efeitos cognitivos causados pelo afastamento escolar. Salienta-se que os processos cognitivos tornam-se responsáveis pela linguagem, pensamentos, memória e raciocínio, podendo afetar também a percepção das emoções e o comportamento (JANCZJURA, 2006).

Dessa forma, processos e habilidades cognitivas possuem suas concretizações no desenvolvimento do pensamento e na aprendizagem escolar, as quais podem ser divididas e categorizadas em dois níveis, sendo eles: básicos e superiores (OLIVEIRA, 2013). Dentro dos processos cognitivos básicos, encontra-se a atenção, a qual é considerada um fator essencial dentro da aprendizagem, podendo ser definida como um mecanismo psicológico que influencia diretamente na ativação e no funcionamento dos processos de seleção, distribuição e manutenção da atividade psicológica (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Das (2002), a atenção corresponde ao processo cognitivo básico para o processamento de informação, atuando com o mecanismo de exploração do ambiente. Liga-se diretamente com a percepção de todas as tarefas do dia a dia (OLIVEIRA, 2013).

Em suma, a partir da pesquisa aplicada com os professores, responsáveis e alunos, os dados gerais desta pesquisa buscaram apontar alguns impactos causados durante o afastamento escolar em decorrências do período pandêmico, sendo: A dificuldade na comunicação e socialização, níveis de ansiedade e estresse elevados e prejuízos na aprendizagem e na atenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada pode-se verificar alguns impactos ocasionados durante o período de afastamento escolar (2020-2021) em

decorrência do período pandêmico, sendo: A dificuldade na comunicação e socialização, níveis de ansiedade e estresse elevados e prejuízos na aprendizagem e na atenção, os quais, através do estudo aplicado mostrou que ainda refletem e persistem durante o período pós pandemia, no ano de 2022.

Os resultados obtidos na aplicação sugerem a importância do acolhimento e do trabalho com as crianças sobre o assunto da pandemia, do que foi vivenciado durante o distanciamento social, conversando sobre os efeitos que persistem de ansiedade, dificuldade de aprendizado, sentimentos de tristeza, inseguranças e outras preocupações, de modo em que possam ser validados e acolhidos.

Ademais, percebe-se a necessidade de que políticas públicas sejam adotadas para que às crianças e os adolescentes que estão em período escolar, vítimas do período da pandemia, possam fazer uma retomada de conteúdos defasados do programa curricular, através de planos governamentais de ensino, com o enriquecimento de repertório de suas habilidades sociais e que possuam o amparo de profissionais treinados para o auxílio nos aspectos psicoemocionais que este movimento pandêmico ocasionou, sendo acompanhados.

Por fim, nota-se a importância do trabalho multidisciplinar dentro desse contexto, partindo de um trabalho com os professores, responsáveis e profissionais da saúde. Sugere-se assim, que a pesquisa seja replicada futuramente para que ações sejam tomadas em todas as esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

(MDS) - FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19 - Crianças na pandemia COVID-19.** Adriana Marinho: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/crianc%CC%A7as_pandemia.pdf. Acesso em 18 de agosto de 2021.

ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

ALMEIDA, A. D. B. **Lidando com os sintomas de ansiedade: uma proposta de intervenção.** São Paulo, 2017. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2691/1/ANGRA%20DE%20OBRI%20ALMEIDA.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2022.

CABALLO, Vicente E. **Manual de Avaliação e Treinamento das Habilidades Sociais**. São Paulo: Gen Santos, 2003.

CIA, Fabiana; BARHAM, Elizabeth Joan. **Repertório de habilidades sociais, problemas de comportamento, autoconceito e desempenho acadêmico de crianças no início da escolarização**. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000100005. Acesso em 9 de set. de 2022.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis. **Educação Infantil - Pra que te quero?**. São Paulo: Artmed, 2001.

DAS, J. P. A Better look at the intelligence. [S, I]: **Current Directions in Psychological Science**, v. 11 - 28-33, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-8721.00162>. Acesso em 15 de set. de 2022.

DAVIS, Claudia; SILVA, Maria Alice S; ESPOSITO, Yara Lúcia. **Papel e valor das interações sociais em sala de aula**. São Paulo, 1989. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6209062>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

FERREIRA, Jane Farias Chagas; *et al.* **Desenvolvendo Habilidades Sociais com Jovens Talentosos: Um Programa e Múltiplas Experiências**. São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100409. Acesso em 15 de set. de 2022.

FIGUEIREDO, Catarina. **Covid-19: O impacto no desenvolvimento infantil**. [S.I], 2020. Disponível em: <https://www.cuf.pt/mais-saude/covid-19-o-impacto-da-pandemia-no-desenvolvimento-infantil>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

FRANCO, Maira V. Amorim; DANTAS, Otília Maria. **PESQUISA EXPLORATÓRIA: APLICANDO INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DADOS – OBSERVAÇÃO, QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA**. Brasília, 2014. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25001_13407.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JANCZURA, Gerson Américo. Processos Cognitivos Básicos e educação. **Psicol. Argum. V. 24, n. 46 p. 39-44, jul./set.** Curitiba, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19891>. Acessado em 15 de set. de 2022.

MANGUEIRA, Liane Franco Barros et al. Saúde mental das crianças e adolescentes em tempos de pandemia: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde, 12(11)**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4919>. Acesso em 19 de agosto de 2021.

MIRANDA, Kacia Kyssy Câmara de Oliveira, *et al.* **AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA: DESAFIOS E PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E**

ALUNOS. Maceió, 2020. Disponível em:
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID5382_03092020142029.pdf. Acesso em 22 de jul. de 2022.

OLIVEIRA, Maria M. Gomes de. **Processos Cognitivos Básicos implicados nas dificuldades de aprendizagens específicas**. Porto, 2013. Disponível em:
https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1939/1/DM_970.pdf. Acesso em 15 de set de 2022.

PANASIEWICZ. Roberlei; BAPTISTA, Paulo Agostinho. **A ciência e seus métodos. Belo Horizonte**, 2013. Disponível em: http://ppg.fumec.br/ecc/wp-content/uploads/2016/12/MethodCientifica_02.pdf. Acessado em 07 de set. de 2022.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 8oed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

PARENTE, Barbara de Andrade Vaz, *et al.* **Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19: Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. Distrito Federal**, 2020. Disponível em:
<https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/14/51>. Acesso em 19 de agosto de 2021.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PIRES, Antonio. A irritabilidade nas Relações Parentais. [S.I]: **Análises Psicológicas, 1 (x): 91-103**, 1992. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Pires-11/publication/277093086_A_irritabilidade_nas_relacoes_parentais/links/5745b73c08ae9ace842416ba/A-irritabilidade-nas-relacoes-parentais.pdf. Acessado em 12 de set. de 2022.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.

RIBEIRO, P.R.M. História da Saúde Mental Infantil: A Criança Brasileira da Colônia à República Velha. **Psicologia em Estudo, v. 11, n. 1, p. 29-38**. Maringá, 2006.

SCHIRMANN, Jeisy Keli; *et al.* **FASES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SEGUNDO JEAN PIAGET**. [S.I]: VI Congresso Nacional da Educação (CONEDU), 2019. Disponível em:
https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092019225225.pdf. Acessa em: 20 de nov. de 2021.

SINIBALDI, Barbara. Saúde mental infantil e atenção primária: relações possíveis. **Revista de Psicologia da UNESP 12(2)**. São Paulo, 2013.

SOUZA, Adilson Veiga e; ILKIU, Giovana Simas de Melo. **Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos**. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. União da Vitória: Kayganguê, 2017.

VYGOTSKY, L. A. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1994.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Fontes, 1968.

ZAMIGNANI, Denis Roberto; BANACO, Roberto Alves. **Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade**. São Paulo, 2005. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100009. Acesso em 09 de setembro de 2022.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO SUICÍDIO NA REGIÃO DO INTERIOR DO PARANÁ E SANTA CATARINA

Janaina Bethmann¹
Geovani Zarpelon²

RESUMO

Este estudo aborda os possíveis perfis epidemiológicos e fatores sociais que englobam o suicídio no Planalto Norte de Santa Catarina e na 6ª Região em Saúde de União da Vitória no Paraná, a fim de analisar as taxas de suicídio dos perfis mais propensos ao ato. A pesquisa de campo contou 146 participantes, na qual foram analisados por idade, escolaridade, se já teve ideias, pensamentos e planejamento de autocídio. O resultado parcial demonstrou maior incidência de ideias suicidas, em jovens de 18 a 25 anos, também estudantes do ensino superior e no sexo feminino, pelo 62,3% tiveram algum tipo de pensamento e ideiação durante sua vida. Estes dados refletem sob a saúde mental da população que merece maior atenção e cuidado, com o incentivo maiores desenvolvimento de pesquisas e debates sob o mesmo.

Palavras chave: suicídio; fatores sociais; saúde mental; perfis epidemiológicos; estatística.

ABSTRACT

This study addresses the possible epidemiological profiles and social factors that encompass suicide in the Northern Plateau of Santa Catarina and in the 6th Region Health Unit of União da Vitória in Paraná, in order to analyze the suicide rates of the profiles most prone to suicide. The field research counted 146 participants, in which they were analyzed by age, education, and whether they had ever had thoughts, ideations, and plans of suicide. The partial result showed a higher incidence of suicidal ideation in young people between 18 and 25 years old, also college students, and in females, for 62.3% had some kind of thought and ideation during their lives. These data reflect on the mental health of the population that deserves more attention and care, with the encouragement of greater development of research and debates on the same.

Key words: suicide; social factors; mental health; epidemiological profiles; statistics.

1 INTRODUÇÃO

Os suicídios são descritos ao longo da história, de diferentes formas pelas sociedades (BOTEGA, 2015). Na qual tem influência direta com a cultura em que os indivíduos estão inseridos, ainda há fatores que vão contribuir para pensamentos e comportamentos autodestrutivos como, emocionais, físicos, sociais e econômicos. O ponto, é que muitas pessoas já pensaram em autocídio, como uma única saída do sofrimento psíquico. Atualmente há vários perfis epidemiológicos para o mesmo, variando de região, idade e escolaridade, mas todos procuram como uma “válvula de escape” (BOTEGA, 2015; CASSORLA, 2017).

¹ Graduanda em psicologia, Ugv- Centro Universitário. E-mail: psi-janainabethmann@ugv.edu.br.

² Mestre em educação Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em psicologia pela Faculdade Guilherme Guimbala. E-mail: prof_geovani@ugv.edu.br.

As ideias suicidas de acordo com Botega (2015) são desde pensamentos passageiros no cotidiano, como também uma dificuldade insolúvel entre viver e morrer. Levando em consideração que os pensamentos suicidas são sobre incertezas e uma maneira de fuga de muitos indivíduos (PEDRO, 2017). Estando associado aos sintomas de depressão e humor deprimido, sendo mais comum entre os jovens de 18 a 24 anos de idade. Acentua-se ainda que nem todas as pessoas com pensamentos suicidas vão cometer ou planejar o ato, mas tendem a maiores propensões (BOTEGA, 2015).

O suicídio é definido por Durkheim (2000) como um ato consciente de uma morte autoprovocada, sendo de maneira positiva ou negativa, dividindo-se em quatro categorias: altruísta, egoísta, anômico e fatalista, estes subdividem-se entre suas formas e “motivações”. As abordagens mais atuais, como apontadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmam que o suicídio é uma alternativa de buscar alívio ao sofrimento psíquico, não como em si uma alternativa, mas sim uma consequência do próprio ato (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Não há uma explicação que possa definir o ato suicida, sendo assim um fenômeno complexo e multifatorial. Envolvendo fatores emocionais, psíquicos, religiosos, sociais, econômicos, individuais e culturais, ressaltando ainda que como explicitado por Émile Durkheim (s.d) e citado pelo Conselho Federal de Psicologia (2013, p.13) “cada sociedade possui uma disposição definida de indivíduos doados voluntariamente para o suicídio” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Com o intuito de fomentar as pesquisas direcionadas aos fatores que englobam o suicídio, destaca-se o interesse do estudo a fim de identificar e coletar dados da região do interior de Santa Catarina e do Paraná. Destacando também, que as pesquisas em relação ao suicídio necessitam estar em constante progresso e buscando atualizações a realidade, para que assim seja possível abrir mais campos de debates para o assunto e assim o desenvolvimento de mais ações preventivas e pós-venção.

Outro ponto importante das pesquisas neste campo, é análise sob como os fatores sociais podem influenciar nas taxas de autocídio e os possíveis perfis epidemiológicos de cada região. Afim de estabelecer políticas/ações que possam ser mais eficientes. Do mesmo modo, corrobora a relevância de se

buscar compreender fatores como o trabalho, idade, religião, escolaridade podem afetar de maneira significativa os indivíduos. Também visa compreender se as pessoas que procuraram algum tipo de ajuda, e se essa gerou mudanças ou pode impactar em futuras decisões.

O questionamento da presente pesquisa trata-se de investigar quais os aspectos sociais que envolvem a incidência estatística de suicídio na região. Tendo como principal objetivo analisar as taxas de suicídio no Planalto Norte de Santa Catarina e na 6ª Região em Saúde de União da Vitória do Paraná a partir dos aspectos sociais e culturais. Também realizar uma pesquisa bibliográfica e exploratória afim de compreender os possíveis perfis mais propensos ao suicídio, verificar a incidência de ideações suicidas em contrapartida dos atos de suicidas e constatar se as pessoas com ideações e/ou tentativas de suicídio buscaram auxílio de algum profissional ou instituição.

2. MÉTODO

A pesquisa trata-se de um estudo de natureza básica, que visa identificar os possíveis fatores sociais que englobam o suicídio. Assim, o mesmo foi separado em três etapas distintas, com uma pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a compilação dos resultados de forma quantitativa e qualitativa. A pesquisa tem característica explicativa, na qual visa identificar fatores que podem contribuir para tais fenômenos possam ocorrer, explicando um “porquê” dos resultados demonstrados. Além do mais, a mesma tem característica de um estudo descritivo, pois visa detalhar e descrever de maneira minuciosa a questão (GIL, 2007 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa bibliográfica foi dirigida a artigos, monografias e livros com conteúdos sobre autocídio, sendo averiguado os números de suicídio e tentativas do mesmo dos estados do Paraná e Santa Catarina. Já a pesquisa de campo, refere-se a coleta de dados junto a população, realiza por *Google Forms*, de uma pesquisa estruturada com 18 questões, sendo disponibilizada online pelo período de duas semanas (03/10/22 a 15/10/22). A partir da verificação coeficientes quantitativos foi avaliado em conjunto com os levantamentos bibliográficos. Chegando nas principais hipóteses de pesquisa.

A pesquisa foi dirigida as pessoas maiores de 18 anos, residentes na região do Planalto Norte de Santa Catarina e na 6ª Regional em Saúde de União

da Vitória Paraná, sendo as seguintes cidades Canoinhas, Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Ireneópolis, Mafra, Monte Castelo, Itainópolis, Papanduva, Porto União, Antônio Olinto, Bituruna, São Matheus do Sul, General Carneiro, Cruz Machado, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e União da Vitória.

O presente estudo passou por aprovação do Núcleo de Ética e Bioética (NEB) da Ugv Centro Universitário, destaca-se ainda que antes de responder o questionário era enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, afim de garantir a proteção e sigilo dos dados. Cabe ainda destacar o sigilo ético na pesquisa acadêmico da graduação em psicológica que apoiada pelo Conselho Federal de psicologia, que garante a integridade, seguridade e sigilo dos dados, buscando não causar qualquer dano ao participante.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa foi direcionada as pessoas residentes o Planalto Norte de Santa Catarina e das cidades pertencentes a 6º Região em Saúde de União da Vitória no Paraná. Sendo as cidades que obtiveram participantes: Canoinhas, Três Barras, Ireneópolis, Major Vieira, Monte Castelo, Porto União, União da Vitória, Paulo Frontin, São Matheus, Crus Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Antônio Olinto e Bituruna.

Ao todo foram 146 respostas validas, sendo que 71% das pessoas possuíam de 18 a 25 e 68% cursam o ensino superior, também 72% destas pessoas atuam profissionalmente. A análise dos dados parte de uma visão generalista, das 146 pessoas entrevistadas 41,8% buscaram alguma maneira de aliviar seus sentimentos em alguma atividade de risco ou que pudesse causar algum dano, 39% já passaram por automutilação e 27% de fato chegaram a planejar o seu suicídio, ou seja, 36 pessoas.

Apenas 37,7% dos entrevistados não tiveram nenhum pensamento ou ideação suicida ao longa da sua vida, os demais 62,3% tiveram algum tipo de ideação ou pensamento suicida sendo de maneira frequente, rara ou as vezes. Os sentimentos mais destacados para “busca” do suicídio foi o sentimento de fuga da realidade, solução e aflição. Das pessoas com pensamentos e ideações suicidas apenas 43,8% buscam algum auxílio seja profissional ou social, ou com maior número de procura consecutivamente foi a psicoterapia, psiquiatria e a

religião. Metade das pessoas entrevistadas relataram que as pessoas recebem tratamento e compreensão de maneira parcial, já outras 46% acreditam que não recebem compreensão e nem tratamento adequado.

Na pesquisa 96 pessoas afirmaram já ter tido algum tipo de pensamento suicida ao longo de sua vida. Outro dado que chama a atenção é que 22% dos entrevistados que já planejaram suicídio ou pensaram autocídio nos últimos dias da pesquisa realizada no início de outubro de 2022. De acordo com Botega (2015) a cada 100 habitantes 17 tem pensamentos suicidas, 5 tem um plano, 3 fazem tentativa e 1 é atendida no pronto socorro. Das 111 mulheres que participaram 30 já planejaram seu suicídio, já de 35 homens participantes 6 deles planejaram suicídio.

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, na região de União da Vitória no Paraná pelo (CIR) que corresponde a 6º em Saúde do estado, nº 41006, em 2019 houveram 20 óbitos por lesões autoprovocadas em 2020 o número foi de 15 mortes (DIVE/PR, 2022). Na região do Planalto Norte de Santa Catarina (CIR) conforme o nº 42012 em 2019 houve 42 mortes por lesões autoprovocadas intencionalmente e em 2020 foram 38 (DIVE/SC, 2022).

Os dados fornecidos pelo Sinan, Sistema de Informação de Agravos de Notificação na qual diz a respeito das notificações de lesões autoprovocadas a 6º em saúde do estado, nº 41006, em 2019 houveram 159 registros e no ano de 2020 foram 111 casos registrados (DIVE/PR, 2022). De acordo com o Sinan, as notificações individuais de autolesões na região do Planalto Norte de Santa Catarina (CIR) conforme o nº 42012 no ano de 2019 foi de 665, já em 2020 foram de 464 notificações (DIVE/SC, 2022).

Para análise dos dados de mortes autoprovocadas, foi levantado os dados das instituições de ajuda que atenderam a região do Paraná e Santa Catarina, com isso também foi possível analisar o sofrimento psíquico da região. Um dos centros consultados foi o Centro de Valorização à Vida (CVV). Este oferece apoio emocional por meio de ligação e chat online para os indivíduos com sofrimento psíquico possam desabafar e sentirem-se ouvidos (CVV, 2022). A organização entre abril de 2020 a dezembro de 2020 regional do estado do Paraná houveram 133.653 atendimentos e em Santa Catarina no mesmo período 84.005. Já no ano de 2021 totalizaram-se no Paraná 192.843 atendimentos e em Santa Catarina 125.939 (CVV, 2020; 2021, 2022).

Sob o mesmo enfoque a intuição União Pró-Vida (UPV) que oferece apoio emocional da região de Porto União-SC, por meio de WhatsApp, ligação e atendimento presencial para população com os mesmos preceitos do CVV. Os dados disponibilizados pela rede de apoio União Pró-Vida de Porto União-SC atenderam de 01 setembro de 2017 a 31 de março de 2022, 1.343 pessoas pelas modalidades de atendimento virtual, presencial, telefonemas e plantões itinerantes, com 17,72% destes atendimentos com ideações suicidas (UPV, 2022).

O suicídio refere-se às mortes por causas externas, as causas externas abrangem falecimentos por trânsito, homicídios, guerras e conflitos. Além de que, em alguns casos destaca-se a complexidade de se determinar a morte acidental de uma planejada (BOTEGA, 2015). É importante ressaltar que os coeficientes nacionais ocultam grandes variações regionais. Levando em consideração que algumas mortes não são caracterizadas como autocídio, como embora tenha ocorrido em um ato autoprovocado, como por exemplos enforcamentos, afogamentos, envenenamentos desta maneira os números de suicídios podem ser ainda maiores do que os indicados (BOTEGA, 2014).

De acordo com Botega (2015) as ideações, planos e tentativas de suicídio são bem maiores e predominante no sexo feminino, porém o mesmo utiliza métodos menos letais de atos de autocídio. Outro ponto a ser destacado que a ideações e tentativas suicídio entra jovens entre 18-28 anos tem um alto grau de risco de pré-disposição. Outro ponto que a pesquisa foi realizada por *google Forms* para evitar perguntas que pudessem desencadear sentimentos a pessoas que estão sofrimento psíquico não foi levantado questões de tentativas e internações.

Não há uma explicação que possa definir o ato suicida, sendo assim um fenômeno complexo e multifatorial. Envolvendo fatores emocionais, psíquicos, religiosos, sociais, econômicos, individuais e culturais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Estando relacionado como a forma subjetiva de cada um, seus valores culturais e morais, também seus padrões comportamentais, como se a transtornos mentais e ou de humor, ambiente onde vive e dinâmica familiar (SOUZA, 2007; GONÇALVES; GONÇALVES; JÚNIOR, 2011; BOTEGA, 2014; PEDRO, 2017).

Os principais fatores elencados pelos estudos pelas altas taxas das mortes autoprovocadas no Sul do Brasil, não possuem causas a ser definidas e cristalizadas. Mas sim, há uma gama de condições que levam a tendências suicidas, estando ligada com a colonização da região que por muitos anos foram predominantemente rural, cultivando costumes passados de gerações em gerações, reserva de sentimentos, interligado com o fator do êxodo rural, inserção no mercado de trabalho, utilização de agrotóxicos e as condições climáticas. Possuindo diversos aspectos que compilam para a problematização que varia de cada região (SOUZA, 2007; GONÇALVES; GONÇALVES; JÚNIOR, 2011; CARBONI; SCHLÖSSE, 2020; MAHEIRIE, 2022).

Ainda na pesquisa não foi possível responder um dos principais questionamentos dos fatores sociais que estariam ligados a alta incidência de pensamentos e ideações suicidas nas regiões citadas no estudo. Porém com os resultados parciais da pesquisa foi possível avaliar a da saúde mental desta determinada população. Levantando novas hipóteses de pesquisa sobre a saúde mental do sexo feminino da região e dos jovens predominantes em instituições de ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo cabe ressaltar a importância de levantar as novas hipóteses da pesquisa e os novos questionamentos surgidos com a compilação dos dados. A respeito do grau elevado de ideações e pensamentos suicidas entre os jovens, estudantes e mulheres, cabe ainda enfatizar a relevância se proporcionar pesquisas nas áreas de saúde mental, para melhoria de políticas públicas a saúde mental destas regiões.

Por mais que sejam dados parciais, destacam a importância de se demonstrar dados tão significativos a população na qual mais da metade das pessoas entrevistadas já tiveram pensamentos e ideações suicidas, gerando maior propensão a um ato futuro. Cabe ainda desenvolver mais pesquisas para responder os questionamentos que não puderem serem respondidos dos fatores sociais que poderiam estar ligados as altas taxas de ideações e suicídio na região. Deste modo, cabe o incentivo a futuras pesquisas na saúde mental das populações de cidades interioranas para a maior compreensão dos possíveis fatores. A pesquisa serve como uma análise parcial dos dados de ideações

suicidas da região e como a frequência destes pensamentos e planejamentos é frequente entre os jovens e estudantes.

Ainda cabe salientar necessidade de expandir diálogos de debates sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico na comunidade. Enfatizando o acolhimento, escuta e encaminhamentos adequados as pessoas com ideias suicidas. Também se destaca o desenvolvimento de políticas públicas acessíveis a toda a população sobre esse tema, que precisa ser proferido em ambientes estudantis, trabalhos, assistências e saúde. Para desta maneira seja possível proporcionar maior comunicação e apoio as pessoas em sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Rev. Psicologia USP**, v. 25, n. 3, p. 231-236, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/HBQQM7PGMRLfr76XRGVYnFp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2022.

BOTEGA, Neury José. **Crise suicida**, avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CARBONI, Caroline; SCHLÖSSER, Adriano. Incidência de suicídio consumado em cidades do meio oeste de Santa Catarina, Brasil. **Rev. Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 40, n.99, p. 216-226, São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v40n99/a06v40n99.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CASSORLA, Roosevelt Moises Smeke. **Suicídio**: fatores inconscientes e aspectos socioculturais, uma introdução. São Paulo: Blucher, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

Centro de Valorização à Vida. 2021. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CVV-Relatorio-1-Trimestre-2021_Baixa.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DIVE. Governo do Paraná, Tabnet. 2022. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10pr.def>>. Acesso em: 21. out. 2022.

DIVE. Governo de Santa Catarina. **Tabnet**. 2022. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10sc.def>>. Acesso em: 21. out. 2022.

Facebook. União Pró-Vida. Atendimentos. 19 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniao providasentimentos/photos/a.2837882862952030/7353473721392899/>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil, UAB/UFRGS, Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GONÇALVES, Ludmilla R. C; GONÇALVES, Eduardo; JÚNIOR, Lourival Batista de Oliveira. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Rev. Nova Economia**, v. 21, n.2, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/rNZc9zpMhgq5FfHSTwjbK3n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MAHEIRIE, Tayana Camila. **Perfil epidemiológico dos casos de suicídio no estado de Santa Catarina entre 2019 e 2021**. Dissertação bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/234024/TCC%20-%20Tayana%20Camila%20Maheirie.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 out. 2022.

O CVV- CVV. **Centro de Valorização à Vida**. 2022. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/o-cvv/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PEDRO, Jullyane Rocha São. O suicídio enquanto um fenômeno sócio-histórico: possíveis atuações e desafios da Psicologia. **II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**, Campina Grande, junho, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA5_ID1568_30042017192612.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022. março).

Relatório de Atividades Nacionais do CVV- 2º Trimestre de 2021 (abril/ maio/ junho). **Centro de Valorização à Vida**. 2021. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2021/07/CVV-Relatorio-2-Trimestre-2021_FINAL.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório de Atividades Nacionais do CVV- 3º Trimestre de 2021 (julho/ agosto/ setembro). **Centro de Valorização à Vida**. 2021. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2022/02/CVV-Relatorio-3-Trimestre-2021.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório de Atividades Nacionais do CVV- 4º Trimestre de 2021 (outubro/ novembro/ dezembro). **Centro de Valorização à Vida**. 2021. Disponível em:

<<https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2022/02/CVV-Relatorio-4-Trimestre-2021.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório Mensal de atividades Nacionais do CVV Abril 2020. **Centro de Valorização à Vida**. 2020. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/2020_05_06_CVV_Relatorio_Mensal_Abril20.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Relatório Mensal de atividades Nacionais do CVV Dezembro 2020. **Centro de Valorização à Vida**. 2020. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2021/03/CVV-Relatorio-Mensal-Dezembro-2020_baixa.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório Mensal de atividades Nacionais do CVV Agosto e Setembro 2020. **Centro de Valorização à Vida**. 2020. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CVV-Relatorio-Mensal-Agosto-e-Setembro-2020_baixa.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório Mensal de atividades Nacionais do CVV Junho e Julho 2020. **Centro de Valorização à Vida**. 2020. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CVV-Relatorio-Mensal-Junho-e-Julho-2020.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório Mensal de atividades Nacionais do CVV Maio 2020. **Centro de Valorização à Vida**. 2020. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/2020_07_CVV_Relatorio_Mensal_Maio.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Relatório Mensal de atividades Nacionais do CVV Outubro e Novembro 2020. **Centro de Valorização à Vida**. 2020. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2022/02/CVV_Relatorio-de-Atividades_Outubro-e-Novembro-2020.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SOUZA, Keila Rodrigues de. **Suicídio e desenvolvimento regional**: Um estudo sócio-econômico da incidência da auto-violência nas mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990 a 2005. Dissertação, mestrado em Agronegócio, Universidade Estadual do Paraná, Unioeste, Toledo, 2007. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2157/1/Keila%20Rodrigues%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA PROPRIEDADES RURAIS

Cristiano Damaceno¹
Dionathan Bronoski
Cardoso²
Jefferson Cesar dos
Santos³

RESUMO

Este trabalho visa mostrar os métodos e ferramentas mais importantes para o planejamento estratégico no agronegócio, com foco na gestão de alta tecnologia na agricultura, com o objetivo de reduzir e maximizar custos e aumentar a produção, qualidade e rentabilidade para os empreendedores rurais. Também estão apresentados métodos para realizar o planejamento, incluindo instruções passo a passo de como utilizar as ferramentas de gestão, além de tecnologias baseadas no agronegócio para melhorar a execução das atividades. Busca ainda abordar questões relacionadas a mão de obra e quais as qualificações exigidas, bem como onde obtê-las. Com isso, o gestor da propriedade poderá obter dados e resultados a fim de desenvolver estratégias e ações para a execução da produção em uma propriedade rural com o mínimo de dispêndio, aumentando assim a receita do empresário e com as qualificações adequadas de mão de obra, pode-se alcançar o sucesso de uma propriedade autossustentável e lucrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Fazenda; Agronegócio; Produção; Qualidade; Rentabilidade.

ABSTRACT

This work aims to show the most important methods and tools for strategic planning in agribusiness, focusing on high technology management in agriculture, with the objective of reducing and maximizing costs and increasing production, quality, and profitability for rural entrepreneurs. This paper demonstrates methods for conducting planning, including step-by-step instructions on how to use management tools, as well as agribusiness-based technologies to improve the execution of activities. It also seeks to address issues related to labor and what qualifications are necessary, as well as where to obtain them. With this, the property manager will be able to obtain data and results to develop strategies and actions for the execution of production on a rural property with minimal expenditure, thus increasing the entrepreneur's income and with the appropriate qualifications of labor, one can achieve the success of a self-sustaining and profitable property.

KEYWORDS: Farm; Agribusiness; Production; Quality; Profitabilit.

INTRODUÇÃO

O planejamento estratégico é uma ferramenta que permite que empreendedores e produtores rurais visualizem suas atividades e ações futuras, que normalmente são projetos de longo prazo que focam no que se pretende produzir, quanto produzir e quando produzir nos próximos anos, evitando o desperdício de tempo ao analisar os cenários potenciais que podem

¹ Graduado em Matemática pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Especialista em Educação Matemática pela Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestre em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (Uniguaçu).

² Engenheiro de Produção pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU).

³ Graduado em Matemática pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Especialista em Educação Matemática pela Estadual do Paraná (UNESPAR). Professor no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (Uniguaçu).

se configurar ao longo dos anos.

Sendo assim, o presente artigo envolve propostas que compreendem períodos variáveis. A implantação de uma exploração rural pode não depender somente de um produto, mais sim envolver várias opções para o mercado e utilizar o máximo possível da sua propriedade diversificando sua produção e tendo assim atividades o ano inteiro eobtendo mais de uma renda anual e mantendo tarefas a todo o momento aumentandoa gama de produtos em seu portfólio (SOUZA, 1995).

Uma questão importante é analisar o mercado para não exagerar na hora de realizar as compras de matéria prima utilizadas na propriedade e levar controlado os gastos de produção, mão de obra e outros gastos gerados na produção para não tornar o produto caro perdendo mercado para a concorrência e diminuindo a lucratividade dos produtos podendo levar o empresário rural a encerrar suas atividades (SOUZA, 1995).

Com essas análises, o produtor ou empresário poderá ter bons parâmetros para planejar e realizar sua produção sabendo que trará um bom resultado e, conseqüentemente, um produto de alta qualidade e um lucro considerável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Planejamento estratégico é um processo gerencial que se refere à formulaçãopara seleção de programas de ação e para sua execução, levando em consideração as condições internas e externas do ambiente que está sendo planejado. Sendo usadorecursos disponíveis de forma eficiente aumento a produtividade, qualidade, lucratividade, sendo uma parte crucial do empreendedorismo (ALDAY, 2000).

Nesse contexto, o planejamento estratégico incorpora as principais políticas mentais e sequências de ações a serem seguidas pela administração da propriedade. Utilizar essa estratégia como ferramenta na tomada de decisões, determinando quais caminhos tomar e quais planos de ação implementar para atingir os objetivos ou resultados da empresa, pode conduzir os processos produtivos a resultados melhores. (SOUZA,1995).

Além disso, qualquer pessoa responsável por um negócio pode usar a

análise SWOT para identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças ao negócio, e as Cinco Forças de Porter para analisar a concorrência e missão, visão e valores para determinar uma direção estratégica, variando a partir da integração das operações aos rumores e motivação da empresa. Outra ferramenta essencial, sobretudo para o início do ano, é a definição de metas para pequenas e medias propriedades, fundamental para o planejamento do ano (ALDAY, 2000).

Além da análise SWOT a utilização do diagrama de ISHIKAWA é importante em uma propriedade para se saber como reais que acometem as causas dos problemas das atividades. Com essa ferramentatemos uma melhor visibilidade do problema a serem enfrentados, porém esse método não revela a gravidade do problema. Para utilizar essa ferramenta é preciso conheceros 6 M's de *Ishikawa* que são método, máquina, medias, meio ambiente, material e mão de obra, e com esses M's vem as perguntas que devemos fazer para tenhamos dados mais precisos para as análises (SOUZA, 2018). O Quadro 1 mostra um resumo dos 6 M's:

M	Nome	DESCRIÇÃO
1	Método	como a forma de desenvolver o trabalho influencia o problema?
2	Máquina	como os equipamentos são utilizados no processo influenciam o problema?
3	Medida	como as métricas utilizadas para medir o desenvolvimento da atividade influenciam o problema?
4	Meio ambiente	como o meio em que a atividade está sendo desenvolvida influencia o problema?
5	Material	como a qualidade e o tipo dos materiais utilizados influenciam o problema?
6	Mão de obra	como as pessoas envolvidas na atividade influenciam o problema?

Quadro 1: Resumo dos 6 M's de acordo com Souza (2018)

Segundo Souza (2018), o 5W2H é uma ferramenta muito útil e simples que pode ser utilizada para planejar as atividades do imóvel que será desenvolvido, melhorando assim a produtividade e, conseqüentemente, a rentabilidade. O objetivo da ferramenta é formalizar as ações e atividades que serão desenvolvidas para evitar erros ou omissões. Essa ferramenta consiste basicamente em seis questões básicas que resultam na criação de uma lista de ações críticas para qualquer plano. O quadro 2 descreve o 5W2H de acordo com Souza (2018).

Método 5W2H			
5W	Nhat?	O que?	Qual o objetivo da atividade a ser realizada ou qual ação deve ser executada
	Who?	Quem?	Quem são os envolvidos na atividade (equipe de colaboradores da propriedade) ou quem são os envolvidos em cada ação (liderança e liderados)
	Where?	Onde?	Onde a atividade será aplicada ou onde cada etapa do plano de ação será realizada
	When?	Quando?	Tempo gasto para a execução da atividade ou quando essa ação será executada
	Why?	Por quê?	Porque realizar a atividade ou porque essa ação é necessária
2H	How	Como?	Como será realizado a atividades ou como cada ação deverá ser executado – o passo a passo
	How Much?	Quanto custa?	Quanto custara a atividade ou qual o custo de cada ação, de acordo com as possibilidades financeiras da propriedade e produtor e assim permitindo alterações e adequações das atividades e ações a serem desenvolvidas

Quadro 2: Descrição das etapas de 5W2H

Outra ferramenta de não pode deixar de lado para a gestão do agronegócio é o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act,), essa ferramenta também é simples para ser usada e busca otimizar as operações, os processos e produtos de forma contínua sempre buscando o aumento da qualidade e produtividade da propriedade através da redução de custos e desperdícios de insumos utilizados na propriedade (SOUZA, 2018).

Essa técnica é desenvolvida em quatro passos de acordo com Souza (2018):

- Plan – Planejar: esta é a primeira etapa onde será desenvolvido um plano de ação levando em conta a cultura organizacional da propriedade (missão, visão, valores etc.) onde serão estabelecidos os objetivos que almeja alcançar, as ações a serem realizadas para tal feito, e onde será feito as estratégias de ações para diminuir erros e evitar falhas nas atividades.
- Do – Fazer: com o planejamento em mãos será necessário colocá-lo em prática. Além de dar start nas ações definidas anteriormente, será

necessário capacitar os colaboradores para que a estratégia ocorra de modo correto. E é de extrema importância o acompanhamento para garantir que tudo esteja conforme o planejamento inicial.

- Check – Verificar: nesta fase é a verificação dos resultados que estão sendo obtidos até então. Para melhorar ainda mais e ter um planejamento mais eficaz é ideal fazer análises desde o início do planejamento para verificar se serão necessárias mudanças e alterações, para que isso ocorra é necessário relatório periodicamente para análise e realizar mudanças no tempo certo de prejudicar as atividades a serem desenvolvidas.
- Act – Agir: com as informações das fases anteriores e principalmente a fase de verificação todas as falhas e erros serão encontrados. Desta forma o planejamento inicial poderá ser aperfeiçoado. Além de ser investigado quais são os motivos que geram os efeitos negativos assim conseguindo corrigi-los.

A ferramenta GUT é uma das estratégias que é utilizada para a gestão do agronegócio ela pode ser trabalhada de forma conjunta com as demais ferramentas citadas acima. Ela irá auxiliar a alancar os demais problemas da propriedade com o objetivo em mostrar a gravidade, urgência e tendência desta forma analisando de forma mais detalhada as ameaças dentro da propriedade rural podendo assim estabelecer um cronograma para a resolução desses tais problemas (SOUZA, 2018). A GUT baseia-se em três elementos:

- Gravidade: é o grau de impacto que determinado problema irá causar para sua propriedade e em suas atividades a serem desenvolvidas, esse grau varia de 1 a 5 sendo 1 = sem gravidade e 5 = extremamente grave.
- Urgência: é a pressão de tempo para seja realizada a resolução da eventual ameaça. Na grande maioria os problemas mais graves estão relacionados com leis e tem menor prazo. Essa etapa tem seus níveis de avaliação de 1 a 5, onde 1 = pode esperar e 5 = necessita de ação imediata para resolvê-lo.
- Tendência: é o resultado que poderá ocasionar caso nenhuma ação seja feita para que seja resolvido o problema. A avaliação

desta etapa também vai de 1 a 5 em que 1 indica que não irá mudar e 5 indica irá piorar imediatamente.

Essas são algumas das ferramentas mais importante e de fácil aplicação para a gestão de um agronegócio, onde o produtor ou o gestor já consegue ter uma ótima visualização do que está ocorrendo em sua propriedade e otimização na produção e gestão obtendo assim melhores rendas (SOUZA, 2018).

Quando o produtor tem uma boa gestão o trabalhador “veste a camisa” e possui interesse em ver a propriedade crescer. Deste modo, a gestão de pessoas dentro da propriedade rural possui estratégias que visem estimular o desenvolvimento profissional e pessoal (SANTOS, 2019).

Em primeiro lugar, é necessário avaliar o estado atual do negócio rural, colocando em prática a análise SOWT. Depois de fazer isso, o próximo passo é aprofundar a compreensão do envolvimento da equipe no projeto, familiarizando - se com os pontos fortes e fracos.

O PCP é dos recursos produtivos e aplicação dos recursos produtivos de atender e atender, da melhor maneira possível, os planos estabelecidos em níveis estratégicos, táticos e operacionais, ou seja, ferramenta, como mencionarmos, essa ferramenta permite controlar. (MONTOR, 2020).

Segundo a CNA (2020), a segurança no trabalho é um fator importante para o setor agrícola, que emprega cerca de 18 milhões de pessoas, ou 20% de todos os profissionais do país. Os riscos de acidentes vão desde os que envolvem máquinas e equipamentos usados em tarefas de manutenção de propriedades até riscos químicos associados com a manipulação de defensivos agrícolas (agro toxinas). (SANTOS, 2019).

Os principais pontos da NR 31 por se tratar de uma norma que se refere a uma área muito diversificada, ela tem uma série de elementos que devem ser seguidos pelos produtores rurais, são estas:

- as diretrizes para o trabalho com o uso de agrotóxicos e produtos semelhantes;
- regulamentação sobre o descarte de materiais e resíduos, reduzindo o impacto que o agronegócio gera no ambiente;
- elementos relacionados à ergonomia para o trabalhador rural;
- procedimentos de segurança para trabalhadores que operam

máquinas e equipamentos;

- diretrizes para o transporte de cargas, inclusive, de trabalhadores no meio rural;
- procedimentos para os trabalhadores que precisam lidar com animais no ambiente de trabalho;
- disposições sobre a proteção de trabalhadores em relação à exposição ao clima;
- determinação dos EPIs que devem ser utilizados pelos trabalhadores rurais.

Juntamente com as diretrizes citadas acima também está descrito as obrigações do empregador rural em relação aos colaboradores e ao ambiente de trabalho sendo estas;

- ser responsável por avaliar os riscos e condições de trabalho no seu ambiente e, a partir disso, adotar medidas de prevenção e de proteção dos trabalhadores;
- promover melhorias de forma a prover ótimas condições de saúde e segurança para o time;
- analisar causas de acidentes e doenças de modo a evitar que eles ocorram novamente;
- instruir os colaboradores sobre os procedimentos que eles devem adotar para assegurar a própria segurança;
- deve fornecer todos os EPIs necessários para salvaguardar a saúde e a segurança da equipe.

Segundo a norma o empregador rural ou equiparado também deve disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência compostas, de instalações sanitárias, locais para refeição, alojamentos, local adequado para preparo de alimentos, exceto quando os alimentos forem preparados fora da propriedade e lavanderias para que o colaborador nos intervalos possa ter esses ambientes disponíveis para o uso adequadamente obtendo a higiene necessárias no ambiente de trabalho mantendo o colaborador motivado a permanecer desenvolvendo suas funções dentro da propriedade, assim mostrando que o empregador se preocupa com o bem-estar de seus

colaboradores (NR 31, 2021).

Com de todas a tecnologias envolvendo o agronegócio o gestor deve sempre está atento as cotações, importações, bolça de valores entre outros, para determinara melhor hora para a venda de seu produto e a compra de insumos diminuindo assimos seus gastos e ter uma visão holística para eventuais oportunidades de o que surgem no decorrer no ano safra. (MENDES, 2019)

Aparentemente seria algo positivo traz à tona outra realidade: a falta de mão de obra especializada. Encontrar um profissional para determinadas funções tem se tornado uma verdadeira dor de cabeça para os produtores rurais. O SENAR é a escola que tira a tecnologia das prateleiras e leva ao campo, ondehá necessidade, e aplica as pesquisas, onde há demanda. Com a tecnologia presente no senário agroindustrial como já citado, para um bom planejamento deve-se levar emconsideração os seguintes pontos;

- Determinação dos objetivos;
- Análise do ambiente externo;
- Análise interna da propriedade;
- Geração e avaliação das metas e estratégias.

Segundo Souza (1995), esses pontos são os principais que devem ser levados em consideração para planejar bem a produção. Onde ocorre o erro mais comum e nesta fase do planejamento, para saber para onde eu vou, preciso saber onde estou, aí começam os problemas, neste caso a ferramenta mais indicada seria a análise SWOT. Porém, para transformar em potencialidades esses erros devemos seguir os seguintes passos que para são importantes, segundo Souza (1995);

- Determine a meta: O caminho pelo qual se deseja seguir é o ponto de partida do planejamento, e os objetivos de comunicação que se deseja alcançar devem ser bem estabelecidos.
- Analise a organização: É necessário conhecer bem a empresa, identificandode maneira detalhada quais são os pontos fortes e fracos da corporação.
- Determine missão, visão e valores da corporação: A definição de missão, valores e visão da empresa devem ser totalmente conhecidas, permitindo que o planejamento siga de acordo com tais políticas da organização.
- Identifique seu público Além da empresa, deve ser analisado,

também, o público com o qual se deseja conversar; podendo definir os melhores caminhos para chegar aos principais objetivos.

- Identifique os objetivos da ação. Demanda de mercado, interesses e políticas de relacionamento com stakeholders devem ser devidamente mapeados e identificados.
- Dê importância à imprensa. A construção de um bom relacionamento com os profissionais da propriedade é essencial para o sucesso de qualquer planejamento estratégico que tenha foco na comunicação.
- Defina objetivos, estratégias e metas. É fundamental ter estabelecidos quais são os objetivos que se deseja alcançar, quais são as ferramentas que se possui para isso e em quais prazos isso deve ser realizado.
- Planeje a ação. Defina os planos que serão capazes de levar a empresa aos seus objetivos de maneira detalhada.
- Faça a monitoração. Cronogramas podem ser uma boa opção para avaliar o andamento dos planos que estão sendo postos em prática.
- Avalie os resultados. A partir do controle do planejamento, é possível avaliar os resultados da sua estratégia; modificando ou mantendo as ações que trouxeram bons ou maus resultados.

Isto pressupõe a necessidade de um processo decisório que ocorre antes, durante e depois de sua elaboração e implantação na propriedade. Portanto a função requer um modo de pensar que objetive responder a indagações referentes aos diversos questionamentos sobre o que será feito, como, por quem e com que recursos, bem como onde e quando será executado (VALE, 2000).

Entretanto o administrador da propriedade em conjunto com seus consultores técnicos, deve avaliar estratégias alternativas para alcançar seus objetivos, comparando as e avaliando os resultados de cada uma delas. O processo de tomada de decisão deve envolver os passos;

- Identificar e definir o problema;
- Coletar dados, fatos e informações relevantes;
- Identificar soluções alternativas e analisá-las;
- Tomar a decisão selecionando a melhor alternativa;
- Implementar a decisão;
- Avaliar os resultados e assumir a responsabilidade pelos resultados;

Dessa forma, você pode reduzir os riscos na hora de tomar uma decisão, selecionando a opção que funcionará melhor em determinada circunstância.

Independentemente da atividade desenvolvida, as mudanças tecnológicas são hoje fortemente sentidas nas cadeias agroindustriais nacionais.

Sendo assim o Brasil detém terras abundante, planas e baratas o que proporciona maiores investimentos em tecnologias para a agricultura e pecuária busca rentabilidade e qualidade nos seus produtos, representando a geração de U\$ 6,5 trilhões/ano, e no Brasil, em torno de R\$ 350 bilhões, ou 26% do PIB (29%, segundo a Confederação Nacional da Agricultura - CNA). Tendo uma importância significativa na geração de empregos é o setor econômico que mais ocupa mão-de-obra, ao redor de 17 milhões de pessoas, que somados a 10 milhões dos demais componentes do agronegócio, representa 27 milhões de pessoas, no total. O agronegócio brasileiro passou por um grande impulso entre as décadas de 1970 e 1990, com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, proporcionando o domínio de regiões antes consideradas “inóspitas” para a agropecuária. Isso fez surgir a oferta a oferta de muitos produtos. O país passou então a ser considerado como aquele que dominou a “agricultura tropical”, chamando a atenção de todos os seus parceiros e competidores em nível mundial (CNA, 2020, Online).

Atualmente, as exportações importantes do Brasil incluem itens do complexo soja, carnes animais e seus derivados, açúcar e álcool, madeira (papel, celulose e outros tipos), café, chá, tabaco, algodão e fibras têxteis vegetais, frutas e seus derivados, horticultura, cereais e seus derivados, e borracha natural. (VILARINHO, 2006, Online).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)2015 a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Entre as décadas de 1870 e 1980 o Brasil sofreu intenso processo de êxodo rural, onde a mecanização da produção expulsou grande parte dos trabalhadores do campo para a cidade que foram em busca de oportunidades de emprego que haviam perdido no meio rural, isso nos mostra que hoje em dia não está fácil conseguir mão de obra qualificada pois poucas pessoas querem trabalhar no agronegócio com isso há muitas vagas em aberto e com boa remuneração. Com isso o empresário rural tem que se adequar com as tecnologias e gestão do seu modelo de negócio tornando mais atrativo para ter a funcionários qualificados que estejam dispostos a realizar sua carreira

neste seguimento que é muito lucrativo e tem bons benefícios (IBGE, 2015, Online).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste projeto está centrada na coleta de dados, revisão bibliográfica e pesquisa aplicada, resultando no desenvolvimento de um processo analítico teórico que atrela ao desenvolvimento de pesquisas com as ideias principais dos autores. Como resultado, realizamos leituras de artigos, livros e pesquisas em sites relacionados à gestão do agronegócio, que serviram de reforço teórico dentro de nossa linha de pesquisa, demonstrando que ao combinar as demais ideias, podemos criar ações para melhorar o desempenho do negócio.

Com base nas análises dos produtores rurais, descobriu - se que há uma vulnerabilidade no planejamento estratégico das propriedades rurais. Assim, foram feitas pesquisas para melhorar esse ponto negativo no agronegócio. As buscas foram realizadas nos principais sites governamentais, bem como em outros sites relacionados ao mesmo objetivo. Por fim, buscaram livros de gestão que mostrassem como, quando usadas corretamente, as ferramentas aumentam as chances de não cometer erros e, como resultado, podem melhorar a qualidade de seu produto.

Este trabalho foi criado a partir das ideias de vários autores, demonstrando o que cada um pode contribuir para a agricultura e os negócios rurais. Também é discutida a norma regulamentadora, que é de extrema importância no planejamento, pois devemos considerar não apenas o imóvel em si, mas também os colaboradores e recursos que estarão disponíveis, permitindo que as atividades sejam realizadas com total segurança.

Procurou - se expor as ferramentas utilizadas na indústria por engenheiros e administradores, que, aliadas às informações e conhecimentos de um agrônomo da área de lavoura e de um veterinário da área de pecuária, tornaram -se aliados para permitir que o produtor gerencie sua propriedade com mais facilidade, evitando erros na produção e execução da atividade.

Para esta revisão bibliográfica, foram utilizados diversos métodos de pesquisa como livros , bibliotecas virtuais, sites governamentais e sites agrícolas , como demonstram os autores Souza (1995) e Alday (2000), que

ênfatizam a importância do planejamento estratégico .Investigar se os produtores rurais podem utilizá-los como ferramentas importantes em suas operações.Com base nessas assertivas , a pesquisa de Souza (2018) sobre ferramentas de gestão demonstra como aplicar esse método de forma correta e assertiva nas atividades imobiliárias , resultando em aumento de receita para o empresário rural .

Juntamente com os planos, buscou - se analisar o comportamento das pessoas para que elas desenvolvam suas atividades com maior competência, com o entendimento de que se o trabalhador está feliz com o que está fazendo, o trabalho se torna mais prazeroso e ele consegue para realizá-lo com maior qualidade, resultando em maior rentabilidade do imóvel .Segundo Santos (2019), o que deve ser feito com o feedback dos colegas de trabalho e empregadores é um diálogo intenso com o gestor em busca de alternativas viáveis para melhor adequar o trabalhador na função em que ele se destaca , tornando tais atividades mais bem fundamentado.

Para tirar o máximo proveito dessas ferramentas, devemos manter as informações nas ferramentas digitais e visuais atualizadas, para que, quando for necessária uma decisão, seja mais fácil corrigir o problema rapidamente e para futuras safras, possamos antecipar a eventual ocorrência. Souza (2018) demonstra como utilizar ferramentas como GUT e 5W2H, entre outras, para dar ao empreendedor rural total controle sobre sua propriedade.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os fatos aqui mencionados somam - se às teorias do trabalho já desenvolvidas por vários autores, que apontam para quais decisões devem ser tomadas após a safra. O que pode ser feito para uma boa gestão é obter as informações necessárias e interpretações corretas desses dados, bem como treinar colaboradores na área de atuação e tecnologias que envolvem esse meio. Há uma carência significativa de mão de obra qualificada no setor de tecnologia, mas o crescimento do mercado está abrindo novas oportunidades para quem é qualificado. As propriedades que adotam o modelo de planejamento estratégico crescem a cada dia, pois é importante notar que as análises realizadas pelos profissionais na busca pela qualidade dos produtos e diversificação de suas atividades abrem portas para a obtenção de lucros no

final do ano. Os fatos aqui mencionados somam-se às teorias do trabalho já desenvolvidas por vários autores, que apontam para quais decisões devem ser tomadas após a safra. O que pode ser feito para uma boa gestão é obter as informações necessárias e interpretações corretas desses dados, bem como treinar colaboradores na área de atuação e tecnologias que envolvem esse meio.

É fundamental que o planejamento seja realizado da maneira mais ecologicamente correta possível, analisando os fatores ambientais envolvidos na realização de tais tarefas, a fim de maximizar o uso do meio ambiente e minimizar o impacto na produção de sua cultura. Muitas propriedades têm utilizado recursos renováveis para a produção de bens, como o plantio direto, que semeia aveia e depois semeia outra cultura em sua palha. Esse método de plantio resolve diversos problemas, como a erosão do solo, e proporciona benefícios como fixação de nitrogênio e adsorção do solo com sua plantação.

Com os métodos aqui apresentados, pode - se garantir um bom manejo, que maximiza os lucros e reduz drasticamente os custos de produção e operação das lavouras rurais. O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) também demonstra como serviço realizar uma boa gestão e planejamento conforme a necessidade de cada cliente, assim como um serviço personalizado para cada cliente.

Para que uma propriedade desenvolva suas atividades de forma mais assertiva e apoie a comunidade em que está inserida, o planejamento estratégico na área de empreendedorismo rural proporciona às pessoas da comunidade oportunidades de emprego e qualificação. Isso aumenta a rentabilidade do imóvel e reduz os custos associados às suas operações. Com os conhecimentos técnicos do agrônomo e do veterinário temos informações precisas para montar um planejamento e estratégias colocando assim as ferramentas citadas acima em execução facilitando o manejo da propriedade, sendo de extrema importância para o desenvolvimento de um local ou território.

Para tirar o máximo proveito dessas ferramentas, devemos atualizar constantemente as informações contidas em suas contrapartes visuais e digitais. Isso facilitará a tomada de decisões quando necessário, permitindo resolver problemas rapidamente e prever possíveis problemas antes que eles surjam. Souza (2018) demonstra como utilizar ferramentas como GUT, 5W2H,

entre outras citadas, para que o empresário rural tenha total controle sobre sua propriedade. Outro ponto essencial é que existem muitos cursos técnicos que auxiliam na formação de novos proprietários e colaboradores. Esses cursos não exigem recursos financeiros para comprar um imóvel ou um diploma para começar a trabalhar na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, descobriu-se que na maioria das propriedades visitadas há necessidade de um bom manejo e planejamento, pois o único objetivo do produtor é plantar para sobreviver. A partir do momento em que um plano de negócios é criado e todos os pontos e informações das ferramentas relacionadas à produção, propriedade, colaboradores e proprietário são analisados, fica claro que o empreendedor tem a oportunidade de usar muito mais a propriedade, diminuindo custos de produção, aumentando os ganhos e permitindo que o empresário seja menos dependente de uma cultura e mais dependente da região em que a propriedade está localizada.

Com o planejamento estratégico realizado por engenheiros de produção, administradores e agricultores, o empresário rural poderá maximizar o potencial de sua propriedade, resultando em excelentes vendas e uma margem de lucro saudável, impulsionando seu negócio ao patamar desejado de sucesso.

O objetivo do planejamento estratégico é facilitar a tomada de decisão e a alocação de recursos, incentivando o uso de modelos organizacionais mais adequados às situações que os empreendedores rurais enfrentam. Com os métodos citados acima, é possível transformar o agronegócio de pequenas propriedades em grandes negócios, sempre buscando o melhor ajuste para suas atividades e realizando as atividades de produção agrícola de forma mais dinâmica. É fundamental que o produtor fique de olho no mercado para obter informações e entender o que está acontecendo com a cultura em que está produzindo, bem como ficar de olho no movimento da lavoura. Esses pontos são fundamentais para que o empreendedor tenha as informações necessárias para fazer uma análise de custo-benefício. Essas etapas nem sempre são seguidas por esses empreendedores, dificultando sua jornada rural. Quando produtor nota que sua propriedade pode alcançar um estado de excelência o investimento em um gestor vale o recurso investido.

Para trabalhos, seria muito útil criar um software que obtivesse todos os dados mencionados no estudo para facilitar a visualização do estado do imóvel que está sendo analisado, facilitando assim a tomada de decisões com base nos indicadores que o software fornece.

REFERÊNCIAS

ALDAY, H. E. C. **O planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica.** Ver. FAE, Curitiba, v.35, n.2, p.9-16, maio/ ago. 2000.

BRASIL. CNA - SENAR. **Panorama do Agro.** 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. **NORMA Regulamentadora de Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.** NR 31 de 03/03/2005. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR31.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRAZSOFT, **Software para gestão rural.** Disponível em: <https://www.brazsoft.com.br/a-brazsoft/>. Acesso em: 08 abr 2018. Acesso em 30 out. 2021.

MATTEI, S. G.; AMBONI, N.; ORSSATTO, J. H. C. **Planejamento Estratégico no Agronegócio: proposta de aplicação em uma empresa de Santa Catarina.** Revista Espacios, v. 38, n. 3, p. 2-11, 2017.

MENDES, Luis Gustavo. **Tecnologia no campo: como ela impacta a produtividade.** 2022. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/tecnologia-no-campo/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População rural e urbana.** Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em 02 nov. 2021.

MONTOR, B. R.; BERTACI, M. J. **PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO.** Revista Interface Tecnológica, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 578–589, 2020. DOI: 10.31510/inf.v17i1.748. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/748>. Acesso em: 29 jun. 2022.

PETRONAS (Brasil). **Os desafios da gestão de pessoas no agronegócio.** 2020. Disponível em: <https://inovacaoidustrial.com.br/os-desafios-da-gestao-de-pessoas-no-agronegocio/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SANTOS, Rayssa Fernanda dos. **O que é gestão de pessoas e como isso beneficia sua fazenda.** 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xbdhmw4>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, Rayssa Fernanda dos. **Entenda as regras da Norma**

Regulamentadora 31 para trabalhadores do agro. 2020. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/norma-regulamentadora-31/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SENAR (Goiás). **5 motivos para você apostar em uma carreira no agronegócio.** 2018. Disponível em: <https://ead.senargo.org.br/blog/5-motivos-para-voce-apostar-em-uma-carreira-no-agronegocio>. Acesso em: 01 maio 2022.

SOUZA, R.; GUIMARÃES, J. M. P; MORAIS, V. A. et al. **A administração da fazenda.** **Globos:** São Paulo, 1995.

VALE, S. M. L. R. Gerenciamento dos sistemas de produção: monitoramento econômico-financeiro da propriedade. In: **SIMPOSIO DE PRODUÇÃO DE GADO DE CORTE**, 3, 2002, Viçosa. Anais... Viçosa UFV, 2003, p. 35-59.

PRÁTICAS INTERVENTIVAS EM GRUPO TERAPÊUTICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS

Josiane Cabral Jacomel¹
Leticia Castilho²
Marislaine Lopes Rodrigues³
Marlon Rocha Junior⁴
Suelen Dulce Franco⁵

RESUMO

A presente pesquisa é fruto do Estágio Ênfase, Promoção e Prevenção em Saúde IV, inserida na grade curricular do 10º período de Psicologia da UGV Centro Universitário. As/os Acadêmicas/o conduziram um Grupo Terapêutico de Saúde Mental em um Centro de Atenção Psicossocial na região do Vale do Iguaçu nos meses de agosto a novembro de 2022. Para tal, foram propostas intervenções descritas por meio das seguintes categorias: A) Coesão Grupal, B) Autoconhecimento, C) Metáforas, D) Resolução de Problemas e E) Atenção Plena. Conclui-se que a experiência foi positiva, na medida em que foi possível experienciar a atuação do Psicólogo/a em instituição pública de Saúde Mental, bem como, promover um espaço grupal rico de escuta, acolhimento, reflexão e ressignificação dos usuários em seus diversos tratamentos, olhar este humanizado e independente dos diagnósticos postulados.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo Terapêutico. Saúde Mental. Centro de Atenção Psicossocial.

ABSTRACT

This research is the result of the Stage Emphasis, Promotion and Prevention in Health IV, inserted in the curriculum of the 10th period of Psychology at UGV Centro Universitário. The Academics conducted a Therapeutic Group of Mental Health in a Psychosocial Care Center in the region of Vale do Iguaçu from August to November 2022. For this, interventions were proposed described through the following categories: A) Cohesion Group, B) Self-knowledge, C) Metaphors, D) Problem Solving and E) Mindfulness. It is concluded that the experience was positive, insofar as it was possible to experience the role of the Psychologist in a public institution of Mental Health, as well as to promote a rich group space for listening, welcoming, reflecting and resignifying users in their various treatments, to look at this humanized and independent of the postulated diagnoses.

KEYWORDS: Therapeutic Group. Mental health. Psychosocial Care Center.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, apresenta um relato de experiência acerca de intervenções realizadas no Estágio Ênfase: Psicologia, Prevenção e Promoção de Saúde IV, presente na grade curricular do 10º período de Psicologia da UGV Centro Universitário, durante a condução de Grupo Terapêutico em um Centro

¹ Graduanda em Psicologia pela UGV Centro Universitário, Paraná, Brasil

² Graduanda em Psicologia pela UGV Centro Universitário, Paraná, Brasil

³ Graduanda em Psicologia pela UGV Centro Universitário, Paraná, Brasil

⁴ Graduando em Psicologia pela UGV Centro Universitário, Paraná, Brasil

⁵ Psicóloga. Pós-graduada em Avaliação Psicológica e Neuropsicologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e Docente do Curso de Psicologia pela UGV Centro Universitário, Paraná, Brasil.

de Atenção Psicossocial da região do Vale do Iguaçu, manejo este que se deu em 12 encontros semanais, o equivalente a 3 meses.

Posto isto, o feito justifica-se pessoalmente pelo interesse das (o) acadêmicas (o) em conhecer a atuação do Psicólogo (a) em contexto grupal em âmbito público, bem como, na necessidade social de romper barreiras e pré-conceitos de que o lugar da Psicologia seria somente o contexto clínico. Nessa perspectiva, cientificamente a prática do Psicólogo (a) no CAPS deve ser orientado por Diretrizes do SUS, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, onde as atividades devem ser criativas e inovadoras, pautadas em “acolhimento, discussão de casos em equipe, psicoterapias, atendimento às crises, elaboração de planos individuais de cuidado, grupos e oficinas, atividades dirigidas diretamente à reinserção social” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 85).

Nesse sentido, observando a dinâmica grupal marcada pela rotatividade de integrantes durante os encontros, variedade de diagnósticos e heterogeneidade do próprio público composto por homens e mulheres de diversas faixas etárias, o manejo interventivo consistiu em intervenções em Saúde Mental, que foram categorizadas nos seguintes temas: A) Coesão Grupal, B) Autoconhecimento, C) Metáforas, D) Resolução de Problemas e E) Atenção Plena, apresentadas ao longo deste estudo.

Isto posto, de acordo com Scorsolini-Comin, Souza e Santos (2008), a experiência do estágio possibilita contatar aspectos teóricos, práticos e referentes a construção de identidade profissional, já que, possibilita observar, aplicar conhecimentos e técnicas, além de desenvolver habilidades comportamentais e atitudinais esperadas no mercado de trabalho futuro, provocando reflexões em relação a realidade futura a ser enfrentada, ou seja, antecipa a profissão.

Para tanto, o presente estudo explicitará teoricamente de forma breve sobre a história dos Centros de Atenção Psicossocial, Práticas mais aplicadas, os Grupos Terapêuticos e as Psicopatologias, para, em um segundo momento, apresentar as intervenções realizadas, os resultados obtidos e a correlação com a literatura pertinente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dentre todos os meios de atenção à saúde mental, surgem como uma medida substituta da Reforma Psiquiátrica Brasileira, com vistas a reinserção social e promoção da autonomia do paciente. Desse modo, os CAPS são considerados serviços de saúde de cunho aberto e comunitário, voltados a assistência aos indivíduos com sofrimento psíquico e transtorno mental, abrangendo também aqueles com necessidades resultantes do uso de álcool e outras substâncias lícitas e ilícitas, que se encontram em situações de risco ou em processos de reabilitação social (BRASIL, 2004).

Nestas instituições, atuam equipes multiprofissionais que fazem o uso de diferentes estratégias e intervenções de acolhimento, como terapia ocupacional, reabilitação neuropsicológica, atendimento clínico em psiquiatria, psicoterapia, medicação assistida, atendimentos familiares e domiciliares, oficinas terapêuticas, entre outros. Vale frisar que o atendimento dos usuários se respalda em um projeto terapêutico individualizado e singular, ou seja, um planejamento do processo terapêutico em que o usuário e sua família estão incluídos para a superação de suas dificuldades devido as condições de saúde mental. Com isso, será definido se o usuário terá atendimentos intensivos, semi-intensivo ou não intensivo e o nível de constância necessário (BRASIL, 2004).

Acerca das práticas realizadas nos Centros de Atenção Psicossocial, a literatura destaca os grupos terapêuticos como principal estratégia utilizada, na medida em que possibilita atender maior número de pessoas ao mesmo tempo com pouco investimento financeiro, bem como, promover a saúde mental em diversos contextos e psicopatologias (HERBELE; OLIVEIRA, 2016). Além disso, as mesmas autoras destacam a potencialidade das relações interpessoais em contexto grupal, o qual permite o compartilhamento de experiências, resolução de problemas e enfrentamento do sofrimento, por meio do acolhimento, vínculo, autonomia e responsabilidade entre os integrantes.

A partir das práticas grupais, os grupos funcionam como ferramentas de ensino-aprendizagem, onde o sujeito encontra-se com pessoas de diferentes idades, raças, classes e problemas. A partir dessa produção de relações pessoais, o sujeito amplia seu modo de compreensão da realidade, e a partir dos vínculos criados internamente, o sujeito é modificado, permitindo assim o surgimento de um novo sujeito (CARDOSO; SEMINOTTI, 2006). Nesse sentido,

a estratégia grupal é apontada como efetiva, na medida em que intrinsecamente há estimulação quanto a inserção do sujeito na sociedade, onde o diálogo e a socialização permitem o desenvolvimento de autoconhecimento, autocuidado, criatividade, resiliência e habilidades, dimensões além do tratamento medicamentoso (HERBELE; OLIVEIRA, 2016).

O grupo terapêutico citado é um grupo misto, composto por portadores de algumas psicopatologias, dentre elas Personalidade Borderline, Transtornos Depressivos, Transtornos de Ansiedade e Esquizofrenia. Dalgarrondo, define psicopatologia como uma totalidade de informações acerca do adoecimento mental, podendo ser sistemático, elucidativo e desmistificante. O maior campo de atuação da psicopatologia está relacionado à doença mental (DALGALARRONDO, 2008).

Abordando os Transtornos acima citados, a Personalidade Borderline de acordo com o DSM-V (2014), surge no início da vida adulta, trazendo prejuízos e instabilidades nas relações interpessoais, autoimagem, afeto e impulsividade. Nos Transtornos Depressivos algumas das características predominantes são o humor triste, com alterações somáticas e cognitivas, que trazem prejuízos relevantes à vida do indivíduo. Os Transtornos de Ansiedade compreendem dentre outros sintomas medo, ansiedade excessiva e perturbações comportamentais relacionadas. A Esquizofrenia traz como características principais delírios, alucinações, pensamento, discurso e comportamento motor desorganizado, além de sintomas negativos.

3 MÉTODO

O presente estudo desenvolveu-se a partir do método dedutivo, o qual permite testar a eficácia de intervenções já existentes na literatura, ou seja, procura confirmar hipóteses. Caracteriza-se também por natureza aplicada, sendo que envolve verdade e interesse local, visando proporcionar conhecimentos para aplicação prática e possíveis soluções (GIL, 1994 apud SOUZA; ILKIU, 2017).

No que diz respeito ao procedimento técnico adotado para realizar essa pesquisa, corresponde a uma pesquisa de campo, na qual busca informações e dados em relação a um problema, sempre interpretados e analisados em boas fundamentações teóricas. Nota-se também ser uma pesquisa qualitativa no qual

se considera toda a subjetividade, compreendendo acontecimentos e proporcionando significados (GIL, 1994 apud SOUZA; ILKIU, 2017).

Logo, o presente feito é um relato de experiência sobre a condução de um grupo terapêutico em saúde mental em um Centro de Atenção Psicossocial no Vale do Iguaçu, onde as intervenções realizadas foram categorizadas nas seguintes temáticas: A) Coesão Grupal, B) Autoconhecimento, C) Metáforas, D) Resolução de Problemas e E) Atenção Plena, para melhor entendimento da seção Resultados e Discussões, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Intervenções aplicadas em Grupo de Saúde Mental

Categorias	Intervenções
Coesão grupal	Apresentação, Contrato Grupal e Quebra-cabeça.
Autoconhecimento	Dinâmica Caixa Surpresa, Pensamentos Positivos e Troca de Sentimentos.
Metáforas	Vestindo a Camisa da Recuperação e Metáfora do Tigre.
Resolução de Problemas	Dilema Ético e Bexiga dos Problemas.
Atenção Plena	Reflexão com música e Meditação guiada.

Fonte: As/o autoras/r, 2022

Dado o exposto, no próximo tópico serão apresentados os resultados obtidos por meio dos 12 encontros promovidos em contexto grupal e discussões teóricas pertinentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Remetendo a Tabela 1, inicialmente algumas intervenções realizadas com o grupo, tiveram como objetivo principal a integração grupal. Nesse sentido, nos encontros iniciais as/o acadêmicas/o se apresentaram aos integrantes e deixaram a palavra livre para que os mesmos os fizessem, no qual adveio relatos sobre o motivo de estarem no espaço, expectativas e dificuldades no tratamento. A partir disso, houve a construção do *Contrato Grupal*, onde as/o estagiárias/o levaram palavras que remetiam a atividade e deixaram livre para que os

integrantes contassem se consideram pertinentes ou não os preceitos no grupo. As palavras e ou frases consistiam em: horário, faltas, estar presente, ouvir o outro, sigilo e respeito.

Nota-se como essas questões iniciais trazidas para o grupo fazem menção a vinculação inicial e coesão grupal, na qual segundo Yalom (2006), consiste no bom relacionamento do grupo, semelhante ao do terapeuta e paciente na terapia individual. No sentido mais claro, a palavra coesão pode ser definida como resultante de todos os fenômenos que agem, fazendo com que o integrante permaneça no grupo, gerando sentimento de afeto, conforto e pertencimento. O grupo torna-se o local onde ocorre a valorização, aceitação e suporte entre os membros (YALOM, 2006).

Dessa forma, para reafirmar os aspectos teóricos acima discutidos, houve a proposta de montagem coletiva de um *Quebra-cabeça* de 150 peças, no qual os participantes identificaram a importância da cooperação grupal, associando facilmente ao objetivo do grupo em compartilhar problemáticas e identificar resoluções de forma coletiva. A partir disso, pode-se destacar a importância da coesão grupal na forma de favorecer a autorrevelação e a resolução de conflitos, facilitando o processo de melhora a níveis interpessoal, intrapessoal e intergrupal (YALOM, 2006).

Dito isto, tendo em vista que o objetivo das acadêmicas/o se pautou em promover a Saúde Mental, houve a prática de intervenções sobre a temática de Autoconhecimento. Em síntese, foi preparada a atividade "*Caixa Surpresa*" que consistiu na preparação de uma caixa com objetos de diferentes texturas para os integrantes sentirem os mesmos sem olhar. O objetivo do presente feito foi explorar como os membros do grupo agem frente ao desconhecido e as expectativas advindas, o qual facilmente foi observado um olhar excessivo para o futuro e a ansiedade nos integrantes (FIGLIE; PAYÁ, 2013). Corroborando com a demanda, em um encontro posterior, as/o acadêmicas/o propuseram a dinâmica de "*Pensamentos Positivos*", focando nos acontecimentos bons que ocorreram no dia anterior, relatos estes que trouxeram leveza ao grupo e a reflexão da necessidade em focar no momento presente (FIGLIE; PAYÁ, 2013).

Ademais, dentro da mesma temática foi promovido uma intervenção chamada "*Troca de Sentimentos*" em que os integrantes foram convidados a escrever 3 características pessoais que possuem em grande quantidade e que

poderiam doar, sem identificação. Em um segundo momento, os papéis foram colocados em uma mesa e o grupo foi convidado a retirar uma ou duas características que precisam adquirir, compartilhando o porquê da escolha (FIGLIE; PAYÁ, 2013). Com a atividade, emergiu déficits comportamentais variados, dentre eles a afetação em demasia pelos problemas dos outros, dificuldade em priorizar a saúde mental em detrimento a terceiros e a nível de comunicação, o impasse em dizer não.

Tais resultados, corroboram com o pressuposto de que os grupos terapêuticos também possuem como objetivo o autoconhecimento, ou seja, por meio das intervenções incentivou-se a observação do seu próprio comportamento. É através do autoconhecimento que o indivíduo consegue se enxergar e se aceitar, sendo entendido como processo de tomada de consciência sobre si mesmo (MARTINS; DANTAS; PINHEIRO, 2011). Desse modo, o autoconhecimento foi trabalhado na finalidade de tornar os participantes mais conscientes acerca das consequências produzidas por seus próprios comportamentos, além de discutir a possibilidade de planejar mudanças em variáveis ambientais, com o propósito de obter reforçadores mais relevantes.

Outrossim, alguns dos encontros com o grupo tiveram o objetivo de reflexão, onde, para isso, foram utilizadas metáforas que faziam alusões a situações ou dilemas de vida. Nessa perspectiva, as propostas nessa categoria consistiram na dinâmica *“Vestindo a Camisa da Recuperação”* que propôs a construção de uma dobradura de barquinho que posteriormente se tornou uma camiseta, para os integrantes refletiram sobre a responsabilidade no seu tratamento (MAZETO; CARRAPATO, 2018) e a *“Metáfora do Tigre”*, que possibilitou reflexões sobre a inflexibilidade psicológica e resistência à mudança (BRACH, 2021).

Segundo Paschoal e Grandesso (2016), as metáforas facilitam a conversação, sendo um recurso para a construção de novos significados e repertórios para enfrentar o sofrimento causado pelas psicopatologias. Além disso, esses instrumentos permitem que as participantes do grupo participem de forma ativa, promovendo a comparação, avaliação e aprendizado de novas formas de enfrentar determinado sintoma devido a fala ou experiência de outro participante (PASCHOAL; GRANDESSO, 2016). Tais dados, corroboram com a prática, na medida em que como feedback dos participantes obtive-se falas

como: “*acho que vesti a camisa do transtorno e não da recuperação*” (sic) e “*não quero ser como o tigre, finalmente estou tentando sair da minha jaula*” (sic).

Em contrapartida, mas não menos importante, destaca-se o trabalho realizado em torno da temática de Resolução de Problemas. Para tal objetivo, as/o acadêmicas/o levaram um “*Dilema Ético*” para debate entre os integrantes, exigindo dos mesmos uma postura voltada ao raciocínio de tomada de decisão, principalmente quando uma escolha afeta outras pessoas. Acerca do tema, Rodrigues, Dias e Freitas (2010), pontuam a resolução de problemas como uma habilidade complexa, na medida em que requer a interpretação de alguma situação, o reconhecimento das emoções e pensamentos envolvidos e a forma de expressá-las.

Durante atividade, os participantes colocaram em discussão o dilema, onde teriam que fazer uma escolha, no seguinte contexto: Dirigindo um carro, você passa em frente a um ponto de ônibus e vê três pessoas: uma senhora que precisa de atendimento médico com risco de óbito, um amigo médico que salvou sua vida e o grande amor da sua vida, sendo que no carro cabe somente um passageiro e você não pode voltar (FIGLIE; PAYÁ, 2013). Perguntados sobre uma possível escolha, os participantes se sentiram desafiados, e, em sua maioria, expressaram que salvariam a senhora, enquanto alguns imputaram a responsabilidade do médico em prestar os primeiros socorros, tendo um integrante falado que escolheria o amor da sua vida.

Destarte, em relação à mesma categoria, foi aplicado a dinâmica “*Bexiga dos Problemas*” (MAZETO; CARRAPATO, 2018), no qual consistiu na reflexão de um problema diário e na palavra que continha dentro da bexiga, que poderia ser utilizado como um recurso para a resolução dos problemas. As palavras mencionadas foram: Fé, Coragem, Aceitação e Paciência, em que, foi possível perceber, um déficit dos integrantes em aceitar situações ou ações de terceiros que não podem mudar, bem como, a paciência exigida no tratamento contínuo que realizam. Entretanto, já foi perceptível uma mudança na postura de alguns dos integrantes, voltado ao enfrentamento dos problemas, não visto até então.

À vista disso, o conceito de Aceitação pela Terapia de Aceitação e Compromisso merece ser destacada, na medida em que levanta a necessidade de acolher as vivências, sentimentos e pensamentos sem esforço para evitar ou controlá-los (MONTEIRO, et al., 2015). Tais pressupostos vão ainda de encontro

a temática trabalhada, na medida em que a literatura indica a importância da assertividade na resolução de problemas, ou seja, o reconhecimento e expressão de ideias sem ofender a de outrem, capacidade reflexiva em analisar as consequências de suas decisões, e, conseqüentemente, melhor manejo na implementação da decisão a ser tomada (RODRIGUES; DIAS; FREITAS, 2010).

Por fim, o manejo em contexto grupal focou na Atenção Plena, tal qual, a importância de valorizar o ordinário no cotidiano. Para tanto, no penúltimo encontro as/o acadêmicas/o propuseram um encontro em uma praça localizada próximo ao CAPS, onde a foi proposto a escuta e reflexão da música “*De cada vez - Agnes Nunes e Sandy*”. A atividade foi interessante, na medida em que as participantes do dia gostaram da mudança de espaço de realização do encontro e da música apresentada, como também, a própria equipe de profissionais do local, que autorizou a atividade com grande empolgação.

Algumas reflexões dignas de nota desta atividade foi a percepção de uma das integrantes quanto a não valorização dada ao canto dos pássaros mesmo morando no interior, como também, o fato de algumas nunca terem parado para apreciar a praça utilizada no encontro por “*falta de tempo*” (sic). Já sobre a música, adveio reflexões como a importância de “*não se afobar*” (sic) e o quanto “*viver um passo de cada vez é mais fácil*” (sic) e “*gera menos sofrimento*” (sic).

Ainda ao encontro da categoria de Atenção Plena, como última intervenção, foi proposto a realização de uma meditação guiada. A prática foi de fácil realização e surtiu um efeito positivo, verbalizado por um dos integrantes da seguinte forma: “*a meditação significa que temos que ter tempo para nós mesmos*” (sic). Logo, houve reflexões acerca da importância de viver uma vida que valha a pena ser vivida e sobre as escolhas diárias que fazemos em prol da nossa saúde mental. Tais reflexões, deram margem para discussões sobre a morte, luto e situação política do país.

Algo a ser destacado na última intervenção realizada e um fenômeno interessante no referido contexto grupal é a dificuldade de os integrantes lidarem emocionalmente com despedidas, já que, nesse último contato das/o acadêmicas/o somente participaram 2 integrantes que não sabiam que seria o último dia das/o estagiárias/o. Na despedida feita com a equipe do CAPS, os profissionais reconheceram que as faltas ocorrem quando há despedidas em todos os grupos oportunizados no local, algo digno de nota.

Dado o exposto, a categoria de Atenção Plena inserida no grupo pelas/o acadêmicas/o, Almeida, Rocha e Silva (2021) esclarecem que a prática que também pode ser chamada de Mindfulness, visto que as mesmas têm por objetivo a ação de prestar atenção no momento presente livre de julgamentos. Dentre os benefícios apontados teoricamente da prática, destaca-se o reconhecimento de pensamentos e emoções e da forma com que interpretamos nossas vivências, podendo diminuir sintomatologias como a depressão, estresse e ansiedade devido seu caráter psicoeducativo (ALMEIDA; ROCHA, SILVA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivados pelo interesse das/o acadêmicas/o em conhecer a atuação da Psicologia e do Psicólogo/a na metodologia grupal em serviços públicos, o presente estudo realizou-se em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), na região do Vale do Iguaçu, no qual as/o acadêmicas/o ficaram responsáveis pela condução do grupo terapêutico em saúde mental durante três meses. O grupo caracterizava-se como um grupo misto, composto por portadores de diferentes psicopatologias, dentre elas: Transtorno de Personalidade Borderline, Transtornos Depressivos, Transtornos de Ansiedade, Esquizofrenia, dentre outros.

Nota-se que as intervenções realizadas foram divididas em categorias, aplicadas de acordo com a demanda emergente de cada encontro. A adesão dos integrantes foi gradativa e positiva, na medida em que foi possível notar mesmo frente a não frequência semanal dos integrantes, uma evolução no estado mental dos mesmos ao longo dos encontros. Um fator contribuinte na vinculação e condução do grupo em si que pode ser destacado, é o costume do referido campo em delegar os grupos terapêuticos para estagiários/as que procuram o local.

Com a realização do estágio foi possível a compreensão das/o acadêmicas/o acerca da importância dos Centros de Atenção Psicossocial, compreendendo a atuação do/a Psicólogo/a neste contexto grupal. Neste sentido, a vivência da condução de um grupo e o preenchimento de prontuários foram experiências desafiadoras e valiosas as/o acadêmicas/o. Tendo em vista

a dificuldade dos integrantes em lidarem com vivências que envolvam despedidas, sugere-se que em posteriores manejos isso seja abordado, como também, temáticas de luto e aceitação.

Por fim, o estágio no Centro de Atenção Psicossocial, permitiu entender a significação acerca da vivência de quem sofre, como também proporcionou a percepção de que todas as pessoas, apesar dos diagnósticos e rótulos, possuem histórias, desejos e saberes para compartilhar. Desse modo, salienta-se a importância de olhar para esses indivíduos e suas pluralidades independente do seu diagnóstico, possibilitando meios para que estes sujeitos desenvolvam suas potencialidades, como oportunizado na referida atuação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S; ROCHA, G. S. DA; SILVA, J. C. A importância da prática de mindfulness como ferramenta para a redução dos sintomas de ansiedade e depressão no contexto da pandemia de covid-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23559/20579/280782>. Acesso em: 30 out. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5 ed. Texto Revisado. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

BRACH, T. **Aceitação radical: Como despertar o amor que cura o medo e a vergonha dentro de nós**. Editora Sextante: 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/11/CAPS_05.07.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

CARDOSO, C; SEMINOTTI, N. O grupo psicoterapêutico no Caps. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v11n3/30992.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FIGLIE, N. B; PAYÁ, R. **Dinâmicas de Grupo e Atividades Clínicas Aplicadas ao Uso de Substâncias Psicoativas**. São Paulo: Roca, 2013.

HERBELE, A. Y; OLIVEIRA, L. A. **Grupos terapêuticos em saúde mental** - uma modalidade na prática dos serviços de saúde mental. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/unoesc-ANDR%C3%89IA-YESS-HEBERLE.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

MARTINS, E. F. P; DANTAS, M. L. Q; PINHEIRO, F. L. Autoconhecimento e Autoestima. **Id on line Revista de Psicologia**, vol.1, n.15, p.37-47, 2011. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/20>. Acesso em: 04 out. 2022.

MAZETO, B. R; CARRAPATO, J. F. L. **A importância da dinâmica de grupo no tratamento da dependência de substâncias psicoativas em uma Comunidade terapêutica**. SALUSVITA, Bauru, v. 37, n. 2, p. 301-321, 2018. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v37_n2_2018/salusvita_v37_n2_2018_art_02.pdf. Acesso em 19 out. 2022.

MONTEIRO, E. P; FERREIRA, G. C. L; SILVEIRA, P. S DA; RONZANI, T. M. Terapia de aceitação e compromisso (ACT) e estigma: revisão narrativa. **Rev. Brasileira de terapia cognitiva**, vol.11 no.1 Rio de Janeiro jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872015000100004. Acesso em: 25 out. 2022.

PASCHOAL, V. N; GRANDESSO, M. O uso de metáforas em terapia narrativa: facilitando a construção de novos significados. **Nova Perspectiva Sistêmica**, 23 (48), 24–43, 2016. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/48/31>. Acesso em: 05 out. 2022.

RODRIGUES, M. C; DIAS, J. P; FREITAS, M. F. R. L. Resolução de Problemas Interpessoais: promovendo o desenvolvimento sociocognitivo na escola. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 831-839, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/cwjJhxrhB9xJHjzL4xbrDk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2022.

SCORSOLINI-COMIN, F; SOUZA, L. V; SANTOS, M. A. Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de Psico-oncologia em equipe multiprofissional de saúde. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v-9 n. 2. São Paulo, dez. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2030/Resumenes/Resumen_203014920010_1.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

SOUZA, Adilson Veiga e; ILKIU, Giovana Simas de Melo. **Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos**. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu.União da Vitória: Kayganguê, 2017. Disponível em: <https://uniao.ugv.edu.br/content/uploads/2018/02/Manual-de-Normas-Vers%C3%A3o-Revisada-04-10-2018.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

YALOM, I. D. **Psicoterapias de grupo: teoria e prática.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM AS MULHERES A NÃO ADESÃO AO EXAME CITOPATOLÓGICO

Alessandra Aparecida Soares¹
Taís Regina Andrecovicz²
Iolanda Ruthes Silveira³

RESUMO

O câncer de colo de útero no Brasil apresenta altas taxas de morbidade e mortalidade, em decorrência do diagnóstico tardio, sendo que este tipo de câncer pode ser facilmente diagnosticado e apresenta grande índice de cura quando diagnosticado precocemente. Desta forma, este trabalho teve como objetivo descrever quais são os fatores que levam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico. Trata-se de uma revisão bibliográfica embasada nas bases de dados expostos em artigos disponíveis em bases científicas online como: LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google acadêmico. A análise e organização dos dados ocorreram mediante leitura e fichamento dos artigos que foram primeiramente selecionados, após a exploração do material e organização dos resultados. Deste modo, foi possível evidenciar que há vários fatores que influenciam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico anualmente, entre estes fatores destacam-se os sociodemográficos, sentimentos como vergonha, medo, falta de tempo, insegurança, desconforto, posição para realizar o exame entre outros como: horário de atendimento nas unidades básicas de saúde, demora no atendimento, falta de profissionais capacitados, distância da unidade de saúde, falta de conhecimento sobre o exame e sua importância na detecção precoce do câncer de colo de útero. Entretanto, não são necessárias apenas medidas educativas, mas compreender mais profundamente as necessidades de cada mulher para que essas barreiras deixem de ser associadas a não realização do exame citopatológico.

Palavras-chave: Câncer do Colo de Útero; Enfermagem; Exame Citopatológico.

ABSTRACT

Cervical cancer in Brazil has high rates of morbidity and mortality, due to late diagnosis, and this type of cancer can be easily diagnosed and has a high cure rate when diagnosed early. Thus, this study aimed to describe the factors that lead women not to undergo the cytopathological examination, it is an integrative literature review with a descriptive, quantitative-qualitative approach based on databases exposed in articles available in online scientific databases such as: LILACS (Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), VHL (Virtual Health Library) and Google Scholar. Data analysis and organization took place by reading and filing the articles that were first selected, after exploring the material and organizing the results. In this way, it was possible to show that there are several factors that influence women not to perform the Pap smear annually, among these factors stand out the sociodemographic, feelings such as shame, fear, lack of time, insecurity, discomfort, position to perform the exam among others, such as: opening hours in basic health units, delay in service, lack of trained professionals, distance from the health unit, lack of knowledge about the exam and its importance in the early detection of cervical cancer. However, not only educational measures are needed, but a deeper understanding of the needs of each woman so that these barriers are no longer associated with not performing the Pap smear.

Keywords: Cervical cancer; Nursing; Cytopathological examination.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem, ugv/Dama, Canoinhas/SC. E-mail: alessandra_soaresafm@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Enfermagem, ugv/Dama, Canoinhas/SC. E-mail: taisreginaabvt@hotmail.com

³ Docente, Graduada em Enfermagem e Mestre em Saúde Coletiva; e-mail: iolandarsilveira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 200 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo, dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores ou neoplasias malignas. As causas do câncer são variadas, podendo ser externas ou internas ao organismo, estando ambas inter-relacionadas, de todos os casos de câncer, de 80% a 90% estão associados a fatores ambientais (INCA, 2011).

O câncer é caracterizado como uma doença crônico-degenerativa, com evolução progressiva se não sofrer interferência. Trata-se não apenas de uma moléstia, mas de um processo comum a um grupo heterogêneo de doenças que se diferem em sua etiologia, frequência e manifestações clínica (INCA, 2004).

Guimarães (2019) descreve o câncer de colo de útero como uma neoplasia maligna, que ocorre no epitélio da cérvix uterina, proveniente de alterações celulares que vão evoluindo de forma insignificante, terminando no carcinoma cervical invasor. Contudo, é válido salientar que, dentre todos os tipos de câncer, é o que apresenta um dos mais altos potenciais de prevenção e cura, pois apresenta etapas bem definidas, longo período para evolução das lesões precursoras e facilidade de detecção das alterações na fase inicial.

O Exame citopatológico é o exame ginecológico utilizado para auxiliar no diagnóstico precoce do câncer de colo de útero e alterações causadas pelo vírus do Papilomavírus Humano (HPV). Esse exame é a principal estratégia para detectar lesões precocemente e fazer o diagnóstico da doença, antes que a mulher apresente sintomas. Pode ser feito em postos ou unidades básicas de saúde da rede pública que tenham profissionais capacitados (BRASIL, 2002).

É fundamental que os serviços de saúde orientem sobre o que é e qual a importância do exame preventivo, pois sua realização periódica permite que o diagnóstico seja feito cedo e reduza a mortalidade por câncer do colo do útero. O exame preventivo é indolor, simples e rápido, podendo, no máximo, causar um pequeno desconforto que diminui se a mulher conseguir relaxar e o exame for realizado com boa técnica e de forma delicada (BRASIL, 2008).

O interesse pela pesquisa surgiu após relatos acerca dos fatores que impedem algumas mulheres de não realizarem a coleta do exame preventivo anualmente, entre estes fatores destacam-se a vergonha das mulheres para realizar o exame e o agendamento nas unidades básicas de saúde de apenas um dia na semana para a realização do mesmo. E como objetivo geral identificar possíveis causas que levam as mulheres a não realização do exame citopatológico.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CÂNCER

Nosso corpo assim como todos os órgãos é feito de tecidos e cada tecido é constituído de células, todo dia ocorre um ciclo de reprodução das células elas nascem e morrem, esse é um processo natural durante nossa vida. Pois as células contêm um núcleo que controla a reprodução das mesmas, quando a célula se multiplica de maneira irregular e em uma quantidade maior do que o necessário chamamos de Neoplasia (PORTO; VIANA, 2011).

A neoplasia é o aumento e a reprodução de maneira irregular das células, as células causadoras da doença multiplicam-se de forma contínua e mais rápido do que as células saudáveis, ou seja, acontece uma falha na divisão celular que impede o desenvolvimento normal das estruturas orgânicas (INCA, 2020).

Existem mais de 200 tipos de câncer que são classificados como malignos quando se desenvolvem e interfere o funcionamento dos órgãos são resistentes e podem causar a morte já os tumores benignos crescem, mas não evoluem como exemplo de tumores benignos segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2011) “temos o lipoma que tem origem no tecido gorduroso, o mioma que tem origem no tecido muscular liso e o adenoma tumor benigno das glândulas”. Entre os tumores malignos e benignos encontram-se tais diferenças

Quadro 1 - Diferença entre os tumores malignos e benignos.

Tumores Benignos	Tumores Malignos
São formados por células semelhantes ao do tecido normal.	São formadas por células diferentes das normais.
Crescimento progressivo, mas pode regredir.	Tem o crescimento rápido.

Não infiltra outros tecidos.	Infiltra outros tecidos
Não ocorre metástase.	Ocorre metástase.

Fonte: INCA (2011)

2.2 CÂNCER DE COLO DE ÚTERO

O câncer do colo do útero é uma doença que gera muito medo nas mulheres devido a sua grande morbimortalidade, representa também um importante problema de saúde pública, pois alcança altas taxas de prevalência e mortalidade em mulheres que se encontram em plena fase produtiva. A evolução do câncer cérvico-uterino, na maioria dos casos, ocorre de forma lenta, passando por fases pré-clínicas detectáveis, por isso, apresenta alto potencial de cura, além disso, possui como facilitador o exame citopatológico, que é um método simples e de baixo custo (SILVA, 2010).

Essa neoplasia apresenta diferentes tipos histológicos, sendo o mais comum o carcinoma de células escamosas (SCC) (80%), seguidas pelo adenocarcinoma cervical (AC) e o carcinoma adenoescamoso (ASC) (10-15%). O câncer de colo de útero é um tumor maligno que acomete a parte inferior do útero, que tem como principal fator de risco a infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV). Entretanto, há outros fatores que também predisõem o desenvolvimento do câncer, como o início precoce da atividade sexual, múltiplos parceiros, tabagismo e pílulas anticoncepcionais (MENDONÇA, 2020).

O câncer de colo do útero pode ser diagnosticado em mulheres com idade entre 35 e 44 anos, sendo que a idade média no momento do diagnóstico é aos 50 anos. Raramente se desenvolve em mulheres com menos de 20 anos. Muitas mulheres mais velhas não percebem que o risco de desenvolver o câncer de colo do útero ainda está presente à medida que envelhecem. Mais de 20% dos casos de câncer de colo do útero são diagnosticados em mulheres com mais de 65 anos. No entanto, esses cânceres raramente ocorrem em mulheres que realizam exames regulares de rastreamento para câncer de colo do útero antes dos 65 anos (LOPES; RIBEIRO, 2019).

O câncer de colo de útero é considerado um câncer 100% prevenível e com alta possibilidade de cura, devido à evolução lenta e a facilidade de identificar precocemente as alterações. Diante do exposto, o Papanicolau se torna um grande aliado na luta contra o câncer e sua erradicação (MENDONÇA, 2020).

O Papanicolau continua sendo o teste de triagem mais bem-sucedido já desenvolvido, o exame, em geral, não causa dor acentuada, apenas um desconforto, é de fácil execução e rápido, porém, a mulher deve ser orientada a não ter relações sexuais, mesmo com preservativo, na noite anterior ao exame e a não realizar o exame se estiver menstruada, além de evitar o uso de duchas, medicamentos vaginais e anticoncepcionais locais nas 48 horas anteriores à realização do exame para que se obtenha o resultado correto sem interferências na coleta do material. Após a realização do exame é necessário que a paciente retorne ao local onde o mesmo foi coletado para receber o resultado (TONATTO, 2020).

Apesar dos diversos meios de prevenção, o câncer de colo de útero ainda acomete um número significativo de mulheres, todavia, é notável a importância da realização e a criação de estratégias e programas de ações educativas que promovam o conhecimento e desperte nas mulheres a curiosidade e o interesse pelo cuidado da sua própria saúde (MENDONÇA, 2020).

No Brasil, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres. Para o ano de 2021, foram esperados 16.710 casos novos, com um risco estimado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres, na análise regional, o câncer do colo do útero é o primeiro mais incidente na região Norte (26,24/100 mil) e o segundo nas regiões Nordeste (16,10/100 mil) e Centro-Oeste (12,35/100 mil), já na região Sul (12,60/100 mil) ocupa a, quarta posição e, na região Sudeste (8,61/100 mil), a quinta posição (INCA, 2020).

2.3 PAPEL DA ENFERMAGEM NO CONTROLE DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO

O profissional enfermeiro tem papel prioritário na prevenção do câncer de colo de útero, pois participa ativamente de todo o processo, desde a mobilização da população alvo, com medidas educativas, receptividade da mulher na unidade de saúde, até a efetivação do exame (NÓBREGA et al, 2016).

No âmbito da equipe de Enfermagem, a coleta de material para realização do Papanicolau é privativa do enfermeiro, sendo o enfermeiro o profissional dotado de conhecimento, competência e habilidades que garantam rigor técnico-científico ao procedimento, atentando-se para a capacitação contínua necessária à sua realização. Considerando que o exame do

Papanicolau deve ser realizado durante a consulta de enfermagem, e que a consulta de enfermagem é privativa do enfermeiro o auxiliar e/ou técnico de enfermagem não podem realizar tal procedimento (COFEN, 2017).

Entretanto, percebe-se a necessidade do enfermeiro em trabalhar a educação em saúde e quebrar tabus a respeito do exame citopatológico, fazendo-se necessário ainda, sinalizar a importância da realização desse procedimento, retratar sua eficácia na prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero para a mulher que o realiza com regularidade, sempre com vistas a atingir a população de maior risco (MAIA et al, 2017).

De tal modo, o enfermeiro deve atuar como educador, exercendo sua influência através da comunicação, além do mais o profissional enfermeiro deve criar um vínculo com a paciente fazendo com que ela possa expor seus problemas e o enfermeiro identificar qual atendimento a paciente necessita. Contudo, o profissional de enfermagem deve passar muita segurança a paciente, no momento da realização do exame a paciente deve se sentir segura e ao mesmo tempo compreender a importância da realização do exame de prevenção do câncer de colo do útero (SOUZA; COSTA, 2021).

Em relação ao câncer de colo de útero, o enfermeiro contribui de forma expressiva para sua prevenção, destacando-se a participação no controle de fatores de risco e na realização do exame citopatológico, dessa forma a atuação deste profissional pode influir para um maior e melhor atendimento a demanda intervindo para o encaminhamento adequado das mulheres que apresentarem alterações citológicas (PINTO, 2012).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica que teve como objetivo pesquisar na literatura estudos que identificassem os principais fatores que influenciam as mulheres a não realizar o exame citopatológico. A seleção dos artigos ocorreu entre os meses de março a junho de 2022, tendo como critérios para seleção dos artigos a inclusão e exclusão.

➤ **Inclusão:** todos os artigos serem em língua portuguesa, artigos científicos originais, revisões bibliográficas, cujo tema ter relação direta com o tema proposto, onde o título ou o resumo indicassem tratar sobre quais são os fatores que influenciam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico.

➤ Exclusão: artigos com o ano de publicação abaixo de 2011, artigos que não estejam em língua portuguesa ou que não permitam a realização de download, de forma gratuita, além de artigos que não estejam correlacionados com o tema apresentado.

Considerando que o câncer de colo do útero é uma das neoplasias que apresenta uma elevada taxa de incidência e mortalidade, e sabendo que o diagnóstico precoce ajuda a diminuir o aumento desta patologia, pretende-se com essa revisão bibliográfica responder ao seguinte questionamento: Quais são os fatores que influenciam as mulheres a não realizarem o exame preventivo?

A pesquisa foi efetuada em artigos disponíveis em bases científicas online como: LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google acadêmico, com os seguintes descritores: Câncer de colo de útero, Enfermagem e exame citopatológico. Esta pesquisa não possui envolvimento com seres humanos em nenhuma etapa da sua construção, por isso não necessita aprovação do comitê de Ética em Pesquisa.

A análise de dados foi realizada mediante a leitura na íntegra dos estudos incluídos e a elaboração da síntese das principais informações se dará em tabela, para melhor demonstrar as análises descritivas e críticas dos resultados elencados.

A totalidade de artigos selecionados na primeira etapa foi 30 artigos, para a exploração e organização dos resultados. Na fase de pré-análise, foi realizada a leitura e separação dos artigos, nesta fase foram selecionados 11 artigos para a elaboração dos resultados. O restante dos estudos não atingiu os critérios de inclusão, sendo dessa forma excluídos.

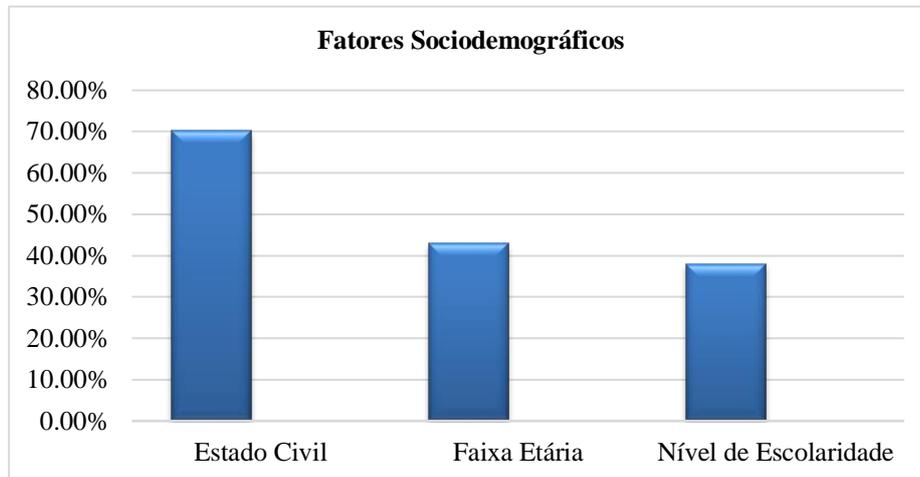
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 FATORES QUE IMPEDEM AS MULHERES DE REALIZAREM O EXAME

Esta temática visa responder a principal questão norteadora deste trabalho, ou seja: quais são os fatores que influenciam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico? Sendo que a principal estratégia utilizada para detectar e rastrear precocemente o câncer de colo do útero no Brasil é

através do exame do Papanicolau, porém alguns fatores acabam influenciando as mulheres a não realizarem o exame.

Gráfico 1 - Fatores Sociodemográficos.



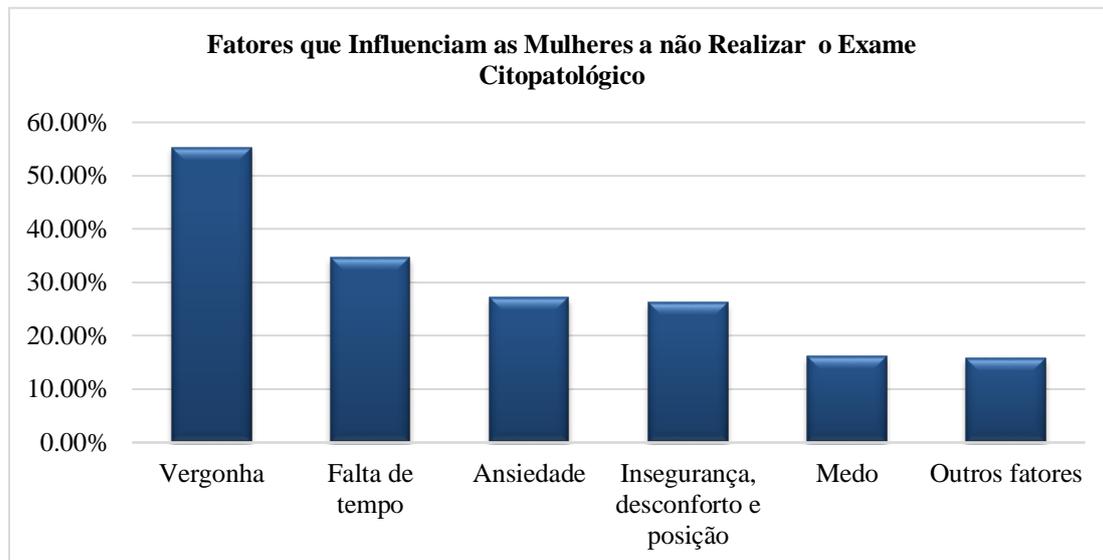
Fonte: Os autores (2022)

O exame citopatológico é uma ferramenta efetiva na prevenção e detecção precoce do câncer de colo do útero, apesar da facilidade ao acesso, muitas mulheres ainda deixam de realizar o exame com frequência, pode-se afirmar que os fatores sociodemográficos estão diretamente associados a não realização do exame citopatológico, no decorrer da pesquisa foi possível analisar, que mulheres com baixa escolaridade, casadas ou em união estável apresentam uma baixa procura na realização do exame citopatológico.

Deste modo, os resultados evidenciam que os fatores sociodemográficos estão fortemente associados com a não realização do exame citopatológico, pois mulheres em união estável ou casadas, afirmam que não a necessidade de se exporem anualmente sendo que as mesmas não possuem múltiplos parceiros. Infelizmente elas não têm conhecimento das doenças que podem adquirir, devido ao baixo nível de escolaridade, pois quanto menor o índice de escolaridade, menor é a adesão ao exame e mais acentuada é a dificuldade na compreensão das medidas preventivas a saúde, sendo que o exame citopatológico está disponível em todas as unidades básicas de saúde gratuitamente, para ser realizado periodicamente mesmo não apresentando sintomas.

A falta de informação, e desconhecimento do processo de realização do exame citopatológico, gera sentimento como: insegurança, medo e vergonha, sentimento esses que poderiam ser minimizados se o processo de educação popular fosse aplicado de maneira eficaz. O profissional de saúde, nesse caso, deve desenvolver metas e ações de modo que envolva a população feminina sobre os riscos de câncer de colo do útero, como ocorre a prevenção, e o tratamento (SANTOS et al 2016).

Gráfico 2 - Fatores que influenciam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico



Fonte: Os autores (2022).

Evidencia-se que a vergonha é um dos principais fatores relatado pelas mulheres para não realizarem o exame citopatológico, por ser um procedimento invasivo, que remete a exposição do corpo, razão pela qual muitas vezes gera constrangimento diante do profissional principalmente quando é do sexo masculino. Também foi constatado que a falta de tempo acaba sobrecarregando e dificultando a vida das mulheres, nas práticas de promoção e prevenção a saúde, tendo em vista a incompatibilidade de horários disponíveis entre os horários ofertados nos serviços de saúde e a jornada de trabalho diário.

Enquanto que a ansiedade é vista e experimentada por cada mulher de maneira diferente de acordo com sua experiência de vida, observou-se nos artigos elencados que esse sentimento deixa as mulheres em situação desconfortável, e é neste momento que o profissional de saúde deve conquistar

a confiança da paciente e conscientiza-lá sobre a importância do exame citopatológico na prevenção e detecção do câncer de colo de útero.

Outro fator relacionado com a não adesão ao exame citopatológico é o medo justificado muitas vezes pelo grau de entendimento das mulheres acerca das afecções e suas possibilidades curativas contando que as mulheres que possuem maior escolaridade têm nível de entendimento mais elevado e maior acesso a informação, o medo também influencia as mulheres a não coletarem o exame citopatológico periodicamente devido ao medo do possível resultado.

A insegurança, o desconforto e a posição para realizar o exame também são visto pelas mulheres como influenciadores para não coletarem o exame citopatológico periodicamente, pois muitas vezes se sentem inseguras com o profissional que irá realizar a coleta, devido não transmitir confiança e segurança frente ao procedimento a ser realizado enquanto o desconforto é gerado pela exposição do corpo devido à posição para realizar o exame, assim considera-se importante que os profissionais de saúde sejam qualificados para a realização do exame além de criar vínculos com as usuárias, para que se sintam compreendidas e seguras para realizar o exame.

Outros fatores que acabam influenciando as mulheres a não realizarem o exame citopatológico anualmente seria o horário de atendimento nas unidades básicas de saúde, demora no atendimento, falta de profissionais capacitados, distância da unidade de saúde, falta de conhecimento sobre o exame e sua importância na detecção precoce do câncer de colo de útero. Deste modo, o profissional deve educar e aconselhar as mulheres para ampliar seus conhecimentos, possibilitando que compreendam a importância da prevenção e adesão ao exame citopatológico. Portanto, é necessária a atuação diferenciada dos profissionais da saúde com as mulheres em relação ao exame de prevenção.

Em um estudo realizado por Costa et al (2017), o enfermeiro possui um papel fundamental na prevenção do câncer de colo do útero, que é elaborar atividades como esclarecimento de dúvidas, prevenção de fatores de risco, realização de consultas ginecológicas e coleta do exame citopatológico, influenciando para um atendimento de melhor qualidade que atenda à demanda, intervindo para o encaminhamento adequado, concentrando esforços para diminuir os preconceitos, mito e tabus em procura da convicção da população feminina sobre as vantagens da prevenção contra essa neoplasia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da pesquisa observou-se que há diversos fatores que influenciam na não adesão das mulheres ao exame citopatológico, desde aspectos sociodemográficos até barreiras relacionadas aos serviços de saúde, possibilitando nos perceber que são insuficientes as informações acerca do procedimento, mesmo com todos os meios de comunicação disponível ainda há barreiras que impedem a compreensão e periodicidade na realização do exame.

Assim nota-se a importância da criação de vínculos entre as mulheres e as unidades de saúde além de ações preventivas como orientações e palestras das mais diversas formas, para que se possam esclarecer todas as dúvidas em relação ao exame citopatológico. Estas atividades devem ser realizadas pelos profissionais de saúde, sobretudo o enfermeiro, profissional dotado de conhecimento para elucidar as dúvidas referentes ao exame e abordar a importância de realiza-lo regularmente na prevenção e detecção do câncer de colo de útero.

Além de evidenciarmos ao final da pesquisa que são vários os fatores que levam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico anualmente, desde fatores sociodemográficos até sentimentos como vergonha, medo, falta de tempo, insegurança, desconforto, posição para realizar o exame entre outros fatores como o horário de atendimento nas unidades básicas de saúde, demora no atendimento, falta de profissionais capacitados, distância da unidade de saúde, falta de conhecimento sobre o exame e sua importância.

Entretanto, não são necessárias apenas medidas educativas, mas sim compreender mais profundamente as necessidades de cada mulher para que essas barreiras não sejam associadas a não realização do exame citopatológico. Uma dessas intervenções seria a construção de vínculo entre o serviço e as usuárias, assim como implantação de intervenções que objetivem a inserção das usuárias para um atendimento humanizado além da efetivação de programas que visem à equidade do atendimento.

Por fim, através deste trabalho foi nos oportunizada a ampliação dos conhecimentos em relação aos fatores que influenciam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico anualmente, além de colocar em prática os

objetivos que eram de identificar na literatura as possíveis causas que levam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Papanicolau (exame preventivo de colo de útero)**. 2002. [s/l]. Disponível em: Acesso em: 20 de mar de 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer (INCA). **Prevenção e fatores de risco**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: Acesso em: 29 de abr de 2022.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Parecer do Conselho Federal de Enfermagem N° 190/2015/COFEN**. 24/01/2017, [s/l]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

COSTA, F.K. M; WEIGERT, S.P; BURCI, L; NASCIMENTO, K.F. **Os desafios do enfermeiro perante a prevenção do câncer do colo do útero**. Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: <https://www.herrero.com.br>. Acesso em: 05 de set de 2022.

GUIMARÃES, Rafaella Feitosa. **Câncer de colo do útero: abordagem teórica sobre avanços da doença, prevenção e controle**. Recife 2019. Disponível em: <https://www.ccecursos.com.br/img/resumos/rafaella-feitosa-guimar-es.pdf>. Acesso em: 20 de abr de 2022.

INCA. Instituto Nacional de Câncer (Brasil). **Controle do câncer de útero**. Rio de Janeiro – RJ, 2004 Disponível em: Acesso em 28 de abr de 2022.

INCA. Instituto Nacional de Câncer (Brasil). **Abc do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer / instituto nacional de câncer**. – Rio de Janeiro: Inca, 2011. Disponível em: < <http://www1.inca.gov.br>>. Acesso em: 23 de abr de 2022.

INCA. Instituto Nacional de Câncer (Brasil). **Como se comportam as células cancerosas**. Rio de Janeiro- RJ, 27/01/2020. Disponível em: Acesso em: 23 de abr de 2022.

LOPES, A.S; RIBEIRO, J.M. **Fatores limitadores e facilitadores para o controle do câncer de colo de útero: Uma revisão de literatura**. Ciênc. saúde coletiva 24 Set 2019, [s/l]. Disponível em: Acesso em: 16 de abril de 2022.

MAIA, S.M. A; JARDIM, C; MORAES, C.C. S; SCOTELARIO, D.G; CORREIA, G.B. S; SILVA, L.M.S. **O enfermeiro na prática do exame citopatológico de colo do útero: relato de experiência**. Revista Enfermagem Atual, 2017. Disponível em: Acesso em: 03 de maio de 2022.

MENDONÇA, Maryna Oliveira. **Atuação dos enfermeiros na prevenção do câncer do colo do útero.** Goianésia, 2020. Disponível em: Acesso em: 19 de maio de 2022.

NÓBREGA, A.L; SOUSA, M.N. A; SOUSA, K.M. O; RODRIGUES, A. C.F; OLIVEIRA, G.G. **Importância da assistência de enfermagem na realização do exame citopatológico:** um olhar bibliográfico. Volume 16, Número 2. João Pessoa, 2016. Disponível em: Acesso em: 15 de maio de 2022.

PINTO, Monise Raffayelle Duarte. **A importância do enfermeiro na realização do exame colpocitológico.** Diamantina, Minas Gerais. Setembro de 2012. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

PORTO, Andréa; VIANA, Dirce Laplaca. Curso didático de enfermagem. **Oncologia em enfermagem.** Ed.7ª. São Caetano do Sul – SP. Pág.: 440. Editora: Yendis Editora Ltda., 2011. Acesso em: 03 de maio de 2022.

SANTOS, B. L. N.; PRATA SOBRINHO, J. R.; PEREIRA, R. S. F.; BRANDÃO, I. M.; CARVALHO, F. L. O. **Fatores que ocasionam a não adesão das mulheres na realização do papanicolau na cidade de Sitio do Quinto (BA), Brasil.** Scire Salutis, v.6, n.1, p.6-34, 2016. Disponível em: <http://www.sustenere.co/index.php/sciresalutis/article> Acesso em: 04 de agosto de 2022.

SILVA, Patrícia Veronesi. **Análise da cobertura do exame citopatológico do colo do útero no município de Doresópolis-MG.** 2010. Disponível em: Acesso em: 26 de maio de 2022.

SOUZA, D.A; COSTA, M.O. **O papel do enfermeiro na prevenção do câncer no colo de útero.** Research, Society and Development, v. 10, n. 13, 2021. [S/I]. Acesso em: 13 de maio de 2022.

TONATTO, Tainara. **Rastreamento de neoplasia de colo de útero na atenção primária em saúde.** Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo – RS 2020. Disponível em: < <https://rd.uffs.edu.br>>. Acesso em: 15 de junho de 2022

PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DA CEBOLA SOBRE DIFERENTES DOSES E APLICAÇÕES DE NITROGÊNIO

Gabriel Ribeiro de Lima¹
Pedro Rodolfo Nielsen Filho²

RESUMO

O trabalho foi conduzido a campo no município de Irati-PR, na comunidade de Invernadinha/Palmital, nos meses de maio a outubro de 2022. Com intuito de analisar diferentes doses de nitrogênio e diferentes aplicações na cultura da cebola *Alium cepa* L. com o híbrido soberana bola ouro, para parâmetros de altura da folha, peso folha, peso bulbo, peso total, diâmetro do bulbo e produtividade. O delineamento utilizado foi o de blocos inteiramente casualizados, contendo 5 tratamentos e 4 repetições, a fonte de nitrogênio usada foi a ureia, as doses formadas foram de 70 kg e 140 kg em uma única aplicação, 70 kg e 140 kg em três aplicações e testemunha. Os resultados obtidos para altura foliar, peso folha, peso bulbo, peso total e diâmetro foi de que não houve diferenças significativas, já a produtividade foi melhor para o tratamento de 140 kg de N parcelado em três aplicações, chegando a produtividade total de 75,435 toneladas por hectare.

PALAVRAS-CHAVE: *Alium cepa* L.. Produtividade. Doses de nitrogênio.

ABSTRACT

The work was conducted in the field in the municipality of Irati-PR, in the community of Invernadinha/Palmital, in the months of May to October 2022. In order to analyze different doses of nitrogen and different applications in the culture of onion *Alium cepa* L. with the hybrid sovereign gold ball, for parameters of leaf height, leaf weight, bulb weight, total weight, bulb diameter and productivity. The design used was entirely randomized blocks, containing 5 treatments and 4 repetitions, the nitrogen source used was urea, the doses formed were 70 kg and 140 kg in a single application, 70 kg and 140 kg in three applications and a control. The results obtained for leaf height, leaf weight, bulb weight, total weight and diameter were that there were no significant differences, but the productivity was better for the treatment of 140 kg of N divided into three applications, reaching the total productivity of 75.435 tons per hectare.

KEYWORDS: *Alium cepa* L.. Productivity. Doses of nitrogen.

1. INTRODUÇÃO

Oriundo de regiões antigas como Afeganistão, Irã e parte do sul da antiga União Soviética, a Cebola *Alium cepa* L. (BARBIERI e STUMPF, 2008). faz parte da família Alliaceae, sendo herbácea, contendo sistema radicular fasciculado e ramificações que vão até os primeiros 30 cm da camada do solo. O bulbo é composto através das bainhas carnosas das folhas e o seu caule verdadeiro é formado pela base do bulbo (COSTA *et al.*, 2002).

A cultura é uma boa fonte de renda para pequenos produtores, fazendo com que muitos optem em produzir essa hortaliça, pois sempre tem um amplo mercado de venda sendo em pequena ou grande quantidade (VILELA, 2022).

¹ Acadêmico do curso de Agronomia do Centro Universitário do Grande Vale

² Mestrando na Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Segundo Mendoza (2019), no Brasil a cebola é uma das três hortaliças mais comercializadas, tornando concentrada as maiores vendas para os mercados atacadistas, os CEASAs. Entretanto mesmo tendo um bom mercado para venda os produtores tem dificuldades, como por exemplo a perda do produto no armazenamento, sendo necessário em algumas épocas do ano a importação da cebola.

Como qualquer outra cultura a cebola necessita de um bom manejo para atender os parâmetros do mercado, sendo um dos pontos importantes fazer a adubação correta para a cultura. De acordo com Faria *et al.* (2007) os macronutrientes e micronutrientes são essenciais para as atividades de translocação de açúcares, síntese e crescimento. Tornando assim a adubação peça chave para alcançar altas produtividades e uma boa qualidade dos bulbos (FACTOR *et al.* 2018).

Um dos principais nutrientes exigidos pela cebola é o nitrogênio, sua aplicação pode ser na forma líquida ou sólida. A exigência se dá pelo importante papel que se tem na formação da planta, compondo os aminoácidos, proteínas, ácidos nucleicos, clorofila, etc. consequentemente fazendo parte de procedimentos como fotossíntese, crescimento e respiração (NUTRIÇÃO EQUILIBRADA, 2013).

Passando a ser importante segundo Prochnow *et al.* (2009) para a produção dos órgãos vegetativos e reprodutivos, o nitrogênio muitas vezes é aplicado de forma que excede a demanda pelas plantas fazendo assim que o nitrato não absorvido seja lixiviado. Podendo também ser um problema pois o excesso de N pode prolongar o ciclo da cultura, desenvolvendo mais a parte aérea prejudicando assim a formação dos bulbos (GONÇALVES *et al.*, 2021).

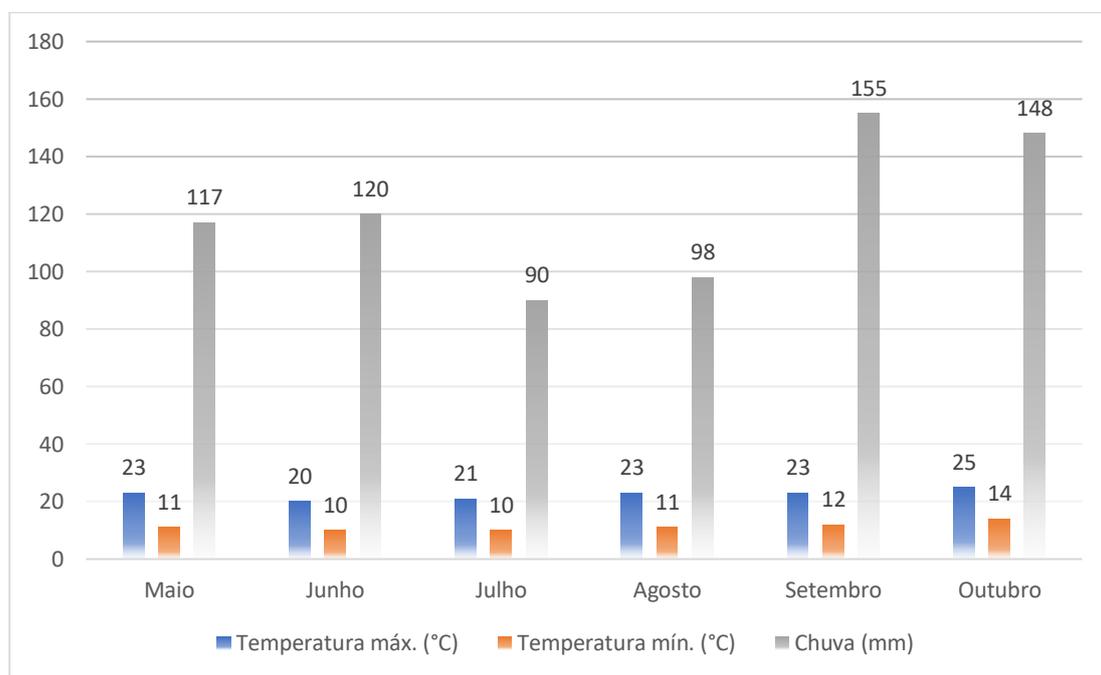
O presente trabalho teve como objetivo avaliar diferentes doses de nitrogênio e diferentes aplicações na cultura da cebola. Analisando a altura foliar, peso folha, peso do bulbo, peso total, diâmetro do bulbo e produtividade por hectare.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O local em que o experimento foi conduzido, se localiza na comunidade de Palmital, município de Irati-PR. O clima da região segundo a classificação climática de Köppen é Cfb - Úmido em todas as estações com verão moderadamente quente. O tipo de solo segundo o mapa de solos Embrapa é NITOSSOLO BRUNO Alumínico (EMBRAPA, 2020).

Os dados climáticos da região mostram as médias de temperatura mínima e máxima e as precipitações nos meses em que o experimento foi conduzido (GRÁFICO 1).

Gráfico 1. Dados meteorológicos do município de Irati – PR, (2022).



Fonte: Weather Spark (2022).

A cultura utilizada para a pesquisa foi a cebola, sendo a variedade híbrida soberana bola ouro, um híbrido de dia curto, semeada nos meses de abril a maio na região sul. Com ciclo precoce e uniformidade na maturação, além de ter bulbos uniformes e com boa formação de casca.

O experimento foi conduzido em campo com tratamentos no delineamento em blocos casualizados (DBC), divididos em quatro blocos de 3 metros de comprimento por 5 metros de largura, onde cada bloco continha cinco tratamentos, cada um com área de 3 metros de comprimento por 1 metro de largura (FIGURA 1).

Figura 1. Croqui do experimento conduzindo a campo com DBC.



Fonte: O Autor (2022).

Utilizando-se as dosagens de nitrogênio de 70 kg/ha e 140 kg/ha, impostos de duas maneiras. A primeira, aplicando as doses em uma única aplicação e a segunda dividindo as doses em três aplicações. Contendo assim cinco tratamentos de 70 kg/1, 140 kg/1, 70 kg/3, 140 kg/3 e TESTEMUNHA.

Foi realizado o tratamento de sementes com 10 ml de Standak top, 10 ml de Maxim, 20 ml de Cruiser e 50 ml de Plamax. Com o objetivo de prevenção no ataque de patógenos do solo, pragas e também auxiliar estimulando o arranque embrionário, ter menos falha de germinação, favorecer a absorção de micronutrientes e ajudar o desenvolvimento da parte radicular das plantas.

O plantio foi realizado no dia 10 de maio de 2022, fazendo a semeadura direta na área de cultivo, com espaçamento de 30 cm entre linhas. Após o plantio foi feito a adubação de cobertura com calsite com o objetivo de evitar efeitos tóxicos de alumínio, manganês e ferro, sendo importante para aumentar a liberação de nutrientes como o nitrogênio, favorecendo também o desenvolvimento das raízes das plantas.

O controle de plantas daninhas em pré-emergência foi realizado com capinas manuais e com o produto químico herbadox (pendimetalina), realizando duas aplicações nos dias 20/06 e 05/07 para controle de *Brachiaria plantaginea* (papuã) e *Digitaria horizontalis* (capim colchão).

Em seguida no dia 09/07 foi feito uma adubação com cloreto de potássio, objetivando o melhoramento da translocação de elementos da folha para os órgãos de reserva, os bulbos.

Para o controle de aparecimento de fungos como de *Peronospora destructor* (míldio) foram utilizados os produtos Dhitane (mancozebe) e Revus (Mandipropamida) nos dias 30/07, 11/08 e 29/08 rotacionando os produtos nas respectivas datas.

A primeira adubação nitrogenada foi conduzida no dia 02/08, a opção de fonte de nitrogênio utilizada foi sólida, a ureia, contendo 45% de N na sua fórmula. Foi feito a conversão das doses de 70 kg/ha e 140 kg/ha chegando nos valores de 0,047 kg e 0,093 kg respectivamente, para área de 3 metros quadrados. Os tratamentos designados para terem apenas uma única aplicação foram feitos nessa primeira adubação com 0,047 kg e 0,093 kg. As doses parceladas em três foram de 0,016 kg e 0,031 kg sendo feita a aplicação da primeira dose neste mesmo dia.

A segunda aplicação foi realizada 21 dias após a primeira no dia 23/08, sendo feito as doses de 0,016 kg e 0,031 kg nas parcelas conduzidas para essa aplicação.

A terceira e última dose das parcelas subdivididas foi feita após 21 dias da segunda aplicação no dia 13/09, nas doses de 0,016 kg e 0,031 kg, fechando assim o valor igual as parcelas implantadas em uma única aplicação de 0,047 kg e 0,093 kg.

Para a conduta das aplicações foi feita a pesagem da ureia em uma balança de precisão e armazenadas em saquinhos plásticos, o trabalho foi realizado manualmente a lanço conduzindo cada tratamento com sua respectiva dose.

Após realizar todas aplicações deu-se início a colheita, dia 19 de outubro. Foi analisado as linhas centrais de cada parcela, em seguida da colheita realizou-se a cura da cebola, deixando-a em pousio por um dia para remoção do excesso de umidade.

Para coleta dos dados foram utilizados uma fita métrica, uma balança de precisão e um paquímetro digital com medidas em milímetros. A primeira medida a ser tirada foi a de altura foliar da planta, em seguida foram feitas as pesagens das cebolas com as folhas, após isso foi retirado as folhas para registrar os dados de peso da folha e peso do bulbo separadamente, por último foi coletado as medidas de diâmetro da cebola. Para análise de produtividade foram

coletados os pesos dos bulbos e feito a conversão em metros lineares para chegar a produtividade por hectare.

Os dados foram tabelados e a análise estatística realizada no programa estatístico SISVAR, onde realizou-se a análise de variância e teste de comparação de médias pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade de erro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As respostas obtidas para altura foliar foi de que não houve diferença estatística, sobre diferentes doses e aplicações de nitrogênio (TABELA 1). Doses de nitrogênio de 167 kg/ha e 183 kg/ha tiveram relevância nos dados de altura foliar, chegando a valores máximos de 82 cm e 72 cm. Mas esse aumento ocasionou quebra de folhas, sendo ruim para o desenvolvimento do bulbo, pois o maior número de folhas erguidas impedem a ocorrência de luz e tendem a melhorar a sanidade das plantas (KURTZ *et al.*, 2012).

Os índices de peso foliar, peso bulbo e peso total, não tiveram interações entre si e não obtiveram respostas estáticas significativas. Assim como também os dados de diâmetro do bulbo não foram significativos (TABELA 1).

Tabela 1. Resultados de Altura foliar, peso folha, peso bulbo, peso total, diâmetro e produtividade da Cebola *Alium cepa* L. para doses de nitrogênio de 140 kg/ha (tratamento 5), 70 kg/ha (tratamento 4), 140 kg/ha parcelado em três aplicações (tratamento 3), 70 kg/ha parcelado em três aplicações (tratamento 2) e testemunha (tratamento 1).

	Trat. 1	Trat. 2	Trat. 3	Trat. 4	Trat. 5	CV(%)
Altura (m)	0,53 ^a	0,72 ^a	0,53a	0,49a	0,50 ^a	27,92
Peso Folha (kg)	0,049 ^a	0,053 ^a	0,066a	0,051a	0,042 ^a	28,56
Peso Bulbo (kg)	0,213 ^a	0,236 ^a	0,283a	0,257a	0,214 ^a	15,16
Peso Total (kg)	0,268 ^a	0,266 ^a	0,356a	0,318a	0,261 ^a	18,52
Diâmetro bulbo (mm)	62,49 ^a	63,37 ^a	61,18a	68,19a	64,52 ^a	5,50
Produtividade (T/ha)	55,193b	66,471a	75,435a	68,660a	57,121a	12,77

Médias seguidas por letras iguais na mesma linha, não tem diferença significativa a probabilidade de 5% segundo teste de Tukey.

Através das médias por tratamento, pode-se observar que em geral todas parcelas obtiveram como maioria, bulbos com classe 3, que se refere ao diâmetro entre 50 mm e 70 mm. Sendo esta juntamente com a classe 4 (bulbos entre 70 mm a 90 mm) as que trazem melhor retorno, pois são consideradas

excelentes comercialmente. Doses de nitrogênio de 101 kg/ha e 168 kg/ha foram responsáveis por uma maior produção de bulbos classe 3 (Rodrigues *et al.*, 2015). Para Filho *et al.* (2010) com doses de 137 kg/ha de nitrogênio foram obtidos os maiores números de bulbos classe 3. Valores de Produtividade por hectare obtiveram uma diferença estatística para doses parceladas do tratamento de 140 kg/há.

Um fator adverso que pode ter comprometido as análises de diâmetro do bulbo é o excesso de chuvas sequenciais. Segundo Oliveira *et al.* (2014) a grande ocorrência de chuva, atrasa o desenvolvimento da planta e a produção do bulbo, se relatadas antes da bulbificação pode ocorrer o aumento do diâmetro do pseudocaule, já na fase final se em grande quantidade pode adiar a maturação do bulbo.

Os dados de produtividade foram superiores com doses de 140 kg/ha parcelando as aplicações, chegando a valores de 75,435 t/ha, números que mostram que com o aumento da dose de nitrogênio e o seu parcelamento faz com que se tenham um incremento na produtividade final. Resultados que condizem com Filho *et al.* (2010) referente a doses de nitrogênio e potássio, mostram que o nitrogênio teve influência superior para produtividade, com doses de 150 kg/ha de nitrogênio foi possível obter uma produção de 69,5 t/ha, mas a produção máxima de bulbos de 89,58 t/ha foi alcançada com a interação de 150 kg de nitrogênio e 150 kg de potássio por hectare.

Como o foco do trabalho eram doses de nitrogênio, não é possível saber se com o incremento de doses de potássio haveria um aumento de produtividade significativo.

Já comparado com outros resultados é possível ver que os dados foram superiores aos obtidos por Júnior e Kurtz (2016) que chegaram a valores de 58,3 e 55,1 t/ha com doses de 161,3 e 129 kg/ha de nitrogênio, sendo feita a aplicação via fertirrigação. Podendo fatores como precipitação e umidade do ar interferirem para ambos trabalhos, pois o nitrogênio tem o perigo de sofrer lixiviação ou volatilização. Mas com 140 kg/ha de nitrogênio pode-se obter uma produtividade de 22,71% maior do que a de 161,3 kg/ha.

Resende *et al.* (2016) chegou a produtividade de 194,7 t/ha com doses de 183,2 kg/ha de nitrogênio. Para Resende e Costa (2014) doses de 161,4 kg/ha para a cultivar alfa tropical tiveram produção máxima de 69,20 t/ha e a cultivar

Alfa São Francisco com dose de 215,9 kg/ha, teve uma produção de 65,05 t/ha. Resultados que mostram dois pontos, doses acima de 140 kg/ha trazem respostas significativas na produção de bulbo, mas que não chegam a ser superior ao resultado do presente trabalho de 75,435 t/ha, assim como os tratamentos de 70 kg/ha em uma aplicação e 70 kg/ha em três aplicações tiveram valores de 68,660 t/ha e 66,471 t/ha, doses menores de nitrogênio, com resultados de produtividade iguais ou superiores a valores de 161,4 e 215,9 kg/ha de N. Podendo esses valores serem influenciados por tipo de clima, solo e adversidades de cada região no período em que foram desenvolvidos os trabalhos.

Os trabalhos referenciados não dão ênfase para o parcelamento do nitrogênio. Já no trabalho realizado por Júnior e Kurtz (2022) foi constatado que doses de nitrogênio e potássio de forma parcelada aumentaram a porcentagem de bulbos classe três, auxiliando também a elevação em 9% da produtividade dos mesmos.

Outro ponto que pode ser analisado é o número do mesmo 140 kg/ha só que em uma única aplicação, não obter diferença significativa. Podendo ter ocorrido essa diferença devido as grandes quantidades de chuvas. O nitrogênio na forma de ureia ser perdido por conta das enxurradas, não conseguindo ser totalmente absorvido pelas plantas, devido a esse fator e por conta de ser feita em uma única aplicação. De acordo com Teixeira (2017) comparados com solos de pastagens e eucalipto os maiores valores de nitrogênio perdidos foram em solos sem coberturas, em estudo de novembro de 2012 a março de 2013 foram contabilizados 24 kg/ha de N lixiviado por conta das precipitações. Devido ao solo estar descoberto as gotas tem maior impacto, fazendo com que se tenha facilmente erosões, acarretando assim no desaparecimento do nutriente.

Como a cebola não contem cobertura do solo, as grandes quantidades de chuvas podem fazer com que se tenha facilmente essa perda de nutrientes. Além de ser importante para cada fase da planta, a adubação parcelada pode auxiliar nesse ponto, pois assim se tem menos chances de perder totalmente o adubo do que aplicado uma única vez. Com chances de ser uma possível circunstância do que ocorreu nesse experimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pode resultar que doses de nitrogênio para parâmetros de altura foliar, peso do bulbo, peso da folha e diâmetro do bulbo não tiverem diferenças estatísticas. As grandes quantidades de chuva podem ter atrapalhado o desenvolvimento do bulbo, mesmo tendo uma média de bulbos classe 3. Fazendo com que o resultado do diâmetro do bulbo não tivesse valores com desigualdade significativa entre tratamentos.

Para valores de produtividade o tratamento de 140 kg/ha parcelado em três aplicações de nitrogênio, teve melhores respostas do que os demais, com produtividade de 75,435 t/ha.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, R. L.; STUMPF, E. R. T. **Origem e evolução de plantas cultivadas**. Brasília: Embrapa, 2008. 909 p.

BHERING, S. B.; SANTOS, H. G. **Mapa de solos Estado do Paraná: legenda atualizada**. Embrapa Solos: Rio de Janeiro: Embrapa Florestas, Colombo, PR, 2008. 74 p.

CECÍLIO, A. B.; MARCOLINI, M. W.; MAY, A.; BARBOSA, J. C. **Produtividade e classificação de bulbos de cebola em função da fertilização nitrogenada e potássica, em semeadura direta**. Researchgate, Jaboticabal, v. 38, n. 1, p. 14-22, ago. 2011.

DUARTE, N. C.; LEITE, D. L.; SANTOS, C. A. F.; CANDEIA, J. A.; MOLLICA, S. **Cultivares de cebola**. 218. ed. Belo Horizonte: Informe Agropecuário, 2002. 23 v. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/132844/1/26246.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FACTOR, T. L.; PURQUERIO, L. F. V.; JÚNIOR, J. M. B.; GRANGEIRO, L. C.; TRANI, P. E. **Correção do solo e adubação**. In: NICK, Carlos; BORÉM, Aluizio. Cebola do plantio a colheita. Viçosa: Ufv, 2018. Cap. 4. p. 59-77.

FARIA, C. M. B.; SILVA, D. J.; MENDES, A. M. S. **Cultivo da Cebola no Nordeste**. Embrapa Semi-Árido. Sistemas de Produção. Brasília-DF: Embrapa, 2007. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/sistema_producao/spcebola/autores.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

GONÇALVES, F. C. M.; MONTEIRO, G.C. **Adubação inteligente para a cebola**. Uberlândia: Campo & Negócio, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://revistacampoenegocios.com.br/adubacao-inteligente-para-a-cebola/>. Acesso em: 15 out. 2022.

JÚNIOR, F. O.; KURTZ, C. **Índice de clorofila e florescimento da cebola fertirrigada sob parcelamento de nutrientes e densidade populacional**. Agri-Environmental Sciences, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 16, 23 set. 2022. Agri-Environmental Sciences - AGRIES. <http://dx.doi.org/10.36725/agries.v8i1.6954>.

JÚNIOR, F. O.; KURTZ, C. **Produtividade da cebola fertirrigada sob diferentes doses de nitrogênio e densidades populacionais**. Horticultura Brasileira, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 571-579, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-053620160418>.

KURTZ, C.; ERNANI, P. R.; COIMBRA, J. L. M.; PETRY, E. **Rendimento e Conservação de Cebola Alterados pela Dose e Parcelamento de Nitrogênio em Cobertura**. Ituporanga: Fapesc, 2012. 12 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcs/a/4ZNZdM9VhgZxLFkkCPC53Xr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

MENDOZA, T. M. C. **Formas tradicionais e inovadoras de cultivo da cebola (*Allium cepa* L.) Em Santana do Livramento-RS**: um estudo a partir das práticas dos agricultores em processo de transição agroecológica. 2019. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2019. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1617/27001_00000800.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 01 jun. 2022.

NUTRIÇÃO EQUILIBRADA. Pelotas: Cultivar, v. 81, ago. 2013. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/acervo/ler/159>. Acesso em: 25 out. 2022.

OLIVEIRA, V. R.; MAROUELLI, W. A.; MADEIRO, N. R. **Influência de fatores climáticos na produção da cebola**. 19. ed. Brasília: Nossoalho, 2014. 6 p. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/991130>. Acesso em: 28 out. 2022.

PROCHNOW, L. I.; CASSARIN, V.; STIPP, S. R. **Boas práticas para uso eficiente de fertilizantes**. Viçosa: Ipn, 2009. 462 p.

RESENDE, G. M.; COSTA, N. D. **Dose econômica de nitrogênio na produtividade e armazenamento de cultivares de cebola**. Horticultura Brasileira, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 357-362, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-05362014000300019>.

RESENDE, G. M.; COSTA, N. D.; YURI, J. E. **Doses de nitrogênio na produtividade e classificação de bulbos de cultivares de cebola**. Revista Brasileira de Agricultura Irrigada, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 605-613, 30 jun. 2016. INOVAGRI. <http://dx.doi.org/10.7127/rbai.v10n300373>.

RODRIGUES, G. S. O.; GRANGEIRO, L. C.; NEGREIROS, M. Z.; SILVA, A. C.; JÚNIOR, J. N. **Qualidade de cebola em função de doses de nitrogênio e épocas de plantio**. 2015. 9 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2014. Cap. 3. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rcaat/a/w8hjXkRmRBpqz78TSJfXGyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2022.

TEIXEIRA, M. A. **Perdas de carbono e nitrogênio por erosão em diferentes usos e ocupação do solo sob chuva natural em região de transição cerrado-amazônia**. 2017. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal de Mato Grosso Campus Universitário de Sinop Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais, Sinop, 2017. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/771/1/TCC-2017-MATHEUS%20ALVES%20TEIXEIRA_TCC..pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

VILELA, N. J. **Produção da cebola**. Brasília: Embrapa, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cebola/pre-producao/socioeconomia/estatisticas/producao>. Acesso em: 10 nov. 2022.

WEATHER SPARK (Estados Unidos da América). **Condições Meteorológicas Médias de Irati, Paraná**. Elaborado por Cedar Lake Ventures, Inc. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/29816/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Irati-Brasil-durante-o-ano#Sections-Sources> . acesso em: 22 out. 2022.